

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – UCS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO – UNIRITTER
PROGRAMA DE DOUTORADO – ASSOCIAÇÃO AMPLA UCS/UNIRITTER

FLÁVIA MEDEIROS ÁLVARO MACHADO

FORMAÇÃO E COMPETÊNCIAS DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE
LÍNGUA DE SINAIS EM INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA DE LÍNGUA
PORTUGUESA - LIBRAS: ESTUDO DE CASO EM CÂMARA DE DEPUTADOS
FEDERAIS

CAXIAS DO SUL

2017

FLÁVIA MEDEIROS ÁLVARO MACHADO

**FORMAÇÃO E COMPETÊNCIAS DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE
LÍNGUA DE SINAIS EM INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA DE LÍNGUA
PORTUGUESA - LIBRAS: ESTUDO DE CASO EM CÂMARA DE DEPUTADOS
FEDERAIS**

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Doutorado em Letras – Associação Ampla UCS/UniRitter, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Letras. Área de Concentração: Leitura e Linguagens. Linha de Pesquisa: Leitura e Processos de Linguagens.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Heloísa Pedroso de Moraes Feltes

CAXIAS DO SUL

2017

M149f Machado, Flávia Medeiros Álvaro

Formação e Competências de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais em Interpretação Simultânea de Língua Portuguesa-Libras: Estudo de Caso em Câmara de Deputados Federais / Flávia Medeiros Álvaro Machado. – 2017.
283 f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul em associação ampla UniRitter, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2017.

Orientação: Heloísa Pedroso de Moraes Feltes.

1. Linguística e Leitura. 2. Interpretação Simultânea. 3. Tradução e Compreensão. 4. Competências e Habilidades. 5. Contexto Político.
I. Feltes, Heloísa Pedroso de Moraes, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UCS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FLÁVIA MEDEIROS ÁLVARO MACHADO

**FORMAÇÃO E COMPETÊNCIAS DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE
LÍNGUA DE SINAIS EM INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA DE LÍNGUA
PORTUGUESA - LIBRAS: ESTUDO DE CASO EM CÂMARA DE DEPUTADOS
FEDERAIS**

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Doutorado em Letras – Associação Ampla UCS/UniRitter, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Letras. Área de Concentração: Leitura e Linguagens. Linha de Pesquisa: Leitura e Processos de Linguagens.

Aprovada em 04/setembro/2017

Banca Examinadora:

Participação via videoconferência
Dra. Eliamar Godoi
Universidade Federal de Uberlândia

Dra. Heloísa Pedroso de Moraes Feltes
Orientadora
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Fabiola Sucupira Ferreira Sell
Universidade do Estado de Santa Catarina

Dra. Tânia Maris de Azevedo
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Valéria Silveira Brisolará
Centro Universitário Ritter dos Reis

Dedicatória

*Juliana – Moisés
Heloísa Feltes*

AGRADECIMENTOS

A Deus, o meu Criador, a minha essência, a minha raiz, o meu alicerce, o meu real sentido da vida. Agradeço por ter me dado à oportunidade de viver e a capacidade de pensar, amar e acreditar que dias melhores sempre existirão. Certamente, posso dizer que aprendi que “sendo fiel no pouco, no muito Ele nos acrescentará”.

A minha mãe que, mesmo não estando entre nós, me fez enxergar o quanto a vida é importante quando sabemos apreciá-la e amá-la. Somos passageiros nesse mundo e, para perto de mim, bastam apenas os “presentes” que a vida me trouxe, mantendo sempre a essência da vida. Saudades Eternas. Ao meu pai, que apesar de sua deficiência, “enxerga” com o coração tudo o que está ao seu redor.

A minha preciosa filha Juliana Machado, que, em meio aos percalços causados pela ausência, esteve trazendo carinho, descontração e diversão nos momentos dos “curtos espaços de descanso”. Você é meu orgulho e minha inspiração de vida.

Ao meu amado esposo Moisés Machado, que, incondicionalmente, esteve ao meu lado, me apoiando e, até mesmo, emprestando seus “ouvidos” para ouvir vários trechos da construção desta tese. Obrigada pela paciência e, em especial, pelo carinho e encorajamento sem os quais eu nunca teria terminado este projeto.

Aos meus irmãos Geovane e Ivania, que, no período mais sombrio de nossas vidas, com a perda de nossa mãe, me estenderam a mão, me dando palavras de apoio para a conclusão deste doutorado em Letras.

A minha querida e estimada orientadora Profa. Dra. Heloísa Pedroso de Moraes Feltes, que, sem hesitar e incansavelmente, me manteve no ritmo da produção desta tese, me incentivando e apoiando para que pudesse concluir esta pesquisa. Você acreditou no meu projeto, no meu potencial e me orientou sem medir as restrições, me transcendendo para à vida pessoal e profissional. Eterna Gratidão.

A todos os professores do PDLet da UCS, que, em particular, compartilharam comigo seus conhecimentos, em especial à Profa. Dra. Carmen Maria Faggion e o Prof. Dr. João Cláudio Arendt. Às professoras Dra. Tânia Maris de Azevedo, Dra. Valéria Silveira Brisolará, pelas importantes sugestões e recomendações que me foram dadas em ocasião do exame de qualificação e a mesa de arguição dessa banca. Aos meus professores de língua estrangeira,

Profa. Me. Magda Mônica Cauduro Custódio e Profa. Juliana Teixeira Zobarán, que me ensinaram, com muita competência, os “mistérios” da tradução da língua inglesa. Aos meus colegas de mestrado e doutorado que acompanharam comigo toda essa trajetória acadêmica.

Aos meus gestores da UCS, em especial ao Prof. Dr. Marcelo Faoro de Abreu, em nome da equipe da Coordenadoria de Extensão que me acompanharam durante esse longo período acadêmico. Aos professores do Programa de Libras, que fora idealizado com objetivo de promover formações na área de Libras em Caxias do Sul e região, e que, ao longo desses últimos 15 anos, acreditaram em meus projetos e me incentivaram a progredir nesse percurso de ações acessíveis para a UCS. A Profa. Me. Juliana Raquel Luchesi e ao Prof. Dr. Everaldo Cescon que oportunizaram, por meio da formação em nível de *lato sensu* discussões científicas para a área de Libras, gerando profissionais para atuar como TILS e professores bilíngues com um trabalho diferencial em prol da comunidade surda. Em especial aos meus alunos que me ensinam que “mestre nem sempre ensina, mas todo o dia se aprende”

À minha amiga Maria Cristina Laguna, que em meio a tantos diálogos profissionais, conseguimos sempre extrair, que nesses ensinamentos, sejam eles acima de tudo, a busca da simplicidade das coisas existem e que seja o ponto fundamental das relações, pois “ser simples” é o melhor “sentido pragmático” para qualquer ser interpretação. Certamente, uma verdadeira amizade transcende o ato interpretativo. Aos meus queridos amigos do coração: Marcos Luchi e Carolina Sperb, que além da fiel amizade, gentilmente, em conversas informais, manifestaram suas opiniões e pensamentos sobre as suas experiências de formadores TILS. Também ao meu amigo Marcelo Bertoluci, pela formatação, as longas conversas das madrugadas, sempre me enviando lindas mensagens de carinho e também por conseguir me descontraír durante a produção exaustiva desta tese. Aos meus amigos João Souza, Isaías Braga, Quetlin Camargo, Claudinha e a Natália Almeida, por estarem sempre em “oração” comigo, não deixando desanimar ou perecer nesse árduo caminho. Ao Carlos Martins que por todos os dias, exatamente, todos os dias me envia mensagens de apoio e incentivo. Aos revisores de linguagem pela dedicação e ao Kafka Domingos, que me assessorou com o uso do *Software* do ELAN desta pesquisa. Vocês todos de uma forma ou de outra forma, são muito importantes para mim, pois sempre estiverem ao meu lado segurando a minha “mão” e me trazendo uma palavra de conforto. Obrigada!

A todos os meus estimados amigos surdos e ouvintes (Tils), que sempre fizeram parte da minha vida profissional, onde quer que eu esteja vocês foram a minha inspiração para esta pesquisa.

Aos colegas da Agils e Feneis que me apoiaram e me incentivaram nessa trajetória de pesquisa acadêmica.

Obrigada a todos!

Embora qualquer falante bilíngue possua competência comunicativa nas línguas que domina, nem todo bilíngüe possui competência tradutória. A competência tradutória é um conhecimento especializado, integrado por um conjunto de conhecimentos e habilidades, que singulariza o tradutor e o diferencia de outros falantes bilíngues não tradutores (HURTADO, 2005, p. 19).

RESUMO

Esta tese focaliza a questão da formação e das competências envolvidas na atuação de tradutores/intérpretes (Tils) de Língua de Sinais (Libras/Português) para atuação em contexto político em interpretações simultâneas. Fundamenta seus argumentos em um Estudo de Caso de interpretação simultânea em uma sessão da Câmara de Deputados Federais. O problema norteador deste estudo é formulado como: as escolhas realizadas pelo Tils, no processo de interpretação simultânea de Português (modalidade oral) para Libras, em sessões parlamentares, são semântica e pragmaticamente adequadas? Seguem como objetivos: identificar quais as escolhas lexemáticas que os Tils realizam para traduzir os conceitos em contextos políticos, durante uma interpretação simultânea em sessão parlamentar; analisar como são feitas as escolhas explícitas durante o processo de leitura e compreensão interpretativa; e delinear quais as competências e habilidades que o Tils necessita desenvolver para tornar mais eficientes e eficazes as escolhas interpretativas de conceitos utilizados em contextos de ordem política. O aporte teórico situa-se nos Estudos da Tradução e Interpretação e em aspectos relevantes do tratamento da polissemia e da paráfrase no processo interpretativo de Língua Portuguesa para Libras. Detém-se na questão da acessibilidade comunicacional dos sujeitos surdos, fundamentada legalmente, a qual depende, entre outros fatores, da formação especializada e das competências interpretativas dos Tils. O corpus é formado pelas transcrições de uma sessão parlamentar da Câmara dos Deputados Federais. As transcrições da fala dos parlamentares e da interpretação dos Tils são realizadas em trilhas do software Eudico Language Annotator - ELAN, a partir de um sistema de notações e marcações de tempo em segundos. A análise quanti-qualitativa debruça-se sobre toda a sessão, da qual resultam 30 excertos que contemplam a transcrição literal, o mais fiel possível, dos discursos dos parlamentares, seguida da transcrição das glosas da interpretação de dois Tils. A interpretação simultânea em contextos especializados é discutida a partir dos resultados das análises, as quais revelam que o Tils¹ e o Tils² demonstram habilidades e capacidades de desempenho bem definidas. O Tils¹, cuja formação é graduação, com especialização em docência e com proficiência em Libras, realizou mais paráfrases paralelas e redutoras e poucas paráfrases expandidas em relação ao enunciado-matriz; explorou a polissemia dos sinais manuais em Libras; e tendo para suas interpretações iniciais vinte e cinco versões sugeridas. O Tils², cuja formação é graduação, com especialização em tradução e interpretação em Libras, com proficiência em Libras; realizou paráfrases paralelas e expandidas e nenhuma paráfrase redutora, mantendo equivalências simétricas e explicativas nos enunciados; explorou a polissemia dos sinais manuais em Libras; diferentemente do Tils¹, lançou mão do aspecto secundário gramatical da língua de sinais, utilizando expressões faciais e corporais para dar conta da multimodalidade da LP oral: prosódia, expressividade retórica e afetiva dos enunciados dos parlamentares; e teve apenas oito novas versões sugeridas para refinar as escolhas interpretativas. O número das omissões, embora difíceis de contabilizar, foram menores na atuação do Tils². Os resultados das análises confirmam a necessidade de formação específica, especializada, para interpretações simultâneas em contextos políticos e, ato contínuo, em outros contextos especializados, como educacional, clínico, social, jurídico, entre outros. Verifica-se, por conseguinte, que competências, tais como: linguísticas, tradutórias, interpretativa e comunicativa são alvo tanto de formação acadêmica como de aprimoramento ao longo da atuação profissional para o êxito da interpretação simultânea.

Palavras-chaves: Leitura. Interpretação Simultânea. Português/Libras. Competências. Contexto Político.

ABSTRACT

This thesis focuses on the training and skills involved in translators/interpreters (Tils) of Sign Language (Libras/Portuguese) to act in a political context in simultaneous interpretations. It bases its arguments on a Simultaneous Interpretation Case Study in a session of the House of Federal Representatives. The problem guiding this study is formulated as: Are the choices made by Tils in the process of simultaneous interpretation of Portuguese (oral modality) for Libras in parliamentary sessions semantic and pragmatically adequate? The objectives are: to identify the lemmatic choices that the Tils carry out to translate the concepts into political contexts during a simultaneous interpretation in parliamentary session; analyze how the explicit choices are made during the process of reading and interpretive understanding; and outline the competencies and abilities that the Tils must develop in order to make the interpretive choices of concepts used in political contexts more efficient and effective. The theoretical contribution is found in the Translation and Interpretation Studies and in relevant aspects of the treatment of polysemy and paraphrase in the interpretative process of Portuguese Language for Libras. It focuses on the issue of communicational accessibility of deaf subjects, legally based, which depends, among other factors, on the specialized training and interpretive skills of the Tils. The corpus is formed by the transcripts of a parliamentary session of the Federal Chamber of Deputies. The transcripts of the parliamentarians' speeches and the interpretation of the Tils are carried out in tracks of the Eudico Language Annotator - ELAN software, from a system of notations and time stamps in seconds. The quantitative-qualitative analysis focuses on the whole session, resulting in 30 excerpts that contemplate the literal transcription, as faithful as possible, of the parliamentarians' speeches, followed by the transcription of the glosses of the interpretation of two Tils. Simultaneous interpretation in specialized contexts is discussed from the analysis results, which reveal that Tils¹ and Tils² demonstrate well-defined performance abilities and capacities. Tils¹, whose undergraduate education, with a specialization in teaching and with proficiency in Libras, performed more parallel and reductive paraphrases and few expanded paraphrases in relation to the matrix statement; explored the polysemy of the hand signals in Libras; and having for its initial interpretations twenty-five suggested versions. Tils², whose graduation is graduation, with specialization in translation and interpretation in Libras, with proficiency in Libras; made parallel and expanded paraphrases and no reductive paraphrase, maintaining symmetrical and explanatory equivalences in statements; Explored the polysemy of the hand signals in Libras; unlike Tils¹, it used the grammatical secondary aspect of sign language, using facial and body expressions to account for the multimodality of oral PL: prosody, rhetorical and affective expressiveness of parliamentarian utterances; and had only eight new versions suggested to refine the interpretive choices. The number of omissions, although difficult to account for, was lower in Tils² activity. The results of the analyses confirm the need for specific, specialized training for simultaneous interpretations in political contexts and, in other specialized contexts, such as educational, clinical, social, legal, among others. Therefore, competences such as: linguistic, translational, interpretive and communicative must be targeted both for academic training and for improvement during the course of professional practice for successful simultaneous interpretation.

Keywords: Reading. Simultaneous Interpreting. Portuguese/Libras. Skills. Political Context.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|--|
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| ABRATES | Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes |
| AGILS | Associação Gaúcha de Intérpretes de Língua de Sinais |
| ATMG | Associação de Tradutores Públicos de Minas Gerais |
| APIL | Associações de Profissionais Intérpretes de Língua de Sinais |
| CBO | Código Brasileiro de Ocupações |
| CCE | Código de Conduta Ética |
| CDPD | Conselho de Direitos da Pessoa com Deficiência |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| DEC | Decreto do Executivo |
| DNRC | Departamento Nacional do Registro do Comércio |
| ELAN | <i>EUDICO Linguistic Annotator</i> |
| EUA | Estados Unidos |
| ET | Estudos da Tradução |
| FEBRAPILS | Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias-intérpretes de Língua de Sinais |
| FENEIS | Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos |
| GES | Grupo de Estudos Linguísticos Surdos e Grupo de Estudos Surdos |
| GI | Guia-intérprete |
| IES | Instituições de Ensino Superior |
| INES | Instituto Nacional de Educação de Surdos |
| LBI | Lei Brasileira da Inclusão |
| LDB | Lei de Diretrizes Brasileira |
| LF | Língua Fonte |
| LIBRAS | Língua Brasileira de Sinais |
| LM | Língua Meta |
| LP | Língua Portuguesa |
| LS | Língua de Sinais |
| MEC | Ministério da Educação |

| | |
|----------|---|
| PGET | Programa de Pós-Graduação em Tradução |
| PPGL | Programa de Pós-graduação em Linguística |
| PR | Estado Brasileiro do Paraná |
| RID | <i>Registry of Interpreters for the Deaf</i> |
| RJ | Estado Brasileiro do Rio de Janeiro |
| SINTILSP | Sindicato dos Tradutores, Intérpretes e Guias-intérpretes de Libras do Estado de São Paulo |
| SINTRA | Sindicato Nacional dos Tradutores |
| IS | Interpretação Simultânea |
| ILS | Intérprete de Língua de Sinais |
| TILS | Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais |
| TILSP | Tradutor e Intérprete de Libras e Português |
| TPIC | Tradutor Público e Intérprete Comercial |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Sinal manual e escrita de sinais em Libras para o sentido 'mãe' no RS | 41 |
| Figura 2 – Sinal manual e escrita de sinais em Libras para o sentido 'mãe' em SC | 41 |
| Figura 3 – Sinal manual e <i>SignWriting</i> em ASL do sentido ' <i>mother</i> ' | 42 |
| Figura 4 – Tipologia – tradução e interpretação | 51 |
| Figura 5 – Configuração de mão do sinal manual de 'vida' ou 'presente' | 71 |
| Figura 6 – Configuração de mão do sinal manual para 'laranja' ou 'sábado' | 72 |
| Figura 7 – Configuração de mão do sinal manual para 'aula' e 'estudar' | 73 |
| Figura 8 – Decreto do Executivo – DEC 13.609/1943 | 112 |
| Figura 9 – Modelo holístico de competência tradutória (PACTE, 1998) | 121 |
| Figura 10 – Tils ¹ em atuação de interpretação simultânea | 130 |
| Figura 11 – Tils ² em atuação de interpretação simultânea | 131 |
| Figura 12 – Câmara dos Deputados Federais – inserção das trilhas no <i>software</i> do ELAN | 134 |
| Figura 13 – Inserção das trilhas no <i>software</i> do ELAN (LP.Oral/Libras.Tils) | 135 |
| Figura 14 – Transcrições nas trilhas elaboradas no ELAN | 136 |
| Figura 15 – Processo metacognitivo da interpretação simultânea | 226 |
| Figura 16 – Tils ¹ e Tils ² no ato do revezamento da interpretação simultânea | 243 |
| Figura 17 – Descrição do serviço para contratação de ILS | 244 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Construção do <i>corpus</i> de pesquisa..... | 131 |
| Quadro 2 – Códigos convencionalizados para transcrição e descrição de glosas | 138 |
| Quadro 3 – Notações convencionalizadas dos excertos (EX) observados realizadas nas transcrições nas trilhas do <i>software</i> do EUDICO <i>Linguistic Annotator</i> (ELAN)..... | 139 |
| Quadro 4 – Desempenho da atuação do Tils no contexto político | 228 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 17 |
| 2 LEITURA, TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO | 35 |
| 2.1 TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA | 35 |
| 2.1.1 Coordenação de esforços simultâneos: línguas orais (LO)..... | 43 |
| 2.1.2 Interpretação simultânea: língua portuguesa e libras (LP/Libras)..... | 50 |
| 2.2 PROCESSOS COGNITIVOS DA LEITURA: RELAÇÃO DE SENTIDOS..... | 58 |
| 2.2.1 Paráfrase e tradução/interpretação | 62 |
| 2.2.2 Polissemia em Língua Portuguesa e Libras | 68 |
| 2.3 LEITURA E CONTEXTOS INTERPRETANTES | 75 |
| 2.3.1 Atuação interpretativa em contextos comunitários..... | 85 |
| 3 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E COMPETÊNCIAS INTERPRETATIVAS | 96 |
| 3.1 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL: LEGISLAÇÃO | 96 |
| 3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E ATUAÇÃO DO TILS..... | 100 |
| 3.2.1 Atribuições do tradutor público e intérprete comercial..... | 106 |
| 3.3 COMPETÊNCIAS TRADUTÓRIAS E INTERPRETATIVAS | 117 |
| 4 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> E DISCUSSÃO DO RESULTADOS | 125 |
| 4.1 MÉTODO, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS..... | 126 |
| 4.1.1 Estudo de caso: caracterização..... | 126 |
| 4.1.2 Recursos técnicos e transcrição | 128 |
| 4.2 ANÁLISES DO <i>CORPUS</i> | 141 |
| 4.2.1 Análise do <i>corpus</i> da sessão da Câmara dos Deputados Federais..... | 143 |
| 4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..... | 220 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 249 |

| | |
|---|------------|
| REFERÊNCIAS | 256 |
| ANEXOS | 271 |
| ANEXO A– AMOSTRA DE TRILHAS INSERIDAS NO <i>SOFTWARE</i> DO ELAN – <i>EUDICO LINGUISTIC ANNOTATOR</i> (LP.ORAL/LIBRAS.TILS ¹) | 272 |
| ANEXO B – AMOSTRA DE TRILHAS INSERIDAS NO <i>SOFTWARE</i> DO ELAN – <i>EUDICO LINGUISTIC ANNOTATOR</i> (LP.ORAL/LIBRAS.TILS ²) | 278 |

1 INTRODUÇÃO

A demanda pela qualificação profissional de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (Tils¹) encontra-se em expansão no Brasil, devido à implementação de leis que estabelecem a acessibilidade comunicacional da pessoa surda. Atualmente, procura-se avançar as pesquisas mais voltadas para os Estudos da Tradução, Estudos da Interpretação com interface com outras disciplinas da Linguística.

De acordo com o Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 45 milhões de pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Desse total, são 2.147.366 milhões que apresentaram a deficiência auditiva severa. Trata-se, portanto, de um contingente considerável que é reconhecido por suas especificidades. O Poder Público, após a Constituição de 1988, movimenta diversas iniciativas que foram implementadas para promover a inclusão e o acesso à informação, à comunicação, à educação, à saúde, ao esporte/lazer e ao trabalho. No que se refere à pessoa surda ou com deficiência auditiva, destaca-se a Lei de nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre Libras e dá outras providências a ela relacionadas. Essa lei, conhecida como Lei de Libras, foi regulamentada pelo Decreto de nº 5.626/2005, que destaca as ações a serem desenvolvidas para o cumprimento das disposições constitucionais brasileiras. Esses documentos legais marcam um avanço no processo de educação de surdos e na promoção da Libras, promovendo mudanças no currículo educacional e nos sistemas de ensino, desde a educação básica até o ensino superior, além de prever iniciativas que envolvem outros âmbitos da sociedade.

A atuação de Tils em contexto político é de especial interesse acadêmico, tendo em vista que a pesquisadora realizou serviços especializados de Tils em Casa Legislativa, por um período de uma legislatura parlamentar, ou seja, durante quatro anos a pesquisadora vivenciou intensamente práticas interpretativas em um contexto político. Nesse período, foi possível identificar algumas questões que, enquanto pesquisadora, poderiam ser adequadamente formuladas e investigadas. Tais questões são, portanto, objeto desta tese. A partir delas, problematiza-se a atuação de Tils em relação a sua formação acadêmica em nível de extensão, graduação e pós-graduação, focando em competências e habilidades necessárias para atuar em contextos políticos, a partir de um estudo de caso baseado na condução das atividades de Tils

¹ Nesta tese se fará uso da sigla Tils – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais para representar o profissional em atuação, conforme nomenclatura da legislação brasileira.

em uma Casa Legislativa Federal. Com tal problematização visa-se, em última instância, dialogar com nossos os colegas de atuação da área e com as instituições de ensino superior.

Observa-se que os Tils atuantes em Casas Legislativas no Brasil vivenciam diferentes dificuldades linguísticas, sociolinguísticas e, até mesmo, de operações técnicas para a atuação do Tils, em contextos políticos. Sendo assim, o Tils, para encontrar equivalências linguísticas num lexema de uma língua para outra, principalmente quando faz uso de vocábulos da área jurídica, proferidos em discursos políticos de parlamentares em sessões ordinárias/extraordinárias de Casas Legislativas. Nesse sentido, as reflexões sobre as formações especializadas, acerca da prática interpretativa do Tils, vêm levantando novas discussões sobre a prática do Tils. As práticas da atuação profissional geram reflexões dialógicas em relação ao fato do Tils não se sentir preparado para atuar em contextos políticos. A problemática se apresenta pela falta de formações mais específicas para atuação em diferentes contextos, atrelando aos gêneros discursivos, nesse caso o contexto político, com o uso de terminologias jurídicas. Nessa linha de raciocínio, é possível gerar debates acerca do já existente currículo de formação de conhecimento específico para os Tils, dando conta de competências e habilidades (capacidade de desempenho) técnicas para a atuação com diferentes gêneros de discurso.

As pesquisas para a área de Língua Brasileira de Sinais (Libras²) têm avançado significativamente na última década, no Brasil. Todavia, para os Estudos da Tradução (ET), as investigações passaram a ter mais notoriedade a partir da 1ª edição do Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais³. O congresso ficou marcado pela presença de diversos acadêmicos das mais distintas áreas, sendo eles surdos e

² Nesta tese, opta-se por referir a Língua de Sinais Brasileira com o uso da sigla 'Libras'. Ao longo das exposições, em citações, legislações e outras referências, outras siglas aparecem seguindo o uso dos autores citados.

³ Desde outubro de 2008, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ocorre o Congresso de Tils, sendo esse organizado pelo Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL), pelo Programa de Pós-Graduação em Tradução (PGET), pelo Grupo de Estudos Linguísticos Surdos e pelo Grupo de Estudos Surdos (GES) do Centro de Comunicação e Expressão. As pesquisas sobre tradução e interpretação de línguas de sinais no Brasil passaram a ser registradas em artigos científicos, a partir “[...] das produções acadêmicas relacionadas a estes esses campos de investigação. Os Cadernos de Tradução vêm coroar a afiliação destes desses campos aos Estudos da Tradução. O volume passa a fazer parte desse movimento que representa um avanço para as pesquisas em tradução e interpretação de línguas de sinais, bem como, redefinem a formação dos profissionais desta área no país. (QUADROS, 2010, p. 9, 12). Somente no congresso de 2010, as pesquisas sobre a área dos Tils passaram a ser contempladas com edições especiais de publicações científicas no *Caderno de Tradução* da UFSC: revista que é publicada semestralmente, desde 1996, pelos professores da UFSC. Desde 2010, a revista com Qualis A1 é financiada pelo Programa Editorial/Edital MCT/CNPq-MEC/CAPES. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/index>>. Acesso em: 10 maio. 2016.

ouvintes oriundos de vários Estados do Brasil, como também estudantes e profissionais Tils, pesquisadores e professores de formação da área.

Dada a devida importância dessas investigações voltadas para a área dos Tils, ampliaram-se as pesquisas no âmbito dos Estudos da Tradução. Vasconcellos (2010, p.121), por exemplo, destaca que as pesquisas na área do Tils passaram a pertencer aos Estudos da Tradução em um campo disciplinar estabelecido em que

a inserção estratégica do tradutor e do intérprete de línguas de sinais em um campo disciplinar já estabelecido, longe de diminuir a importância de sua questão identitária, pode contribuir para o fortalecimento do empoderamento (“empowerment”) desses profissionais que, mesmos filiados a um campo disciplinar já constituído, não perdem sua especificidade ou visibilidade. (VASCONCELLOS, 2010, p. 121).

As pesquisas foram avançando e, no cenário brasileiro, os movimentos sociais e políticos, com o intuito de promover a educação dos surdos, passaram a ganhar espaço, enfatizando ainda mais a necessidade de garantir a presença dos “intérpretes de Libras”, principalmente em sala de aula, para mediar a comunicação entre ouvintes e surdos (e vice-versa) no ambiente escolar. Na década de 80, a partir da presença do Tils em sala de aula (contexto educacional), passou-se também a reivindicar a presença de “intérpretes de Libras” em contextos de ordem pública (contexto social).

No entanto, somente em 2004, os “intérpretes de Libras” passaram a se organizar com ações, por meio de Políticas Públicas, no sentido de pleitear interesses da atuação desse profissional para o exercício da profissão. Nesse mesmo viés, em 2008, deu-se início ao movimento federativo, o qual visa à valorização e ao reconhecimento dessas associações, frente às iniciativas federais, em conjunto com as ações associativas de cada Estado. Dessa maneira, compreende-se que a profissão do Tils ganhou mais notoriedade federal, e os “intérpretes de Libras ou Língua de Sinais” ganharam mais reconhecimento por parte da funcionalidade de atuação, corroborando as legislações vigentes no país.

Em função das competências tradutórias e interpretativas, que são elementos-chave para a formação do Tils em diferentes contextos, é que se procura analisar em nível linguístico as competências e habilidades que dão relevo aos fatores linguísticos e culturais da língua portuguesa para Libras, os quais norteiam tal prática. Para tanto, esta pesquisa se debruça na seguinte problemática: *As escolhas realizadas pelo Tils, no processo de interpretação*

simultânea de Português (modalidade oral) para Libras, em sessões parlamentares, são semântica e pragmaticamente adequadas? Evidenciam-se, desse modo, os tipos de tradução e interpretação que ocorrem nas línguas naturais, conforme os aspectos linguísticos e culturais no processo de interpretação simultânea, tendo como ‘pano de fundo’ o cenário da atuação do Tils, em contextos políticos.

O propósito desta tese é, por meio de um estudo de caso, evidenciar e argumentar sobre a necessidade de formações e habilitações específicas de Tils para atuarem em diferentes contextos, como o educacional, jurídico, social, clínico e, no caso específico desta pesquisa, o contexto político de uma Casa Legislativa Federal – Congresso Nacional em Brasília.

Esta tese, especificamente, destaca as problemáticas e as complexidades presentes nas interpretações simultâneas da Língua Portuguesa (LP)⁴ (modalidade oral) para Libras e nas ocorrências lexemáticas escolhidas pelo Tils. Como objeto de pesquisa, estudaram-se as pautas da Ordem do Dia⁵ do Grande Expediente de uma Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados Federais. No caso desta tese, um dos itens da pauta foi a Tribuna Livre.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as correlações que impactam no processo de formação dos Tils e que influenciam no desenvolvimento de competências e habilidades interpretativas simultâneas do Português (modalidade oral) para Libras, como a língua de chegada, em uma sessão parlamentar da Câmara dos Deputados Federais no Congresso Nacional, em Brasília. A pesquisa visa oferecer uma análise da leitura dos processos de compreensão auditiva, durante uma situação de interpretação simultânea, a partir de um corpus específico gerado para esta tese, na qual serão identificadas as escolhas lexemáticas do Tils em relação ao uso de terminologias⁶ específicas proferidas em contextos de ordem política. Com base nisso, levanta-se um conjunto de competências e habilidades de conhecimentos especializados para o Tils desenvolver durante o processo simultâneo da

⁴ Doravante, usar-se-á a sigla “LP” para “Língua Portuguesa”.

⁵ Sessão Ordinária da Legislatura do Grande Expediente dos parlamentares federais

⁶ É notório que, até mesmo as pessoas ouvintes sem inserção na área política, desconhecem termos dos quais os parlamentares se apropriam. Esses termos são problemáticos na questão intralinguística em algum grau semântico-pragmático. Nesse sentido, o Tils também necessita realizar com precisões suas escolhas interpretativas de uma língua de modalidade oral-auditiva (LP) para uma versão de modalidade gesto-visual (Libras).

interpretação. No modelo holístico do grupo de pesquisa PACTE⁷ (HURTADO, 2005), a “competência tradutória” é um sistema subjacente de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para traduzir. Ou seja, trata-se de “conhecimentos especializados”, compostos por “conhecimentos declarativos e operacionais”, que compreendem cinco subcompetências que vão além dos componentes psicofisiológicos: bilíngue, extralinguística, instrumental, estratégica, e os conhecimentos sobre a tradução e interpretação.

A leitura é uma prática presente que envolve as pessoas na sociedade, sendo ela um requisito para a inserção do cidadão no mundo contemporâneo. O leitor que busca a leitura tem como propósito o prazer individual, a aquisição de conhecimentos ou informações, enfim, a leitura é realizada para diferentes finalidades, pois há diversos gêneros textuais que inclusive abarcam textos não compostos de palavras, existindo, ainda, aqueles que fogem à noção de que um texto é somente composto de palavras, como imagens, símbolos e figuras (que também são textos de leituras). Nesse sentido, amplia-se o significado conceitual de leitura, pois pode se tratar da leitura de mundo, como também a leitura de imagens e, principalmente, de diferentes leituras realizadas em um mesmo texto. A leitura é realizada como prática social e educacional, pois se lê no dia-a-dia, em situações diversas e com diferentes propósitos, como em leituras involuntárias de letreiros, nos cartazes, em *outdoors*, além de leituras voluntárias como em livros da leitura de obras literárias. Naquelas leituras que foram consideradas prazerosas para o leitor e, que de alguma forma, até mudaram sua perspectiva, seu entendimento de mundo, diante da vida, dos outros e de si mesmo. Há, também, aquelas leituras realizadas por obrigação, podendo ser atreladas a um objetivo particular ou socializado. Se considerarmos as leituras rápidas do cotidiano, no cartão do estacionamento, na receita médica, no aviso do elevador, na placa de trânsito, é possível encontrar uma rede de leitores a todo instante. De acordo com Lajolo (2000, p. 7), o conceito de leitura é amplo:

Ninguém nasce sabendo ler: aprende-se a ler à medida que se vive. Se ler livros geralmente se aprende nos bancos da escola, outras leituras se aprendem por aí, na chamada escola da vida: a leitura do vô das arribações que indicam a seca - como sabe quem lê *Vidas Secas* de Graciliano Ramos - independente de aprendizagem formal e se perfaz na interação cotidiana com o mundo das coisas e dos outros. (LAJOLO, 2000, p. 7)

⁷ PACTE – *Procesos de Adquisición de la Competencia Traductora y Evaluación* – Universidade Autônoma de Barcelona. Disponível em: < <http://grupsderecerca.uab.cat/pacte/en> >. Acesso em: 10 maio. 2016.

No contexto escolar, certamente a função da leitura é crucial, pois está correlacionada ao processo de alfabetização, às aulas de língua portuguesa, e nas demais disciplinas de formação acadêmica. O ato de ler é um ponto de partida para o leitor entrar em contato com os diversos conhecimentos que são ensinados na escola. No entanto, essa poderosa ação não se encontra apenas no contexto escolar, nessas situações, ela ultrapassa os muros da escola. As pessoas estão envolvidas com a leitura em cenários variados cotidianamente, como em um supermercado verificando a lista de compras, nos manuais de instrução dos eletrodomésticos, nas contas a pagar, nos bilhetes de cinema, nas placas de trânsito, nos gibis, nas atividades em frente ao computador, nas idas ao banco, no letreiro do ônibus e no registro de nascimento de um filho.

A leitura é uma tarefa bastante abrangente e ilimitada que, embora não constitua uma disciplina autônoma, é considerada um objeto de estudo por uma gama de abordagens, que envolve diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, a tese define leitura pelo ponto de vista de Cagliari (2005), Koch e Elias (2007), Koch (2002), Horellou-Lafarge e Segré (2010) e Antunes (2012).

O ato de ler tem uma relação intrínseca com a escrita, é um processo invariável, e nessa relação o leitor é definido como um mero agente ‘decodificador’ de letras, num gesto simples e puramente mecânico de decifração de sinais e códigos linguísticos do texto escrito. Porém, o leitor quando lê não está passivo diante da leitura que realiza, ele assume um papel ativo e reflexivo durante o processo da leitura. De acordo com Cagliari (2005), a interdependência da prática da leitura para o leitor é algo inquestionável, ou seja, é evidente que sem o ato de ler a linguagem não se estabelece socialmente. Dessa forma, vale lembrar que a necessidade de ler, em termos socioculturais, surgiu para registrar por escrito e armazenar no pensamento ou na memória informações que foram lidas em uma dada situação. Ler é, uma atividade muito complexa que demanda diversos níveis de processos cognitivos. Nesse sentido, em nível pragmático, considera-se fundamental que os fatores linguísticos, psicolinguísticos, cognitivos, semânticos (contexto social, cultural e situacional), sejam aspectos que caracterizam o ato da leitura, seja ela escrita ou auditiva. Sobretudo, a leitura é uma relação adjunta de construções de sentido, principalmente quando se refere à produção de inferências, vistas como essenciais para compreensão e interpretação.

De acordo com Horellou-Lafarge e Segré (2010), a leitura é compreendida como uma prática sócio-histórica, sendo ela relacionada às culturas, aos hábitos dos mais variados grupos sociais, aos meios tecnológicos, às instituições, como também às próprias políticas públicas de uma nação.

Koch e Elias (2007) salientam que, dependendo da concepção de língua adotada e, conseqüentemente, da concepção de sujeito, de texto e de sentido, a compreensão de leitura tem um conceito diferente, pois pode ter a finalidade conceitual voltada ao autor, ao texto e à interação autor-leitor-autor. Na noção de língua em que foco é o autor, ela está representada pelo pensamento e o sujeito é definido em nível psicológico e individual, ou seja, “um *ego* que constrói uma representação mental e deseja que esta seja ‘captada’ pelo interlocutor da maneira que foi mentalizada” (KOCH, 2002, p. 13-4). Ou seja, as ideias elaboradas pelo autor, sejam compreendidas pelo leitor com a mesma intenção do autor-escritor organizou em seus pensamentos. Na concepção de língua em que o sujeito constrói a representação mental e (re)produz um texto para ser “captado”, de forma que o leitor seja passivo no ato da leitura, relacionando as intenções psicológicas do escritor (produtor do texto), desconsiderando qualquer conhecimento prévio da relação do leitor e a sua interpretação em relação ao texto. Todavia, se a intenção do autor-escritor estiver no texto, a língua passa a ser vista em sua estrutura linguística em nível semântico-pragmático. O leitor pré-determina o sistema linguístico-social e o texto é um produto de codificação do autor do texto, que será decodificado pelo leitor, ao ativar a tarefa de reconhecimento do código linguístico (no ato da leitura). A partir da concepção de leitura em que a língua é compreendida como código, exige-se do leitor o reconhecimento do sentido das palavras (e da sua reprodução), da estrutura linguística e cultural do texto. Observa-se que, nessa compreensão de leitura como decodificação na interação autor-texto-leitor, o leitor é um agente passivo, cabendo-lhe reconhecer, decifrar e reproduzir o texto.

Por outro lado, de acordo com Koch e Elias (2007, p. 11), a língua é subjacente e interacionista, em que o sentido do texto passa ser construído dialogicamente pela interação entre sujeitos ativos em situações de atuação social, ou seja, a leitura é “uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos”. Essa construção de sentido ocorre a partir de elementos linguísticos que estão presentes no texto, levando em consideração o leitor

em relação a (inter)subjetividade das práticas sociais que perpassam a comunicação verbal e não-verbal das línguas interpretantes.

Ler é uma “atividade de produção de sentido” (KOCH; ELIAS, 2007, p.12), em que a linguagem é entendida como elemento interacional, funcional e discursivo. Nesse ponto de vista, o ato da leitura permite ao leitor uma postura mais ativa de produção de sentidos, sendo necessário compreender e interpretar textos escritos, auditivos (pronunciados), a partir das experiências individuais em relação aos próprios conhecimentos e práticas sociais que estão relacionadas a cada evento discursivo. Com isso, pode-se dizer que a leitura encontra-se além da simples tarefa de decodificar códigos gráficos, esse ato é visto como “uma atividade de interação entre sujeitos” (ANTUNES, 2003, p.67). O autor e o leitor são os agentes da interação, no sentido de recuperar, interpretar e compreender o sentido do conteúdo proposto e registrado pelo autor.

Dessa maneira, pensar em *leitura auditiva* como prática social relaciona-se à intersubjetividade e subjetividade do leitor, em relação à comunicação verbal. É um estímulo auditivo, em que o sujeito ‘ouve’ ao contato da mensagem e desenvolve sentidos cognitivos no leitor, que teve acesso à informação pelo canal auditivo. Nesse contexto, o leitor difunde pensamentos emancipatórios, numa prática reservada às formas de pensar, agir, sentir e de se relacionar com a sociedade. Contudo, a leitura não é apenas uma ação específica de interesses individuais, mas uma prática de propriedade social em diferentes contextos (HORELLOU-LAFARGE, SEGRÉ, 2010).

O ato de ler é um exercício que depende do tempo e do papel simbólico que está representado para o leitor, sendo ela uma prática incorporada à expressão (inter)subjetiva da linguagem comunicacional, ou seja, a leitura que gera uma nova leitura. Nesse raciocínio, Horellou-Lafarge e Segré (2010) compreendem que a leitura acontece numa ação particular do sujeito, em distintos contextos e/ou, até mesmo, como uma prática socializada (dialogada). Enfim, toda leitura de um texto, seja ele verbal ou não-verbal, pode ocorrer de forma linear, fragmentada ou descontínua para o leitor.

Ainda para Horellou-Lafarge e Segré (2010, p. 13), “[a] leitura é uma atividade integrada à vida cotidiana de cada um”, o que significa dizer que as pessoas se comunicam por expressões verbais e não-verbais, sendo elas (inter)locutores de seus discursos, nos mais diversos meios de comunicação, envolvendo práticas individuais e sociais. Portanto, toda

leitura é construída pragmaticamente da língua materna do falante (leitor). E, nesse viés, observa-se que essa prática encontra-se “difundida pela oralidade” (FISCHER, 2006) na sociedade que, na maioria das vezes, é acompanhada por imagens ou ilustrações que se referem ao texto falado. Assim, à leitura em relação aos meios de comunicação tornaram-se uma prática comum para o cotidiano social das pessoas, que fazem (em sua maioria) o uso da linguagem comunicacional da “fala” (expressão verbal). Um exemplo comum disso são os telejornais e rádios, que mobilizam diariamente informações direcionadas ao seu público, isto é, a leitura que gera leitura ao leitor. Ressalta-se que, nessa perspectiva da leitura, também é destacado por Horellou-Lafarge e Segré (2010):

[a] prática da leitura difundida pela oralidade e acompanhada de imagens tem continuidade na sociedade contemporânea. No século XX, são as imagens publicitárias (*outdoors* nas paredes da cidade, curtas de propaganda na televisão) que transmitem modelos de comportamento, instigando o consumo. A palavra radiodifundida, depois da palavra do apresentador unida à imagem televisionada substituíram a pessoa do leitor-mediador. (HORELLOU-LAFARGE, SEGRÉ, 2010, p. 127).

Assim, a prática da leitura está difundida em vários espaços sociais, sendo ela gerada por uma ação coletiva ou individual, dando vazão ao constante desejo de decifrar, compreender e interpretar os códigos linguísticos que os cercam, bem como de relacionar o que se “ouve” nas línguas orais (LO) ou o que se “lê” (compreende) com os pensamentos. Nessas circunstâncias, é possível pensar na prática da leitura como algo que é compartilhado e contínuo, desenvolvendo uma “prática coletiva” na comunicação oral inseridas nas relações sociais (NAFFRECHOUX, 1987). Essa prática da leitura nasce com o indivíduo a partir do contexto familiar, expandindo-se na escola, consolidando-se no trabalho e nas relações entre amigos (vida social). Nessa perspectiva de conhecimento de mundo, o ser humano está a todo tempo, de forma consciente ou não, realizando a leitura.

Ler permite uma interação entre o locutor e interlocutor, a compreensão e a interpretação, a tradução e a mediação do intérprete no processo da leitura, pois não há como desvincular a leitura do processo da linguagem, já que o ato de ler também é, propriamente, uma das formas de linguagem. Além disso, de acordo com Jakobson (1975), a comunicação pode ser oral ou escrita, e tem sempre o texto como objeto de interação. Assim, no que se refere ao texto falado, não se pode deixar de relacionar a leitura à organização da escrita, no processo de aprendizagem em que ambas estão envolvidas. Porém, a relação da leitura com a

interpretação e a compreensão são conceitos que se encontram na interação comunicativa. Ou seja, a leitura auditiva, falada (oral) ou escrita também se estabelece (DASCAL, 2006). Nesse sentido, cabe considerar que a compreensão é constituída de fatores, que se relacionam diretamente com o autor e o leitor. Em outras palavras, quando o autor-escritor tem a intenção de dizer algo ou registrar seu pensamento, e o leitor compreende e interpreta a leitura, significa que houve uma interação comunicativa entre o autor-escritor e o leitor. Assim, quando o leitor ouve, realiza inferências de acordo com a produção do autor/falante, sendo que a compreensão não é um simples ato de identificação de informações, mas uma construção de sentidos com base em atividades inferenciais, seja a leitura auditiva ou escrita (MARCUSCHI, 2008, p. 233).

Conforme Marcuschi (2008, p. 230), a compreensão envolve esquemas cognitivos internalizados no leitor, e estabelece correlações semântico-pragmáticas que exigem muito mais do que expressar linguisticamente o que se entendeu de determinado assunto, pois não há necessidade de uma simetria entre a compreensão e a produção da fala/escrita. Ou seja, toda a compreensão do ato de leitura não é apenas uma ação linguística ou cognitiva – envolve inferências de mundo, como também da relação com o outro numa determinada cultura.

Nesta tese, a partir de cada interpretação simultânea da modalidade oral do português (expressa pela Ordem do Dia das Sessões do Grande Expediente), é possível identificar o processo de leitura auditiva e a compreensão das ocorrências lexemáticas em Libras. A proposta desta pesquisa é contribuir com aspectos fundamentais da competência interpretativa simultânea, especificamente nas particularidades de atuação do Tils em contextos políticos, que demanda o domínio de léxico especializado. Considerando isso, a presente discussão é norteada pelos seguintes objetivos específicos:

- a) identificar as escolhas lexemáticas que os Tils realizam para traduzir os conceitos em contextos políticos, durante uma interpretação simultânea em sessão parlamentar;
- b) analisar como são feitas as escolhas explícitas durante o processo de leitura e compreensão interpretativa; e,

- c) delinear quais as competências e habilidades que o Tils desenvolve no seu desempenho, para tornar mais eficientes e eficazes as escolhas interpretativas de conceitos utilizados em contextos de ordem política.

Numa ação interpretativa (simultânea), percebe-se que o Tils assume a figura de mediador situacional da língua de partida para a língua de chegada (e vice-versa), estabelecendo-se a leitura auditiva e a compreensão para o processo de interpretação simultânea. Pereira (2010)⁸ assinala que as pesquisas na área da interpretação, estão ganhando espaço na área dos Estudos da Tradução e, aos poucos, vêm consolidando a base científica para o exercício do Tils, em suas prerrogativas de ordem legal – sendo elas atribuídas para formação, metodologia, intercâmbio e demais problemáticas relativas à categoria (contratos coletivos de trabalho, acordos, convenções, dissídios coletivos e similares que asseguram os direitos) do Tils⁹. Destaca-se, a seguir, um resumo das principais dissertações e teses que foram desenvolvidas no âmbito da temática desta tese. Leite (2004), uma das primeiras pesquisadoras da área do Tils no Brasil, trata da neutralidade da atuação do Tils em sua dissertação, bem como sobre os conflitos enfrentados na prática da interpretação simultânea e consecutiva, tendo como aporte teórico a sociolinguística interacional, com base nas pesquisas da interpretação da Língua de Sinais Americana (ASL).

Rosa (2005, p. 9) é também uma das primeiras pesquisadoras da área do Tils no Brasil, ela discute sobre a “visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete”. A discussão da pesquisadora trata sobre “a prática do intérprete de língua de sinais examinado pelo campo dos Estudos da Tradução; tais estudos abordam de diversas maneiras o que seja traduzir”. A autora contribui com reflexões preliminares sobre o campo da formação do intérprete de Libras, numa visão das práticas interpretativas pós-estruturalista que desmistificam o entendimento sobre a “neutralidade” do Tils.

Souza (2010, p. 9) investiga a “performance de tradução de Língua Brasileira de Sinais observadas no curso de Letras-Libras”, debruçando-se diretamente na performance pré-tradutória e na performance identificada durante o procedimento de tradução de observações

⁸ Publicado no Cadernos de Tradução, o artigo intitulado: Produções Acadêmicas sobre Interpretação de Língua de Sinais: dissertações e teses como vestígios históricos (PEREIRA 2010, p. 114).

⁹ A autora, em seu artigo publicado no Cadernos de Tradução da UFSC (PEREIRA, 2010), apresenta um levantamento de pesquisas científicas voltadas para essas prerrogativas em relação aos serviços especializados da atuação do Tils.

diretas de uma “surda-atriz”. Os procedimentos de tradução resultaram num estudo de “texto-base” com “conteúdos-fontes”, que consiste em um procedimento de tradução interlíngua da modalidade escrita do texto em português, observando que esses procedimentos podem ser descritos como “transliteração” e/ou como “transposição” de uma palavra (letra por letra) da LP para Libras. A pesquisa torna-se relevante para fundamentar a tradução da leitura do texto escrito, que o Tils necessita se apropriar, para um conhecimento prévio do conteúdo envolvido num processo de interpretação simultânea de uma língua oral para a língua de sinais.

Nascimento (2011, p. 9) analisa a “interpretação da língua brasileira de sinais a partir do gênero jornalístico televisivo”, estudando elementos verbos-visuais na produção de sentidos. Para o autor, os elementos verbo-visuais são imprescindíveis para a atuação do Tils¹⁰ em espaços televisivos. As análises do autor destacam os “verbo-visuais e a totalidade das imagens como direção do olhar e do corpo, (*sic*) sendo essas imagens (*sic*) decisivas para a negociação de sentidos discursivos provenientes dessa esfera no momento da interpretação”.

Machado (2012, p. 9) tem o propósito de “identificar os processos linguístico-cognitivos nas atividades de tradução e interpretação de Libras/Português”. Essa investigação, de caráter experimental, levantou hipóteses e evidências empíricas que contribuíram para o refinamento e o aperfeiçoamento das habilidades dos Tils conseguirem compreender as construções dos conceitos abstratos e suas correspondências lexicais/gramaticais em LP e em Libras. No caso, em uma situação controlada, os Tils tiveram melhor desempenho quando tinham contato anterior com o texto-fonte das informações a serem interpretadas. Essa pesquisa contribui para o “aperfeiçoamento da competência e habilidade dos tradutores e intérpretes (*sic*) de Libras/português nos processos de compreensão e elaboração das construções que expressam conceitos abstratos [e] que possuem correspondentes lexicais/gramaticais na LP, mas não, necessariamente, em Libras” (p. 9). Essa pesquisa reforça a necessidade da continuidade de aperfeiçoamento dessa função técnico-profissional, destacando os problemas que ocorrem na interpretação simultânea dos conceitos abstratos.

Santos (2013, p. 9) destaca a tradução e a interpretação da língua de sinais, no Brasil, por meio de análises voltadas à teses e dissertações, produzidas no período de 1990 a 2010. A autora demarca o avanço das pesquisas na área da tradução e interpretação de Libras,

¹⁰ O autor faz uso da sigla TILSP referindo-se ao Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português. Nessa tese será usado Tils para referenciar ao profissional Tradutor e Intérprete de Línguas de Sinais e ILS para destacar a atuação da interpretação da língua de sinais (modalidade simultânea).

apresentando análises que revelam a “emergência de novos aspectos a serem problematizados no percurso das pesquisas sobre TILS”, ou seja, a necessidade de avançar em discussões sobre os diferentes contextos comunitários de atuação do Tils.

Rodrigues (2013, p. 4 – *grifos da autora*) elucida sobre a interpretação da língua de sinais brasileira a partir de efeitos de modalidade e processos inferenciais, discutindo sobre a “importância do monitoramento metacognitivo consciente do processo de interpretação em língua de sinais”. Para isso, o autor considera que a interpretação de uma língua oral, nesse caso a Língua Portuguesa, para Libras, numa análise, permite observar o desempenho dos intérpretes como “*par linguístico de Português-Libras*” e isso, é “fortemente influenciado pela modalidade das línguas, e isso tem implicações na busca por semelhança interpretativa em um processo de interpretação intermodal”.

Barbosa (2014, p. 8), por sua vez, se debruça em uma análise sobre as “[o]missões na interpretação simultânea de Conferência: Língua Portuguesa – Língua Brasileira de Sinais”. Essas análises são apresentadas através de dados coletados das interpretações simultâneas em contextos de conferências “identificando as demandas que influenciaram a realizar as omissões” durante a atuação. Para o autor, as omissões realizadas pelo Tils, durante o processo interpretativo, ocorrem quando o Tils passa a não ter o controle sobre a sua prática interpretativa, ao mesmo tempo em que reforça que deve haver a consciência de que as omissões são intrínsecas à interpretação.

Pereira (2014, p. 12) apresenta um estudo sobre “[a] interpretação interlíngua da Libras para o português brasileiro” e faz isso a partir de um estudo sobre as formas de tratamento, dialogando com o aporte teórico na “[i]nterpretação em interface com abordagens interacionais e discursivas do ato da linguagem”. Essas evidências destacam um “alinhamento [dos] intérpretes de língua de sinais (ILS) com a posição dos locutores surdos, em formas diversificadas”. O trabalho da autora expõe elementos fundamentais para compreender as escolhas interpretativas que o Tils realiza durante uma interpretação simultânea de LP para Libras.

Laguna (2015, p. 9) analisa “[m]oralidade, idoneidade e convivência” nos discursos sobre as práticas dos repetidores¹¹ de classe do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), compreendidas entre 1855 e 1910, os quais incidem na atuação profissional dos

¹¹ Conforme a autora, os 'repetidores' são os atuais Tils.

tradutores e intérpretes de língua de sinais da atualidade e revelam análises sobre os discursos das “práticas dos repetidores de classe em documentos do acervo do INES”. Esses dados contextualizam as condições históricas, políticas e educacionais do Brasil no período que compreende o Império e o início da República Brasileira.

De acordo com as pesquisas acima mencionadas, certifica-se que as discussões sobre a formação do Tils é algo que vem sendo destacado por diferentes pesquisadores, sob o ponto de vista tanto dos aspectos da tradução, como também da interpretação. Para isso, os pesquisadores dos Estudos da Tradução e Interpretação das línguas orais, esclarecem, teoricamente, sobre as práticas da atividade técnico-profissional que mediam da língua de partida para a língua de chegada.

Eco (2007) sustenta a ideia de que os textos (falado ou escrito) são como máquinas que necessitam de “cooperação” e “colaboração” dos leitores e, também, compreende que os aspectos mais relevantes que atuam durante a atividade interpretativa dos leitores são os mesmos mecanismos que engendram a cooperação interpretativa, ou seja, o "preenchimento" de sentido é feito pelo leitor dentro da leitura de um texto. O leitor procura definir os limites interpretativos a serem respeitados e, ao mesmo tempo, rompe horizontes de expectativas geradas pelo próprio texto, mais do que um confronto com o contexto em que se insere o leitor. Para o autor:

[...] a noção de interpretação como tradução de signo a signo permite superar a diatribe sobre onde localizar o significado, na mente ou no comportamento, e não diz que interpretar e traduzir sejam sempre e de todo modo a mesma operação, mas que é útil abordar a noção de significado em termos de tradução [...] (ECO, 2007, p. 269).

De acordo com Eco (2007, p. 270), o ato de traduzir não é uma simples transposição do léxico de uma língua para outra, isso é, não se traduz palavra por palavra, mas faz-se necessária uma tradução de significados e das referências que há entre as culturas. Considera-se que a tradução não é, portanto, uma atividade puramente técnica e objetiva. Com isso, a subjetividade está implicada na interpretação do mediador, pois passa a ser, naturalmente, uma consequência dos processos de interpretação e tradução. Jakobson (1975), por sua vez, afirma que é preciso que o problema do significado não seja colocado em termos de “equivalência absoluta entre a tradução e interpretação”. Ou seja, os autores revelam o quanto é problemática a atividade de tradução e interpretação e o quanto envolve aspectos que vão

além do âmbito técnico, ressaltando a necessidade de formação, aperfeiçoamento e aprimoramento para tal tarefa de mediação comunicativa. Esta tese divide-se em quatro capítulos, sendo o primeiro a presente Introdução. No segundo capítulo, encontra-se o referencial teórico, abordando as contribuições dos Estudos da Tradução e da Interpretação, a partir de pesquisas do âmbito da leitura, tradução e interpretação nas línguas orais e das línguas de sinais, em situações de interpretação simultânea, apresentando aspectos relevantes que amparam a área para uma atuação eficiente do Tils. O capítulo está organizado em três grandes seções. A primeira seção (2.1) trata de conceitos basilares relacionados à prática de tradução e à interpretação sob o ponto de vista de Jakobson (1959, 1973), Holmes (1998), Rónai (1976, 1987), Bassnett (2005), Pagura (2003), Steiner (1975), Hurtado (1999, 2005), Dascal (2006), Eco (2007), Pöchhacker (1995, 2004), Gile (1990, 1994, 1995), Wadenjö (1992, 1998), entre outros que elucidam esses conceitos em suas pesquisas. A subseção (2.1.1) aborda especificamente a interpretação simultânea das línguas de modalidades orais explicada pelo Modelo de Esforços de Gile (1995). A subseção (2.1.2) focaliza a interpretação simultânea da língua portuguesa para Libras e vice-versa, pelo ponto de vista dos teóricos dos Estudos de Tradução e Interpretação. A segunda seção (2.2) aborda os processos de leitura, cognição e compreensão na tarefa de tradução e interpretação, destacando, na subseção (2.2.1), a relação da paráfrase com a tradução e a interpretação, e, na subseção (2.2.2), a polissemia em língua portuguesa e sua relação com aspectos da tradução/interpretação da língua portuguesa e Libras. Por fim, a seção (2.3) trata da leitura, interpretação e compreensão, sob o ponto de vista de Dascal (2006), focalizando aspectos linguísticos, culturais e sociais implicados nas práticas de leitura. A subseção (2.3.1) apresenta uma panorâmica da atuação em situação de interpretação simultânea¹² em contextos comunitários, sob o ponto de vista de Santos (2013), a interpretação em contextos clínico, jurídico e educacional (RUSSEL, 2002; TUXI, 2009; QUEIROZ, 2011; SANTOS, 2013; ALBRES, 2015), e a interpretação de conferência (BARBOSA, 2011) e em contexto midiático (NASCIMENTO, 2011).

No terceiro capítulo, focaliza-se na atuação dos tradutores e intérpretes de língua de sinais (Tils) em movimentos associativos e federativos, construídos pela categoria para a eficiência da atuação dos Tils no Brasil. Essa atuação é pautada pela legislação vigente e pela

¹² Sob o ponto de vista de pesquisas direcionadas à interpretação simultânea para as línguas de sinais (Libras).

regulamentação dos Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais das línguas orais. Descrevem-se, também, as diretrizes e normativas que se aplicam na atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Português (Tilsp). Esse capítulo destaca, de modo geral, os Direitos Humanos, as Políticas Públicas e os aspectos legislativos ligados às práticas dos Tils e à Acessibilidade Comunicacional. Ele está dividido em três subseções: na seção (3.1), apresentam-se os aspectos legislativos do Poder Público em relação às pessoas com deficiência, com ênfase na pessoa surda; na seção (3.2), apresentam-se as diretrizes e as normas das legislações vigentes no país sobre a função dos tradutores e intérpretes de Português/Libras no mercado de trabalho e as atribuições e regulamentações acerca do Tradutor Público e do Intérprete Comercial, nas Juntas Comerciais no Brasil; e, para finalizar, na seção (3.3) abordam-se as competências e habilidades dos tradutores e intérpretes das línguas orais e de sinais.

No quarto capítulo, descrevem-se, na seção (4.1), a metodologia, técnicas e procedimentos da pesquisa. Na subseção (4.1.1), caracteriza-se o método de pesquisa, fundamentando o uso de Estudo de Caso (cf. YIN, 2010), em que consiste na análise da atuação de Tils em uma sessão parlamentar da Câmara dos Deputados Federais. Na subseção (4.1.2), trata-se dos recursos técnicos e dos procedimentos relativos às transcrições realizadas para formar o *corpus* da pesquisa. As transcrições da fala dos parlamentares e da interpretação dos Tils são feitas utilizando-se as trilhas do *software* ELAN. Sendo o *corpus* constituído de 30 excertos (EX 1-30) dos discursos proferidos (no vídeo de 20 minutos) e realizados na Sessão Ordinária no espaço definido para o uso da Tribuna Livre da Câmara dos Deputados Federais – Congresso Nacional. Na seção (4.2), realiza-se a análise do *corpus*, que visa detalhar os processos de interpretação simultânea do Tils em relação com os discursos proferidos pelos parlamentares. Finalmente, a terceira seção (4.3) dedica-se à discussão dos resultados obtidos a partir das análises. Essas análises seguem o procedimento quali-quantitativo, a fim de identificar, quantificar e discutir os pontos mais problemáticos da interpretação simultânea da LP para Libras, envolvendo um conjunto de escolhas lexicáticas para conceitos especializados e/ou de uso habitual nos contextos políticos.

Na discussão, a ênfase está na ratificação da necessidade de especialização dos Tils para atuarem em diferentes contextos, no caso específico, no contexto político, como parte da ampliação de suas competências tradutórias e interpretativas. Os Tils¹ e o Tils² demonstraram

habilidades e desempenhos bem distintos. O Tils¹ omitiu vocábulos que interferem na interpretação semântico-pragmática do leitor-surdo. Durante sua atuação, houve mais omissões em relação aos enunciados proferidos pelos parlamentares em LP (modalidade oral-auditiva) e interpretados em Libras. Para essas omissões, foram propostas¹³ vinte e cinco novas versões de interpretação de LP para Libras. O Tils¹ também explora a polissemia em Libras, como <POLÍTICO>, que se refere aos vocábulos ‘presidente’, ‘deputados’ e ‘deputadas’, mas também se refere aos adjetivos ‘excelentíssimo’ e ‘ilustríssimos’ (EX2). Com relação às paráfrases, o Tils¹, em alguns excertos, mantém a simetria das matrizes na sentença, fazendo mais escolhas de paráfrases paralelas. Foram poucas as paráfrases expandidas, e essas eram relacionadas às noções mais abstratas. Em relação às paráfrases redutoras, o Tils¹ reduziu sentenças complexas, tornando-as mais simplificadas e mantendo o conteúdo da matriz.

Na sequência, o Tils² demonstra melhor desempenho em relação ao Tils¹ nas escolhas interpretativas dos lexemas de LP para Libras. Em sua atuação, há menos omissões da LP (modalidade oral-auditiva) para Libras, e algumas omissões analisadas foram identificadas de informações menos relevantes, no contexto geral do discurso. Com isso, identificaram-se oito novas versões de enunciados para serem interpretados de LP para Libras. Dessas novas versões, nem todas foram provenientes das omissões de vocábulos nos enunciados proferidos pelos parlamentares e analisados nos excertos, mas de possibilidades de, em uma nova versão, refinar as escolhas interpretativas numa situação de interpretação simultânea. O Tils² explora, durante sua atividade de interpretação simultânea, as paráfrases paralelas e expandidas, e não se identificam ocorrências de paráfrases redutoras. Observa-se que o Tils², em suas escolhas interpretativas, busca lexemas com equivalências simétricas e explicativas, correlacionadas à prosódia do ato de fala dos parlamentares. A prosódia foi interpretada pelo aspecto secundário gramatical da língua de sinais, no qual se exploraram as expressões faciais e corporais para dar conta da interpretação dos enunciados dos discursos do parlamentar¹ e do parlamentar³. Nota-se, nessa interpretação, que o Tils² não faz uso dos lexemas na estrutura sintática de Libras, ou seja, os lexemas resultam mais em escolhas de “palavra mais sinal”, separando-as por **pausas**, ao longo do discurso do parlamentar¹. No entanto, o Tils², durante a interpretação

¹³ As novas interpretações propostas durante as análises foram contribuídas e discutidas com pares da área (Marcos Luchi, Maria Cristina Laguna, Quetlen Camargo, Kafka Domingues, Carolina Sperb, Carlos Martins, Marcelo Bertoluci), a fim de observar as escolhas interpretativas para cada enunciado proferido pelos parlamentares.

simultânea, preenche as pausas com expressões faciais de forma intensa, correlacionando com a entonação da voz do parlamentar. Sendo assim, o Tils² faz uso de lexemas polissêmicos <FUTEBOL>, <PERFEITO>, <ESTÁDIO>, <ANOTAR> e <HITLER>, mantendo a comunicação que se refere aos sentidos proferidos de forma intralingual de Libras para Libras, e interlingual de LP para Libras ou Libras para LP.

Em suma, os Tils¹ e o Tils² demonstraram habilidades e capacidades de desempenhos bem definidos, em termos de discussão linguística, conforme as análises realizadas nos excertos de 1 a 30, relativos aos discursos do parlamentar¹, do parlamentar² e do parlamentar³. O Tils¹ apresentou vários elementos, que ora se distanciam do enunciado e, ora se aproximam, no entanto, o Tils² demonstra maior desempenho em relação ao Tils¹ nas escolhas interpretativas dos lexemas de LP para Libras. A melhor atuação do Tils², cuja formação é de ensino superior e com especialização em tradução e interpretação em Libras, somado à proficiência em Libras (PROLIBRAS)¹⁴, fortalece a defesa de uma formação especializada, orientação desta tese, para a atuação do Tils, nos variados contextos, sejam eles os contextos educacionais, clínicos, jurídicos e, principalmente, na esfera política, em que há habilidades específicas para diferentes gêneros de discurso.

De acordo com os resultados das análises, verifica-se a necessidade de, que nos cursos de formação de Tils, principalmente nos de graduação, sejam oportunizadas aos estudantes formações específicas, referente aos diferentes contextos de atuação do Tils. Isso porque nem todos os Tils que, por exemplo, têm habilidades para atuar num contexto educacional, têm as mesmas habilidades para atuar num contexto clínico, jurídico e, até mesmo, político. Sendo assim, os intérpretes realizam escolhas para gerenciar o processo de compreensão da informação recebida, estabelecendo o significado (semântica e pragmaticamente adequado) e produzindo a interpretação possível de uma língua para outra.

¹⁴ Conforme estabelece a Portaria Normativa MEC 20/2010.

2 LEITURA, TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Este capítulo está organizado em três grandes seções. A primeira seção (2.1) trata de conceitos basilares relacionados à prática de tradução e interpretação, sob o ponto de vista de Jakobson (1959, 1973), Holmes (1998), Rónai (1976, 1987), Bassnett (2005), Pagura (2003), Steiner (1975), Hurtado (1999, 2005), Dascal (2006), Eco (2007), Pöchhacker (1995, 2004) Gile (1990, 1994, 1995), Wadenjö (1992, 1998), entre outros que elucidam esses conceitos em suas pesquisas. A subseção (2.1.1) aborda especificamente a interpretação simultânea das línguas de modalidades orais explicada pelo Modelo de Esforços de Gile (1995). A subseção (2.1.2) focaliza a interpretação simultânea da língua portuguesa para Libras e vice-versa, pelo ponto de vista dos teóricos dos Estudos da Tradução e Interpretação.

A segunda seção (2.2) aborda os processos de cognição, leitura e compreensão da atividade da tradução e interpretação, destacando, na subseção (2.2.1), a relação entre paráfrase, tradução e interpretação e, na subseção (2.2.2), a polissemia em língua portuguesa e sua relação com aspectos da tradução/interpretação da língua portuguesa e Libras.

Por fim, a seção (2.3) trata da leitura, interpretação e compreensão sob o ponto de vista de Dascal (2006), focalizando aspectos linguísticos, culturais e sociais implicados nas práticas de leitura. A subseção (2.3.1) apresenta um panorama da interpretação simultânea em contextos comunitários sob o ponto de vista de Santos (2013), a interpretação em contexto clínico (QUEIROZ, 2011), jurídico (RUSSEL, 2002; SANTOS, 2013) e educacional (ALBRES, 2015; TUXI, 2009), e a interpretação em contexto de conferência (BARBOSA, 2014) e em contexto midiático (NASCIMENTO, 2011).

2.1 TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA

As funções do tradutor e do intérprete são vistas de forma distinta em alguns autores, como revela Pagura (2003). Até o século XI, todo profissional que realizava tradução, tanto na modalidade oral ou escrita, era nomeado como intérprete. Porém, os Estudos da Tradução, em meados do século XII, foram rediscutidos por Holmes (1998), passando a ser compreendidos diferentemente para os Estudos da Interpretação. Em comparação com outras áreas acadêmicas, os Estudos da Tradução constituem-se em uma área de pesquisa

relativamente nova, pois o surgimento advém de estudos realizados com as línguas modernas, com questões em literatura comparada e em linguística, para citar alguns campos de investigação de maior proeminência. Entendia-se que o intérprete era quem realizava interpretações simultâneas e/ou consecutivas entre línguas orais, e o tradutor, por sua vez, realiza as traduções na modalidade escrita de línguas estrangeiras (VENUTI, 2002; ECO, 2007).

É relevante discutir brevemente os conceitos de “tradução” e de “interpretação” sob a luz dos Estudos da Tradução e Interpretação. De acordo com os dicionários, o verbete 'tradução' é derivado do latim *traducere* e, etimologicamente, significa “conduzir além” e/ou “transferir” (FERREIRA, 2009). A tradução é compreendida como a interpretação do significado de um texto fonte para a produção de um novo texto, em outra língua. Ou seja, entende-se por tradução o ato de delinear um texto, traduzindo-o de uma língua para outra. O tradutor vai além de transpor um texto para outra língua, pois ele necessita conhecer, além da língua de partida, a língua de chegada, assim como o contexto semântico-pragmático da produção que está sendo traduzida. Esse processo é conhecido como tradução literária (BASSNETT, 2005).

Nos Estudos da Tradução, destaca-se a abordagem de Jakobson (1973), autor fascinado pelas obras clássicas das Teorias da Tradução. O autor propõe a teoria da “tríplice tipologia da tradução”, também conhecida como “tipos de interpretação”. Essa teoria tem como propósito revelar os aspectos linguísticos que há na tradução pela proposição na seguinte categorização:

- a) **intra-linguística [reformulação]**: é uma tradução ou interpretação de “signos verbais por meio de outros signos verbais da mesma língua” (p. 64);
- b) **inter-linguística [tradução/interpretação propriamente dita]**: é uma tradução ou interpretação de “signos verbais por meio de signos verbais de alguma outra língua” (p. 64);
- c) **inter-semiótica [transmutação]**: é uma tradução ou interpretação de “signos verbais por meio de um sistema de signos não-verbais” (p. 65).

O significado de um signo linguístico é uma tradução para outro signo, ou seja, uma substituição para outro signo linguístico. Segundo Jakobson (1973, p. 64), a tradução de um

signo linguístico pode ser realizada de um signo da mesma língua, de um signo de uma língua para outra língua ou, até mesmo, para símbolos não-verbais.

Entende-se que o ato de traduzir não é uma simples transposição de um item lexical de uma língua para outra; isto é, não se traduz palavra por palavra, mas se faz necessária uma tradução de significados e das referências que há entre as culturas, em um nível pragmático. De acordo com Jakobson (1973, p. 65), é o tradutor que atua em paralelo com dois códigos linguísticos no nível interlingual, no qual não há equivalências linguísticas e culturais:

[...] ao traduzir de uma língua para outra, substituem-se mensagens em uma das línguas, não por unidades de códigos separadas, mas por mensagens inteiras de outra língua. Tal tradução é uma forma de discurso indireto: o tradutor recodifica e transmite uma mensagem recebida de outra fonte. Assim, a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes (JAKOBSON, 1973, p. 65).

Eco (2007, p. 270), por sua vez, afirma que “toda atividade de interpretação deve ser considerada tradução”. Nesse sentido, o autor apresenta três dimensões para o verbo interpretar, que são: (1) asserir (exprimir)[dizer] em voz alta; (2) interpretar (explicar) uma situação, e (3) traduzir (servir de intérprete) de uma língua estrangeira (ECO, 2007, p. 270-271). Essa última significação, da interpretação como tradução, já está consagrada nos Estudos da Tradução, mas ainda se considera a questão sob o ponto de vista da hermenêutica, e, com isso, o ato de traduzir ganha uma nova dimensão. Rónai (1976, p. 4), por sua vez, considera que é o “leitor que o tradutor pega pela mão para levá-lo para outro meio linguístico (*sic*) que não o seu”. Em suma, a tradução é um instrumento que se realiza durante uma leitura dentro da mesma língua ou de uma língua para outra.

Corroborando a visão adotada por Rónai (1976), e sendo depois reforçada por Bassnett (2005, p. 9), entende-se, também, que o ato de traduzir e de interpretar de uma língua para a outra envolve escolhas tradutórias e/ou interpretativas, e que a tradução não significa somente realizar transferências de palavras de uma língua para a outra, já que exige um processo de negociação entre as línguas em questão. Além de levar em consideração fatores culturais das respectivas comunidades linguísticas.

Steiner (2005) define que a atividade tradutória intralingual encontra-se em todo tipo de leitura, independentemente do grau de relevância, que se evidencia quando se lê ou se ouve qualquer enunciado, e com isso, a leitura tradutória se remete às inferências empíricas. Isso quer dizer, a tradução perpassa o modelo simplório do enunciador e carrega elementos

subjetivos da atuação do profissional. Assim, a tradução é aquela que a mensagem sai da língua de partida e passa por meio de um processo de mutação para a língua de chegada. Na visão do autor, a tradução intralingual redimensiona um novo olhar para o conceito de tradução, pois antes mesmo de realizar uma interpretação simultânea ou consecutiva, torna-se necessário um processo tradutório, no sentido de compreensão do texto de partida, ou seja, traduzir numa atividade intralingual, para que faça sentido numa versão prévia do conteúdo, sendo interpretado para a língua de chegada.

Segundo Steiner (2005, p. 53), a barreira de comunicação é o fato explícito de que uma língua é independente de outra língua, e que ocorre uma transferência interpretativa da mensagem do emitente para o remetente e, vice-versa, num funcionamento interno de uma única língua. Evidencia-se o quanto se faz necessário o conhecimento prévio da língua a ser interpretada no processo de interpretação simultânea, compreendendo-a (traduzindo em nível intralingual) para que o texto de partida tenha sentido para texto de chegada.

Porém, em uma das maiores discussões, no ponto de vista do campo da tradução interlingual, conhecida também como tradução livre e/ou tradução literal, há uma distinção conceitual. Segundo Rónai (1987, p. 21), a tradução literal tem o mesmo sentido de identificação em línguas semelhantes, de modo que o tradutor realiza a “transposição de palavras ou expressões de uma para outra”. Para o autor, dadas as divergências nas estruturas gramaticais entre ambas as línguas, cabe ao tradutor escolher, de cada vez, entre duas ou mais soluções, e, em sua escolha, motivar-se continuamente pelo “espírito da língua para a qual traduz”.

Nesse sentido, é evidente que se torna impossível obter uma tradução ideal quando se conhece linguisticamente e culturalmente as línguas envolvidas. Há traduções que se aproximam da ideia central do texto original e há aquelas que se distanciam por não haver operações técnicas de tradução cultural e linguísticas entre ambas as línguas em uso. Esse distanciamento deve-se ao fato de que a tradução ou a interpretação sejam realizadas sem o conhecimento prévio da língua de partida no nível intralingual, para as escolhas interpretativas na língua de chegada ao nível interlingual.

Umberto Eco (2007) observa que é impossível ser “fiel” ao que se traduz ou se interpreta: nunca se diz a mesma coisa, mas é possível dizer “quase a mesma coisa”. Esse argumento do autor esclarece a defesa de Steiner (2005) em relação ao conceito de tradução

intra-lingual, isto é, quando as línguas interpretantes estão envolvidas no processo da tradução ou da interpretação, surge a necessidade de uma compreensão intra-lingual com os sentidos e significados na própria língua natural, permitindo uma eficiência da tarefa de refinar as escolhas lexicêmicas durante um ato de tradução ou interpretação.

Em se tratando de tipologia conceitual a tradução e a interpretação são distintas em relação a tarefa de traduzir e interpretar de uma língua de partida para a língua de chegada. De acordo com Pagura (2003, p. 230), “a ênfase no conhecimento linguístico necessário ao processo de tradução está na escrita, ao passo que, para a interpretação, faz-se necessário o domínio da língua oral”. Nota-se que o autor evidencia o termo “tradução” como uso mais abrangente de procedimentos de verter um idioma para outro, no sentido técnico do termo.

De acordo com Metzger (2002, p. 3), a “tradução e a interpretação lidam com um determinado texto em outra língua¹⁵”, ou seja, o intérprete atua com duas línguas, uma de modalidade oro-facial e a outra visuo-gestual, como também de forma simultânea ou consecutiva, o que conduz o profissional a administrar os conhecimentos técnicos, linguísticos e culturais. Em relação ao tradutor, é ele quem atua diretamente com o texto escrito, tendo o tempo hábil para coleta de informações, como consultar os pares da área, dicionários, referências e outras ferramentas que envolvem a atividade de tradução. A função do intérprete, que se diferencia da do tradutor, é vista, conforme Mounin (1965, p. 179), como uma atividade de “um orador e até mesmo um ator: um virtuoso, um artista”.

Entende-se, com isso, que o ato de traduzir e de interpretar o processo é o mesmo, pois envolve duas línguas distintas e é compreendido etimologicamente, para a maioria dos pesquisadores dos Estudos da Tradução, como um ato comunicacional de “conduzir, transferir, transpor, trasladar, revelar, explicar, representar, simbolizar” de uma língua para outra (BASSNET, 2005; ECO, 2007).

É possível encontrar autores que relatam suas experiências profissionais de interpretação simultânea e consecutiva das línguas orais. Magalhães Jr. (2007, p. 44) é um desses autores que, no escopo de suas interpretações vividas, descreve a existência de habilidades específicas. O autor afirma que os intérpretes, nessas atuações simultâneas, necessitam de uma alta concentração, uma memória de curto prazo para ser exercida com rapidez e uma excelência de conhecimento semântico-pragmático em ambas as línguas. Em

¹⁵ Tradução Livre: “*Translation and interpretation deal with a specific text in another language*” (METZGER, 2002, p. 3).

outras palavras, o autor entende que o “intérprete funciona como um transformador” (p. 45). Nesse raciocínio, Magalhães Jr. (2007, p. 19-20), argumenta que o

intérprete tem que ouvir e falar ao mesmo tempo, repetindo em outra língua palavras e idéias que não são suas, sem perder de vista o conteúdo, a intenção, o sentido, o ritmo e o tom da mensagem transmitida por seu intermediário. Não tem qualquer controle sobre a complexidade, a velocidade, a clareza ou a lógica do apresentador. Precisa atentar para a concatenação de seu próprio discurso, lembrando-se do ponto exato em que largou cada frase, para fechar com correção um parêntese aberto pelo palestrante em forma verbal subjuntiva. Precisa tomar decisões instantâneas, ininterruptamente. Precisa administrar uma comunicação silenciosa com o colega de cabine, trocando olhares e anotações, fazendo consultas a documentos e dicionários, retratando a tradução de alguns trechos até que o entendimento esteja completo. Como não bastasse, está a metros de distância do apresentador, impossibilitado de qualquer interrupção para esclarecimentos. Dá mesmo pra duvidar que seja possível. É no entanto é (MAGALHÃES JR., 2007, p. 19-20 – *grifos da autora*).

De acordo com Paz (1981), quando se escreve, se “traduz de dentro para fora”, já, o ato de ler é uma operação intelectual em que a tradução ocorre para dentro de si mesmo ou de fora para dentro. No percurso de uma interpretação simultânea, as construções adquirem novos sentidos, e os Tils obrigam-se a improvisar, por meio de escolhas lexemáticas, de equivalências formais e funcionais. Nessa perspectiva, quando se leva em conta a experiência e o prestígio do tradutor e do intérprete, percebe-se que os valores socioculturais abrem espaço para o uso da variação linguística¹⁶ em textos traduzidos e/ou interpretados. Da mesma forma, essas variações linguísticas ocorrem também nas línguas de modalidade visuo-gestual (língua de sinais). Essas variações linguísticas decorrem naturalmente nas línguas sinais em todos os países. As Figuras (1) e (2) ilustram a glosa¹⁷ <MÃE> que é utilizada em Libras, sendo ela registrada também pela escrita de sinais¹⁸, nessa ilustração, por duas variações linguísticas:

¹⁶ Para compreender Variações Linguísticas, ver Rodolfo Ilari e Renato Basso (2006). Em síntese, a variação linguística é vista como um fenômeno natural das línguas naturais. Todas as línguas sofrem por mudanças linguísticas, e essas mudanças se manifestam através do tempo (variação diacrônica), nas diferenças da língua falada em diferentes regiões (variação diatópica), na comparação de diferentes estratos de uma população (variação diastrática) e nos meios de comunicação e expressão que a língua utiliza (variação diamésica).

¹⁷ O termo glosa se refere à anotação ou “nota explicativa da palavra ou sentido de um texto; comentário, interpretação” (FERREIRA, 2009, p. 987). Ou seja, é o que se encontra entre as linhas de um texto com o objetivo de explicar o sentido de um lexema. Nesta pesquisa se aplica à interpretação simultânea realizada pelo Tils da LP para Libras, como se evidencia no *corpus* gerado para esta tese.

¹⁸ Sobre Escrita de Sinais ver Stumpf (2005) e Ampessan (2015).

Figura 1 – Sinal manual e escrita de sinais em Libras para o sentido 'mãe' no RS



Fonte: elaborado pela autora (2016).

Figura 2 – Sinal manual e escrita de sinais em Libras para o sentido 'mãe' em SC¹⁹



Fonte: elaborado pela autora (2016).

Em outros países, também ocorrem essas variações linguísticas, conforme se encontra ilustrado na Figura (3) do sinal manual e *SignWriting* em Língua de Sinais Americana (ASL), com o sentido de '*mother*':

¹⁹ O sinal manual para o sentido 'mãe', da Figura 2, também é realizado em outros estados do Brasil.

Figura 3 – Sinal manual e *SignWriting* em ASL do sentido ‘mother’



Fonte: elaborado pela autora (2016).

Observando as variações linguísticas de uma língua, considera-se a necessidade de valorizar e prestigiar as diversas variantes, conforme declara Pym (2000, s/p). E por conta das variações linguísticas em Libras, considera que a “escrita de sinais” permite ao leitor compreender o sinal manual quando os lexemas em Libras necessitam de registros, pois os sinais manuais possuem nuances com significados em Libras, que quando estão registrados em glosas, podem se limitar a um único sentido em relação ao lexema. Sendo assim, todos os elementos que seriam considerados convencionais ou naturais para um leitor nativo, sempre será o fio condutor para uma tradução ou interpretação de uma língua de chegada. Em contraposição, sempre que o autor do texto de origem fizer uso de recursos inusitados, desviantes e incomuns, despertará a atenção do leitor-receptor.

O tradutor/intérprete tem a tarefa de utilizar elementos que provoquem no leitor-receptor da língua de chegada o mesmo grau de estranhamento provocado no leitor-nativo. Para Machado (2012, p. 98 - *grifos da autora*), os Tils realizam “escolhas de lexemas manuais que são considerados, naquele momento, os mais apropriados para sua interpretação [simultânea]”. Muitas são as implicações durante o ato de traduzir e interpretar, bem como as possibilidades diversas de identificar os signos verbais e não-verbais de um referido sistema linguístico. Considera-se um equívoco pensar que a substituição das palavras da LP por sinais manuais em Libras seja suficiente para o desempenho do Tils.

As pesquisas dos Estudos Linguísticos das Línguas de Sinais têm enfatizado que as línguas de modalidade visuo-gestual atendem a todos os requisitos para as linguagens humanas, o que significa que, mesmo elas sendo independentes das línguas orais, há um sistema de símbolos gramaticais governados por regras que evoluem ao longo do tempo, conforme a língua em uso.

Assim, retomando a função do Tils, ele é o técnico-profissional da acessibilidade para a comunidade dos surdos em diferentes contextos, sempre no sentido de mediar o acesso à comunicação, à informação e à educação, contemplando, dessa forma, o direito pleno de cidadania. Acessibilizar a comunicação é um meio de a sociedade respeitar o sujeito surdo, na garantia dos seus direitos civis, políticos e sociais, garantindo a liberdade e autonomia do exercício pleno da cidadania na vida social.

2.1.1 Coordenação de esforços simultâneos: línguas orais (LO)

O funcionamento cognitivo durante a interpretação simultânea teve início na década de 60, constituindo modelos de interpretação nos preceitos do processamento da informação, conforme destaca Moser (1978). Os modelos de interpretação, embasado nos princípios teóricos dos Estudos Linguísticos, da Psicologia Cognitiva e da Neurolinguística tornaram-se relevantes. Conforme os pesquisadores Setton (1997), Paradis (1994) e Mizuno (1994, 1995) os modelos de interpretação iniciaram com testes que envolviam diretamente as operações cognitivas, tendo como base as pesquisas que foram submetidas com resultados obtidos em relação à elaboração da informação e a produção da linguagem (LAMBERT, 1995; MOSER-MERCER, 1972). No entanto, os estudos sobre a interpretação simultânea envolveram apenas sujeitos bilíngues sem experiência e formação na interpretação (RICCARDI, 2003, p. 130). No entanto, nessas primeiras análises de laboratório, a tarefa de interpretar simultaneamente, realizada por profissionais experientes não foram destacadas, ou seja, segundo o autor, as análises não evidenciaram as condições da atuação do profissional e entre outras características fundamentais durante um processo de interpretação.

De acordo com Riccardi (2003, p. 139), em meados de 1968 é que os estudos da interpretação começaram a trazer notoriedade e esclarecimento aos pesquisadores, pois quando a noção de sentido (Teoria de Sentido) passou a ser o ponto-chave das discussões

teóricas, ao que se refere à atuação do intérprete em relação à língua de partida, no sentido da reformulação do enunciado, para a língua de chegada. O processo da compreensão (tradução) nas línguas interpretantes são elementos primordiais para realizar as escolhas interpretativas de uma língua para outra. De forma primária, observa-se que as discussões enfatizavam que a interpretação tratava-se de uma transposição automática de unidades lexicais, desconsiderando a dimensão semântica-pragmática que envolve uma ação interpretativa (RICCARDI, 2003, 141).

A interpretação simultânea das línguas orais (LO) é discutida nos Estudos da Interpretação, e esta seção (2.1.1) focaliza os aspectos essenciais para atividade da interpretação simultânea, principalmente o Modelo de Esforços, que é apresentada por Gile (1995).

Apesar de um haver um conjunto de modelos desenvolvidos, com a finalidade de exemplificar as omissões no desempenho dos intérpretes, Gile (1995) reúne os componentes de “esforços” que consideram fundamentais quando operam durante uma interpretação simultânea. Esse teórico entende que a prática de interpretação simultânea é explicada pela proposta do Modelo de Esforços, que serve para colaborar com os intérpretes no sentido de compreenderem as reais dificuldades da interpretação simultânea, bem como selecionar estratégias e táticas que são mais adequadas para conduzir o processo. De acordo com Gile (1995, p. 162):

A partir de minhas observações sobre a interpretação simultânea, imaginei um modelo segundo o qual ela é constituída por três componentes ou esforços principais: um componente de audição e análise, um componente de produção de discurso oral e um componente da memória de curto prazo²⁰. (GILE, 1995, p. 162).

Nesse sentido, compreende-se que o intérprete numa situação de interpretação simultânea necessita assimilar o discurso da língua de partida, apresentada pelo locutor e escolher em frações de segundo os lexemas que sejam equivalentes de nível sintagmático e semântico-pragmático para a língua de chegada. Esse processo envolve o armazenamento das informações na memória de curto prazo do que fora dito anteriormente no discurso. Gile (1995, p. 161) afirma que: (a) uma interpretação, requer um nível mental ou uma energia

²⁰ Tradução Livre: “From my observation of simultaneous interpretation, I imagined it could probably be modeled as consisting of three main components or Efforts: a listening and analysis component, a speech production component, and a short-term memory component” (GILE, 1995, p. 162).

cognitiva para a atuação, se encontra apenas disponível em uma quantidade limitada; e, (b) uma interpretação, que ocupa quase toda a energia mental e, por vezes, requer mais do que está disponível em alguns momentos de desempenho das escolhas interpretativas, leva a uma deteriorização cognitiva.

Uma vez que cada fase de interpretação implica um esforço, o intérprete necessitaria, portanto, ser capaz de encontrar um equilíbrio em termos de energia cognitiva. De acordo com Gile (1995), há quatro atividades que cooperam entre si durante uma interpretação simultânea:

- a) **Esforço de Audição e Análise:** envolvem todas as "operações orientadas para a compreensão, a partir da análise das ondas sonoras que transportam o discurso-língua de partida, que chegam aos ouvidos do intérprete através da identificação de palavras para as decisões finais sobre o 'significado' do enunciado²¹" (GILE, 1995, p. 162).
- b) **Esforço de Memória de Curto Prazo:** trata-se de um processo mecânico de armazenamento das informações, mantendo-as, temporariamente, na memória de curto prazo²². Conforme Gile (1995, p. 162 – *grifos da autora*), a interpretação simultânea pode ser constituída por três componentes ou esforços principais: “componente de audição e análise, componente de produção de fala (discurso), componente de memória de curto prazo²³”;
- c) **Esforço de Produção:** se realiza tanto na interpretação simultânea como na interpretação consecutiva, tendo duas fases de produção. Segundo Gile (1995, p. 165), a nomenclatura dessa atividade se justifica pelo conjunto de operações, que vão desde a representação mental da mensagem a ser enviada para o planejamento de fala à apresentação do plano de fala (*do discurso*). Na “interpretação consecutiva, há dois tipos de produção. Durante a primeira fase, o *intérprete* escuta

²¹ Tradução Livre: “[...] *comprehension-oriented operations, from the analysis of the sound waves carrying the sourcelanguage speech which reach the interpreter’s ears, through the identification of words, to the final decisions about the ‘meaning’ of the utterance*” (GILE, 1995, p. 162).

²² Sobre “memória de curto prazo”, ver Liu (2008).

²³ Tradução Livre: “*a listening and analysis component, a speech production component, and a short-term memory component*” (GILE, 1995, p. 162).

a fala (*discurso*) e produz notas; durante a segunda fase, o *intérprete* produz o equivalente à língua materna²⁴” (GILE, 1995, p. 165 – *grifos da autora*);

- d) **Esforço de Coordenação:** assim como ocorre com o controlador de tráfego aéreo, a interpretação simultânea requer que se gerencie a atenção entre a tarefa (ação) de escutar e o processamento analítico, monitorando constantemente o seu desempenho. Uma vez que os intérpretes alcançam esse ponto de coordenação dos esforços interpretativos, eles são capazes de realizar o trabalho de interpretação nas condições mais ideais, evidenciando as competências e habilidades que se tornam equilibradas durante a atuação. Por isso, todo o Esforço de Coordenação desempenha um papel fundamental e se considera um escopo, uma “arte da interpretação”, sendo coordenada cognitivamente por todos os fatores envolvidos, tais como a audição e análise, memória de curto prazo, e produção sinalizada durante uma interpretação simultânea. De acordo com Kriston (2012, p. 81), “uma vez que o intérprete alcança o ponto de coordenação, eles são capazes de apresentar o trabalho nas melhores condições, desde que suas habilidades estejam balanceadas com as tarefas em questão²⁵”.

Observando as quatro atividades cognitivas, uma interpretação simultânea pode ser considerada como uma equação que envolve uma energia (esforço) cognitiva, conforme argumentam Gile (1995) e Kriston (2012). Essa equação de esforços cognitivos de uma situação de interpretação simultânea, segundo os autores, estão definidas com a seguinte fórmula interpretativa: $[I = L + M + P + C]$, na qual **[I]** significa a parte da “interpretação” (*interpretation*), o **[L]** representa o “esforço de escuta e de análise” (*listening and analysis effort*), o **[M]** se refere à “memória” (*memory*), o **[P]** à “produção” (*production*), e o **[C]** à “coordenação” (*coordination*). Resumindo, as letras representam o significado que se atribui à equação da interpretação simultânea:

- a) I = Interpretação;

²⁴ Tradução Livre: “*In consecutive interpretation, there are two kinds of production. During a first phase, the interpreter listens to the speech and produces notes; during the second phase, he or she produces the target language speech*” (GILE, 1995, p. 165).

²⁵ Tradução Livre: “*Once interpreters achieve this coordination point, they are able to perform the interpreting job in the most optimal conditions, since their skills are balanced with the task in question*” (KRISTON, 2012, p. 81).

- b) L = escuta e análise do discurso do idioma de origem;
- c) M = memória de curto prazo necessária entre a informação de tempo que é ouvido e o tempo que está escrito nas notas;
- d) C = para coordenação ou anotações.

Gile (1995) esclarece afirmando que a interpretação surge pelas “necessidades totais” (TR - *total requirements*), atribuída à equação $\langle \mathbf{TR} = \mathbf{LR} + \mathbf{MR} + \mathbf{PR} + \mathbf{CR} \rangle$, e o resultado dessa equação é para que a interpretação seja realizada adequadamente aos processos cognitivos que envolvem o uso de duas línguas (língua de partida para a língua de chegada). De acordo com essa equação, as condições são consideradas satisfeitas ou de “Total Capacidade Disponível” (TA - *total available capacity*) de atuação.

Toda a interpretação simultânea se serve da “total capacidade disponível” (TA), baseada nas “Necessidades Totais” (TR), somando-se aos esforços da equação interpretativa na modalidade simultânea: *Total Requirements = Listening and analysis effort Requirements + Memory Requirements + Production Requirements + Coordination Requirements*, [$\mathbf{TR} = \mathbf{LR} + \mathbf{MR} + \mathbf{PR} + \mathbf{CR}$], resultando da *Total Available Capacity > Total Requirements* [$\mathbf{TA} > \mathbf{TR}$]. Ou seja, a interpretação simultânea é atribuída pela tarefa de escuta e análise, memória, produção e a coordenação dos esforços, como “requisitos” (R) fundamentais para a atuação técnica-profissional.

Se as condições das equações do Modelo de Esforços não forem cumpridas, o intérprete experimenta uma saturação mental, com efeito negativo durante o desempenho de uma interpretação simultânea. Esse Modelo de Esforços, durante a interpretação simultânea, diz respeito às energias físicas e mentais e à necessidade de gestão dos recursos para o intérprete, permitindo com que o profissional conclua sua atuação ou, em outras palavras, “sobreviva”, conforme define Monacelli (2009), em relação à “autopreservação na Interpretação Simultânea”.

O Modelo de Esforços de Gile (1995, p. 93), na interpretação simultânea, segue a equação da atuação cognitiva de $[\mathbf{SI} = \mathbf{L} + \mathbf{M} + \mathbf{P}]$, que significa “SI” para a **interpretação simultânea**, e o “L” para a **escuta e análise**, que inclui todas as operações mentais na percepção de um discurso por meio de mecanismos auditivos, sendo que é nesse momento que o intérprete necessita decidir em atribuir um significado ou vários significados potenciais

para a atuação, conforme o que ouviu. Sendo assim, o “M” refere-se à **memória de curto prazo**, que inclui todas as operações mentais, que são relacionadas com o armazenamento na memória em relação ao que ouviu do discurso, analisando e atribuindo significados para a língua de chegada (a perda da memória ocorre e se recupera podendo omitir ou retomar o sentido, caso seja necessário); e o “P”, por sua vez, trata-se da **produção da interpretação**, que inclui as “operações mentais” em que o intérprete assume em escolher o sentido de uma determinada ideia e “produzir” para outra língua, com sentidos paralelos ou expandidos.

Gile (1995, p. 97-98) enfatiza que o esforço de memória é assumido para conter a informação e a necessidade de armazenar as palavras de uma proposição até que o ouvinte recebe o final da informação produzida. O armazenamento dessas informações é reivindicado e se exige na interpretação simultânea, envolvendo um dado volume de informações, seguindo o ritmo de armazenamento das informações, bem como, também, de recuperação dos sentidos empregados no discurso da língua de partida. Essa prática significa que os intérpretes têm certa quantidade de energia para a atuação, durante toda a tarefa de uma interpretação simultânea. Com isso, é necessário encontrar um “equilíbrio da interpretação”, definido no modelo de esforços, defendido por Gile (1995), e Kriston (2012), nos quatro aspectos fundamentais da interpretação simultânea: **(1) escuta e análise; (2) memória; (3) produção e (4) coordenação.**

Esse “equilíbrio da interpretação” permite ao intérprete a capacidade de desempenho em relação ao equilíbrio emocional, que qualifica e refina as escolhas interpretativas quando os esforços cognitivos forem acionados durante uma interpretação simultânea, como está destacado no Modelo de Esforços proposto por Gile (1995). Considera-se de extrema importância o intérprete fazer uso desse modelo, pois, para a atuação interpretativa da língua de chegada para a língua de partida, permite qualificar a capacidade de desempenho do intérprete, numa situação de interpretação simultânea ou consecutiva.

A interpretação, sendo ela simultânea ou consecutiva, também consiste em apresentar, na língua de chegada, o sentido exato do que é expressado na língua de partida, isso, para Gile (1995), se enfatiza de acordo com as dificuldades que se apresentam em um discurso e com os esforços envolvidos que se fazem necessários durante uma interpretação. Essas tarefas e estratégias são necessárias para superar as dificuldades encontradas, observando as muitas falhas que ocorrem na ausência de qualquer dificuldade visível em um discurso a ser

interpretado. O teórico propõe, no Modelo de Esforços para interpretação, uma orientação para os intérpretes, no sentido de compreenderem as dificuldades e selecionarem melhor as estratégias e táticas utilizadas durante a interpretação, sendo elas baseadas no conceito de “capacidade de processamento”, pois algumas operações mentais são exigidas para a atuação durante uma interpretação simultânea (GILE, 1992, p. 191).

Phelan (2001, p. 4) argumenta que “quando um intérprete está trabalhando, ele ou ela não pode se dar ao luxo de ter um dia ruim. Um intérprete ruim pode arruinar (péssimas condições) uma conferência²⁶”. Sendo novatos ou experientes, todos os intérpretes encontram, em algum momento durante a vida profissional, um nível de exigência altamente desafiador, para qual se reafirma a necessidade de formação continuada e, principalmente, especializada.

Ao discutir as qualificações exigidas para um intérprete, Phelan (2001, p. 4-5) defende que o intérprete precisa de uma boa “memória de curto prazo” para manter o que se ouve durante o discurso. O autor argumenta que manter uma boa “memória de longo prazo” contribui para o técnico-profissional colocar informação no contexto das línguas em uso, durante a atuação interpretativa. Além disso, a “habilidade de se concentrar é um fator, assim como é a capacidade de analisar e processar o que é ouvido²⁷”. Nesse sentido, Mahmoodzadeh (1992, p. 233) também enfatiza que um intérprete habilidoso tem uma memória poderosa. Considera-se que, para alcançar um nível de habilidade e capacidade de desempenhos satisfatórios no processo da interpretação simultânea, o estudo e a prática são fundamentais. Adicionalmente, é recomendado, conforme propõe Machado (2012) que o intérprete realize adequadamente uma análise textual do conteúdo a ser interpretado, obtendo, assim, um conhecimento prévio da língua de partida e antevendo as informações, para a língua de chegada, com pré-definições de escolhas lexicáticas apropriadas e refinadas para uma situação de interpretação simultânea.

²⁶ Tradução Livre: “*when an interpreter is working, he or she cannot afford to have a bad day. One bad interpreter can ruin a conference*” (PHELAN, 2001, p. 4).

²⁷ Tradução Livre: “*Ability to concentrate is a factor as is the ability to analyze and process what is heard*” (PHELAN, 2001, p. 4-5).

2.1.2 Interpretação simultânea: Língua Portuguesa e Libras (LP/Libras)

A partir de meados do ano 2000, passou-se a publicar resultados de pesquisas sobre a atuação do ILS de forma muito tímida, todos voltados para a área da Educação. De acordo com Quadros (2002, p. 11), o tradutor e intérprete era e ainda é visto como uma “pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita)”. Conforme Machado (2012), a atuação do Tils em interpretação simultânea requer habilidades congruentes frente a dois sistemas linguísticos, distintos: de um lado, a modalidade oral e escrita do português; do outro lado, a modalidade visuo-gestual da Libras. Sendo assim, surge efetivamente a primeira definição para a função de tradução-interpretação²⁸ das línguas de sinais:

[...] processo de tradução-interpretação de uma língua para outra que acontece simultaneamente, ou seja, ao mesmo tempo. Isso significa que o tradutor-intérprete precisa ouvir/ver a enunciação em uma [língua de partida], processá-la e passar para a outra língua [língua de chegada] no tempo da enunciação. (QUADROS, 2002, p. 11 - *grifos da autora*)

Distinguindo claramente esses conceitos em Libras, Quadros e Souza (2008, p. 3) procuram esclarecer que a língua de partida é a Língua Portuguesa para a modalidade escrita, e a língua de chegada é a Língua Brasileira de Sinais (Libras), tanto do uso da modalidade oro-facial, como para o uso da modalidade visuo-gestual, em que se dá o início das primeiras discussões sobre a tradução e interpretação. Russo e Pereira (2008, p. 13 – *grifos da autora*) definem tipologicamente uma “distinção técnica existente entre tradução e interpretação [que] supõe um conhecimento essencial sobre o processo do ato tradutório [...]”. Pereira (2008, p. 25) problematiza os conceitos de tradução e interpretação nas línguas de sinais e as diferencia, conforme o esquema da Figura 4:

²⁸ Quadros (2002) definiu “tradutor-intérprete” como uma única função, porém as pesquisas avançaram, e, atualmente, é possível definir que a tradução e interpretação são conceitos distintos, mas em algum dado momento se imbricam conforme função.

Figura 4 – Tipologia – Tradução e Interpretação



Fonte: Pereira (2008, p. 25).

Nesse contexto preliminar, Pereira (2008, p. 25) também argumenta que a língua da qual se faz a tradução é a “língua de partida, fonte, saída ou de origem”, e a língua para a qual se traduz é identificada como a “língua de chegada, meta ou alvo”. Porém, o primeiro problema conceitual é perceber que a tradução e a interpretação são processos sistemáticos, podendo ser o texto final em ambas as ações. Acredita-se que a intenção de Pereira (2008) é trazer à luz essa diferenciação que há entre ambos os conceitos:

A diferenciação da interpretação é feita, em um nível posterior de especialização, quando se considera a modalidade da língua para a qual está sendo transformado o texto. Se a língua meta estiver na modalidade escrita, trata-se de uma tradução; se estiver na modalidade oral ou sinalizada, o termo utilizado é interpretação. A causa maior de controvérsias é derivada do compartilhamento do termo ‘tradução’, tanto para o processo em geral, como para a operação específica de traduzir para a modalidade escrita. É necessário compreender que a interpretação também é tradução, porém especificamente para uma língua presencial ou de interação imediata [...] (PEREIRA, 2008, p. 25).

Um exemplo disso é quando a língua de chegada for a modalidade escrita: essa atividade se refere ao processo de tradução; e quando for o caso das modalidades orais ou sinalizadas, utiliza-se a atividade de interpretação (PEREIRA, 2008).

À medida que Libras foi sendo reconhecida como língua de comunicação (natural) no Brasil, com propriedades linguísticas de igual *status* às de outras línguas naturais, manifestada pela participação ativa dos surdos em diversas discussões sociais, é que se tornou notória a necessidade da profissão de tradutor e intérprete de Libras/português em diferentes contextos. Sendo assim, os surdos passaram a ter mais garantias de acessibilidade comunicacional em termos sociais e educacionais. Conforme Santos (2010, p. 147):

À medida que os surdos passam a atuar com maior intensidade neste campo – o da educação – a presença de ILS torna-se mais visível e as políticas linguísticas em torno da língua de sinais passam a construir-se como uma condição necessária de inclusão de pessoas surdas, especialmente no ensino superior [...] (SANTOS, 2010, p. 147).

Atualmente, em virtude dessa luta constante da comunidade surda, estabeleceu-se a Lei de Inclusão (LBI)²⁹ no Brasil, que exige que cada órgão público e privado contrate um (ou mais) Tils para realizar a acessibilidade comunicacional, principalmente no contexto educacional. No entanto, antes de dissertar sobre os direitos e deveres legais do Tils, vale resgatar um pouco dessa história.

Os “Intérpretes de Libras” (ILS), conforme relatado por Quadros (2004), surgiram em 1875, na Suécia. Desde essa época, a área de atuação dos Tils vem, aos poucos, evoluindo na história do Brasil, principalmente, quando se iniciaram os trabalhos de mediação da comunicação de línguas de sinais para a língua oficial de cada país, em contextos escolares e religiosos (como as catequeses). Borges (2014, p. 33) ressalta que toda uma “[h]istória não é um processo linear, mas sim dialético”, e fases históricas aconteceram, na maioria das vezes, de forma simultânea.

A militância política dos tradutores e intérpretes, na esfera internacional (QUADROS, 2004, p. 13-14)³⁰, teve início em 1938, quando o “parlamento sueco criou cinco cargos de conselheiros para surdos, os quais, imediatamente, não conseguiam atender a demanda da comunidade surda”. Depois, em 1947, a função de intérprete foi assumida por mais de 20 profissionais na Suécia. Ainda nesse mesmo país, em 1968, numa decisão parlamentar, todos os surdos passaram a ter o “[...] acesso ao profissional intérprete livre de encargos diante de reivindicações da Associação Nacional de Surdos”. E, por fim, em 1981, instituiu-se, no Conselho Municipal da Suécia, as “unidades com intérpretes”, que hoje, no Brasil, é visto pela criação das Centrais de Intérpretes.

Quadros (2004) afirma que nos Estados Unidos, em 1815, surge o primeiro ILS, chamado Thomas Gallaudet, que, na época, mediava a comunicação com o surdo francês Laurent Clerc. Esse surdo promovia ações nos mais diferentes países em prol da educação dos surdos. Nos Estados Unidos, surgiram outras pessoas que também “intermediavam à (*sic*) comunicação para os (*sic*) surdos” e que, na maior parte da comunicação, eles eram os

²⁹ Sobre a LBI ver o capítulo 3 desta tese.

³⁰ Inserção dos Tils em outros países ver Quadros (2004).

“amigos, filhos, religiosos” que, restritamente, se comunicavam com os sinais que criavam entre si. Após um século, em 1964, surge uma organização nacional dos EUA para registrar os intérpretes, com o propósito de atender os surdos em diversas demandas. Em 1972, essa organização passa a ser chamada de *Registry of Interpreters for the Deaf, Inc. (RID)*³¹, com o objetivo de “selecionar os intérpretes, certificar os intérpretes qualificados; manter um registro; promover o código de ética; e oferecer informações sobre formação e aperfeiçoamento de intérpretes” (QUADROS, 2004, p. 14).

No Brasil, considera-se a Lei Federal de nº 10.436 de 24 de abril de 2002 a que reconhece a língua brasileira de sinais (Libras) como língua de uso da comunidade surda brasileira. De acordo com Quadros (2004, p. 15-16), a “lei representa um passo fundamental no processo de reconhecimento e formação do profissional intérprete da língua de sinais no Brasil, bem como a abertura de várias oportunidades no mercado de trabalho, que são respaldadas pela questão legal”. Dessa forma, a autora relata como surgiu, historicamente, a presença dos TIs no cenário da Educação Brasileira.

Segundo Quadros (2004, p. 14-15), no Brasil, a “[p]resença de intérpretes de língua de sinais [se deu] em trabalhos religiosos iniciados por volta dos anos 80”. Com isso, ocorreram o I e o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, em 1988 e 1992, respectivamente. Tanto o primeiro quanto o segundo encontro foram “organizado[s] pela FENEIS [a qual] propiciou, pela primeira vez, o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil e a avaliação sobre a ética do profissional intérprete”. Da mesma forma, observa-se que houve um compartilhamento das “[...] diferentes experiências dos intérpretes no país” (p. 14) e assim, se estabeleceu, por votação, o “[...] regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes, fundado mediante a aprovação do mesmo” (p. 15). A autora relembra que durante um ano (1993 a 1994) foi realizado encontros estaduais de ILS, a fim de articular ações políticas para definir os direitos e deveres da atuação profissional do ILS. Essas iniciativas se mantêm nos movimentos associativos e federativos no RS e diferentes estados do país.

No Brasil, umas das primeiras atividades do ILS foram realizadas em contextos religiosos, advindas das Igrejas protestantes dos Estados Unidos. A preocupação, na época,

³¹ *Registry of Interpreters for the Deaf, Inc. (RID)* é o “[r]egistro de Intérpretes para surdos se esforça para defender as melhores práticas na interpretação, o desenvolvimento profissional para os profissionais e para os mais altos padrões na prestação de serviços de interpretação para diversos usuários de línguas que são assinadas ou faladas”. Disponível em: <<http://rid.org/about-rid/mission-vision-statements/>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

estava mais voltada aos aspectos religiosos do que às ações sociais e educacionais. Porém, também se deu início à viabilidade da Educação de Surdos nas redes especiais do ensino regular. Dessas necessidades, sejam essas religiosas e/ou educacionais, surgiram ações inovadoras para a inserção e inclusão³² dos surdos nos meios sociais, educacionais e políticos, sempre com a presença do ILS. Através dessas iniciativas, foram oportunizadas discussões, com manifestações das organizações civis, na defesa da profissionalização da categoria dos ILS (QUADROS, 2002).

A evolução da atuação do ILS se deu em todas as circunstâncias de necessidade comunicacional, por meio de pessoas voluntárias que compreendiam que os surdos deveriam ter os mesmos direitos que são reservados a cidadãos ouvintes. Dessa maneira, “esses cidadãos ouvintes” emprestavam suas vozes para os surdos durante as militâncias das conquistas de inclusão escolar e social para a pessoa surda, e o ILS transitava em diferentes contextos, principalmente no contexto educacional. Essas militâncias da comunidade surda, pela luta da inclusão, abriram os caminhos para as discussões se disseminarem no âmbito das políticas públicas, com iniciativas da profissionalização e formação dos Tradutores e Intérpretes de Libras/Português (Tils) no Brasil.

Dessa forma, a Lei Federal de nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de Tils, sob o viés do reconhecimento da Lei Federal de nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), é que evidencia a exigência da atuação do Tils em diferentes contextos. Corroborando com a legislação, Quadros (2004) afirma que a lei sancionada é de extrema relevância para os surdos em vários aspectos educacionais e sociais. Ou seja, deu-se início a um conjunto de ações de políticas públicas para a área de Libras, visto que, nesse sentido, a lei veio a contribuir com o reconhecimento da profissão, formação e, até mesmo, das militâncias políticas nos movimentos associativos e federativos, em prol da categoria dos Tils no Brasil.

Muitas ações foram sendo realizadas ao longo dessas últimas décadas no Brasil, seguindo modelos internacionais. Porém, para dar notoriedade e respaldo científico para tais ações, foi necessário fomentar pesquisas acadêmicas sobre a prática do Tils. Segundo Santos (2010, p. 147) e Lacerda (2010, p. 13), no período de 1980 a 2000, os trabalhos acadêmicos e as pesquisas para a área da tradução e interpretação de língua de sinais eram quase

³² Inserção e Integração eram conceitos que se utilizava para mostrar a sociedade que o sujeito surdo estava incluso, porém, na prática ainda se encontrava em discussão pelo Poder Público.

inexistentes. Porém, com os programas de mestrados e doutorados na UFSC e UFMG, coordenados por Pagano e Vasconcelos (2003), o interesse para as pesquisas na área aumentaram significativamente.

De acordo com o mapeamento dos Estudos da Tradução no Brasil, realizado por Pagano e Vasconcelos (2003, p. 18), a primeira pesquisa concluída foi a da pesquisadora Leite (2004), que trata da neutralidade da atuação do Tils, bem como sobre os conflitos enfrentados na prática da interpretação simultânea e consecutiva, tendo como aporte teórico a sociolinguística interacional, com base nas pesquisas da interpretação da Língua de Sinais Americana (ASL). No ano seguinte, surge a segunda pesquisa concluída por Rosa (2005), discutindo a “(in)visibilidade” do ILS, o lugar de formação desse técnico-profissional e a prestação dos serviços de ILS para a comunidade surda. A abordagem teórica da autora foi a proposta de *Desconstrução da Tradução* de Jacques Derrida. Essas pesquisas foram consideradas a porta de entrada para outros trabalhos científicos, no sentido de contribuir, atualmente, para as discussões em nível teórico, das mais diferentes áreas científicas.

Conforme Santos (2013, p. 28), as pesquisas têm avançado notoriamente na última década, principalmente após a Lei de Libras de nº 10.436/2002, regulamentado pelo Decreto de nº 5.626/2005 no Brasil. As pesquisas eram fortemente concentradas nos teóricos da Educação e, desde 2010, elas vêm migrando para os Estudos da Tradução. Desse ponto de vista, o Tils é um técnico-profissional que vem ocupando diferentes contextos de atuação, com o propósito de garantir a acessibilidade à comunicação entre surdos e ouvintes, e vice-versa. Para investigar essas práticas, são necessárias pesquisas que avancem no sentido de fornecer subsídios para aperfeiçoar a formação profissional dos Tils.

Todavia, o papel dos Tils é ainda desconhecido por grande parte dos gestores que contratam os seus serviços, pois, para muitos, ainda existe a crença de que a “leitura orofacial” é uma panaceia com a qual se resolvem todos os problemas da comunicação entre os surdos e ouvintes. Muitos também acreditam no mito da “leitura labial”, dispensando os trabalhos prestados pelos Tils. Existe, no imaginário social das pessoas ouvintes, a falsa ideia de que o surdo entende ‘tudo’ ou ‘quase tudo’ por meio da ‘leitura labial’, ignorando os depoimentos e relatos que os surdos registram a todo instante, de que a ‘leitura labial’ quase não é utilizada e nem se aplica generalizadamente para a comunicação com os surdos. Essa afirmação se fundamenta no seguinte depoimento de Laborit (1994, p.162): “[r]epete-se

sempre um ano quando se é Surdo. Impossível fazer de outro modo, quando se assimila cinquenta (*sic*) por cento do conteúdo das aulas, lendo unicamente os lábios”.

Mesmo com o crescente investimento em pesquisas sobre a formação e atuação dos Tils, persiste ainda uma grande confusão sobre a real finalidade dos serviços prestados pelo Tils. Muitos acabam considerando que a interpretação de língua de sinais é como um serviço caritativo ou uma habilidade simples, comparável à mímica. E há outros tantos que se autodenominam Tils sem nunca terem passado por qualquer formação que os capacitem e os habilitem para uma atividade tradutória e interpretativa de Libras para Português e/ou do Português para Libras. Dessa forma, Hurtado (2005) ressalta que toda a prática tradutória ou interpretativa deve ser realizada por cursos de formação que gerem competências e habilidades de atuação.

Portanto, para os leigos, a função do Tils, em poucas palavras, é a de receber uma mensagem em uma língua e convertê-la para outra. Essa atividade de traduzir ou interpretar é um processo complexo que exige habilidades linguísticas e cognitivas, como também conhecimento enciclopédico, cultural, técnico. Além disso, o Tils precisa ser altamente fluente em ambos os sistemas linguísticos, já que precisa, em tempo real (uma interpretação simultânea) e num curto espaço de tempo, dar conta de suas escolhas interpretativas de uma língua para outra e além de que a interpretação pode ser simultânea ou consecutiva. Assim, o Tils

[...] precisa ter seu espaço próprio, que suas funções não sejam mescladas e confundidas com as dos professores, monitores, auxiliares ou qualquer outra função. Nossa tarefa é de sermos mediadores linguísticos e culturais em diversas instâncias, atuando como intérpretes de conferências em palestras, seminários, congressos e congêneres; intérpretes acompanhantes em entrevistas, trâmites burocráticos, consultas médicas e jurídicas, tradutores quando os Surdos sinalizam e temos que colocar na língua escrita e também como intérpretes educacionais nas instituições de ensino. (RUSSO; PEREIRA, 2008, p. 12).

O Tils é um mediador da comunicação entre surdos e ouvintes, a função é de realizar a mediação linguística e cultural das línguas envolvidas, sendo na tarefa da tradução da Libras para o português escrito ou na interpretação simultânea da Libras para o português oralizado ou da língua portuguesa falada para Libras.

Segundo Pagura (2003, p. 211), a interpretação consecutiva trabalha individualmente e é “aquela que o intérprete escuta um longo trecho de discurso, toma notas e, após a conclusão

de um trecho significativo ou do discurso inteiro, assume a palavra e repete todo o discurso na língua-alvo, normalmente a sua língua materna”. Portanto, a interpretação simultânea é, em geral, realizada com a atuação de equipes, quase sempre em duplas, em uma cabine com vidro, processando a mensagem. Os intérpretes portam microfones de mão, ouvindo e interpretando da língua de partida para a língua de chegada, simultaneamente, com revezamentos³³ quando houver uma pausa no discurso da língua de partida, durante a atividade (PAGURA, 2003; RÓNAI, 1987). A modalidade mais usada para a língua portuguesa e Libras é a interpretação simultânea, conforme registram os usuários desses serviços – os surdos.

Reafirmando a posição de Quadros (2002, p. 11), o Tils é uma “pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita)”. Tanto o conceito de tradução quanto o conceito de interpretação são ações que compreendem: (a) tradução da Libras para a modalidade escrita do português (competência tradutória) e (b) interpretação simultaneamente da Libras para a modalidade oral do português ou do português para a modalidade gesto-visual (competência interpretativa). Para o Tils é, de fato, um grande desafio atuar em contextos políticos (pois é necessário o domínio de terminologia da área jurídica), considerando que certos conceitos utilizados nesse contexto estão além do conhecimento empírico de alguns Tils.

Atualmente, conforme legislações vigentes, tem se tornado obrigatório a contratação de Tils em todos os setores sociais, principalmente nos contextos públicos. Ou seja, o Tils tem realizado inúmeras atividades de interpretação simultânea para atuar na área educacional, clínica, jurídica e política, e, nesse sentido, se questiona: *Como está sendo capacitado e habilitado o Tils para atuar em todos esses contextos?* Esta tese visa discutir essas propostas de formação para o Tils na direção de uma formação especializada.

Um dos maiores problemas da atuação do Tils é a falta de equivalências linguísticas e culturais quando interpretam simultaneamente do português para Libras. Conforme Lacerda (2010, p. 8) o Tils é um profissional (técnico) que “atua na fronteira entre os sentidos da língua de origem, para a língua-alvo, com os processos de interpretação relacionando-se com o contexto no qual o signo é formado”. Além disso, o Tils, muitas vezes, não compreende suas próprias escolhas e acaba sendo apenas ‘reprodutor’ da língua de partida para a língua de

³³ Sobre revezamento, no sentido de esforços, qualidade e efeitos durante a interpretação simultânea, ver Gile (1999) e Moser-Mercer, Künzli, Korac (1998).

chegada, isto é, o Tils, naturalmente, desconhece o teor do assunto (conhecimento especializado) que será interpretado e acaba fazendo o uso de uma das estratégias de interpretação, como a do empréstimo linguístico (a datilologia manual) do português para Libras. Os sentidos nem sempre são compreendidos pelo Tils e, tampouco, pelo usuário dos serviços de interpretação simultânea, o sujeito surdo. Desse modo, muitos dos Tils relatam que se sentem despreparados para atuarem em Casas Legislativas. Isso é compreensível, pois, à medida que novas competências e habilidades emergem em uma função, principalmente em contextos desconhecidos, surge a necessidade de capacitações e formações que potencialmente gerem habilidades para a atuação em diferentes contextos, sejam eles políticos, educacionais e/ou clínico (médico), entre outros contextos comunitários.

Nesse cenário, destaca-se a importância dos Tils estarem em constante formação continuada, com o intuito de aprimorar o ritmo processual cognitivo³⁴ e contextuais, gerenciando, assim, competências e habilidades multifacetadas, implicadas em diferentes contextos de atuação.

2.2 PROCESSOS COGNITIVOS DA LEITURA: RELAÇÃO DE SENTIDOS

A recepção de um texto é o fator essencial para a elaboração do sentido, e a compreensão é um processo que permeia as relações entre autor-leitor. Evidentemente, discutir sobre leitura implica, também, discutir a natureza dialógica da linguagem, em consideração aos multifatores que envolvem a compreensão (BAKHTIN, 1999).

Conforme os pressupostos bakhtinianos, toda compreensão é uma atividade responsiva, pois quando se compreende o discurso do outro se estabelece uma “réplica mental”, e, dessa maneira, o interlocutor passa também a ser o locutor. Bakhtin (1997, p. 181) propõe o que hoje conhecemos por dialogismo, a teoria em que pressupõe que o enunciado é a interação do *outro* em *mim* e do *eu* no *outro* no discurso. Para o teórico, as condições para a produção do discurso se definem pela interação e intercâmbio da produção dos enunciados. E todo o discurso quando o Tils está realizando a atividade interpretativa, as vozes do discurso perpassam no *eu* do enunciado e interfere no *outro* em *mim*, gerando novas relações do autor-leitor com a leitura. Para Bakhtin (1999, p. 154), a “língua existe não por si mesma”, mas é

³⁴ Ritmo Cognitivo, ver Flower e Hayes (1981).

considerada uma linguagem em movimento entre o interlocutor e o locutor, é também dinâmica na comunicação socioverbal e tem propriedades de elasticidade, como também de múltiplos aspectos linguísticos. Em outras palavras, a língua é viva e se manifesta conforme os gêneros do discurso.

É impossível a linguagem se mostrar em si mesma, pois algo sozinho não evidencia uma linguagem. Dessa forma, a língua envolve elementos linguísticos e também as relações entre os sujeitos no discurso. De acordo com Orlandi (1988), a língua é uma concepção que ultrapassa qualquer código linguístico, pois necessita que os interlocutores se apropriem do contexto histórico-social, gerando condições para a produção de um discurso. Esses elementos discursivos, para a autora, constituem-se no processo de significação e compreensão.

A capacidade de encontrar o sentido em um enunciado é vista em nível de compreensão e interpretação, pois para encontrar uma verdade absoluta seria algo distante do leitor com a leitura. Então, independente das relações intertextuais ou interferências particulares, sem o uso do contexto num discurso, constituindo o sentido, mesmo que por ora, não se percebendo a instabilidade do sentido, é o que possibilita correlacionar os múltiplos fatores que interferem numa situação enunciativa de discurso.

A formação do discurso se constitui no sentido das palavras e na interpretação da própria língua em uso, isto é, o uso das palavras também muda o sentido ao passar de uma formação discursiva para outra, pois até o que não é dito, está carregado de sentidos no discurso. O leitor faz uma leitura discursiva influenciada pelas suas experiências, vivências e crenças, portanto, a formação do discurso não será absoluta, pois o leitor sempre produzirá o seu próprio sentido. Essa formação discursiva são as palavras, as expressões que são produzidas e mantêm o sentido em referência. O discurso não é reconhecido como um evento único, que se estabelece em determinadas situações e, conseqüentemente, se deriva do sentido no enunciado. Com isso, entende-se que não há apenas um único sentido no discurso, mas sim um “efeito de sentido” (FOUCAULT, 2007, p. 9).

Segundo Eco (2004), as variáveis possíveis de significações de um texto estão imbricadas pelo contexto e pela intertextualidade, pois se distinguem o uso das metáforas, a interpretação dos sentidos e as representações dicionarizadas, como se encontra em formato enciclopédico. Nos dicionários, as significações são realizadas através de um conjunto

limitado de atributos que definem o sentido, e isso, resulta numa inconsistência, pois se se amplia em inúmeras diferenças que não remetem às categorias universais, mas se constituem em fragmentos de conhecimentos enciclopédicos semântico-pragmáticos. Ou seja, a partir de saberes, tais como discursos, imagens e conhecimentos científicos, se reconhece a significação num texto, todos eles estão dispostos nas enciclopédias, que foram construídas por uma dada cultura. Por isso, não existe apenas uma única enciclopédia, mas uma diversidade de enciclopédias referentes a uma sociedade. Para isso, a noção de “enciclopédia” é o que ordena a compreensão de um texto, pois o leitor se utiliza de uma parte (porção) da enciclopédia, a qual remete ao texto que são “campos parciais” de uma dada unidade do conhecimento.

Eco (2004, p. 66) ainda define, em termos de propriedades “interpretantes”, a “construção de uma enciclopédia como o sistema infinito baseado na semiose ilimitada, em que cada unidade cultural pode ser definida por outros signos, isto é, por outras expressões, as quais remetem, por sua vez, a outra unidade cultural, e assim por diante”. Dessa forma, pela noção de “enciclopédia”, todo leitor aciona um “interpretante na leitura” que se objetiva pela manifestação cultural, em função do contexto situacional, e não por decisões isoladas na leitura. De acordo o autor, as propriedades da leitura são socialmente atribuídas, não se limitando aos “interpretantes” verbais no ato da leitura. Tendo isso em vista, a interpretação não é considerada uma ação apenas de nível linguístico, mas se aplica também à perspectiva semiótica da leitura e de compreensão “através de longas passagens intertextuais”.

Ainda de acordo com Eco (2004), o “autor modelo”, quando lê, percebe um leitor que corresponde ou não com o autor do texto, sendo autor e leitor agentes da leitura. O ato de ler é um evento discursivo que se constrói num momento individual do leitor. Certamente, o processo de ler não se compara com o momento original da produção do texto, como, por exemplo: o autor do texto, ao reler seu próprio texto, não estabelece as mesmas percepções iniciais de quando elaborou o texto, pois o contexto, as experiências do autor, as intenções individuais sofrem alterações e mudam para uma nova versão durante leitura, tornando-a diferente. Sendo assim, a primeira leitura nunca será análoga à segunda e, quanto mais o autor produzir, mais indefinido se torna o processo de ler.

O leitor interage com o processo de significação, numa abordagem discursiva, produzindo o sentido durante leitura e a compreensão. O que determina um texto é a

concepção de leitura, pois ele é formado de vários “pontos de entrada”. Nesse ponto de vista, Orlandi (1988) esclarece que o leitor identifica o sentido e constrói, ao longo do processo de compreensão, a sua interpretação enunciativa, apontando para os “pontos de fuga” do texto, que são o resultado da relação autor-leitor-texto. Sobre esses pontos, Orlandi ressalta que é na “[...] consideração dessa relação entre pontos de entrada e pontos de fuga é que podemos dizer que os sentidos não caminham em linha reta. Eles saem da linha. Em muitas e diversas direções” (1988, p.114).

O leitor enfatiza a compreensão do texto, no resultado da relação do texto com o autor, do texto com o leitor, do texto com o seu referente, do texto com outros textos, sendo uma relação de ação múltipla com o leitor e o texto. Dessa maneira, Orlandi (1988, p. 120) categoriza a relação do discurso com a leitura sendo estabelecida em níveis de compreensão. O primeiro nível é o “inteligível”, pois considera o texto em si, quando o sujeito-leitor identifica as palavras no ato da leitura, ou seja, equivale ao reconhecimento do código linguístico e ressalta as sentenças de um texto de forma isolada. O segundo nível é o “interpretável”, pois o sujeito-leitor necessita reconhecer os sujeitos do discurso, concebendo os dados para estabelecer as relações coesivas, sendo elas explícitas ou não, num determinado texto. E, por fim, o terceiro nível é o “compreensível”, pois se considera o contexto sócio-histórico que determina o texto e suas condições de produção, como uma unidade de significação na leitura, ou seja, o sentido do texto se constitui também do que está fora do texto.

Durante a leitura, o sujeito-leitor precisa ser conduzido para fora do texto escrito ou falado, permitindo-lhe a capacidade de recuperar o que não foi dito, interpretando os aspectos multimodais, como também os efeitos de sentidos desse ato da leitura, corroborando com uma leitura advinda também da prática social e discursiva.

Orlandi (1986, p. 111) argumenta que o nível inteligível é considerado limitado durante o processo da leitura, pois nesse nível ocorrem relações mínimas intratextuais, num plano sintagmático. Observa-se que os níveis do “interpretável” e do “compreensível” são processados nas relações diversas de leitura e compreensão: (a) no nível “interpretável” estão as relações que se constroem em direção a uma unidade de significação, que busca coerência e valor semântico-pragmático, ou seja, ocorre no sentido enunciativo-argumentativo, em que são identificadas as marcas verbais do sujeito no texto; (b) nível “compreensível” estão as relações que se ampliam para fora do texto, pois a leitura se estabelece através de relações

sócio-históricas e ideológicas, em que o leitor se distancia do texto para ver a totalidade do conteúdo, ou relacionar o contexto situacional com outros textos. Para a autora, a leitura é uma questão linguística e social, pois o ato de “ler é saber que o sentido pode ser outro”.

Em nível discursivo, quando se dá uma importância a um determinado texto, torna-se necessário compreender que sempre haverá um *ponto de vista*, tanto do leitor quanto do autor, e esse argumento faz com que “o texto, enquanto todo pode comparar-se a um objeto que é possível ver a partir de vários lados, porém nunca de todos os lados ao mesmo tempo. Por conseguinte, a reconstrução do todo tem um aspecto perspectivístico, semelhante ao de um objeto percebido” (RICOEUR, 1976, p. 89).

A leitura consiste em uma das atividades fundamentais para o ser humano, pois nesse ato, o leitor interpreta, significa e ressignifica, descobre novos sentidos, em uma relação com a língua em uso e com a intertextualidade do próprio leitor.

2.2.1 Paráfrase e tradução/interpretação

A paráfrase é estudada por diferentes autores e sob o viés linguístico, nesta tese, será a partir de Orlandi (1987/2001), Serrani (1993) e Hilgert (1999). Os sentidos podem ser muitos e o ponto de vista de um discurso também, compreendendo que não há apenas uma única forma de pensar, para compreender e interpretar um enunciado. O sentido se aplica e se estabiliza no engodo de que é do “sujeito-enunciador” que se origina o sentido quando ele apenas o retoma, originando a ilusão da “transparência dos sentidos”. Os sentidos para o autor em relação ao leitor se estabelecem em um nível semântico-pragmático em cada situação em que a leitura está sendo realizada. Segundo Orlandi (1987, p. 137), a estabilidade referencial é organizada socialmente, pois se constitui pela repetição e previsão do sentido, a que se integra ao processo da paráfrase.

O processo parafrástico, conforme define Orlandi (1987) na leitura, é o reconhecimento ou a reprodução do sentido atribuído pelo autor. A função do tipo do discurso se constitui na repetição do texto e torna-se repetível ao processo parafrástico na ação de impor apenas um sentido. Nesse contexto, Serrani (1993) apresenta um estudo sobre a “repetição na discursividade”, no qual procura definir os conceitos de discursividade, paráfrase e ressonância de significação.

A paráfrase, conforme Serrani (1993, p. 16), pode ser descrita como uma “*ressonância interdiscursiva de significação que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido*”. Nesse viés, a autora discute sobre as relações discursivas nos padrões de repetição, denominados pelos “*Esquemas Interdiscursivos de Repetibilidade (EIR)*”. Percebe-se que o lexema, em uma segunda etapa de desenvolvimento, não tem sentido em si mesmo, não tem sentidos próprios. Compreende-se, dessa forma, que a língua não é autônoma, no entanto é viva e se modifica conforme o contexto e a comunidade de uso.

A paráfrase é um fenômeno, segundo Serrani (1993, p. 35-39), pois torna-se a questão norteadora dos estudos discursivos, não sendo mais considerada como classe de equivalência ou de estabilidade do discurso. Esse fenômeno permeia os efeitos de deslocamentos dentro dos processos de argumentação e contradição, que são sintetizados e organizados em três classes:

- a) **relação de sinonímia-identidade** – considerados os pressupostos de sentenças não estáticas, entendida como paráfrases equivalentes, o que significa os estudos dentro da sintaxe (p. 36);
- b) **relação de não-sinonímia** – leva em conta os “elementos extralinguísticos”, desconsiderando as “diferenças semânticas das expressões linguísticas”, pois, nesse ponto de vista, existem duas formas distintas, com “um sentido linguístico diferente” que são não-sinônimas. Desse modo, as paráfrases de ativa-passiva que são não-sinônimas (p. 37);
- c) **relação de sinonímia-equivalência** – explica as diferentes interpretações que pode ter um enunciado, podendo se assemelhar a outro enunciado e enfatiza a polifonia da linguagem (p. 37-39).

De acordo com Serrani (1993, p. 43), a paráfrase não tem validade universal, e o discurso é o protagonista da linguagem do “mal-entendido, da disputa” e que, por ocasiões, não ocorre unanimidade entre os falantes. A autora afirma que a glosa está situada “no limiar do intertexto”, e se encontra no nível da “passagem entre o intradiscurso e o interdiscurso” (SERRANI, 1993, p. 46), considerando que a reformulação está no nível do intradiscurso, e a paráfrase, no nível do interdiscurso. Nesse sentido, a interpretação é uma

escolha de posição, em que as paráfrases têm seus significados concretos no discurso, podendo ser uma “atividade metalinguística pré-consciente”.

Conforme Orlandi (1987, p. 115), “o funcionamento discursivo como a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas” é o que propicia a análise em um nível do interdiscurso. Para a autora:

Quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente. Daí considerarmos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco (ORLANDI, 2001, p. 36).

A paráfrase também é a possibilidade de entender a nossa própria língua. Segundo Serrani (1993, p. 120), o “esquema interdiscursivo de repetibilidade” pode se estabelecer como “hipótese para trazer à tona as restrições interdiscursivas que antecedem a enunciação, os pré-construídos da memória discursiva enquanto estruturas que prendem, inscrevem o sujeito em um dizer que o organiza, independentemente de sua vontade”. Em suma, considera-se que o sujeito é um produto de linguagem discursiva, pois ele ultrapassa as oposições esquemáticas realizadas num discurso.

Compreende-se que linguagem é uma atividade que excede apenas a forma verbal, mas também é sociocognitiva, pois, entre os interlocutores, um texto vai além da competência linguística e discursiva, já que se estabelece um texto corporativo entre os “falantes”. Evidenciando uma situação concreta de interação entre os interlocutores do discurso, em que ambos, de acordo com regras situacionais e institucionais, interiorizam o texto-falado e adequam as regras para que se estabeleça a comunicação. Nesse caso, os interlocutores, tem a capacidade de definir escolhas linguísticas, apropriando-se de um gênero de discurso, produzindo o texto-falado e desempenhando o enunciado. Entende-se que numa intenção comunicativa, ter apenas a competência gramatical não é o suficiente para construir um enunciado num discurso.

O estudo da paráfrase se identifica nas considerações de Fuchs (1982, p. 49-50), como a tentativa de reformular o sentido de enunciado em outro sentido, ou seja, tentar dizer a

mesma coisa, mas em outros termos. Castilho (2009) também conceitua paráfrase no léxico (dois sentidos para a palavra) e na sintaxe (duas sentenças diferentes comparadas com a mesma interpretação semântica).

Segundo Hilgert (1999, p. 114), a paráfrase é

processo de construção do texto, uma atividade lingüística de reformulação, por meio da qual se estabelece entre um enunciado de origem e um enunciado reformulador uma relação de equivalência semântica, responsável por deslocamentos de sentidos que impulsionam a progressividade textual (HILGERT, 1999, p. 114).

O estudo da paráfrase é amplo e, nesta tese, segue-se o ponto de vista de Hilgert (1999), que defende o conceito de paráfrase como “um enunciado que reformula um enunciado anterior, mantendo com este uma relação de equivalência semântica” (p. 111). Para o autor, a paráfrase retoma e mantém, com o uso de outros lexemas, o sentido do enunciado anterior, realizando com menor ou maior grau “equivalências semânticas”. Considera-se um grau máximo e um grau mínimo de equivalência semântica, quando ocorrem “focos de tensão” que perpassam a produção do texto. Segundo o autor:

[n]o caso de equivalência semântica mínima, a tensão emerge do conflito entre a falta de equivalência e a “predicação de identidade”. O fato de o enunciadador constituir a relação parafrástica, apesar da ausência de elementos semânticos que a respaldem, gera tensão textual. [...] No caso da equivalência semântica máxima, a natureza da tensão gerada é outra. A tensão surge do conflito entre a equivalência muito forte entre dois enunciados e a necessidade imperiosa da progressão conversacional (HILGERT, 1989, p. 348-349).

A noção de “equivalência semântica”, para Hilgert (1989, p. 320), significa que “há uma relação de equivalência semântica entre matriz e paráfrase, há uma gradação que vai desde um grau mínimo, quase imperceptível a um grau máximo de equivalência, quase repetição, traduzido na repetição denotativo referencial”. Com isso, o autor acredita que em toda “Paráfrase” (P) sempre existirá um “Enunciado de Origem” (EO), o qual representa uma “Matriz” (M) e um “Enunciado Reformulador” (ER), estabelecendo relações parafrásticas. Ou seja, entende-se, conforme o autor, que é uma atividade de reformulação com equivalência semântica. Dessa forma, as relações parafrásticas serão estabelecidas, sob o ponto de vista, para esta tese, dentre outros possíveis autores, de acordo com Hilgert (1999, p. 116 - 117), que apresentam as paráfrases mais recorrentes em textos, como na sequência

do enunciado de origem ou numa sequência textual. Nesse caso, o autor chama de paráfrase adjacente ou paráfrase não adjacente. As paráfrases adjacentes

exercem funções locais na composição da trama conversacional, resolvendo tanto problemas de natureza especificamente interacional quanto problemas determinados pelo desdobramento temático-argumentativo do texto e pela busca de adequação do vocabulário na construção de enunciados. (HILGERT, 1999, p. 117)

Ou seja, as paráfrases adjacentes seguem na íntegra a matriz, com uma função local durante a construção do texto, sanando e resolvendo os problemas interacionais, que se encontram pelo desdobramento temático argumentativo do texto, como também pela busca de precisão do uso do vocabulário nos enunciados. Já, as paráfrases não adjacentes “funcionam como estruturadoras de tópicos conversacionais mais longos e abrangentes, na medida em que asseguram a unidade a uma abordagem temática, demarcam diferentes etapas de seu desenvolvimento e lhe dão a conclusão necessária” (HILGERT, 1999, p. 117). O autor destaca que a paráfrase, à medida que assegura uma unidade ao tratamento do tema, permite uma compreensão de um nível mais abrangente na conversação do enunciado.

As relações parafrásticas se encontram em nível de operacionalização, segundo Hilgert (1999, p. 118-119), pois se observa que ocorrem, durante a produção de paráfrase, possibilidades que equivalem aos seus aspectos operacionais. A operacionalização das relações parafrásticas em textos orais são vistas em dois casos: (1º) trata-se de como foi produzida a paráfrase do falante da língua de partida para a língua de chegada, quando se “parafrazeia o seu próprio enunciado, identificando-se, neste caso, uma autoparáfrase” e, o interlocutor parafrazeia o “enunciado produzido pelo outro, realizando, assim, uma heteroparáfrase”; (2º) trata-se da iniciativa da paráfrase, em que há uma paráfrase auto-iniciada, que é “desencadeada por quem a produz”, e uma paráfrase heteroiniciada, que é “desencadeada por um interlocutor e produzida por outro”.

Segundo Hilgert (1999, p. 121-123), as equivalências nas paráfrases ocorrem “quando falamos” num enunciado. Nesse sentido, compreende-se que a gradação pode “ir desde um grau mínimo, onde só é perceptível num quadro de conhecimentos extratextuais comum aos interlocutores, até um grau máximo, traduzido na pura repetição”. Com isso, o autor propõe, em suas pesquisas, que existem, nas paráfrases, três níveis, sendo a “equivalência forte” (que mantém a identidade semântica), a “atualização de traços semânticos” (a base significativa

comum é menor), e “equivalência fraca” (dissimetria), ao que determina em função do “contexto discursivo em que a paráfrase ocorre, os seus traços só em parte coincidem com os da matriz”. De acordo com Hilgert (1999), as paráfrases podem ser “expandidas, redutoras e paralelas”, definidas da seguinte forma:

- a) **Paráfrase Paralela** – conhecida também como *paralelismo parafrástico*, que são as paráfrases que, “em princípio, só diferem de suas matrizes por variações lexicais, mantendo com elas uma simetria sintática”. Ou seja, a estrutura da matriz é substituída pelo uso do lexema ou uma variação, permanecendo com a mesma função que reformulam, na mesma dimensão léxico-sintática de suas matrizes (p. 125);
- b) **Paráfrase Redutora** – conhecida também como *condensação parafrástica*, que são as paráfrases que exercem a função de “conferir uma determinação adequada, mais simples ou abrangente a uma formulação complexa ou demasiadamente específica da matriz” (p. 125). Também visa “resumir o conjunto de informações que a matriz contém” (p. 126), ou seja, se formula numa unidade lexical, com uma sintaxe simplificada, reduzindo a informação, mantendo a função de concluir, resumir e dominar a abrangência semântica do enunciado ou matriz;
- c) **Paráfrase Expandida** – conhecida também como *expansão parafrástica*, que são as paráfrases que dão “explicações definidoras de matrizes constituídas por noções abstratas” (p. 125), e podem “explicitar, precisando ou especificando, informações contidas nas matrizes” (p. 125). Ou seja, tem a função de explicitar, explicar, exemplificar, definir e especificar as informações da matriz. Essa paráfrase ocorre com mais frequência, por exemplificações, vistas como “reformulações parafrásticas”.

Hilgert (1999) entende que a paráfrase formata e organiza o conteúdo, de modo que se estabeleça uma intenção comunicativa. Para o Tils, a atividade comunicativa envolve a intenção construída pela formulação e produção do enunciado, envolvendo sempre relações parafrásticas entre a LP e a Libras.

2.2.2 Polissemia em Língua Portuguesa e em Libras

A polissemia, segundo Silva (2003, p. 91) foi reconhecida pelos autores Ullmann (1964) e Bréal (1992) pela “tradição histórico-filológica”, numa trajetória longa de “tradição de reflexão sobre o conceito (e outros correlatos)”. A Linguística Cognitiva passou a se desenvolver nas últimas duas décadas e a polissemia volta a ser uma questão central da Linguística Semântica.

O panorama semântico-cognitivo do estudo da polissemia é visto como uma das maiores contribuições da Linguística Cognitiva, em relação aos Estudos da Lexicologia. Isso se deve pela busca da incorporação do significado em seus modelos de descrição da estrutura semântica (GEERAERTS, 2006). Trata-se de um fenômeno no qual dois ou mais significados relacionados são associados a uma mesma forma linguística (TAYLOR, 2003, p.103).

De acordo com Cuyckens e Zawada (2001, p. xiv), a polissemia é percebida de forma individual nos itens lexicais “como categorias de significados relacionados que são motivados por princípios cognitivos como metáfora, metonímia, generalização, especialização e transformações por esquemas de imagem³⁵”.

Silva (2006) demonstra a importância da polissemia e a sua reintrodução nos estudos da Linguística Cognitiva. A polissemia começa a figurar, então, como o resultado da inovação semântica e ocorre por meio da extensão e da restrição de sentido, da metáfora, da metonímia e do uso por diferentes grupos sociais. Em termos funcionais a polissemia, no sistema cognitivo, promove a “densidade informativa, propiciando a formação de categorias com muita informação e pouco esforço cognitivo”, como também a “flexibilidade, tornando as categorias adaptáveis a novas condições ou realidades do mundo e a novas necessidades expressivas dos falantes”. Por fim, cria-se uma estabilidade estrutural, que garante a continuidade das categorias estabelecidas e utilizadas na assimilação da mudança (SILVA, 2010, p. 360).

Para Silva, os modelos formalistas do Estruturalismo de Saussure (1930 a 1960) e do Gerativismo de Chomsky (1960 e 1970) caracterizaram-se como um período do “movimento de minimização do fenômeno polissêmico”. Com isso, a teoria estruturalista excluiu as

³⁵ Tradução Livre: “*categories of related senses which are motivated by cognitive principles such as metaphor, metonymy, generalization, specialization, and image-schema transformations*” (CUYCKENS; ZAWADA, 2001, p. xiv).

variedades de sentidos, adotando os modelos formalistas, conforme argumenta Silva (2003, p. 91-92), ao apresentar as três estratégias de minimização da polissemia:

- a) **homonimista** (*nega a relação entre os sentidos*) - a polissemia se converte em homonímia, caracterizando a “forma de descrição e representação dos diferentes usos de um dado item lexical em listas de entradas independentes”;
- b) **artefatualista** (*transforma a polissemia em vaguidade*) - concebe as diferenciações de significado um artefato do linguista;
- c) **monossemista** (*nega tanto as relações como as diferenças entre os significados*) – considera-se polissemia em vaguidade, com base em princípios gerais pragmáticos.

A fundamentação que sustenta as estratégias é o princípio da autonomia da linguagem e a descontextualização da gramática, que coloca o pressuposto de uma forma e/ou um significado. Sendo assim, segundo Silva (2006, p. 31), o significado torna-se “descontextualizado, genérico e abstrato, constituído por um conjunto de propriedades individualmente necessárias e conjuntamente suficientes”.

Destaca-se que, a partir da década de 80, a polissemia ganha notoriedade sistemática nas pesquisas e torna-se fundamental para a Semântica Cognitiva (sincrônica e diacrônica), na mudança semântica, pelo ponto de vista **biológico**, no que se referem às “leis naturais”; pelo ponto de vista **psicológico e cognitivo**, está em relação às “leis intelectuais”; e pelo ponto de vista **sociológico** é o que se envolvem nas “leis sociais” da linguagem (SILVA, 2006, p. 93).

A polissemia é o resultado da inovação semântica, num sentido diacrônico do estudo da língua, como característica inerente à linguagem em relação ao uso e ao processamento cognitivo. A questão da polissemia é considerada problemática, em termos de padrão de análise, tornando-se o foco de atenção para os linguistas cognitivos modernos e semanticistas cognitivos (SILVA, 2003).

Silva (2003) compreende que a polissemia está ligada à compreensão, interpretação em relação a uma produção de texto, em que perpassam aos conhecimentos linguísticos, a uma situação de enunciação e, também, a um processamento cognitivo de sentido.

De acordo com Correia (2000, p. 5-6), estabelece-se primariamente uma avaliação da correlação com o conceito de homonímia, evidenciando o que há de comum entre os conceitos de polissemia e homonímia, e o que os diferencia um do outro. O estudo permite

uma incursão na dimensão estrutural a partir de uma avaliação diacrônica da língua, da diferença entre as classes gramaticais ou da diferença entre as classes lexicais, distinguindo um “significante” e suas ramificações com o “significado” (relação polissêmica), ou de dois “significantes” diferentes que têm a mesma (relação homonímica). Enquanto o reconhecimento da existência ou não de uma relação entre os sentidos associados a uma mesma forma linguística é o critério etimológico, sendo estabelecido pela homonímia e polissemia.

Os argumentos de Silva (2003, p. 94) em relação à distinção entre polissemia e vagueza tem relação com a identificação de dois sentidos diferentes ou de duas especificações contextuais em que há um mesmo sentido pragmático. O autor cita o exemplo do verbo ‘deixar’ com o mesmo sentido no uso espacial de “**ir embora, retirar-se**”, como no exemplo: (1) *O Zé **deixou** a sala, quando ela entrou.* Também há o verbo ‘deixar’ com o sentido de “abandonar”, como por exemplo, em: (2) *O Zé **deixou** sua mulher.* Os exemplos (1) e (2) são casos de **polissemia**, em que há um sentido com duas especificações contextuais ou de **monossemia/vagueza**, em que se encontram distintamente dois sentidos. A distinção entre a polissemia e a vaguidade é instável e não constitui uma dicotomia, mas um *continuum* da “representação mental” entre dois sentidos (GEERAERTS, 1993; TUGGY, 2009 apud SILVA, 2003). Ou seja, segundo Silva (2003), o uso polissêmico, desde que esteja “convencionalizado, constituirá um sentido diferente e fará parte do léxico mental”. Observe-se o lexema ‘ponto’ nos exemplos das seguintes sentenças (adaptado, cf. SILVA, 2003):

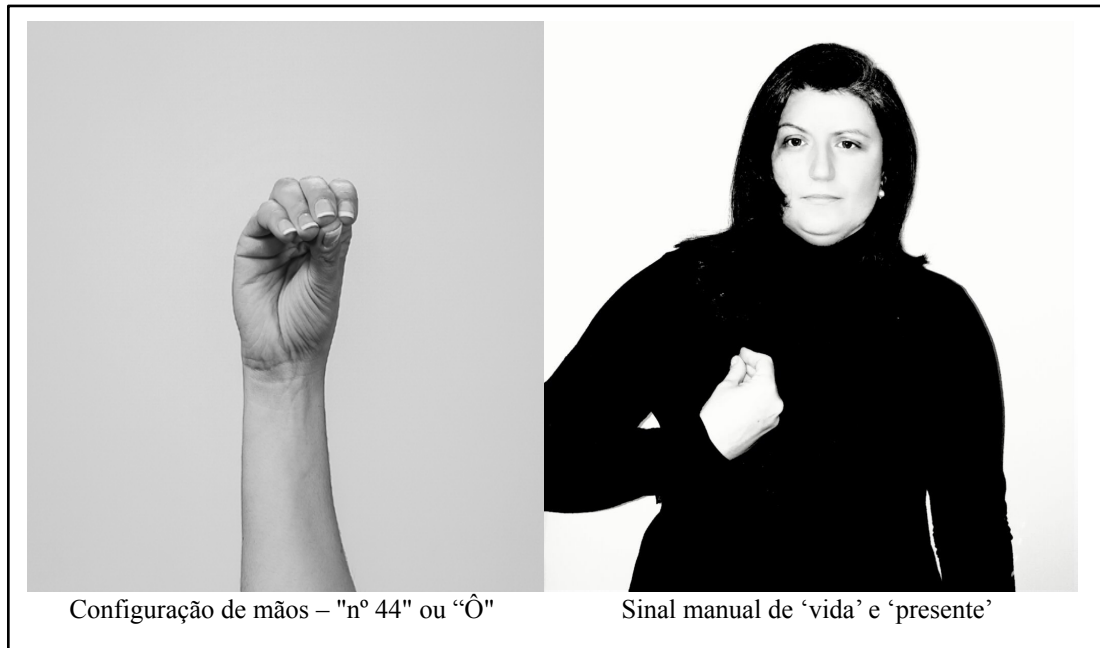
- a) “O **ponto** do ônibus estava lotado.”;
- b) “No trabalho precisa bater **ponto** todos os dias”;
- c) “Basta um **ponto** no bolso da calça”;
- d) “**Ponto** final para essa reunião”.

Segundo Silva (2003), apesar da relativa frequência de itens polissêmicos como o exemplo de ‘**ponto**’, entende-se que o modo como as pessoas acessam e guardam esses sentidos é ainda uma questão em aberto. Considera-se o léxico mental de um falante um repositório de conhecimento acerca do léxico da língua em uso. Nesse sentido, a representação dos sentidos pode se definir de forma separada no léxico mental para cada

sentido, embora seja possível armazenar apenas uma significação muito generalizada ou, ainda, em núcleos de significação de cada lexema.

Em Libras, podem-se identificar casos de “polissemização” e “homonimização” em sinais manuais, tais como os representados nas Figuras 5 a 7, como segue:

Figura 5 – Configuração da mão do sinal manual de ‘vida’ e ‘presente’



Fonte: elaborado pela autora (2017).

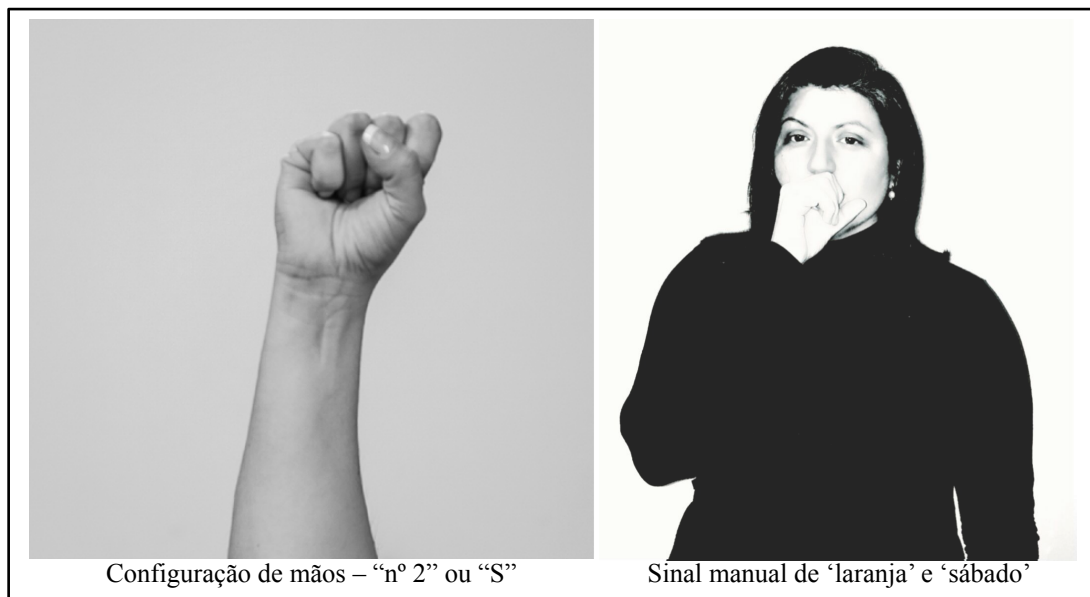
O sinal manual para ‘vida’ e ‘presente’ é configurado nas mãos³⁶ do usuário de Libras em “Ô” (“ô” circunflexo, cf. BRITO³⁷, 1995, p. 220), com o movimento de esfregar no ponto de articulação (locativo) do lado direito do peito do usuário. Esse sinal manual é utilizado para ‘vida’ e para ‘presente’. O lexema ‘vida’, em LP, tem a acepção geral de um “estado ou condição dos organismos que se mantêm nessa atividade desde o nascimento até a morte; existência” (FERREIRA, 2009, p. 2059). VIDA é um conceito amplo em LP e em Libras, podendo se referir à “vida submarina”, “vida humana”, “vida de um automóvel”, “vida de uma estrela”. Pode, ainda, ter concepção inanimada, que “transmite ideia de vida”, como: “caiu na vida”, “vida civil”, “vida fácil”, “vida mundana”, “vida particular”, “vida privada”,

³⁶ As configurações de mãos de "nº 44" ou "Ô", seguem de acordo com Filipe (2009, p. 10) da obra didática: “Libras em Contexto” e Brito (1995, p. 220).

³⁷ Brito (1995, p. 220) apresenta pela primeira vez uma tabela, dividido com 19 colunas para definir as unidades mínimas das configurações de mãos nas línguas de sinais.

“vida pública”, “vida unitiva (união com Deus)”, “cair na vida”, “danado da vida”. Esses vários sentidos do sinal manual para ‘vida’ revela seu caráter polissêmico como “existência”, “estado” ou “condição”, “modo de viver” e, até mesmo, uma “biografia” de alguém. O sinal manual para ‘vida’ pode significar em Libras, além de ser <VIV@> e “estar ‘presente’” em algum lugar/local, ou em alguma determinada situação. Nesse caso, pode-se dizer que há um caso de “polissemia”: um mesmo sinal com vários sentidos, que, de alguma forma, podem ser relacionados (EXISTIR ≡ ESTAR PRESENTE). Aqui a questão, que se repete na Figura 5, é a de que se está diante da designação de classes gramaticais diferentes (‘vida’ = substantivo; ‘presente’ = adjetivo). Embora representando classes morfológicas diferentes, pode se considerar um caso de polissemização, já que há uma nítida relação entre os significados. Entretanto, se a diferenciação de classes for considerada relevante, então se está diante de um caso de homonimização. Outro caso em Libras pode ser visto na Figura 6:

Figura 6 – Configuração da mão do sinal manual para ‘laranja’ ou ‘sábado’



Fonte: elaborado pela autora (2017).

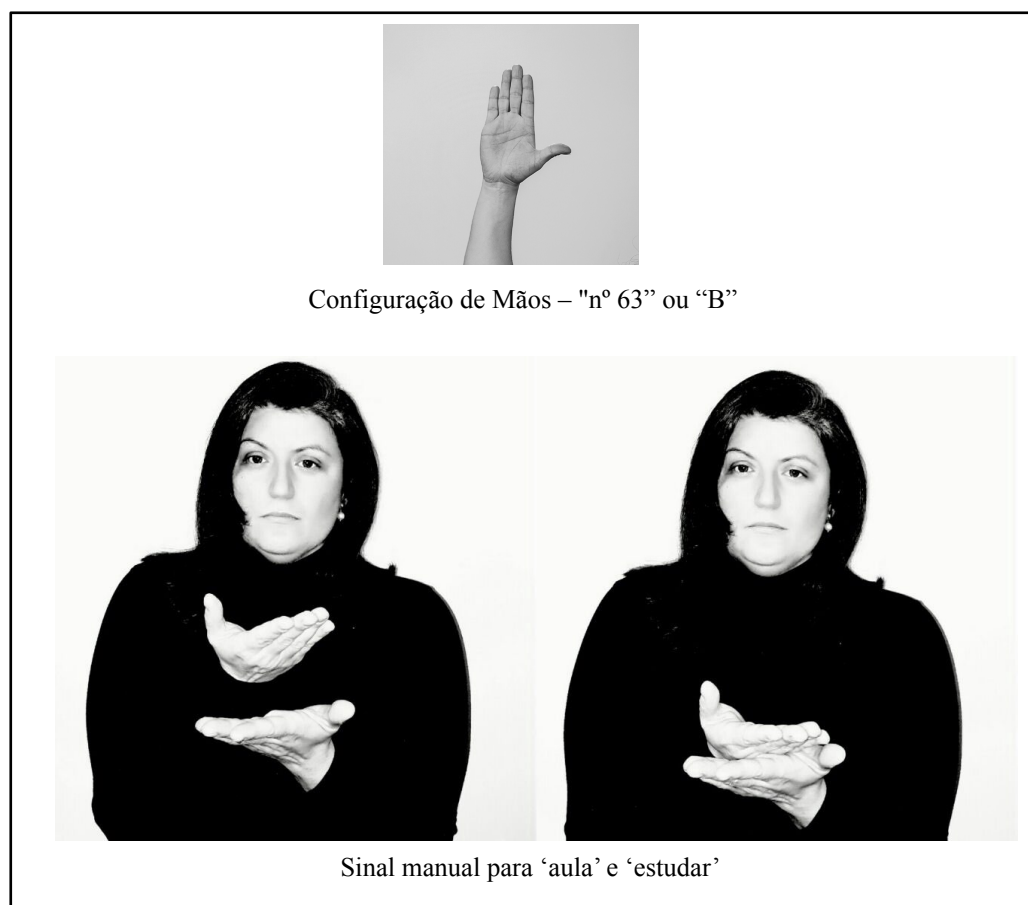
O sinal manual da Figura 6 está configurado nas mãos³⁸ do usuário de Libras em “S”, conforme a tabela de Brito³⁹ (1995, p. 220), com o movimento de abrir e fechar no ponto de articulação (locativo) próximo à boca.

³⁸ As configurações de mãos de "nº 2" ou "S" seguem de acordo com Filipe (2009, p. 10) da obra didática: “Libras em Contexto” e Brito (1995, p. 220).

³⁹ Brito (2005, p. 220) apresenta pela primeira vez a tabela com 19 colunas definido as unidades mínimas das configurações de mãos nas línguas de sinais.

Nesse caso, o sinal manual designa ‘laranja’, “fruta laranja”, a “cor laranja”, portanto pode-se interpretá-lo como um sinal polissêmico. Porém, como também designa ‘sábado’, o “dia da semana”, dependendo do contexto, que não mantém a relação de significado com “o fruto da laranjeira” ou a “cor laranja”, pode-se dizer que se está diante de dois sinais, caso, então de homonimização, sendo uma das formas (sinal manual) polissêmica. Por fim, observa-se mais outro exemplo de polissemia em Libras, conforme a Figura 7:

Figura 7 – Configuração da mão do sinal manual para ‘aula’ e ‘estudar’



Fonte: elaborado pela autora (2017).

O sinal manual da Figura 7 está com a configuração de mãos em "B" (BRITO, 1995, p. 220) ou "nº 63" (FILIPPE, 2009, p. 10), com o movimento do dorso da mão direita virado para a palma da mão esquerda, encostando duas vezes, no ponto de articulação (locativo) neutro.

Esse exemplo de sinal manual, tanto pode significar “aula” como ‘estudar’. Visto como no caso descrito a partir da Figura 5, diferentes critérios podem levar à polissemização

(significados relacionados) ou homonimização (classes gramaticais diferentes, substantivo e verbo, respectivamente).

De acordo com Silva (2006, p. 59), a polissemia é “[...] uma rede de sentidos flexíveis, adaptáveis ao contexto e abertos à mudança”. Ou seja, o sentido do significado para o autor

não é estático[,] mas dinâmico, não é dado mas construído no conhecimento *enciclopédico* e configurado em feixes de conhecimento ou *domínios*, não é platônico mas corporizado, encarnado nas necessidades, nos interesses e nas experiências dos indivíduos e das culturas (SILVA, 2006, p. 59-60 - *grifos da autora*).

Lewandowska-Tomaszczyk (2007, p. 148) afirma que as

[p]alavras polissêmicas consistem em várias categorias radiais relacionadas, mesmo que cada um dos significados polissêmicos possa ele mesmo apresentar uma estrutura prototípica complexa. O membro central da categoria radial fornece um modelo cognitivo que motiva os significados não-centrais. As extensões de significado agrupadas em torno da categoria central são relacionadas por uma variedade de relações possíveis, tais como transformações por esquemas de imagem, metáfora, metonímia [...]⁴⁰.

Conforme Brugman (1988, p. 5-6), os itens polissêmicos apresentam “sentidos 'primários' a partir dos quais sentidos não-primários são estendidos, e ambos os sentidos, primário e não-primário, existem como categorias na mente do usuário⁴¹”. Essa discussão sobre a representação mental dos itens lexicais, principalmente no que diz respeito a um armazenamento único ou separado de seus sentidos, é bastante presente na Linguística Cognitiva e Psicolinguística. Para Brugman e Lakoff (2006, p. 109), é “um tipo de armazenamento no estilo *network* (rede integrada)⁴²” que é real no cognitivo, e possibilita o máximo de compartilhamento de informações relacionadas entre os sentidos.

⁴⁰ Tradução Livre: “*Polysemic words consist of a number of radially related categories even though each of the polysemic senses can itself display a complex prototype structure. The central radial category member provides a cognitive model that motivates the noncentral senses. The extended senses clustered around the central category are related by a variety of possible links such as image schema transformations, metaphor, metonymy (...)*” (LEWANDOWSKA-TOMASZCZYK, 2007, p. 148).

⁴¹ Tradução Livre: “*'primary' senses from which are extended non-primary ones, and that both primary and non-primary senses exist as categories in the mind of the user*” (BRUGMAN, 1988, p. 5-6).

⁴² Tradução Livre: “*a network-style mode of storage is cognitively real[...]*” (BRUGMAN; LAKOFF, 2006, p. 109).

2.3 LEITURA E CONTEXTOS INTERPRETANTES

A leitura é uma atividade de ação humana considerada fundamental para a compreensão de mundo, pois permite ao homem interpretar e compreender vários tipos de textos seja eles escritos ou orais. Embora os textos escritos ou orais sejam distintos, no ato da leitura existem características semelhantes. A leitura também possibilita a interpretação de sinais realizada pelo corpo e compreendida pelas diferentes formas de linguagem empregadas no texto, pois se configuram como manifestações sociais e culturais de intenções comunicativas.

A Leitura, como discutida na introdução a partir dos estudos de Koch e Elias (2007) e outros autores, parte da concepção interacionista da linguagem, que se caracteriza como uma atividade complexa de produção de sentidos, que envolve tanto elementos linguísticos, como culturais, do leitor. Os sentidos de um texto escrito ou oral são construídos na interação leitor-autor-texto, evidenciando aspectos contextuais do conhecimento da língua, do mundo e da situação sociocomunicativa. A dimensão do contexto na produção de sentido de um texto está carregada de informações explícitas em cada código, porém os sentidos implícitos do texto fundamentam a compreensão do texto e a interpretação do contexto do autor-leitor. (KOCH; ELIAS, 2007, p. 59).

Conforme Koch e Elias (2007, p. 64) o contexto é “um conjunto de suposições, baseadas nos saberes dos interlocutores, mobilizadas para a interpretação de um texto”. Ou seja, a construção e a produção de sentidos ocorre sob contextos sociocognitivos de autor-leitor. Os conhecimentos prévios do leitor, como o enciclopédico, o textual, o conhecimento de mundo são compartilhados em partes para que se estabeleça a compreensão do texto. Os autores, ressaltam a importância do contexto, quando ocorre na interpretação, de um texto, a partir de uma concepção desambigua as sentenças, passam a preencher as lacunas num determinado texto ou numa mesma expressão linguística, podendo parafraseado os significados, pois os fatores contextuais definem o que é dito e não dito na língua verbalizada. Sendo assim, a noção de intertextualidade, definida pelas autoras, trata-se de conhecimentos que constituem o contexto.

Toda a leitura necessita ser trabalhada e motivada desde o contexto familiar e escolar elevando como um fator essencial de formação pessoal e acadêmica, pois se evidencia o

fortalecimento da formação do cidadão-leitor, gerando sujeitos leitores na sociedade. Nesse sentido, entende-se pelo ponto de vista de Cagliari (2005), que a leitura é uma atividade que envolve multifacetadas complexas e está estritamente relacionada aos aspectos fonéticos, como também recorre ao nível semântico, cultural, ideológico e filosófico. Sendo assim, é comum encontrar ruídos de comunicação quando surgem dificuldades de interpretação no que foi lido, ouvido ou falado/proferido.

A leitura também é compreendida, para Cagliari (2005, p. 149), com o sentido de escrever o que leu e/ou ouviu. A escrita segue uma complexidade altamente problemática nos aspectos sintáticos, que estão acarretados de significados advindos do modo de leitura. Às vezes, o ato de ler é um processo de interpretação e requer do leitor uma prática de perseverança no sentido de amadurecimento cognitivo. O autor exemplifica que a leitura pode ser realizada de forma superficial ou como uma atividade automatizada, ou seja, pode-se dirigir um veículo, ou jogar bola, sem que haja preocupação com a lei da gravidade e/ou a balística das concepções físicas na execução dessas atividades.

O ato de ler é uma atividade totalmente particular e individual de cada leitor, distinta da escrita, que é uma atividade que registra a organização do pensamento. Nesse sentido, considera-se a leitura como uma prática intrínseca da assimilação dos conhecimentos, da interiorização subjetiva e da reflexão do pensamento crítico. A leitura, para Cagliari (2005, p. 150) está de alguma forma, ligada à leitura linguística, tendo como base a escrita, que, por si, indica a interpretação do leitor em relação ao seu conhecimento de mundo ou à sua “leitura de mundo”. Decifrar e decodificar são práticas do ato da leitura que se realiza para interpretar e compreender a linguagem encontrada, bem como identificar as implicações textuais, levando o leitor a refletir sobre o que aprendeu do signo em relação ao significado com o significante, ou seja, em relação o sentido com a imagem do signo.

Cagliari (2005) argumenta que toda leitura não existe apenas no sentido literal do vocabulário (nível morfológico) e, tampouco, apenas nos conhecimentos oriundos da maneira particular de interpretar o que leu (nível pragmático), desconsiderando o escopo histórico do leitor e do falante de uma língua. A leitura se realiza através dos mesmos mecanismos de produção da fala.

A percepção auditiva da fala é explicada por Cagliari (2005), em nível fonético, que está diretamente relacionada à compreensão e à interpretação da leitura oral, falada ou ouvida.

Nesse sentido, a leitura não existe sem decifração da escrita, pois, mesmo na leitura visual, falada ou silenciosa, há o mesmo mecanismo de funcionamento de decodificação auditiva da fala. Para o autor, decifrar a leitura é um processo que pressupõe a interpretação e a compreensão dos aspectos linguísticos. Quando o leitor coloca em funcionamento o que leu, ele realiza a produção da fala. Em outras palavras, o leitor compreende o texto e tenta reproduzi-lo de forma oral ou escrita.

Ao ler um texto, o leitor está executando uma tarefa para a qual o cérebro não foi direcionado. A leitura não é um ato automatizado, mas o cérebro se condiciona no pensamento. Ao contrário disso, o cérebro, durante ao ato de ler, necessita realizar ginástica para se adaptar à informação. Nesse momento, ocorre um processamento de sinapses em fração de segundos para decifrar e codificar cada letra, sílabas, vocabulários, sentenças, parágrafos de um texto que está sendo lido.

Segundo o neurocientista francês Stanislas Dehaene (2012), a escrita é algo que evoluiu com a espécie humana, ao longo de cinco (5) mil anos, a exemplo é a própria alfabetização das crianças que instrui para a leitura e a escrita. Independente de qualquer língua, as dificuldades sempre serão as mesmas, e, mesmo quando adultas, a grande maioria das pessoas não domina a compreensão do texto escrito.

O processamento da leitura é complexo, pois a aprendizagem do ato de ler é realizada em conexão com as “áreas visuais” e com as “áreas da linguagem oral” (DEHAENE, 2012, p. 78). O autor esclarece que as conexões cerebrais são “recíprocas”, ou seja, essas ligações na região do córtex são responsáveis por uma parte de todo o processo da leitura. Porém, existe uma região central do cérebro que é utilizada especificamente para a leitura, a região *occipito-temporal* esquerda, cujo funcionamento é explicado pelo autor:

[...] essa região é a única a ser ativada unicamente para a leitura das palavras escritas e não para as palavras faladas, sem, contudo, pertencer às regiões visuais de baixo nível que se ativam a vista de estímulos simples, como o tabuleiro de xadrez. Ela se situa, pois, no cruzamento entre a análise visual e o resto do sistema linguístico. Porta de entrada em direção às áreas da linguagem, essa pequena região visual do hemisfério esquerdo analisa as imagens e sinaliza: sim, são realmente letras, [...] – informação crucial que outras regiões do cérebro se encarregarão de decodificar em imagens acústicas e em significado (DEHAENE, 2012, p. 83-84).

Dehaene (2012, p. 55) argumenta que os “dicionários mentais” reconhecem o vocabulário e organizam as categorias mentais (cerebrais). Ao ler, por exemplo, o lexema

‘fruta’, naturalmente a mente acessa e direciona ao conjunto de itens lexicais que representam o vocábulo “fruta”, ou “frutas comuns”, como a maçã e a banana. Para o autor, é dessa forma que se reconhece o significado de um lexema numa determinada sentença. O teórico afirma que o léxico mental é reconhecido na primeira instância, para, depois, acionar a memória semântica⁴³.

Somente pelo contexto é que se identificam as letras, o vocabulário ou parte dele, uma sentença inteira ou parte dela, na sentença, 'Esse pássaro verde tem um bico bonito', dada o exemplo por Dehaene (2012). Ou seja, há elementos que permitem identificar as letras na palavra, como também, compreender o contexto como um todo na sentença.

Nesse sentido, é o cérebro que organiza a leitura e a “identificação das letras e das palavras” como um “processo ativo de decodificação no qual o cérebro acrescenta a informação ao sinal visual” (DEHAENE, 2012, p. 63). A leitura, não são as propriedades intrínsecas de um vocabulário ou da extensão que a representa, mas sim dos conflitos que são gerados durante a identificação. Os mecanismos para a identificação do vocabulário são as palavras que se aproximam e compartilham, pelo menos, uma das letras, como, por exemplo, a expressão ‘mala’, que tem semelhança com ‘bala’, ‘pala’, ‘tala’, ‘mapa’ entre outras desse gênero lexical. A quantidade de equivalências lexemáticas vizinhas ajuda identificar o sentido do lexema e o seu contexto lexical, como também a identificação fonológica.

Horellou-Lafarge e Segré (2010) destacam que a leitura não é uma atividade processada diretamente pela “compreensão” da escrita, mas também pela “compreensão” do pensamento. Nesse sentido, ler é um ato puramente linguístico e está atribuído ao funcionamento da linguagem e da língua envolvida nesse processo. É interessante que a escrita não representa os diversos aspectos fonéticos, o ritmo, a entonação e outros elementos contextuais, que se realizam durante uma leitura de fala ou uma leitura expressiva (multimodal).

De acordo com Pereira e Schochat (1997), existem as habilidades perceptuais auditivas, desenvolvidas nos primeiros anos de vida do ser humano. Essas habilidades são conhecidas como o “processamento auditivo”, que é o conjunto de habilidades auditivas

⁴³ Dehaene (2012, p. 55), afirma que cada “dicionários humanos” chegam a 50.000 a 100.000 de verbetes de entradas, somando-os a 40.000 ou 50.000 de vocabulários que uma pessoa reconhece em nomes próprios, siglas, entre outros.

(específicas) das quais o indivíduo depende para interpretar o que ouve. Esse processamento auditivo, segundo Deuschle e Cechella (2008, p. 195-198) são habilidades como:

- a) **a atenção seletiva** – habilidade de focar em um determinado estímulo sonoro em meio a outros sons competitivos, auditivos ou visuais;
- b) **a detecção do som** – uma habilidade de identificação da presença do som;
- c) **a sensação sonora** – um nome atribuído a um estímulo sonoro e que é recebido via sentido da audição;
- d) **a discriminação** – habilidade de detectar diferenças entre os padrões de estímulos sonoros;
- e) **a localização sonora** – habilidade em identificar o local de origem do som;
- f) o reconhecimento – habilidade em identificar corretamente um evento sonoro previamente reconhecido;
- g) **a compreensão** – habilidade de compreender/deduzir o significado da informação auditiva;
- h) **a memória** – habilidade que permite armazenar e arquivar informações acústicas para poder recuperá-las posteriormente.

O processamento auditivo, a leitura ouvida, vista ou falada, é a discussão desta tese, pois, até então, desde a primeira metade do século XX, a leitura era apenas considerada pelo fenômeno da codificação do sentido daquilo que o escritor (autor) tenta expressar (dizer). Atualmente, o leitor, segundo Horellou-Lafarge e Segré (2010), é visto como produtor de sentidos, relativizando os poderes autorais. Assim, a leitura oral pode ser realizada não somente por aquele que lê, mas também por aqueles que “leem” o texto ouvindo-o, como, por exemplo, “uma história”, sendo ela considerada uma forma de leitura auditiva.

Há diferenças quando se realiza uma leitura auditiva do ato de fala espontâneo, conforme condições humanas, enquanto para a leitura lida (ou ler), os mecanismos baseados em textos escritos, possuem naturalmente, características próprias e distintas quando se realiza uma leitura ouvindo da leitura da escrita.

Dialogando sob esse viés, vale a pena discutir sobre a leitura visual, que possui a vantagem de permitir ao leitor a interpretação de compreensão pela memória do texto falado ou sinalizado. Aquele que lê para outros ouvirem (ou verem) precisa de uma leitura altamente

expressiva, em que são utilizados elementos suprasegmentais e pragmáticos, como os atributos da fonética, do ritmo, da entonação, da expressão proferida pela voz, do contexto e do conhecimento prévio, de mundo, linguístico e estrutural para interpretar e compreender os leitores ouvintes ou surdos.

A leitura pode ser expressa de diferentes formas, sendo ela o instrumento de condução de novas leituras, usando de paráfrases de textos interpretados e compreendidos pelos leitores. Com isso, entende-se que, quando o Tils, durante o ato da interpretação simultânea, se depara com a tarefa de sinalizar lexemas com sentidos polissêmicos altamente complexos, dada variedade de itens lexicais, que são possíveis numa leitura auditiva (falada), é que se percebe o grau de complexidade que é imposta pela funcionalidade de ouvir e falar. Conforme Dascal (2006, p. 106-107), a fala é

utilizada para transmitir uma interpretação pragmática, e o sucesso na comunicação é medido pela capacidade de o destinatário alcançar essa interpretação. Isso, quando ocorre, é o que o termo 'compreensão' geralmente abrange. Observem que a compreensão é sempre uma compreensão pragmática. Não se trata apenas de compreender as palavras do falante (determinando o significado da sentença), nem de compreender tais palavras em sua específica referência ao contexto da elocução (determinando o significado da elocução), e sim de alcançar a intenção do falante ao proferir tais palavras naquele contexto (determinando o significado do falante). [...] Um significado do falante é transmitido diretamente quando é idêntico ao significado da elocução 'computado' pelas 'regras' semântico-pragmático da linguagem (DASCAL, 2006, p. 106-107).

A interpretação consiste em encontrar 'pistas' de significados implícitos, em atentar para a polissemia dos itens lexicais que expressam nos lexemas e, em determinar, em cada enunciado do discurso, o que se expressa em função do contexto linguístico-situacional. Além disso, há uma capacidade individual de estruturar conhecimentos, uma habilidade própria de organizar as experiências de leituras. Como se verifica em Bassnett (2005, p. 45 – *grifos da autora*):

[a]o traduzir *Bon appetit* no cenário já descrito, o tradutor foi capaz de extrair um conjunto de critério do texto, a fim de determinar qual seria uma tradução adequada para o texto em LM [língua de partida ou meta]. Porém, fica claro que em outro contexto, a expressão na LM seria alterada. A ênfase em tradução sempre está no *leitor* ou no ouvinte, e o tradutor deve traduzir o texto em LF [língua de chegada ou fonte] de modo que a versão em LM corresponda à versão em LF. A natureza dessa correspondência pode variar consideravelmente [...], mas há princípios que permanecem constantes (BASSNETT, 2005, p. 45).

A tarefa do tradutor e intérprete das línguas orais pode ser definida como um desafio constante, ou seja, de um lado, o tradutor e o intérprete, que necessitam impor suas concepções culturais, ficando no processo de repetição de palavras no sentido literal e, de outro lado, o ato de traduzir, de modo a incorporar a ação dos discursos, dando ênfase aos estilos de enunciado do texto falado. Nesse sentido, “a interpretação pragmática nada mais é que o endosso do significado da elocução pelo ouvinte, isto é, sua identificação como sendo o significante do falante” (DASCAL, 2006, p. 107). Em consonância com Bassnett (2005, p. 44-45), os tradutores e intérpretes devem levar em conta que todas as expressões linguísticas são relacionadas ao contexto cultural da língua de partida, como, por exemplo, na seguinte explicação de Bassnett (2005), que diz que

[...] a opinião de Hense Albrecht Neubert de que o Soneto de Shakespeare *Shall I compare thee to a summer's day?* (*Devo comparar-te a um dia de verão?*) não pode ser semanticamente traduzido para uma língua onde a divindade é feminina. Tentar impor o sistema de valor da cultura da língua-fonte para a cultura da língua-meta é perigoso, e o tradutor não deve ser tentado pela escola que tem pretensões de determinar as *intenções* originais de um autor com base em um texto autocontido. O tradutor não pode ser o autor do texto em LF [língua de partida ou fonte], mas, como autor do texto na LM [língua de chegada ou meta], tem uma clara responsabilidade moral para com os leitores da LM (BASSNETT, 2005, p. 45 – *grifos da autora*).

Essa discussão possibilita acreditar que o tradutor e intérprete, tanto das línguas de modalidade oro-facial (orais), como as línguas visuo-gestuais (sinalizadas) necessitam “ter o máximo de conhecimento das possibilidades expressivas de sua língua, ou seja, conhecer muito mais para além da gramática” (LACERDA, 2010, p. 7).

De acordo com Lacerda (2010, p. 8), o Tils é um profissional atuante em várias esferas da sociedade, uma vez que o tradutor e intérprete “atua na fronteira entre os sentidos da língua de origem e da língua alvo, com os processos de interpretação relacionando-se com o contexto no qual o signo é formado”. Para isso, o profissional precisa, a todo instante, “ouvir” o texto falado, ou seja, realizar uma leitura auditiva que o permita entender e compreender o enunciado para, assim, identificá-lo em todos os aspectos linguísticos, tradutórios e culturais.

Portanto, os problemas que ocorrem durante uma tradução e interpretação acontecem por inúmeras circunstâncias, sendo pela compreensão auditiva da língua de partida (nesse caso a língua portuguesa falada), pela falta de equivalências culturais (línguas independentes), ou por toda uma tradução e/ou interpretação que não se definem em uma “reprodução literal”

da língua de partida para a língua de chegada. Essa distinção entre “tradução” e “reprodução” pode ser observada no seguinte exemplo que Dagut (1976) destaca, quando afirma que

[p]artindo do princípio de que uma metáfora é, por definição, uma nova expressão, uma criação semântica, ela pode, sem dúvida, não possuir em equivalente na LM: o que é único não tem um correspondente. Aqui, a competência do tradutor bilíngue - “le sens”, como Mallarmé coloca “de ce qui est dans la langue et de ce qui n'en est pas” - serve apenas no sentido negativo de dizer-lhe, neste caso, que é impossível “encontrar” qualquer “equivalência”, sendo que esta terá que ser “criada”. O ponto crucial que aparece como consequência disso é se uma metáfora pode, neste sentido, ser traduzida como tal, ou se pode ser apenas “reproduzida” de alguma maneira. (DAGUT, 1976, p. 21).

Essa relação a encontrar pistas de interpretação para a compreensão do texto é o que se considera fundamental para o conhecimento do contexto e, também, para o conhecimento de informações específicas sobre o tema ou assunto, que são fatores extralinguísticos atribuídos à função do tradutor e intérprete. Dascal (2006) explica que é possível:

[...] interpretar a mesma elocução utilizando, no mínimo, dois procedimentos distintos: em um caso, por meio da interpretação do comparativo *alto*⁴⁴ e pela aplicação do conhecimento-padrão que se tem de uma determinada situação e da respectiva cultura; no outro, pela aplicação da posse de uma informação específica. Contudo, nos dois casos, a interpretação final recorre à manipulação de pistas extralinguísticas, isto é, as pistas contextuais que envolvem a familiaridade do destinatário com a situação da elocução. Isso, é claro, se torna ainda mais óbvio quando a elocução contém expressões dêiticas. O que queremos enfatizar aqui é que, embora a necessidade de pistas contextuais na interpretação de expressões não-indexicais não seja indicada nos componentes da sentença, o seu papel não é menos importante. As pistas contextuais, todavia, nem sempre são “puramente” extralinguísticas (DASCAL, 2007, p. 192).

Dascal (2006) argumenta que interpretar consiste em encontrar significados implícitos, atentando para a polissemia dos itens lexicais que expressam, com alta complexidade polissêmica durante a interpretação de um enunciado, quando expresso num contexto linguístico-situacional específico. Portanto, ler é uma atividade complexa e está intrinsecamente relacionada à interpretação e à compreensão, na perspectiva semântico-pragmática, considerando os aspectos linguísticos, psicolinguísticos, cognitivos, sociais, culturais e situacionais (contextos) quanto à prática da leitura. Como já mencionado nesse capítulo, o indivíduo desenvolve habilidades e uma delas é a leitura auditiva, visual e abstrata da linguagem. Essas habilidades são inferências essenciais da interpretação e compreensão.

⁴⁴ Para esclarecer a comparação do adjetivo de *alto* no valor semântico e da noção de relatividade das sentenças examinadas, ver Dascal (2006, p. 191).

Durante o ato de ler, visto pelo prisma de Dehaene (2012), é o indivíduo quem constrói significados a partir da sua prática de leitura. Porém, vale lembrar que nem tudo o que está sendo lido é o que o autor quer expressar. Para isso, os processos inferenciais são empregados pelo leitor, que derivam de seus conhecimentos prévios, enciclopédicos e/ou de mundo, permeados pelo contexto sociocultural. Então, o texto lido ou falado permite que o leitor faça inferências para além do texto dito ou escrito, ultrapassando a leitura para conseguir interpretar os significados. A produção da leitura vai de acordo com as inferências do leitor frente ao texto, isto é, a produção de sentidos torna-se inesgotável durante o ato de ler (MARCUSCHI, 2008, p.229). Os processos de inferências para Dell’Isola (2011, p. 44) são definidos como

uma operação mental em que o leitor constrói novas proposições a partir de outras já dadas. Não ocorre apenas quando o leitor estabelece elos lexicais, organiza redes conceituais no interior do texto, mas também quando o leitor busca, extratexto, informações e conhecimentos adquiridos pela experiência de vida, com os quais preenche os “vazios” textuais. O leitor traz para o texto um universo individual que interfere na sua leitura, uma vez que extrai inferências determinadas por contexto psicológico, social, cultural, situacional, dentre outros (DELL’ISOLA, 2011, p. 44).

Marcuschi (2008, p. 230-233) define a compreensão não apenas uma atividade de identificação das informações recebidas, mas também, por meio do processo de inferências, de construção de sentidos entre o autor e o leitor. A compreensão envolve a inserção de “leitura de mundo”, além do nível linguístico/cognitivo.

Segundo Dascal (2006), as estratégias de compreensão são a formulação linguística de um texto, em outros termos, a capacidade do indivíduo parafrasear um determinado texto, e, também, na leitura de um texto, levando o leitor a buscar dicionários, a fim de consultar o significado de determinados lexemas em um texto. O autor considera que o “dever de compreender” implica em todos os tipos de “atos comunicativos, interlocutores e contextos”, da capacidade de seguir as regras (ou convenções) linguísticas. Ainda sob o ponto de vista de Dascal (2006, p. 80)⁴⁵, a compreensão é uma atividade em que se relaciona o que o indivíduo compreende sobre a natureza do ato comunicativo, em detrimento do valor semântico do

⁴⁵ Dascal (2006) não considera que a compreensão e significado sejam conceitos semelhantes entre si (sinônimos). Para ele, de modo geral, a compreensão é uma estratégia de reinterpretação do indivíduo.

processo de interpretação, no que tange aos aspectos de compreensão paradigmática e sintagmática na comunicação (da fala).

Portanto, a interpretação se realiza de forma direta (quando é idêntica ao significado da elocução) no texto, obedecendo às normas semântico-pragmáticas do significado do ouvinte; e indireta, que consiste em encontrar pistas contextuais, do significado ao falante. Assim, os sentidos das palavras precisam ser compreendidos conforme o contexto do enunciado. Para Dascal (2006), o processo interpretativo do leitor (ouvinte), remete à questões semânticas, pragmáticas e aos modelos cognitivos idealizados que interagem na atividade de comunicação, interpretação e compreensão.

A interação na comunicação é gerada para que o outro compreenda exatamente o que o autor pensou ou quis dizer, quando se expressa num discurso. E, quando isso não ocorre, surgem os ruídos de comunicação e as falhas de entendimento. Essas expectativas estão presentes em todos os aspectos de interação comunicacional, isso é, de acordo com a situação. A capacidade de identificar o que fora dito nas entrelinhas determina o nível de compreensão do leitor; caso contrário, a compreensão pode ser inadequada, gerando problemas na comunicação (DASCAL, 2006).

Dascal (2006, p. 191-230) apresenta cinco “modelos de interpretação”, definidos como: (1) “modelo criptográfico”, que depende das regras que inferem o significado que a semântica fornece durante o processo interpretativo; (2) “modelo hermenêutico”, para o qual em que o significado, através da atividade interpretativa, é uma construção do leitor, conforme a experiência cultural; (3) “modelo pragmático”, que é a comunicação motivada pela intenção, considerando o significado uma produção; (4) “modelo superpragmático”, em cujo intérprete captura o significado do falante, referindo-se à informação contextual, não considerando o significado semântico do falante; e, por fim, (5) os “modelos causais de estrutura profunda”, que são intenções e razões relacionados aos significados, os modelos são considerados entidades derivadas. Para Dascal (2006), os modelos de interpretação (1) e (2) ignoram a função do signo. O modelo pragmático (3) é o ponto que ele propõe, pois, independentemente de qualquer atividade comunicativa, o êxito ocorrerá quando o leitor ou ouvinte reconhecer a “intenção subjacente” do que é ouvido ou lido. Em outras palavras, a interpretação não consiste em apenas encontrar pistas semânticas, mas, igualmente, a interpretação sempre receberá influências do contexto pragmático. O autor conclui que todos

esses modelos de interpretação são complementares, mesmo com algumas ressalvas. Todavia, o modelo pragmático é o que fundamenta a teoria e preserva o indivíduo enquanto sujeito responsável, racional e livre por suas intenções interpretativas.

As escolhas lexemáticas significam que a tradução e a interpretação envolvem outros aspectos, além da simples “troca de itens lexicais e gramaticais entre as línguas e, como pode ser visto na tradução de expressões idiomáticas [metafóricas/metonímicas], o processo pode incluir a eliminação de elementos linguísticos essenciais do texto em LF [língua de partida] [...]” (BASSNETT, 2005, p. 47 - *grifos da autora*).

Contudo, a compreensão de que as palavras podem ser traduzidas no sentido literal, traz consigo a possibilidade da perda do sentido semântico-pragmático, que se define no processo de contextualização, numa atividade de comunicação. Essa é uma problemática entre os novatos da área que, muitas vezes, cometem esses equívocos de traduzir e/ou interpretar lexema por lexema, sem acarretar os sentidos dos enunciados. Assim, os conceitos de leitura, compreensão e interpretação são considerados fenômenos que envolvem o leitor e o autor nos níveis biológico, social e cultural. As implicações dos processos de compreensão e interpretação por parte dos Tils, nas escolhas lexemático-gramaticais, em interpretações simultâneas, é o que motiva o Estudo de Caso analisado e discutido nesta tese.

2.3.1 Atuação interpretativa em contextos comunitários

A interpretação comunitária é uma prática que percorre toda a trajetória dos Estudos da Tradução. Segundo Pöchhacker (1995), em 1980, essa prática ganhou espaço nos Estudos da Interpretação. Esse descolamento teórico se deve à interação do intérprete em situações de conteúdos diversificados, aos espaços de atuação (muitas vezes os mais inusitados) e às diferentes prestações desses serviços. Esses intérpretes também não eram reconhecidos, pois os estudos apenas revelam que as pesquisas se debruçavam sobre a prática interpretativa de conferências, focalizando aspectos cognitivos (PÖCHHACKER, 2004; WADENJÖ, 1992).

Segundo a Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC), todo ser humano tem, pelo menos, uma língua materna ou outra língua que é equivalente à língua natural (de uso). Vale ressaltar que para o intérprete conseguir interpretar a partir da sua língua materna, torna-se necessário fazer uso dos modos de interpretação, simultâneo e

consecutivo. Em relação à interpretação, o intérprete certamente domina perfeitamente a língua materna e a “língua interpretante”.

De acordo com Gile (1995), a interpretação para a língua interpretante é uma questão amplamente discutida, pois o intérprete necessita ter o conhecimento linguístico e cultural, em relação às demais subcompetências, sendo que os esforços devem estar disponíveis cognitivamente, para serem acessados e prontamente utilizados numa situação de interpretação simultânea e/ou consecutiva.

Wadensjö (1998, p. 36) distingue os **enunciados originais**, expressos pelos interlocutores, e os **enunciados interpretados**, que são transmitidos pelo intérprete. Para a autora, os enunciados originais e os enunciados interpretados são interdependentes, pois as funções principais da interação dos enunciados dos intérpretes são a tradução (*translating*) e a coordenação (*coordinating*). Essas funções tornam o intérprete um agente em interação ativa, pois o intérprete necessita compreender tudo que é e está no enunciado, de forma a exercer na situação interativa um determinado controle, ou seja, o “eu interpretante” determina uma situação comunicativa das línguas em uso, como o que está sendo interpretado.

Conforme Pöchhacker (2004), o requisito fundamental para a prática da interpretação simultânea é uma discussão que o autor compreende em relação à competência interpretativa e à aquisição da língua a ser interpretada. Considerando que é totalmente diferente do processo tradutório, pois entende que, no momento que se ensina um aluno a traduzir, é possível ensinar a língua interpretante. Nesse sentido, o pensar em competência bilíngue, amplia-se para os estágios iniciais de aprendizagem da língua em uso, durante uma interpretação simultânea. Observa-se que, pensar no desenvolvimento da prática tradutória e interpretativa de novatos e experientes, é ter como fundamental que a formação seja contínua e ensinada na medida em que se vai adquirindo experiências. Nesse sentido, entende-se que o novato e o experiente na função de tradução, principalmente na tarefa da interpretação simultânea, seja encarada como ocorre na aviação, onde há o piloto e o copiloto que conduzem uma aeronave. As horas de voo tornam o copiloto em piloto experiente para o comando numa cabine, na aviação. A diferença entre o copiloto e o piloto é que o primeiro tem a tarefa de auxiliar o comandante na navegação, realizar as comunicações junto às torres de controle em aeroportos, acompanhar o abastecimento da aeronave e o carregamento da carga de bordo, fazer a leitura *checklist* em cada etapa do voo, preencher o plano de voo,

inspecionar, de forma interna e externa o voo; e ao contrário do que muitos imaginam, o co-piloto tem inúmeras obrigações numa aeronave. E o piloto? É o comandante que inspeciona os sistemas de navegação da aeronave durante todo o voo. O co-piloto só se torna piloto quando atinge o número de horas de voo, sendo submetido a vários testes para tornar-se um piloto que conduzirá uma aeronave, durante um voo. Ambos, tanto o piloto quanto o co-piloto, possuem identificações no paletó para caracterizá-los na aviação. Esse exemplo do piloto e co-piloto pode ser citado como exemplo na tarefa da interpretação simultânea, pois o experiente tem horas e horas de atuação e o novato está estudando, ou na maioria das vezes começando a trabalhar na área. Por isso, valorizar o Tils experiente, potencializa o Tils novato (o que está começando na área).

Nessa linha de raciocínio, torna-se necessário discutir sobre os diferentes contextos nos quais os tradutores e, principalmente, os contextos em que os intérpretes atuam, em situação simultânea ou consecutiva. Atualmente, de acordo com Santos (2013, p. 61), as pesquisas têm elucidado sobre a interpretação em diferentes contextos comunitários⁴⁶, tais como:

- a) **contextos educacionais** – atuação desde a educação infantil, nível fundamental, médio e superior, bem como em avaliações, vestibulares, entre outros;
- b) **contextos clínicos e/ou hospitalares** – atuação em consultas médicas (clínicos e especializados), exames em laboratórios, cirurgias, terapias psicológicas, psiquiatrias, e toda a área médica;
- c) **contextos jurídicos** – atuação em fóruns, audiências jurídicas, julgamentos (sentenças), processos, delegacias, boletins de ocorrência, juizados, conciliações, orientações e consultas em escritórios advocatícios, entre outros;
- d) **contextos familiares** – atuação entre diálogos com membros familiares (pai, mãe, avós, tios, irmãos), namorados, noivos, entre casais, amigos, particularidades de assuntos íntimos e confidenciais (segredos), e entre outras situações;
- e) **contextos midiáticos** – atuação em programas de TV, telejornais, propaganda política, filmes de curta e longa-metragem, documentários, *websites*, e entre outras situações que envolvem gravação (filmagem e edição);

⁴⁶ Os diferentes contextos apresentados por Santos (2013) foram definidos com adaptações da autora desta tese.

- f) **contextos religiosos** – atuação direta em ambientes religiosos, missas, cultos, reuniões, ensino bíblico, cânticos, e toda atuação vinculada à área religiosa;
- g) **contextos turísticos, esporte e lazer** – atuação em excursões turísticas, visitas a museus, clubes esportivos, parques de eventos, passeios em grupos ou individuais, e todos os espaços que forem relacionados à prática desportiva (amadora e profissional), ações turísticas e de lazer;
- h) **contextos de conferências** – atuação em conferência, seminários, fóruns de debates, simpósios, sendo atividades acadêmicas ou de qualquer outra ordem que reúnam um grande público.

Santos (2010) argumenta que os contextos acima destacados, são definidos, também por Munday (2001) e Pöchhacker (2004), ademais ambos elencam outros contextos de atuação dos intérpretes, como atividades de interpretação em “contextos empresariais”. Nesse sentido, Santos (2010) esclarece que o Tils atua em processos seletivos no setor dos recursos humanos, contratações, demissões, admissões, treinamentos coletivos e individuais, reuniões, entre outras ações cuja finalidade é a comunicação entre o funcionário surdo e a empresa. Há também os “contextos de serviços públicos e assistenciais”, em que o Tils atua em espaços que precisam de auxílio do governo, como INSS, bolsa-família, atendimentos de assistência sociais, entre outras situações. Esse ponto de vista ressalta a necessidade de oportunizar formações que especifiquem a atuação dos Tils em diferentes contextos, bem como com diferentes gêneros de discursos. No entanto, o contexto educacional é o mais aplicado nos cursos de formação para Tils, devido à inclusão da pessoa surda, no contexto escolar.

Queiroz (2011) discute a formação de intérpretes para atuarem na área da saúde, apresentando a situação atual no Brasil e recomendando ações ligadas às leis e políticas públicas que garantam a comunicação de serviços sociais, com a formação de “Tils da Saúde⁴⁷”, qualificados e preparados para o atendimento em hospitais, postos de saúde e todos os setores da área clínica. A autora faz um alerta aos órgãos que regulamentam a profissão e destaca o quão é preocupante a falta de informação e formação para a interpretação na área da saúde:

⁴⁷ Definição abreviada da autora desta tese.

Em relação às entidades representativas de profissionais tradutores e intérpretes (Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes – Abrates –, Sindicato Nacional dos Tradutores – Sintra –, Associação Profissional de Intérpretes de Conferência – Apic –, Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guiainterpretes de Língua de Sinais – Febrapils), também não foram observadas atividades voltadas à formação ou à certificação para intérpretes que desejem atuar em contextos médicos. [Tampouco] há um código de conduta e ética para profissionais da área que dê conta dos dilemas encontrados na rotina dessa atividade. O único código formulado no Brasil para profissionais da área de Tradução e Interpretação em línguas orais é o código do Sintra, com especificações voltadas apenas para contextos jurídicos. Além disso, há espaço no documento para ambiguidades e arbitrariedades. O código de ética para tradutores e intérpretes de língua de sinais tem especificidades mais claras, mas, ainda assim, parece necessário adequá-lo para ser aplicado em contextos específicos. A divisão da IMIA⁴⁸ no Brasil está em fase embrionária e conta com não mais do que vinte associados. O código deontológico e o código de ética e conduta para intérpretes da área da saúde foram traduzidos para a língua portuguesa, mas ainda não foram testados e submetidos a uma ampla discussão para adaptá-los ao contexto nacional (QUEIROZ, 2014, p. 210 – *grifos da autora*).

Segundo Queiroz (2014, p. 217), essa mesma restrição ocorre na interpretação em contextos jurídicos, pois segundo ela, o aparato legal existe apenas para as línguas orais. Observa-se que a atuação do Tils também ocorre no contexto jurídico, visto que oficiais da justiça têm, a todo instante convocado os serviços de Tils, por carta de procuração judicial, para que os mesmos compareçam aos fóruns de suas comarcas, a fim de mediar a comunicação entre advogados, juízes, promotores e a pessoa surda envolvida no processo.

Nessa perspectiva, relato uma situação que me ocorreu há 15 anos, quando o oficial de justiça bateu à porta da minha casa e me entregou uma carta de intimação judicial. O teor da carta era para “acompanhar” o depoimento de uma pessoa surda que havia sido violentada sexualmente em um local próximo a sua residência. Na época, havia começado, há pouco tempo, o curso de ILS (promovido pela Feneis do RS). Sem conhecimento do que realmente se tratava, na época, compareci na data intimada e “acompanhei” (interpretando) o depoimento realizado pela pessoa surda. Acompanhando a vítima, em um dado procedimento de investigação, tive que reconhecer os acusados do processo, numa sala com vidros, apontando para o delegado quais foram os suspeitos que a pessoa surda identificou como criminosos responsáveis pelo ato criminoso denunciado pela vítima na delegacia. Sem conhecimento de como proceder com a mediação interpretativa, pedi para que a pessoa surda, além de fazer uso da Libras, mediado para o português falado, também escrevesse quem dos suspeitos ela estava identificando como acusado para o delegado, o que colaborou muito para

⁴⁸ IMIA - International Medical Interpreters Association – Disponível em: <<http://www.imia-medinfo.org/new2/>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

o andamento do processo. Ao terminar toda a situação de investigação, após a interpretação, fiquei extremamente exausta e também assustada diante de tanta informação, que estava fora da minha realidade pessoal, tendo que mediar uma situação altamente delicada para essa pessoa surda, na qual o Tils pode se tornar “cúmplice” da situação, segundo a afirmação, na época que o delegado me fez em ocasião.

Em outro episódio, convocada por uma carta de intimação judicial, entregue em minha residência, para comparecer a um fórum para interpretar um processo trabalhista de uma outra pessoa surda, que estava processando uma empresa para qual havia prestado serviços gerais. Nessa situação, já tinha um pouco mais de experiência de atuação profissional, e tudo ocorria naturalmente, quando o juiz decretou para a empresa, representada pelo proprietário, que além das multas e despesas judiciárias de indenização para a pessoa surda, era necessário também pagar os honorários dos serviços prestados pelo Tils durante aquela audiência de ação judicial trabalhista. O acusado (empresa), na hora que foi anunciado o valor de pagamento, reclamou indignado que um Tils, nesse caso eu, não poderia receber por aqueles serviços, já que o Tils (eu) “não tinha feito nada durante aquela audiência”, pois no entendimento dele, eu tinha apenas ficado sentada, falando com o juiz e “mexendo as mãozinhas”. Nesse momento, o juiz pediu para o acusado parar de falar e dobrou o valor que havia estipulado antes e, se o acusado continuasse a considerar isso um incômodo, o valor triplicaria. Enfim, uma situação também nada confortável, pois os olhares de perplexidade e de indignação direcionados a mim eram agressivos. A partir da situação relatada, um questionamento se perpetuou por longos anos em minha mente/em meus pensamentos, em relação à preparação, capacitação e formação dos Tils. Trata-se de garantir inclusive a preparação emocional, em seus aspectos psicossociais – antes, durante e após a atuação do ILS, em contextos que envolvem situações de ordem pessoal, que demandam sobre a vida social, profissional ou acadêmica da pessoa surda. Esses contextos exigem altas habilidades do Tils para mediar e acessibilizar a comunicação. Essa reflexão ainda me inquieta, especialmente devido à constatação da falta de formações (mais específicas) que são oferecidas em diferentes cursos no Brasil. Portanto, é preciso aprofundar os diálogos entre os pares, para que se garanta, além das formações básicas de atuação do Tils, também formações especializadas em diferentes contextos. Certamente, essas discussões ocorrem entre os pares da área, principalmente entre os Tils que atuam diretamente em contextos educacionais e os que atuam em contexto político, pois na

medida em que a legislação vem se estabelecendo, torna-se necessária a contratação de Tils e, conseqüentemente, evidencia-se a necessidade de formação especializada.

Avançando nas discussões, no presente momento, a atuação de intérpretes em contextos jurídicos é apresentada na pesquisa realizada por Russel (2002), que argumenta que a “interpretação consecutiva” se torne a interpretação mais acurada em ambientes legais do que a “interpretação simultânea”. A autora questiona a eficácia da interpretação simultânea nas salas de audiências, através da realização de uma análise de *corpus* constituído por quatro julgamentos simulados, que tiveram a presença de intérpretes, juizes, advogados, surdos e testemunhas ouvintes. Cada equipe de interpretação participou de dois ensaios, trabalhando, simultaneamente, em uma e, consecutivamente, na outra.

Em seguida, Russel (2002, p. 63), entrevistou todos os participantes e analisou os equívocos da atuação, detalhando os resultados gravados em vídeo. A interpretação nos ensaios de atuação consecutiva foi de 95% a 98% exata, enquanto que os ensaios de interpretação simultânea foram de apenas de 83% a 87% precisamente. Esses números são considerados relativamente expressivos para a atuação dos intérpretes em contextos jurídicos, visto que os advogados, juizes e funcionários de setores de tribunais exigem a precisão do registro em audiências jurídicas. Por isso, Russel (2002) ressalta a necessidade de formação específica e eficiente para a atuação nesses contextos jurídicos, considerando eficiente a interpretação consecutiva para a atuação, nessas atividades jurídicas. Para a autora, o modo de interpretação consecutiva e simultânea são ações complementares. Ao abordar as experiências de todas as ações de um tribunal, as pesquisas de Russel (2002) fornecem uma contribuição valiosa para a literatura na interpretação jurídica. A leitura é considerada obrigatória para qualquer intérprete que também pretenda atuar em salas (setores) do tribunal.

Segundo Russel (2002), os intérpretes devem saber como e quando usar a interpretação simultânea e consecutiva na sala do tribunal, a fim de incluir plenamente as pessoas surdas no processo judicial. Nas entrevistas realizadas com advogados, juizes, testemunhas, peritos e os surdos, deu-se visibilidade às reais necessidades da atuação, evitando-se os equívocos de todas as partes envolvidas num processo legal. A autora aponta que o ideal seriam programas de educação para a atuação de intérprete e associações desses profissionais afiliados às instituições jurídicas, no sentido de avaliar os intérpretes e garantir que atuem de forma adequada.

Saindo do contexto jurídico, Tuxi (2009), Lacerda (2010), Luchi (2013) e Albres (2015) definem que a atuação em contexto educacional é realizada por um Intérprete Educacional, sendo aquele que atua em parceria com o professor em sala de aula, ou seja, aquele que também planeja aulas em parceria com o professor, fazendo uso de recursos visuais para o aluno surdo. Os autores reforçam que também é o intérprete educacional que percebe que o surdo não compreendeu ou não acompanhou o raciocínio do professor e, em parceria com o professor, realiza intervenções pedagógicas. Em suma, é o Intérprete Educacional um profissional bidocente que, atua em conjunto, e, adapta atividades planejadas pelo professor em sala de aula ou em um ambiente escolar/acadêmico que mediará o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo, em contexto educacional.

Nesse sentido, refletir sobre os contextos de Interpretação de Conferência, Shuttleworth e Cowie (2014) esclarecem:

Interpretação de Conferência é um termo usado para se referir ao tipo de interpretação que ocorre em conferências internacionais, bem como em outros contextos de alto nível, tais como palestras, transmissões de televisão ou reuniões de cúpula; como tal, é uma das formas de interpretação, que é definida de acordo com o contexto em que é usada. Os intérpretes de conferência precisam ser proficientes em uma variedade de técnicas de interpretação, pois embora a interpretação simultânea seja o principal modo utilizado, há também situações ocasionais para a interpretação consecutiva ou até mesmo a interpretação sussurrada (SHUTTLEWORTH, COWIE, 2014, p. 26).

Essa atuação em contextos de conferência é definida como uma atuação que se desdobra em outras ações de interpretação simultânea, pois

[...] intérpretes de conferência não trabalham só em conferências, mas também em outros contextos, incluindo reuniões de comitês e grupos de trabalho nas organizações internacionais, visitas de personalidades, reuniões de conselhos de administração de grandes empresas, médicos, informações tecnológicas, seminários de formação científica e técnica, econômicos e outros, programas de TV, processo de arbitragem, e até mesmos processos judiciais. Em outras palavras, suas atividades se sobrepõem em parte com a interpretação de ligação [ou frase por frase], interpretação judicial e interpretação midiática (GILE, 2006, p. 9)

Tendo em vista o que Gile (2006, p. 9) escreve acima, cabe ressaltar a interpretação em contexto midiático. Nesse caso, dar-se-à ênfase à atuação do Tils que atua diretamente na TV. Essa especificidade está pautada pelo Decreto de nº 5.296/2004, regulamentado pela Lei

Federal de nº 10.048/2000, que, por sua vez, prioriza o atendimento das pessoas com deficiência, nesse caso a pessoa surda.

O Tils que atua diretamente com o sujeito surdo tem um perfil diferente do Tils que atua na TV, e que por isso não consegue identificar o seu público, podendo ser de diferentes faixas etárias, de escolaridade e, até mesmo, de uso de sinais regionais. No entanto, a legislação destacada contribui com critérios técnicos e básicos que auxiliam para adequar o Tils nesses contextos de acessibilidade midiática (audiovisual). Nesse raciocínio, a lei garante que o sujeito surdo tenha direito, além da educação, acesso à informação e à comunicação. O Decreto de nº 5.296/2004 determina que, para o amplo acesso da pessoa surda aos produtos audiovisuais, é necessário definir três distintas maneiras de comunicação acessível: o *closed caption* (legenda na TV), a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e a audiodescrição (tradução falada da imagem).

De acordo com o foco de pesquisa desta tese, observam-se as normativas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas da NBR de nº 15.290/2005, as quais passaram também a “estabelecer diretrizes gerais a serem observadas para acessibilidade em comunicação na televisão, consideradas as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem a ajuda de sistema assistivo⁴⁹ ou outro que complemente necessidades individuais” (NBR de nº 15.290/2005, p. 9 – 10). Essas normativas determinam diretrizes para a “Janela de Libras” e os requisitos para a interpretação e visualização, na TV, em Libras.

As características gerais para a atuação do Tils na “Janela de Libras” estão definidas em quatro categorias fundamentais: o estúdio, a disposição da “Janela na TV”, o recorte ou *wipe* são requisitos para a interpretação e visualização da Libras na televisão. Em relação ao estúdio, as gravações necessitam estar adequadas para a atuação do Tils, conforme descrevem as Normas Brasileiras da ABNT:

(a) espaço suficiente para que o intérprete não fique colado ao fundo, evitando desta forma o aparecimento de sombras; (b) iluminação suficiente e adequada para que a câmera de vídeo possa captar, com qualidade, o intérprete e o fundo; (c) câmera de vídeo apoiada ou fixada sobre tripé fixo; (d) marcação no solo para delimitar o espaço de movimentação do intérprete (ABNT - NBR 15.290/2005, p. 9)

⁴⁹ Sistema Assistivo está amparado pela Portaria de nº 142/2006 a qual propõe que toda a “Tecnologia Assistiva” seja “uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 11 set. 2016.

No que se refere à atuação do Tils na janela da acessibilidade comunicacional na TV, as normas determinam que o uso das cores permite prover nitidez para a visualização, podendo ser em cores ou em preto e branco, sempre observando as cores que contrastam com a pele do Tils e o pano de fundo do cenário, abrangendo os aspectos dos movimentos dos sinais que o Tils realiza durante a atuação simultânea, e adequando toda a iluminação em que o Tils atuará no estúdio para “[...] evitar o aparecimento de sombras nos olhos e/ou seu ofuscamento”. (ABNT – NBR de nº 15.290/2005, p. 9). Além disso, a captura da “imagem do Tils” na TV deve ser seguida pelo recorte da normativa em relação à altura, à largura, ao recorte (*wipe*) e ao deslocamento da imagem apresentada, conforme os seguintes critérios:

- a) o espaço do Tils na “Janela de Libras” precisa estar na altura mínima da metade da altura da tela do televisor;
- b) a largura da “Janela de Libras” precisa ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor;
- c) a legenda oculta (tarja preta), sempre que possível não encobrir a “Janela de Libras”;
- d) o deslocamento do recorte na tela do televisor, precisa estar em continuidade com a imagem da “Janela de Libras”.

Portanto, para uma visualização adequada, os requisitos para a atuação do Tils devem ser respeitados de acordo com as seguintes condições estabelecidas pela NBR de nº 15.290/2005 (p. 9): “a vestimenta, a pele e o cabelo do [Tils] devem ser contrastantes entre si e entre o fundo. Devem ser evitados fundo e vestimenta em tons próximos ao tom da pele do [Tils]”, lembrando que, durante a “transmissão de telejornais e outros programas, com o [Tils] em cena, devem ser tomadas medidas para a boa visualização” da Libras em uso; e por fim, observar que ao “recorte não devem ser incluídas ou sobrepostas quaisquer outras imagens”.

Conforme Nascimento⁵⁰ (2011, p. 74), as normativas para a atuação do Tils na TV também necessitam seguir alguns pré-requisitos para uma “boa interpretação e visualização da Libras”:

⁵⁰ Sobre a atuação do Tils na TV em “Janelas de Libras”, ver Nascimento (2011).

(a) a vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e entre o fundo. Devem ser evitado fundo e vestimenta em tons próximos ao tom da pele do intérprete; (b) na transmissão de telejornais e outros programas, com o intérprete da libras em cena, devem ser tomadas medidas para a boa visualização da libras; (c) no recorte não devem ser incluídas ou sobrepostas quaisquer outras imagens (NASCIMENTO, 2011, p. 74).

A atuação do Tils, em contextos midiáticos, é vital em todos os espaços que fazem uso de vídeo, sejam nas redes sociais, TV, ensino a distância (EaD), informativo e outros. Para isso, o contexto midiático é um meio de acessibilidade comunicacional do surdo em relação à inclusão social.

De acordo com Wadensjö (1998, p. 105), os enunciados do intérprete se estabelecem com algumas funções que, de uma forma ou de outra, influenciam na progressão, no objetivo da interação; no turno de fala do locutor (regula a interação), que define a distribuição da interpretação de enunciados, sejam eles confidenciais ou não confidenciais, o compartilhar de interações discursivas, entre outras ações interpretativas que envolvem o enunciado com algum determinado gênero de discurso.

A profissão (técnica) do Tils se encontra em construção, e há muito a ser pesquisado e explorado. Entende-se que esta tese contribuirá para a reflexão em relação à formação dos Tils que atuam ou atuarão em contextos especializados, nesse caso aborda-se o contexto político.

3 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E COMPETÊNCIAS INTERPRETATIVAS

Este capítulo (3) destaca, de modo geral, os Direitos Humanos, as Políticas Públicas e os aspectos legislativos ligados às práticas dos Tils e a Acessibilidade Comunicacional. Ele está dividido em três seções: na seção (3.1), apresentam-se os aspectos legislativos do Poder Público em relação às pessoas com deficiência, com ênfase na pessoa surda; na seção (3.2), apresentam-se as diretrizes e as normas das legislações vigentes no país sobre a função dos tradutores e intérpretes de Português/Libras (Tilsp) para o mercado de trabalho e as atribuições e regulamentações acerca do Tradutor Público⁵¹ e o Intérprete Comercial; na subseção (3.2.1), destaca-se a legislação e a regulamentação dos tradutores públicos e dos intérpretes comerciais, os quais são conhecidos como tradutores e intérpretes nas Juntas Comerciais no Brasil; e, para finalizar, na seção (3.3), abordam-se as competências e habilidades dos tradutores e intérpretes das línguas orais e das línguas de sinais.

3.1 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL: LEGISLAÇÃO

No Brasil, no que diz respeito à concepção da “pessoa com deficiência” e à possibilidade de acessibilidade, entre tantos pesquisadores, Borges (2014, p. 33) é o autor que aborda com mais contemporaneidade sobre esse tema, pois esclarece o crescimento dos movimentos associativos em relação à proposta de Políticas Públicas para pessoas com deficiência. Esse autor entende as políticas públicas como uma evolução das “políticas de sustentabilidade em diferentes espaços sociais”. Dessa forma, ele acredita que o desenvolvimento econômico e social se dá quando as iniciativas são objeto de diálogo entre as partes interessadas de cada segmento social. Para Borges (2014, p. 34), o “desenvolvimento sustentável [é o que] representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas”.

Somente no século XX, a partir dos anos 50, mais especificamente no ano de 1957, registra-se a primeira ação de Políticas Públicas no Brasil, a qual propôs mudanças para garantias de acessos da “pessoa com deficiência” a todos os espaços sociais, principalmente o

⁵¹ Segundo as associações de Tradutores Públicos ou Juramentados de Minas Gerais e outros sites pesquisados de associações, essa função é vista, popularmente, como “tradutor juramentado”.

acesso no eixo da educação e comunicação. Nessa época, o governo federal brasileiro⁵² passa a dar vistas às pessoas com deficiência, gerando, assim, campanhas especificamente voltadas para esse fim.

Em 1957, foi realizada a primeira campanha para os deficientes auditivos, intitulada “Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro⁵³”. Essa ação teve como objetivo estabelecer as medidas necessárias para a educação e a assistência aos surdos em todo o Brasil. Em 1958, outros setores passaram também a criar campanhas específicas para as pessoas com deficiências físicas, visuais e/ou intelectual. Esses movimentos passaram a ter notoriedade em nível federal, o qual instigou os governantes à necessidade de implantar leis e diretrizes para o atendimento educacional.

Após a implementação dessas campanhas em todo território nacional, ações educacionais foram implantadas e, com isso, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei de nº 4.024/61 – que regulamentou, pela primeira vez, diretrizes para a Educação Especial das pessoas com deficiência no Brasil. Essa lei definiu procedimentos para as escolas matricularem alunos com deficiências com “atendimento educacional” em “classes especiais”. A partir de 1971, a LDB é reformulada pela Lei de nº 5.692/1971, a qual introduz alterações no sistema educacional brasileiro, enfatizando o tratamento especial para todos os alunos com deficiência física, mental e superdotação.

De acordo com Miranda (2006), mesmo que apenas no âmbito das intenções das ações, as mudanças sociais foram se manifestando em diversos setores e contextos, e, certamente, o envolvimento das comunidades minoritárias foi essencial para essas mudanças. Essa discussão fora contemplada, ainda em 1988, pela Constituição Federal, no artigo 208, o qual discorre sobre a integração escolar, enquanto preceito constitucional, devendo preconizar o atendimento aos indivíduos que apresentam uma deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Nas décadas de 80 e 90, o conceito de “integração escolar”, em outros países, passou a ser discutido. Na Tailândia, em 1990, aconteceu a "Conferência Mundial de Educação Para

⁵² O Brasil, em 1948, foi influenciado e pressionado pelo reconhecimento dos direitos de todos à educação na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assumindo, assim, publicamente, em 1957, a responsabilidade pelo atendimento da educação especial (MENDES, 1995; BORGES, 2014).

⁵³ Para campanhas governamentais e para pessoas com deficiência na Educação Especial ver Mendes (1995).

⁵⁴ Nas décadas de 60 e 70, novas tendências produziram no mundo uma profunda modificação nas concepções da educação especial, surgindo o conceito de necessidades educacionais especiais e a concepção de integração escolar do sujeito (MIRANDA, 2006).

Todos", com o objetivo de garantir o direito de educação para todos, independentemente das diferenças particulares. Na Espanha, em 1994, a Declaração de Salamanca é assinada por mais de 90 governantes que se reuniram para discutir os princípios das políticas e das práticas da integração, evoluindo para o conceito de uma “educação inclusiva” apropriada ao direito de escola para todos.

No Brasil, com a Constituição Federal de 1988 e a homologação da LDB de nº 9.394/1996, iniciaram-se as mudanças de políticas e práticas referentes à educação especial. As instituições escolares e os profissionais que nelas atuavam receberam orientações e apoio para se adequarem aos novos dispositivos legais da LDB. Somente ao final do século XX, as discussões passaram a estabelecer o conceito de “inclusão escolar”, dando início a um novo modelo de atendimento escolar ao aluno com deficiência. Com o novo paradigma de discussão, Miranda (2006) compreende que surge uma reação ao processo de integração, levando os educadores a efetivarem as ações pedagógicas em práticas de inclusão escolar. De qualquer maneira, mesmo com o avanço da época, ainda havia controvérsias no processo de integração, e as discussões permaneciam nos discursos da necessidade de trazer novos elementos específicos para as atividades da vida diária e escolar das pessoas com deficiências.

Nesse sentido, Borges (2014) relata que o Brasil acompanhou, embora tardiamente, a evolução frente à Educação Especial no cenário internacional. Todavia, a história da Educação Especial no Brasil não é linear, ela se constitui de forma dialética. No Brasil, atualmente, encontram-se várias leis e diretrizes que determinam ações para a questão da inclusão escolar e social. Porém, a evolução das práticas educacionais em relação aos “deficientes” foi marcada por fases históricas de avanços e retrocessos em longos diálogos na educação. A Educação Especial é marcada, na linha do tempo, por períodos de “fases educacionais”, segundo Borges (2015)⁵⁵:

- a) na primeira fase, foi marcante a “exclusão” (rejeição), no sistema escolar, das pessoas com deficiência. Esse período foi marcado pelo preconceito, pela discriminação, pela negligência e pela omissão por parte de todos da sociedade e, principalmente, pelos membros familiares (pelo desconhecimento), considerando-os como “inválidos, incapacitados, defeituosos”;

⁵⁵ Anotações realizadas na palestra proferida pelo autor na Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência em Caxias do Sul (Junho/2015).

- b) na segunda fase, estabelecem-se ações educacionais voltadas à “segregação” (o assistencialismo) no sistema escolar para as “pessoas diferentes”, o que era visto como algo inapropriado. Nessa fase, foram criadas grandes instituições públicas para tratamento, de forma medicamentosa, de pessoas com deficiências, tendo como base serviços clínicos e terapêuticos;
- c) na terceira fase, iniciou-se o processo de “integração” (modelo médico) ao sistema escolar, possibilitando que a pessoa com deficiência ingressasse no âmbito escolar, desde que a família e o próprio deficiente se adaptassem às normas da escola.
- d) na quarta fase, houve um avanço da evolução educacional em ações de “inclusão” (modelo social) no sistema escolar. As leis brasileiras foram regulamentadas, estabelecendo normas de adaptação ao processo bilateral do sistema escolar e social, não apenas modificando a estrutura arquitetônica, como também alterando as práticas pedagógicas e sociais.

Os direitos humanos das pessoas com deficiência são discutidos há mais de 20 anos no Brasil e, desde 2000, estão sendo implantadas políticas inclusivas. Segundo Borges (2014), o Brasil está entre os 50 países que possuem legislação (Políticas Públicas) específica para pessoas com alguma deficiência.

Desde o ano de 2000, na Lei da Acessibilidade (Lei Federal de nº 10.098/2000), o Tils já é mencionado e caracterizado como um agente fundamental para a acessibilidade comunicacional da comunidade surda. No ano de 2001, o Tils passou a ter notoriedade junto às diretrizes aprovadas para o Plano Nacional de Educação (Lei Federal de nº 10.172/2001), às Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução MEC/CNE nº 02/2001) e à Educação Superior (Portaria de nº 3.284/2003, que substituiu a Portaria de nº 1.679/1999), que mais enfatizam a real necessidade do Tils para efetivamente obter-se a inclusão dos alunos surdos.

Atualmente, o Brasil dispõe do Estatuto da Pessoa com Deficiência na Lei Brasileira da Inclusão – LBI (Lei de nº 13.146, de 6 de julho de 2015), do projeto de Lei do Senado de nº 6, de 2003, e do projeto de Lei de nº 7.699, de 2006, na Câmara dos Deputados Federais. O objetivo da LBI é “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos

e liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania” (Artigo 1º – Lei de nº 13.146/2015/LBI).

Ainda, no Brasil, a Comissão de Estudos de Acessibilidade na Comunicação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) elaborou um documento para normatizar a presença do Tils em espaço de mídias televisivas. Nota-se que, apesar de a legislação ter avançado, quando se trata de políticas públicas para deficientes, não apenas para os deficientes visuais, é possível encontrar ainda barreiras na acessibilidade comunicacional que envolve os direitos e deveres da profissão do Tils. Nesse sentido, a sociedade, atualmente, como um todo, tem se voltado para articular políticas públicas na ordem da inclusão social. A Lei de Acessibilidade veio para garantir o direito de todas as pessoas de se comunicarem sem barreiras ou discriminação, mas ainda há desafios para a inclusão das pessoas com *deficiência* serem incluídas de fato na sociedade.

Assim, as diretrizes das políticas públicas estabeleceram e implementaram o direito à “acessibilidade” para as pessoas com deficiências, não permitindo barreiras na comunicação e garantido a igualdade de oportunidades a todos os deficientes. De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência⁵⁶, a comunidade surda é atendida pela “Acessibilidade Comunicacional” (Decreto de nº 6.949/2009), na qual é garantida a presença do tradutor e intérprete de Libras e português na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais, Libras), na escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc.) e no meio virtual (acessibilidade digital).

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E ATUAÇÃO DO TILS

O reconhecimento da Libras como língua natural da comunidade surda é realizado pelo que está disposto na Lei de nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Essa Lei está regulamentada pelo Decreto de nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o qual também normatiza os critérios básicos para a formação do Tils, entre outros direitos aos surdos.

O Decreto de nº 5.626/2005 é endossado pelo Poder Público pela garantia de acesso à comunicação, à educação e à informação aos sujeitos surdos. Ressalta-se que o Artigo 19

⁵⁶ Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) foi aprovada, unanimidade em 02 de julho de 2008 no Senado Federal, sendo promulgado pelo Executivo em 25 de agosto de 2009. Primeiro tratado internacional com poder constitucional da história do nosso País (BORGES, 2014).

apresenta subsídios para iniciativas de formação de tradutores e intérpretes de Libras e LP em todo o Território Nacional. Pensar na atuação do Tils em diferentes contextos é, portanto, o ponto de partida para uma reflexão das ações que habilitam esse profissional para atender não apenas a área da tradução/interpretação educacional, mas também as demais áreas com o uso de um léxico especializado em traduções e interpretações de contextos jurídicos, políticos, artísticos, social, educacional e entre outros meios de atuação desse profissional.

Acredita-se que a partir da consolidação da atuação de novas áreas do exercício do Tils, por meio de ações que possibilitam a comunicação do sujeito surdo e do ouvinte, permite-se a qualificação e a realização de serviços especializados em diferentes áreas. Assim, viabiliza-se a “acessibilidade comunicacional” em atuações contextualizadas, bem como se preserva a atuação do Tils em diferentes serviços especializados. Apesar do destaque apontado no artigo 19 do Decreto de nº 5.626/2005, o Tils é um profissional que pode atuar em apenas três perfis, conforme descreve o artigo:

[...] profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior; [...] profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental; [...] profissional Surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos (ARTIGO 19º, DECRETO Nº 5.626/2005).

Nesse sentido, compreende-se que o Decreto de nº 5.626/2005 delimita a atuação do Tils em apenas um único serviço (Tils educacional), não esclarecendo as possibilidades que existem de atuação para os Tils em mais diversos contextos comunitários que a comunidade surda transita na sociedade. Para os pares da área, a legalização e a autenticação (certificação) não se confundem na legitimidade da profissão, pois se toma, como exemplo, o caso dos Bacharéis em Letras/Libras, que possuem um documento válido e reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), para os devidos efeitos, relativos ao exercício da profissão. Ou seja, o diploma emitido por uma instituição de ensino superior permite ao acadêmico formado o reconhecimento e a legitimação dessa profissão para o mercado de trabalho.

Ressalta-se que algumas normas definidas no Decreto de nº 5.626/2005 acabam confundindo a sua real implementação diante das diretrizes da legalização e da certificação

emitida na formação do Tils. Reforça-se que, para normatizar um parâmetro de legalização para a atuação dos Tils em áreas especializadas, demandam-se pesquisas científicas que argumentem tais necessidades, como também ações políticas advinda da própria categoria dessa profissão.

Tendo em vista que a atuação do Tils encontra-se regulamentada e reconhecida na Lei Federal de nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, essa lei estabelece diretrizes que regulamentam a formação e o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Libras apenas para o nível de ensino médio. Nessa lei, no artigo 2º, o Tils deverá ter a “competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva”, como também proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa”. Na sequência do artigo 4º, consta que a formação profissional do tradutor e intérprete de Libras/Português deve ser somente em nível médio, realizado por meio de “cursos de educação profissional reconhecido pelo Sistema que os credenciou”, ou seja, a oferta deve ser por meio de “cursos de extensão universitária”, como também por “cursos de formação continuada promovida por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação”. Ainda na Lei Federal de nº 12.319/2010, no artigo 2º, esclarece-se no parágrafo único, que a “formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas [...]”. No artigo 6º da Lei de nº 12.319/2010, são definidas as normas para o exercício das competências de atuação que os Tils precisam observar, conforme as seguintes atribuições legais:

- a) realizar “comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa”;
- b) realizar a interpretação da Libras/Português nas “atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares”;
- c) interpretar também em “processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos”;
- d) apoiar como Tils junto à “acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas”;

- e) mediar a comunicação por meio de prestações de serviços de tradução e interpretação “em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais”.

Nota-se que no item (e) aparece de forma muito sutil a atribuição do Tils como competência de atuação em outros contextos administrativos ou policiais, que não seja o contexto educacional, referido no Decreto de nº 5.626/2005. Na sequência do texto da Lei de nº 12.319/2010, no artigo 7º, o Tils necessita atuar na profissão com alto rigor técnico, cuidando dos valores éticos da profissão, como também com respeito aos colegas e, principalmente, com respeito à comunidade e à cultura surda. O Tils precisa, conforme a redação do artigo 7º, seguir os parâmetros de atuação da profissão nas seguintes condições profissionais, referente: (a) à honestidade e à discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida; (b) à atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero; (c) à imparcialidade e à fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir; (d) à postura e à conduta adequada aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional; (e) à solidariedade e à consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem; e (e) ao conhecimento das especificidades da comunidade surda.

É muito recente a legislação brasileira que regulamenta e reconhece a profissão do Tils no mercado de trabalho, no Brasil. No entanto, à medida que os surdos começam a ampliar as atividades acadêmicas, profissionais e, até mesmo, sociais, torna-se mais que evidente e ampla a presença do Tils para se estabelecer a “acessibilidade comunicacional”. Além da prestação de serviços especializados, surge à necessidade de estabelecer diretrizes, normativas e regulamentações que venham nortear os trabalhos dos Tils em contextos educacionais, como menciona a lei, como também em outros contextos, considerados específicos de atuação, como a área clínica e comunitária (jurídica, política, artística e entre outras).

Além da Federação Nacional de Integração e Educação dos Surdos (Feneis), que também rege as atividades e ações políticas da comunidade surda, foi fundada, em 2008, a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils)⁵⁷. A finalidade dessa federação é a “de orientação,

⁵⁷ A pesquisadora desta tese é sócio-fundadora, como representante da Associação Gaúcha de Intérpretes de Língua de Sinais (Agils) e também colaborou na função de Diretora da Febrapils, em duas gestões, no período de 2008 a 2015.

defesa e representação do conjunto das Associações Estaduais de Tradutores e Intérpretes e Guias-intérpretes de Língua de Sinais, doravante, denominadas de [Apils]” em todos os Estados onde se constituírem associações em defesa da categoria dos Tils. A Febrapils tem implementado ações em prol da categoria dos Tils em todo o Brasil, como, por exemplo, a instituição e a recomendação do novo Código de Conduta Ética (CCE)⁵⁸ dos Tils, o qual define os princípios fundamentais para que o Tils possa exercer sua profissão com conduta ética, respeito e valorização pela língua de sinais (Libras), cultura e a comunidade surda no Brasil.

Assim, do artigo 3º ao 5º, a Febrapils estabelece no CCE que todo o Tradutor e intérprete de Língua de Sinais (Tils) e o Guia-intérprete (GI) devem exercer as atividades de “forma digna e consciente, com o propósito de valorizar a sua categoria profissional”, como também de promover “os serviços sem distinção de raça, cor, etnia, gênero, religião, idade, deficiência, orientação sexual ou qualquer outra”. Para isso, os princípios que foram definidos em relação à conduta ética do Tils e GI estão estabelecidos da seguinte forma: confidencialidade, competência tradutória e interpretativa, respeito aos envolvidos na profissão e compromisso pelo desenvolvimento profissional.

A Federação compreende que também o Tils e o GI devem

manter e valorizar a confidencialidade como condição essencial para proteger todos os envolvidos no trabalho de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação, salvo quando interpelado judicialmente à quebra de confidencialidade, informando esta obrigação ao Solicitante e ao Beneficiário (ARTIGO 6º - CCE/FEBRAPILS).

O CCE da Febrapils recomenda que a prestação dos serviços de Tils e GI necessita ser pensada no sentido de sempre atuar com mais de um par da área, mantendo-a cooperativada durante todo o processo da tradução e/ou interpretação. Nesse sentido, o CCE entende que todo Tils e GI precisam atuar de “acordo com o seu nível de competência tradutória e com as circunstâncias e necessidades dos Solicitantes e Beneficiários”, não esquecendo que, em toda a atuação, deve o profissional “[c]onhecer as necessidades específicas da situação de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação”; assessorando com “informações ao Solicitante e/ou Beneficiário sobre sua atuação profissional”, como também estabelecendo um “contrato com o Solicitante, cumprindo as obrigações concernentes ao trabalho em questão”. Atende-se

⁵⁸ O Código de Conduta e Ética (CEE) foi elaborado em 2011, sendo alterado, com aprovação em assembleia geral ordinária (AGO) no dia 13 de abril de 2014.

para o fato de que o TILS e GI não devem realizar serviços quando não se sentirem “qualificados” para determinada área que lhe foge o conhecimento técnico.

No artigo 9º do CCE, é recomendado que o Tils e o GI devam se familiarizar com “equivalência[s] de sentido[s]” durante a atuação, considerando que o diálogo sobre “eventuais equívocos cometidos no ato de tradução e/ou interpretação e/ou guia- interpretação” é de extrema importância para o refinamento do trabalho, como o de permitir o crescimento profissional com os pares da área. Ações como essas da Febrapils e da Feneis fortalecem a categoria do Tils em vários sentidos, despertando, no poder público, a demanda emergente da sociedade para novas ações que venham a estabelecer políticas públicas, por intermédio de diretrizes legais, definidas por leis, decreto ou portarias, em nível federal.

É importante lembrar que esse CCE não foi o primeiro a ser redigido para a atuação dos Tils no Brasil. O primeiro “código de ética”⁵⁹ foi elaborado como parte do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes da Feneis e servia como um “instrumento que [orientava] o profissional intérprete na sua atuação” (QUADROS, 2004, p. 31). As demandas permitiram novos diálogos e, segundo a Febrapils, atualmente existem no Brasil vinte e três (23) Associações de Profissionais Intérpretes de Língua de Sinais (Apils), as quais estão em vários Estados do Brasil e que são afiliadas a essa entidade, sem fins lucrativos. No Rio Grande do Sul (RS), por exemplo, há a Associação Gaúcha dos Intérpretes de Língua de Sinais (Agils)⁶⁰, que foi fundada em 2007 e participou com membros representantes da fundação da Febrapils, em 2008, na cidade de Brasília/DF.

Esses movimentos associativos tiveram início no ano de 2000 e, desde a fundação da Febrapils, em 2008, com a primeira gestão presidida por Ricardo Sander e pelo vice-presidente José Ednilson Júnior, os Tils passaram a consolidar suas atividades profissionais de forma relevante e importante para uma inclusão acessível no Brasil. Porém, a profissionalização do Tils ainda se dá por meio de ofertas em cursos com formações mais generalistas, voltados para o processo de ensino e aprendizagem, na área educacional, justamente pela exigência do mercado de trabalho. Nesse sentido, observa-se que as

⁵⁹ “D - Registro dos Intérpretes para Surdos - em 28-29 de janeiro de 1965, Washington, EUA) Tradução do original *Interpreting for Deaf People*, Stephen (ed.) USA por Ricardo Sander. Adaptação dos Representantes dos Estados Brasileiros - Aprovado por ocasião do II Encontro Nacional de Intérpretes - Rio de Janeiro/RJ/ Brasil – 1992” (QUADROS, 2004, P. 31).

⁶⁰ Atualmente, a pesquisadora desta tese é presidente eleita na gestão de julho de 2013 a dezembro de 2017. Atua sempre na militância da categoria de classe (Tils), sendo ela sócia-fundadora em 2007, com uma direta atuação de voluntária na função de Diretora Administrativa e financeira.

legislações vigentes ainda convergem para uma atuação que realiza mediações entre a comunicação do professor com o aluno surdo em sala de aula, seja na educação básica, como também no ensino superior. Essa reflexão preocupa a categoria dos Tils à medida que as demandas estão sendo expandida para a atuação em contextos mais especializados de ordem política, clínica, entre outras já mencionadas.

Conforme as demandas se apresentam na sociedade, novas iniciativas surgem para serem atendidas com a prestação dos serviços dos Tils. Com isso, em 2014, foi fundado o Sindicato dos Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Libras do Estado de São Paulo (Sintilsp), com a finalidade de “[c]oordenar e conduzir as reivindicações do grupo profissional para o qual foi constituído”, no sentido de “[d]efender os interesses e direitos individuais ou coletivos dos integrantes do grupo profissional” e como, tantas outras ações, de “[p]romover o desenvolvimento, o aprimoramento cultural e técnico dos trabalhadores representados”. As deliberações dos sindicalistas são regidas com base na legislação vigente do país na Lei de nº 12.319/2010, os quais militam, principalmente, pela qualidade dos serviços prestados pelos Tilsp⁶¹, bem como por uma remuneração justa ao registro profissional.

3.2.1. Atribuições do tradutor público e intérprete comercial (TPIC)

No Brasil, a presença dos tradutores e intérpretes das línguas orais surgiu nas relações internacionais estabelecidas pelas atividades do governo federal. À medida que essas práticas foram aumentando, deu-se relevância à atuação desses profissionais em diferentes espaços, a qual motivou o governo brasileiro a realizar ações para normatizar, coordenar, negociar, implementar e acompanhar as atividades desses profissionais no Brasil. Sendo assim, desde 1943, as leis foram constituídas para decretar diretrizes e normativas que regulamentam a função, principalmente dos “tradutores públicos” e “intérpretes comerciais”. Nota-se que para a época, se trata de um avanço importante em nosso país para essa área. Porém, somente em

⁶¹ Conforme o Estatuto Social do Sintilsp a sigla doravante para identificar profissional está registrada como Tilsp – Sindicato dos Tradutores, Intérpretes e guia-intérpretes de Libras e Língua Portuguesa do Estado de São Paulo.

1950, com a criação da Comissão Nacional de Assistência Técnica⁶², deu-se o início à formulação de um plano interno de gerenciamento e efetivação de cooperação internacional, e esses termos de cooperação internacional levaram os governantes do Brasil a homologarem orientações técnicas, conforme se estabelecia nos acordos estrangeiros. Entre tantos outros acordos afirmados, é que se deu a notoriedade para o exercício profissional dos tradutores e intérpretes das línguas de modalidades orais.

No Brasil, o primeiro Decreto⁶³ que estabeleceu um novo regulamento para o ofício do Tradutor Público e do Intérprete Comercial no território da República foi o Decreto de nº 13.609, de 21 de outubro de 1943. Nesse decreto, o presidente Getúlio Vargas, no artigo 1º, aprovou o “[...] [r]egulamento do ofício de Tradutor Público e Intérprete Comercial no território da República”, vinculando ao Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio.

Nessa época, o Decreto de nº 13.609/1943 reconheceu o ofício dessa profissão para a atuação na ordem do “Tradutor Público” e do “Intérprete Comercial” no Brasil, sendo que a atuação desses profissionais era concedida por meio de concursos e nomeações realizadas pelas Juntas Comerciais ou órgãos encarregados do registro do comércio de cada Estado Brasileiro. O interessante é que, nesse decreto, destacando-se o artigo 5º, revelaram-se algumas normativas que compreendiam como deveria se proceder em processos seletivos:

- a) prova escrita constando de versão, para o idioma estrangeiro, de um trecho de 30 ou mais linhas, sorteado no momento, de prosa em vernáculo, de bom autor; e tradução para o vernáculo de um trecho igual, preferencialmente de cartas rogatórias, procurações, cartas partidas, passaportes, escrituras notariais, testamentos, certificados de incorporação de sociedades anônimas e seus estatutos;
- b) prova oral, consistindo em leitura, tradução e versão, bem como em palestra, com [arguição] no idioma estrangeiro e no vernáculo que [permitam] verificar se o candidato [possui] o necessário conhecimento e compreensão das sutilezas e dificuldades de cada uma das línguas (ARTIGO 5º - DECRETO DE Nº 13.609/1943 - *grifos da autora*)

No capítulo 2 do artigo 14 do Decreto de nº 13.609/1943, encontra-se a definição do ofício do “tradutor público” e “intérprete comercial” como sendo um profissional que exerce sua função com alto padrão de responsabilidade, atuando sob “pena de nulidade dos atos praticados pelo substituto e de perda do ofício”, caso não siga o que está estabelecido por lei.

⁶² A primeira iniciativa de implantação de um “Sistema de Cooperação Técnica” foi criada pela Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT). Ver no acervo histórico da ABC do governo federal. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/SobreAbc/Historico>>. Acesso em: 5 set. 2016.

⁶³ O Decreto de nº 13.609/1943 foi revogado em 5 de setembro de 1991, discutindo em 22 de junho de 1993. A revogação decidia uma tornada sem efeito pelo Decreto de 1991.

A rigorosidade da função declarada em lei aplicava-se até quando os tradutores/intérpretes necessitassem se afastar por motivos de saúde, pois deveriam indicar um substituto à altura de seu “ofício” para que pudessem exercer suas atividades. O tradutor/intérprete afastado por “moléstia”, tornar-se-ia responsável “por todos os atos praticados pelos seus prepostos”, sendo o TPIC praticassem a função, “sem prejuízo da responsabilidade criminal a que também ficariam sujeitos os mesmos propostos quando houvesse dolo ou falsidade” (DECRETO DE Nº 13.609/1943).

Na sequência dos capítulos do Decreto de nº 13.609/1943, no artigo 17, apresentam-se as competências para a função dos Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais (TPIC) que precisariam exercer⁶⁴:

- a) realizar traduções ou interpretações em língua “vernácula de todos os livros”, documentos escritos para qualquer língua estrangeira, principalmente os que tivessem de ser “apresentados em Juízo ou qualquer repartição pública federal, estadual ou municipal ou entidade mantida, orientada ou fiscalizada pelos poderes públicos e que para as mesmas traduções lhes [fossem] confiados judicial ou extrajudicialmente por qualquer interessado”;
- b) recomendar com intervenções, “quando nomeados judicialmente ou pela repartição competente, nos exames a que se tenha de proceder para a verificação da exatidão de qualquer tradução que tenha sido [arguida] de menos conforme com o original, errada ou dolosa” e interpretar alterando “verbalmente em língua vulgar, quando também para isso [fossem] nomeado judicialmente, as respostas ou depoimentos dados em Juízo por estrangeiros que não [falassem] o idioma do país e no mesmo Juízo [tivessem] de ser interrogados como interessados, como testemunhas ou informantes, bem assim, no [foro] extrajudicial, repartições públicas [federais], estaduais ou municipais”;
- c) arguir “quando solicitada pelas repartições públicas fiscais ou administrativas competentes ou por qualquer autoridade judicial, a falta de exatidão com que [fosse] impugnada qualquer tradução feita por corretores de navios, dos manifestos e documentos que as embarcações estrangeiras [tivessem] de apresentar para despacho nas Alfândegas”.

⁶⁴ As funções apresentadas sobre o TIPC foram baseadas na legislação citada no parágrafo e grifadas pela autora.

O destaque no capítulo III é o artigo 20, o qual afirma que somente os TIPC teriam “jurisdição em todo o território do Estado em que [fossem] nomeados ou no Distrito Federal quando nomeados pelo Presidente da República. Entretanto, [teriam] fê pública em todo o país as traduções por [eles] feitas e as certidões que [passassem]” (DECRETO Nº 13.609/1943 – grifos da autora). Ou seja, os tradutores/intérpretes concursados eram reconhecidos e destacados como profissionais-padrão para a atuação encaminhada pelas Juntas Comerciais no Brasil.

Nos artigos 21, 22 e 23, do Decreto de nº 13.609/1943, observa-se a forma de “punição” para o tradutor/intérprete que não cumprisse com suas responsabilidades éticas durante uma atuação. Quando o tradutor/intérprete infringisse as normas regulamentadas em lei, poderia, junto a qualquer autoridade judiciária ou administrativa, por meio de requerimento de parte interessada, “impugnar a falta de exatidão de qualquer tradução”. Também, toda a tradução/interpretação que recebesse uma arguição de “inexata”, descrevendo “com fundamentos plausíveis e que [pudessem] acarretar efetivo dano às partes, a autoridade que dela [deveria] tomar conhecimento, sendo judiciário, [ordenaria] o exame que [seria] feito em sua presença”. Desse modo, toda “autoridade administrativa”, solicitaria “o exame com exibição do original e tradução, à Junta Comercial ou órgão correspondente, sendo notificado o tradutor para assisti-la querendo⁶⁵”. E, por fim, a regulamentação compreendia que os TPIC, não poderiam, em hipótese alguma, podendo sofrer penalidades, “[...] se recusar aos exames ou diligências judiciais ou administrativas para que [tivessem] sido competentemente intimado, não lhes sendo igualmente permitido recusar qualquer tradução desde que esta se [apresentassem] no idioma em que estivessem legalmente habilitados”. Ainda no capítulo III do Decreto de nº 13.609/1943, verificavam-se as inconformidades em caso de situações problemas na ordem da atuação do tradutor público ou intérprete comercial.

⁶⁵ A notificação era feita por § 1º exame [que] [seria] feito por duas pessoas idôneas, de preferência professores do idioma e, na falta [desses], por dois tradutores legalmente habilitados, versando exclusivamente [sobre] a parte impugnada da tradução. § 2º O resultado do exame não [seria] mais objeto da controvérsia e a tradução, assim sustentada ou reformada, [teria] inteira fê, sem mais admitir-se discussão ou emenda. § 3º Se do exame só se [concluísse] falta de exatidão da tradução como objeto científico, a nenhuma pena [ficaria] sujeito o tradutor, se [dele] se [concluísse] de que [resultasse] efetivo dano às partes, [seria] o tradutor obrigado a indenizá-las dos prejuízos que daí lhes [provissem] e em Juízo competente; porém, se [provasse] dolo ou falsidade na tradução, além das penas em que o tradutor [incorresse] na legislação criminal e que lhes [seriam] impostas no competente Juízo, [seria] condenado pela repartição a que [estivesse] subordinado, *ex-officio* ou a requerimento dos interessados, às penas de suspensão, multa e demissão, referidas no art. 24 [deste] regulamento (ARTIGO 22 – DECRETO DE Nº 13.609/1943 – grifos da autora).

No capítulo IV do mesmo decreto, nota-se que há uma definição altamente rigorosa (artigos 24 e 25) acerca das penalidades e dos recursos para a atuação de tradutores e intérpretes.

Art. 24. Pela falta de exatidão no cumprimento de seus deveres ou infração a disposições do presente regulamento, [ficariam] os tradutores públicos e intérpretes comerciais, bem como os seus prepostos, sujeitos às penas de advertência, suspensão, multa de Cr\$200,00 a Cr\$2.000,00, e demissão, que lhes [seriam] aplicadas segundo a gravidade do caso, além das previstas na legislação penal, quando [houvesse] dolo ou falsidade. Art. 25. [Seriam] competentes para aplicar as penas, além dos casos em que ela possa ter lugar em virtude de pronúncia ou sentença em Juízo competente [...] (ARTIGOS 24 E 25 – DECRETO DE Nº 13.609/1943 – *grifos da autora*).

Observa-se, também, no artigo 26, que “[t]odos os atos de cominação aos tradutores e seus prepostos, das penas de suspensão e demissão [far-se-iam] públicos por edital”, ou seja, ao tradutor e intérprete que não cumprisse suas obrigações seria aplicada multa, suspensão ou, até mesmo, demissão se o profissional não mudasse sua conduta ética num período de 6 meses. Isso ocorrendo após o que é exposto no artigo 27, que dizia que

[n]enhum tradutor ou preposto [seria] condenado às penas de multa, suspensão ou demissão sem que se lhe [concedesse] o prazo improrrogável de 10 dias para defesa a contar da data da publicação no órgão oficial. Vencido o prazo sem que o acusado [apresentasse] defesa, [seria] o processo, sempre com o parecer do procurador ou do diretor da repartição, julgado à revelia, de conformidade com a documentação existente. (ARTIGO 27 – DECRETO DE Nº 13.609/1943 – *grifos da autora*).

Nas disposições gerais desse decreto, as repartições de cada Estado teriam disposições legais para regulamentar as funções e atribuições do TPIC, considerando que, anualmente, “[...] as repartições encarregadas do registro do comércio fariam publicar no Diário Oficial uma relação de todos os tradutores e respectivos prepostos em exercício, com menção dos endereços e do idioma em que cada um se achasse habilitado”. Além disso, no artigo 33, normatizou-se a necessidade de criar um livro de “Registros de Traduções” que fosse realizado durante o ano, sendo esse administrado por seu sucessor. E, por fim, mencionaram-se valores e os procedimentos de fiscalização pelas quais as Juntas Comerciais deveriam oficializar as tabelas de honorários aos tradutores públicos e intérpretes comerciais (ARTIGOS 31 a 34 - DECRETO de nº 13.609/1943).

Após dois anos da criação do Decreto de nº 13.609/1943, o mesmo presidente da República, Getúlio Vargas, decretou que as disposições “sobre a série funcional de Tradutor,

[criasse] a série funcional de Tradutor-auxiliar e [desse] outras providências” (DECRETO de nº 19.191/1945). O Presidente Getúlio Vargas, no dia 20 de dezembro do mesmo ano, alterou dispositivos do Regulamento sobre o ofício de TPIC (DECRETO de nº 20.256/1945), considerando esses dispositivos para fins de alteração no Decreto de nº 13.609/1943, no qual fica estabelecido o seguinte:

Art. 1º Fica alterado o § 3º do art. 22 do Regulamento baixado com o Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, que passa ter a seguinte redação: *§ 3º Se do exame só se concluir pela falta de exaço da tradução como objeto científico a nenhuma pena fica sujeito o tradutor; mas se [dele] se concluir pela existência de [erro] grosseiro, ou simples [erro] de que resulte dano ou benefício às partes, ou prejuízo para serviço público, ficará o tradutor sujeito às penas administrativas previstas neste regulamento, independente da reparação do dano e das penas criminais previstas na legislação penal.* Art. 2º Ao mesmo art. 22 do Regulamento baixado com o Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, fica acrescentado um parágrafo, como a redação seguinte: *§ 4º Verificada a infração do dispositivo da lei penal será remetida cópia do laudo e das peças do processo administrativo à autoridade policial competente, a fim de instruir o procedimento criminal.* (ARTIGOS 1º E 2º – DECRETO DE Nº 20.256/1945 – grifos da autora).

Em 1979, o Presidente da República João Figueiredo regulamentou a “inclusão dos cargos e empregos integrantes da categoria funcional de Tradutor do Grupo de Outras Atividades de Nível Médio na categoria funcional de Tradutor e Intérprete do Grupo Outras Atividades de Nível Superior”. Conforme os artigos 1º e 2º do Decreto:

[o]s servidores que, em 25 de janeiro de 1979, integravam a categoria funcional de Tradutor, códigos NM-1034 ou LT-NM-1034, do Grupo Outras Atividades de Nível Médio e possuíam diploma de curso superior de Letras, poderão ter seus cargos ou empregos incluídos, mediante transformação e sem alteração do regime jurídico, nas classes A e B da categoria funcional de Tradutor e Intérprete, códigos NS-938 ou LT-NS-938, do Grupo Outras atividades de Nível Superior. § 1º - A transformação dos cargos ou empregos ocorrerá começando da classe B para a classe A, com observância dos limites da lotação estabelecidos para cada classe e da ordem de classificação a ser apurada na forma do disposto no parágrafo seguinte [...]. Os servidores excedentes da lotação fixada para a categoria funcional Tradutor e Intérprete do Grupo Outras Atividades de Nível Superior e os que não satisfaçam o requisito de escolaridade exigido no § 1º do art. 6º do Decreto-lei nº 1.660, de 1979, continuarão integrando a categoria funcional de Tradutor do Grupo Outras Atividades de Nível Médio. (DECRETO DE Nº 84.248/1979).

Mais tarde o presidente da República, José Sarney, em 1985, decreta a Lei de nº 7.409/1985, a qual modifica a estrutura da categoria funcional do TPIC e, sancionou, no artigo 1º, que toda a “[c]ategoria Funcional de Tradutor e Intérprete” seja realizada por profissionais com a formação em Nível Superior. Os pressupostos desta Lei de nº

13.609/1943 tiveram outra alteração em julho de 1993, sob a presidência do Itamar Franco⁶⁶. A alteração seu deu no artigo 21, no qual “[q]ualquer autoridade judiciária ou administrativa poderá, [ex-ofício] ou a requerimento de parte interessada, impugnar a falta de exatidão de qualquer tradução”, ou seja, não se torna necessário aplicar o que se determina nesse artigo 21, ao exercício da função dos tradutores públicos e intérpretes comerciais.

Para compreender um pouco mais sobre as leis que são instituídas no Brasil, há um site que é intitulado como Decreto do Executivo (DEC), o qual permite que qualquer cidadão, interessado na área, tenha acesso, de forma pública, a todas as leis, decretos, portarias e documentos que foram apresentados neste capítulo, conforme Figura 8:

Figura 8 – Decreto do Executivo – DEC 13.609/1943

| DEC 13.609/1943 (DECRETO DO EXECUTIVO) 21/10/1943 | |
|---|---|
| Ementa: | ESTABELECE NOVO REGULAMENTO PARA O OFÍCIO DE TRADUTOR PÚBLICO E INTÉRPRETE COMERCIAL NO TERRITÓRIO DA REPÚBLICA. |
| Situação: | NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA |
| Chefe de Governo: | GETÚLIO VARGAS |
| Origem: | EXECUTIVO |
| Fonte: | COLEÇÃO DAS LEIS DO BRASIL |
| Link: | texto integral |
| Referenda: | MINISTERIO DA JUSTICA - MJ |
| Alteração: | DEC 19.191, DE 14/07/1945: CRIA SERIE FUNCIONAL DE TRADUTOR-AUXILIAR. DEC 20.256, DE 20/12/1945: ALTERA PAR. 3 E ACRESC. PAR. 4 AO ART. 22. DEC 84.248, DE 28/11/1979: REGULAMENTA INCLUSAO DOS CARGOS DA CATEGORIA DE TRADUTOR NA CATEGORIA DO GRUPO OUTRAS ATIVIDADES DE NIVEL SUPERIOR. LEI 7.409, DE 25/11/1985: ALTERA ESTRUTURA DA CATEGORIA FUNCIONAL DE TRADUTOR. .. DSN DE 22/06/1993 - D.O. DE 23/06/1993, P. 8342: TORNA SEM EFEITO A REVOGAÇÃO CONSTANTE DO DSN DE 05/09/1991. OBSERVAÇÃO: REVOGADO PELO DSN DE 05/09/1991- D.O. DE 06/09/1991, P. 18758 E TORNADA SEM EFEITO A REVOGAÇÃO PELO DSN DE 22/06/1993 - D.O. DE 23/06/1993, P. 8342. |
| Correlação: | |
| Interpretação: | |
| Veto: | |
| Assunto: | APROVAÇÃO, ESTATUTO, CARGO, TRADUTOR, MINISTÉRIO DO TRABALHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO. |
| Classificação de Direito: | |
| Observação: | |

Fonte: Coleção das Leis do Brasil⁶⁷ (2016).

⁶⁶ Alteração no Decreto de 22 de junho de 1993, tornando sem efeito a revogação do decreto que fora mencionada no Decreto de 5 de setembro de 1991, a qual “[r]essalva os efeitos jurídicos de declarações de interesse social ou de utilidade pública e revoga os decretos que menciona”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/antior%20a%202000/dnn1-22-06-93.htm. Acesso em: 25 set. 2016.

⁶⁷ Coleção das Leis no Brasil. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2013.609-1943?OpenDocument. Acesso em: 15 maio. 2016.

A Figura 8 apresenta os detalhes que esse capítulo está discorrendo em relação aos Decretos do Executivo (DEC), elaborados no legislativo; nesse caso, como se apresenta o Decreto de nº 13.609/1943. Nessa plataforma virtual do governo, é possível encontrar as correlações e as alterações que os decretos recebem. O idealizador (chefe de governo) criou esse ambiente a fim de tornar transparente a situação em que se encontram as Leis, Decretos, entre outros, que recebem alterações e que também são aprovados pelo senado federal, conforme cada legislatura parlamentar da República.

A legislação esclarece que apenas as pessoas físicas podem ser tradutores públicos e intérpretes comerciais, pois são esses os profissionais reconhecidos oficialmente por instituições e órgãos públicos no Brasil. Com isso, é retomada a atuação desses tradutores e intérpretes das línguas de modalidade oral, que possuem a credencial em um documento oficial, conforme o Decreto de nº 13.609/1943. Em hipótese alguma, nenhum material poderá produzir “efeito em repartições da União dos Estados e dos municípios, em qualquer instância, Juízo ou Tribunal ou entidades mantidas, fiscalizadas ou orientadas pelos poderes públicos, sem ser acompanhado da respectiva tradução feita na conformidade deste regulamento” (CAPÍTULO III – ARTIGO 18º).

O ofício de TPIC deve ser exercido com alto rigor de padrão técnico, seguido de uma série de exigências que foram regulamentadas pelo Decreto de nº 13.609/1943, como também pela Instrução Normativa de nº 84 do DNRC/2000, do Departamento Nacional do Registro do Comércio. Esses documentos são elementos legais, definidos e elaborados por associações, através de uma respectiva Junta Comercial constituída em cada Estado no país. Além disso, regem os aspectos práticos do ofício de TPIC, tais como: emolumentos, habilitação, fiscalização e outros, sem haver, contudo, vínculo empregatício entre o tradutor habilitado e a respectiva Junta Comercial Estadual.

O TPIC, que segue a regulamentação estabelecida para o exercício da profissão, sempre deve escrever fielmente o documento original, incluindo carimbos, selos, brasões, escudos, assinaturas e outras marcas não textuais ao documento. O TPIC, ao concluir o trabalho, deve declarar que nada mais consta no documento e que a tradução se encontra idêntica ao original.

Além disso, as associações dos TPIC precisam estar vinculadas à junta comercial do seu respectivo Estado, e são elas que detêm todas as informações sobre os tradutores e

intérpretes que estão devidamente registrados. Caso não haja um tradutor/intérprete registrado para o idioma desejado, um tradutor público ou intérprete comercial poderá ser nomeado para fins únicos da tradução ou interpretação específica. Pode-se, também, recorrer aos tradutores/intérpretes de outras cidades ou Estados. A função de TPIC tem validade em todo território nacional, independente do Estado de registro do tradutor/intérprete.

As associações ficam subordinadas à Resolução RP/07/2012, que determina as Diretrizes para Elaboração de Tradução Pública. As leis, os decretos, as normas e as regulamentações existentes para a área da atuação do tradutor e intérprete de línguas orais compreendem, de alguma maneira, a existência de um amparo legal da atuação e função do TPIC, há quase mais de um século em nosso país. Nesse sentido, destaca-se o movimento associativo e sindicalista da atuação e função do TPIC (línguas orais) no Brasil.

Na década de 70, foi fundada, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Tradutores (Abrates). Uma entidade que reúne profissionais e instituições que trabalham diretamente com a área da tradução e/ou da interpretação. Segundo informações levantadas através de pesquisas realizadas pelo *site*⁶⁸ da associação, a finalidade da Abrates é “apoiar os profissionais da tradução e/ou interpretação, através de atividades informativas, culturais e sociais”, com ações para “promover intercâmbio com entidades e instituições do país e do exterior, visando à divulgação de inovações tecnológicas, de concursos e outras oportunidades profissionais no campo da tradução e/ou interpretação”, procurando movimentar ações de parcerias em cursos, congressos e simpósios em sua área de atuação e incentivar a integração entre os profissionais da área, valorizando e promovendo o profissional. Dessa forma, a Abrates fomenta o exercício da profissão, gerando cursos de formação e mantendo *networking* no seguimento profissional.

Em 30 de novembro de 1988, também no Rio de Janeiro, é fundado o Sindicato Nacional dos Tradutores (Sintra)⁶⁹, uma entidade que também reúne os tradutores do Brasil. A finalidade do movimento sindicalista encontra-se nos interesses de remuneração digna dos honorários dos serviços prestados, bem como na determinação de “piso salarial”. A constante reivindicação é a luta por recebimento dos tradutores de obras e seus direitos autorais. O

⁶⁸ Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes (Abrates). Disponível em: <www.abrates.org.br>. Acesso em: 21 jan. 2016.

⁶⁹ O Sintra em 1988 teve sua primeira conquista com o reconhecimento da profissão de tradutor no Brasil. Em 2000, o Sindicato teve uma marcante conquista, que foi o registro da profissão no Catálogo Geral das Profissões do Ministério do Trabalho (CBO – Código Brasileiro de Ocupações).

sindicato visa a mobilizar e a fiscalizar os serviços prestados, como também representar os interesses profissionais da categoria em todo o território nacional.

Após essas ações se concretizarem no país e ambas as entidades trabalharem de forma individual, a Abrates e o Sintra, em 1999, compreenderam que atuar em parceria agregaria resultados positivos para categoria. E, nessa parceria, atualmente, os tradutores e intérpretes associados passaram a ser contemplados com ações sindicalistas e de formação complementar. Essas iniciativas se deram a fim de subsidiar a mediação entre duas línguas de comunicação. Porém, conforme as entidades existem diversas variáveis que ainda necessitam de contribuição para o pleno êxito na integração e cooperação das prestações de serviços no âmbito nacional e internacional, relacionadas, principalmente, a todos os segmentos das políticas públicas do governo e de ordem privada.

Conforme as organizações associativas e o movimento sindical para os tradutores e intérpretes das línguas orais, destaca-se a Associação de Tradutores Públicos de Minas Gerais – ATPMG, que, em 2012, publicou em seu site <<http://atpmg.com.br/informacoes/> um documento com diretrizes⁷⁰ para a elaboração das Traduções Públicas ou Traduções Juramentadas, como se refere o documento que a ATPMG publicou. O documento normatiza os serviços prestados pelos Tradutores Públicos em Juntas Comerciais de Minas Gerais e também serve como fonte de consulta para os demais estados do Brasil.

Nesse sentido, ao relacionar os teóricos dos Estudos da Tradução e da Interpretação, no argumento que traduzir e interpretar é a conversão do texto de uma língua-fonte para a língua-alvo (meta) de maneiras distintas, como já mencionado no capítulo 2, compreende-se que, em toda tradução e interpretação, existem elementos de inteligibilidade que possibilitam ao receptor a compreensão linguística e cultural de uma determinada língua. Por isso, todos os esforços intelectuais para traduzir e interpretar envolve compreender e assimilar o conteúdo

⁷⁰ As diretrizes para a elaboração e montagem de Traduções Juramentadas foram organizadas após inúmeras discussões que os tradutores da área consideraram pertinentes normatizar. O manual teve como base nas “normas elaboradas pela Associação Catarinense de Tradutores Públicos e nas discussões dos TPICs de Minas Gerais no *Grupo Yahoo!*, as quais foram compiladas e organizadas por Dulce Castro. Nina Araújo, Marisol Mandarino, Laerte J. Silva e Marilurdes Nunes [que] realizaram várias revisões prévias dessas normas, que foram posteriormente discutidas com a Diretoria da ATP-MG e, finalmente, apresentadas no I Encontro de Tradutores Públicos de Minas Gerais, em Juiz de Fora, em 26 de setembro de 2010. Após todo esse processo, Marisol Mandarino, Nina Araújo e Dulce Castro realizaram a revisão final e a TPIC Carolina Diniz organizou tudo em formato de manual, que tem guiado o trabalho da maioria dos TPIC’s desde então. Poder apresentar ao cliente as pautas que guiam nosso ofício diminui a vulnerabilidade não só do TPIC, mas também do cidadão que precisa de nossos serviços”. Disponível em: <<http://atpmg.com.br/wp-content/uploads/2014/04/Diretrizes-para-Elaboracao-de-Traducao-Publica1.pdf>>. Acesso em: 27 maio. 2017.

original. Dessa forma, Rodrigues (2011)⁷¹ esclarece que, por mais que seja relevante “empregar esforço intelectual para traduzir e compreender o conteúdo de um documento estrangeiro, tal esforço pode ser uma zona perigosa, convertendo-se em um “tradutor traído”, podendo afetar questões técnicas e legais do documento” durante as escolhas interpretativas de uma tradução ou interpretação. Para isso, esses movimentos associativos e sindicalistas buscaram normas e diretrizes que garantam a eficiência dos serviços especializados em todas as instâncias de atuação.

Como descrito acima, no Brasil, a legislação que regulamenta os serviços de tradução pública ou interpretação comercial das línguas orais encontra-se assegurada pelas leis federais, sendo eles registrados em Juntas comerciais. Considerando-os tradutores e intérpretes como “peritos” para a realização de serviços de tradução pública (tradução juramentada) ou interpretação comercial.

No entanto, comparando a legislação do TPIC, há situações em que a atuação do Tils ainda não é normatizada ou amparada por leis, como é o caso de serviços especializados em contextos de ordem pública (social). Mesmo havendo leis que garantam a função desse profissional em mediar a comunicação, a informação e a educação para o sujeito surdo, no sentido de viabilizar a “acessibilidade comunicacional”, se entende que o cenário da atuação do Tils em contextos políticos merece especial atenção.

Analisando as atribuições legislativas para a atuação dos tradutores e intérpretes das línguas orais, percebe-se, que, desde 1943, as leis eram (e ainda são) ajustadas para o reconhecimento da função dos intérpretes e tradutores que realizam a prestação desses serviços especializados por meio das Juntas Comerciais do seu respectivo Estado. A função é validada e reconhecida (em documento legal) oficialmente por instituições e órgãos públicos no Brasil. Conforme estabelecido no Decreto de nº 13.609/1943, do Capítulo III, no Artigo 18, o qual menciona que nenhum registro surtirá efeito, sejam em livros, documentos ou qualquer outro material que possam ser traduzidos ou interpretados sem que sejam “fiscalizadas ou orientadas pelos poderes públicos”, no sentido de serem acompanhados na respectiva tradução que fora realizada pelo profissional, sendo ele em conformidade com o regulamento determinado pelo decreto.

⁷¹ Publicado no site “Notariado”, o artigo intitulado: “Consularização, registro e tradução de procurações públicas oriundas do estrangeiro para efeitos no Brasil” (RODRIGUES, 2011). Disponível em: <<http://www.notariado.org.br/blog/?link=visualizaArtigo&cod=238>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

A proposição de diretrizes para esse profissional atuar em espaços públicos, regidos por normas e leis, visa à iniciativa de zelar pela prestação de serviços e à valorização da categoria dos tradutores e intérpretes neste país. Apesar da profissão dos Tils estar inserida na mesma família de ocupações brasileiras (CBO-2614) dos tradutores e intérpretes das línguas orais, não há nenhuma legislação que regule a presença do Tils em órgãos públicos e, principalmente, em Casas Legislativas. O que é possível identificar, no entanto, é um arcabouço de direitos à educação⁷², voltado ao acesso à informação e à educação⁷³. A categoria tem defendido que toda a atuação do Tils necessita estar além do ato da descrição sumária estabelecida pelo CBO-2614: “[i]nterpretam oralmente e/ou na língua de sinais, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos, formas de comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes”. Novamente, reitera-se que é necessário viabilizar discussões que despertem, no poder público, iniciativas políticas, voltadas para a atuação do Tils, principalmente em diretrizes para a sua formação especializada.

A contribuição desta tese está justamente em demonstrar que há a necessidade de formação especializada para atuar em certos contextos, no caso, no contexto político midiático em casas legislativas.

3.3 COMPETÊNCIAS TRADUTÓRIAS E INTERPRETATIVAS

As escolhas que os Tils realizam durante a construção sintático-semântico-pragmática dos enunciados advindos da modalidade oral do português na interpretação simultânea para Libras, considera-se o ponto de partida para uma reflexão sobre a necessidade de uma formação mais específica em contextos especializados da atuação do Tils.

⁷² Conforme o §2º, do artigo 28º da Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015: “Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte: I – os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; II – os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras” (LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO – LEI de nº 13.146/2015).

⁷³ Conforme o artigo 67, do capítulo II, da Lei Brasileira de Inclusão: “Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros: I – subtítuloção por meio de legenda oculta; II – janela com intérprete de Libras; III – audiodescrição” (LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO - LEI de nº 13.146/2015).

Os aspectos que envolvem a tradução, ou seja, as competências e habilidades linguísticas, bem como a aplicação de modelos teóricos ligados à formação dos tradutores e intérpretes da língua de sinais, pautam a preocupação dos formadores. Hurtado (2005) esclarece a seguinte questão:

[e]mbora qualquer falante bilíngue possua competência comunicativa nas línguas que domina, nem todo bilíngue possui competência tradutória. A competência tradutória é um conhecimento especializado, integrado por um conjunto de conhecimentos e habilidades, que singulariza o tradutor e o diferencia de outros falantes bilíngues não tradutores (HURTADO, 2005, p. 19).

Assim, é possível dizer que não basta ter competência comunicativa de uma língua de partida para uma língua de chegada para realizar uma tradução ou interpretação. É preciso desenvolver competências e habilidades específicas à atividade de interpretação ou tradução. Essa argumentação é apresentada por Robinson (2002, p. 133),

[p]ara o tradutor profissional, a tradução é um ciclo constante de aprendizado que passa pelos estágios do instinto (disposição indistinta), experiência (trabalho no mundo real) e hábito (“prontidão para a ação”) e, dentro da experiência, pelos estágios de abdução (conjecturas), indução (criação de modelos) e dedução (regras, leis teorias); o tradutor é, ao mesmo tempo, um profissional, para quem os processos mentais complexos se tornaram naturais (e, portanto, subliminares), e um aprendiz, que precisa constantemente enfrentar e resolver problemas novos de maneiras analíticas conscientes (ROBINSON, 2002, p. 133).

Considera-se de extrema responsabilidade a atividade tradutória/interpretativa para a comunidade surda, conforme discutido anteriormente com relação à questão da mediação e acessibilidade. Com as pesquisas crescendo na área, pode-se problematizar o que se tem encontrado nos depoimentos publicados em obras de referências na área da surdez, que deixam transparecer uma desconfiança sobre a capacidade dos intérpretes de Língua de Sinais (Libras). Identifica-se que uma das limitações é a falta de avaliação do trabalho dos intérpretes de Língua de Sinais no Brasil.

Para Sá (1999), persiste a necessidade de mais pesquisas sobre a 'fidedignidade' nas atuações dos intérpretes, pois é fundamental que os intérpretes da língua de sinais sejam 'capacitados' para o uso de habilidades e competências em língua de sinais. A autora defende a necessidade de formação para o Tils para que atue com excelência na habilidade comunicacional, bem como na competência tradutória e, acrescentaria também, na competência interpretativa.

Segundo Hurtado (2005, p. 22), o termo “competência tradutória” passou a ser estudado na década de 1990. Esses estudos apresentam diversas propostas⁷⁴ de modelos que se consideram fundamentais para o domínio da competência tradutória⁷⁵. Para considerar um profissional competente em tradução, é necessário que esse tenha “conhecimentos linguísticos, textuais, temáticos, culturais, de documentação, capacidade de transferência”, entre outros elementos fundamentais. Em suma, a competência tradutória⁷⁶ abrange um amplo “conhecimento especializado”, gerado por uma soma de competências e habilidades, “que identificam o tradutor e o que distinguem de outros falantes bilíngues não tradutores” (HURTADO, 2005, p. 15). Nesse sentido, esta seção apresenta as estratégias de competência tradutória e interpretativa, no âmbito dos estudos que evidenciam essas competências de atuação, nas línguas orais.

Hurtado (2005) desenvolve uma pesquisa concentrada inicialmente no modelo desenvolvido sobre Competência Tradutória (CT) e Aquisição da Competência Tradutória (ACT). O objetivo da investigação experimental realizada no grupo PACTE⁷⁷ foi o de analisar como a Competência Tradutória (CT) trabalha na tradução escrita e como o processo de Aquisição da Competência Tradutória (ACT) ocorre durante a formação do tradutor.

A partir dessa pesquisa, três noções são desenvolvidas: competência, conhecimento especializado e aquisição do conhecimento. Conforme Hurtado (2005, p. 20-22), essas noções são o ponto de partida para o estudo de CT e ACT:

- a) **Competência** – envolve tanto a competência linguística como a competência comunicativa;

⁷⁴ As diversas propostas podem ser encontradas por diversos autores, tais como: Hewson e Martin (1991), Hurtado (1999), Hansen (1997), porém, essas propostas não serão destacadas nesta tese.

⁷⁵ Considera-se que o domínio da competência tradutória que Hurtado (2005) apresenta, pode ser também aplicado ao domínio da competência interpretativa, sob o ponto de vista de Gile (1995).

⁷⁶ Segundo Rudner, Pereira e Paterno (2010, p. 5) professores proponentes da disciplina de Laboratório de Interpretação argumentam, com base em Willimson-Loga (2006), que “[...], o aluno desenvolverá uma série de habilidades e pode treinar vários gêneros de interpretação (simultânea, consecutiva, diálogos, monólogos, libras/português, português/libras). Como um conjunto, treinam habilidades analíticas, linguísticas (sintaxe, morfologia, fonética, etc.), mas também obrigam o aluno a considerar outros fatores que contribuem à construção de significado como contexto social, questões culturais, relações entre os participantes, conhecimento do assunto em discussões e também à influência/papel/poder de um terceiro (o intérprete) sobre a comunicação”.

⁷⁷ PACTE – *Procesos de Adquisición de la Competencia Traductora y Evaluación* - (Processo de Aquisição de Tradução Competência e Avaliação), é um grupo da Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha), que investigam desde 1997 sobre a Competência Tradução e a Aquisição da Competência Tradutória. O objetivo do Grupo PACTE tem como finalidade de readequar os currículos dos cursos de formação de tradutores, dividido em quatro etapas: (1) competência tradutória; (2) Aquisição de competências de tradução; (3) habilidades de nivelamento; e, (4) avaliação de competências (HURTADO, 2005)

- b) **Conhecimento Especializado** – o conhecimento declarativo e conhecimento operacional⁷⁸ são vistos como fundamentais para o conhecimento especializado, em “uma base ampla de conhecimentos”, organização de “estruturas complexas” e aplicação à “resolução de problemas” (p. 21);
- c) **Aquisição de Conhecimentos** – é o que define como processos de aprendizagem de forma empírica ou escolar (acadêmica), sendo eles dinâmicos, de caráter cíclico (reestruturações sucessivas), e que envolvem estratégias de aprendizagem (p. 22).

Os modelos de competência tradutória envolvem conhecimento linguístico, textuais, temáticos, culturais, documental e capacidade de transferência. Nesse sentido:

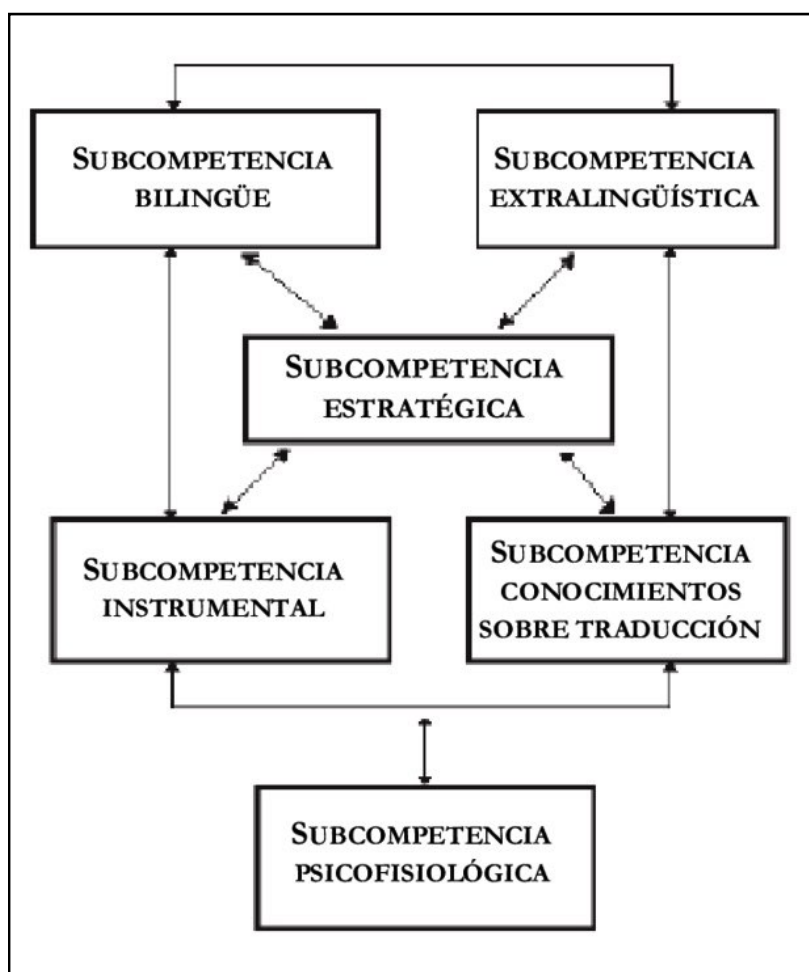
[f]icou claro que a competência tradutória é qualitativamente diferente da competência bilíngue e que é um conhecimento experto, no qual o conhecimento procedimental é predominante. Além disso, tornou-se ainda mais claro que a competência tradutória é composta por uma série de subcompetências que estão interrelacionadas e de forma hierárquica, com a subcompetência estratégica ocupando uma posição dominante (PACTE, 2003, p. 18)⁷⁹

Hurtado (1999) destaca seis subcompetências fundamentais para a atividade da tradução, advindas do modelo holístico desenvolvido para formar a CT, sendo estas: competência comunicativa nas duas línguas, competência extralinguística, competência de transferência, competência profissional, competência psicofisiológica, competência de estratégica. A Figura 9 apresenta a Competência Tradutória, segundo o Modelo Holístico (PACTE):

⁷⁸ O conhecimento declarativo (saber o que), pressupõe a fácil verbalização e o conhecimento operacional (saber como), refere-se a difícil verbalização do ato de fala ou do discurso.

⁷⁹ Tradução Livre: “*It has become clear that translation competence is qualitatively different from bilingual competence and that it is expert knowledge in which procedural knowledge is predominant. Furthermore, it has become increasingly clear that translation competence is made up of a set of sub-competencies that are inter-related and hierarchic, with the strategic subcompetence occupying a dominant position*” (PACTE, 2003, p. 18).

Figura 9 – Modelo holístico de competência tradutória (PACTE, 1998)



Fonte: PACTE. *Building a translation competence model* (HURTADO, 2005, p. 28).

Todas essas subcompetências da Figura 9 funcionam de maneira a formar a competência de tradução. Entre elas há relações, hierarquias e variações, e, na interação, torna-se um ponto fundamental para estratégias que regulam o papel compensatório de outras subcompetências, como corrigir seus equívocos e sanar as dificuldades (problemas). A competência de transferência integra todas as outras. O grau de experiência e o contexto da tradução (costume, o tempo de atuação) permitem o refinamento dessa atividade.

A atividade de interpretação simultânea é difícil e desafiadora, pois exige do profissional um alto nível de concentração. Conforme Jones (1998, p. 77), essa atividade de interpretação é vista em dois níveis de discurso: no nível macro, “você não sabe a direção do discurso” e no nível micro, “você não sabe como uma única frase continuará”, sendo uma atividade em que apenas um detalhe básico, durante o processo da tradução, poderá ocasionar um desvio no entendimento do discurso.

O intérprete, a cada instante, procura avaliar a complexidade da atuação, e outros desafios da atividade do intérprete são os elementos de organização do seu próprio enunciado, das decisões instantâneas, e do tempo exíguo de administrar a comunicação silenciosa com o colega de cabine (MAGALHÃES JR., 2007).

Segundo Gile (1995, p. 4), a atividade de interpretação não é nomeada como uma competência ou subcompetência, mas o autor apresenta uma descrição de componentes que julgam fundamentais para um conhecimento especializado em interpretação, tais como: o domínio das línguas, o comando de suas línguas ativas, o conhecimento dos assuntos dos textos ou dos discursos que são processados e interpretados.

O Modelo de Esforços (GILE, 1995) é aplicado à interpretação com a intenção de explicar as ocorrências dos erros e as omissões que ocorrem durante a prática da interpretação. O Modelo dos Esforços é fundamentado nas ciências cognitivas.

Gile (1999, p. 154), afirma que “com um mínimo de conhecimento sobre a arquitetura cognitiva, é possível desenvolver um conjunto de modelos com potencial explanatório e preditivo no nível do desempenho da interpretação⁸⁰”.

Conforme a intuição de Gile (1995, p. 161), o Modelo de Esforços foi gerado a partir de observações que envolviam a capacidade de processamento durante a interpretação, desenvolvendo duas premissas essenciais da atividade de interpretação, quais sejam: (a) requer um “energia” mental que, na maioria das vezes, durante a atividade, encontra-se em quantidade limitada; e (b) consome quase toda essa energia mental e, às vezes, requer mais do que o disponível, o que resulta em desgaste no desempenho do profissional. Dessas premissas foram gerados os componentes do Modelo de Esforços, a “*um componente de audição e análise, um componente de produção de discurso oral e um componente da memória de curto prazo*”⁸¹ (GILE, 1995, p. 162 - *grifos da autora*).

A interpretação exige atenção dividida (*split attention*), o que significa adquirir a competência e à habilidade de concentração interpretativa (simultânea) e atenção em vários elementos que envolvem o ato de escutar de forma crítica e cuidadosa dois discursos (do palestrante e o seu próprio). Essa técnica de monitoramento é fundamental para evitar

⁸⁰ Tradução Livre: “[...] *with minimal assumptions about cognitive architecture, it is possible to come up with a set of models with explanatory and predictive potential on the level of actual interpreting performance*” (GILE, 1999, p. 154).

⁸¹ Tradução Livre: “[...] *a listening and analysis component, a speech production component, and a short-term memory component*” (GILE, 1995, p. 162).

equivocos de estrutura gramatical, entonação, pronúncia ou até falhas de memória no uso dos vocabulários (JONES, 1998). O autor organizou dez importantes técnicas que auxiliam na atividade de interpretação simultânea:

- a) recordar a todo instante de que está engajado num processo de comunicação entre duas línguas;
- b) utilizar de bons recursos técnicos;
- c) verificar os aparelhos de áudio e microfone, testando se está ouvindo a si mesmo e o orador;
- d) evitar interpretar algo (ou tentar) que não conseguiu ouvir ou não conseguiu compreender por razões acústicas;
- e) potencializar a concentração;
- f) disfarçar (desviar a atenção) quando se deparar com palavras problemáticas;
- g) exercitar a habilidade de *split attention* por meio de escuta ativa, analítica e por meio de monitoramento crítico de sua própria produção;
- h) usar sentenças simples e curtas;
- i) fazer uso da fala com correção gramatical e concordância verbal e nominal durante o uso do retrospecto vocal;
- j) concluir cada frase, mesmo que o orador tenha concluído antes da interpretação.

Dessa forma, o intérprete realiza operações que são automáticas e não automatizadas. Na interpretação, as operações não-automáticas são as principais, pois essa atividade envolve muito mais que o conhecimento de vocabulário (em nível de léxico). Compreende-se que o contexto imbrica na diferenciação entre a atuação do intérprete e tradutor, pois o intérprete não organiza o espaço de atuação e nem das informações a serem faladas. Nesse ponto, todos os intérpretes necessitam guiar-se conforme a entonação do discurso (GILE, 1995, p. 166). O intérprete obriga-se a realizar uma única versão, a qual raramente é possível corrigir ou melhorar em termos de “escolhas interpretativas⁸²”, o que o diferencia do tradutor, que tem tempo hábil para organizar, reorganizar, revisar e reler seu trabalho.

A CT do PACTE (2003) e Modelo de Esforços GILE (1995) são modelos distintos, mas ambos tratam das subcompetências necessárias para a atividade tradutória e

⁸² Escolhas interpretativas da LP para Libras, ver Machado (2012).

interpretativa. A questão mais problemática é a restrição de tempo durante uma atividade interpretativa simultânea. Desse modo, o intérprete necessita de preparo prévio, pois o uso do dicionário, do qual o tradutor se apropria, não é possível. Havendo a possibilidade, o preparo técnico envolveria a leitura do texto a ser interpretado, tanto em nível linguístico, conceitual, tradutório e entre outros mecanismos que refinam a atividade interpretação simultânea. Com isso, durante a atividade interpretativa, o conhecimento linguístico, as subcompetências ou o modelo de esforços seriam acessados naturalmente, em nível técnico-profissional de qualquer tradutor ou intérprete de línguas orais ou línguas visuo-gestuais.

4 ANÁLISE DO *CORPUS* E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo descreve os métodos, os procedimentos e as técnicas que foram utilizados na pesquisa que compõe este Estudo de Caso, apresentado nesta tese. Esses aspectos metodológicos são relevantes para este estudo, que tem como objetivo *discutir se as escolhas realizadas pelo Tils, no processo de interpretação simultânea de Português (modalidade oral) para Libras, em sessões parlamentares, são semântica e pragmaticamente adequadas*. Assumem-se, neste capítulo, os compromissos teórico-metodológicos relativos aos processos cognitivos, e de estruturas mentais, constituídos nos processos de categorização de um dado domínio da experiência.

Dessa maneira, o problema norteador desta tese, mencionado na introdução, busca responder à seguinte questão: *as escolhas realizadas pelo Tils, no processo de interpretação simultânea de Português (modalidade oral) para Libras, em sessões parlamentares, são semântica e pragmaticamente adequadas?*

Este Estudo de Caso atende ao objetivo geral em relação à complexidade relativa às escolhas lexemáticas dos processos da interpretação simultânea dos conceitos, em contextos políticos de Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados Federais. Identificando os processos de leitura e da compreensão interpretativa, por meio da modalidade oral da língua portuguesa expressada em Tribuna Livre durante uma Sessão do Grande Expediente da Câmara dos Deputados Federais – Congresso Nacional em Brasília. Portanto, esta tese tem por finalidade descortinar as particularidades lexicais dos conceitos semânticos e pragmaticamente interpretados da Língua Portuguesa (modalidade oral) para Libras, tendo como análises os objetivos específicos, com base nas questões-problemas para as análises do *corpus* desta pesquisa. Dessa forma, os objetivos específicos formulados para esta tese são:

- a) identificar as escolhas lexemáticas que os Tils realizam durante uma interpretação simultânea de enunciados de discursos de parlamentares, em contextos políticos;
- b) analisar como são feitas as escolhas explícitas durante o processo de leitura e compreensão interpretativa;
- c) delinear quais as competências e habilidades que o Tils necessita desenvolver para tornar mais eficiente e eficaz as escolhas interpretativas de enunciados de discursos realizados em contextos políticos, com o uso de terminologias jurídicas.

Este capítulo está estruturado em seções que tratam dos procedimentos e métodos utilizados para a construção do *corpus* a partir da seleção de um vídeo que registra a atuação do Tils em Casas Legislativas, nesse caso, focaliza-se a Câmara dos Deputados Federais – Congresso Nacional. E, por fim, os recursos técnicos utilizados nas transcrições para os registros dos processos descritivos que foram elaborados no Sistema de Transcrições das Línguas de Sinais construídas e adicionadas em trilhas do *software Eudico Language Annotator* – ELAN.

Entende-se que os procedimentos metodológicos desenvolvem competências e habilidades, entre elas, algumas bem específicas, de como analisar as escolhas interpretativas simultânea da LP para Libras, que são compreendidas e desenvolvidas a partir das contribuições da Linguística, na interface dos Estudos da Tradução e Interpretação.

4.1 MÉTODO, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS

4.1.1 Estudo de caso: caracterização

A pesquisa desta tese, como já destacado, é um Estudo de Caso, definido conforme o objetivo geral, a qual busca problematizar as escolhas interpretativas simultâneas de enunciados de discursos realizados no contexto político das Sessões Ordinárias dos Parlamentares Federais. Nesse sentido, verificam-se os processos de leitura auditiva e a compreensão interpretativa, expressados pela língua portuguesa na modalidade oral, realizada durante uma sessão do Grande Expediente da “Ordem do Dia”, definido em pauta para o uso da Tribuna Livre.

As pesquisas que envolvem “Estudos de Casos” são consideradas investigações de “fenômenos” da atualidade, que permitem ao pesquisador ampliar seus resultados, registrando a construção do *corpus* de forma mais detalhada (GIL, 2008, p. 57-58).

O Estudo de Caso, definido por Yin (2010, p. 39), discorre sobre os fenômenos empíricos da contemporaneidade e são investigados em profundidade ao “[...] seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”. Os resultados previstos são analisados e correlacionados à suposições

hipotéticas dos Estudos de Casos. No entanto, se ocorrerem resultados não previstos nas hipóteses iniciais, necessita revisar a outro conjunto de dados, conforme Yin (2010, p. 78).

De acordo com Yin (2010, p. 40), outra característica relevante aos fenômenos dos Estudos de Casos são as definições para a construção do *corpus*, para o objeto de pesquisa e para o tempo que será cronometrado para a conclusão dos resultados da pesquisa. Nesse sentido, as pesquisas enfrentam situações tecnicamente diferenciadas, existindo mais variáveis durante as análises do que resultados totalmente definidos e relacionados aos dados da pesquisa. E, por isso, essas variáveis apresentam duas consequências em fontes múltiplas de evidências sobre os resultados e o desenvolvimento das “proposições teóricas” que orientariam a construção de dados e a análise do corpus da pesquisa. Sendo assim, o método desta pesquisa é um Estudo de Caso, pois parte de informações coletadas, construídas e do *corpus* analisado, observam-se, minuciosamente, as análises e os aspectos teóricos relacionados à pesquisa.

Levando isso em conta, o Estudo de Caso desta pesquisa proporciona um estudo específico e com base em uma linha teórica que delinea a problematização, seguindo os objetivos da pesquisa para esta tese. Nessa lógica, a construção do *corpus* dessa pesquisa, segundo Yin (2010, p. 61), relaciona-se com um estudo analítico que trata de outra maneira de “generalizar os dados [que] ocorre[m] através da generalização estatística, mas que normalmente não é aplicável ao estudo de caso, porque os casos não são unidades de amostragem e não devem ser escolhidos por tal motivo”. Assim, o Estudo de Caso diferencia-se de pesquisadores de laboratórios que selecionam novos tópicos para experimentos seguindo um padrão para obter os resultados.

Segundo Diehl (2004, p. 59-61), escolher o método de pesquisa do Estudo de Caso é uma vantagem, pois estimula a descobrir novos resultados, simplificando os procedimentos. No entanto, o autor ressalta que essa vantagem “[...] pode exigir do pesquisador nível de capacitação mais elevado que o requerido para outros tipos de delineamento”.

Conforme Maia (2014, p. 609), a estratégia de pesquisa de Estudo de Caso, permite “compreender as complexidades envolvidas nos diversos fenômenos característicos das interações sociais”. Considera-se, nessa pesquisa, uma estratégia qualitativa, que pode levar a efeito a análise das escolhas interpretativas que os intérpretes de português para Libras (ILS) realizam em contextos políticos, como é a proposta desta tese.

Nesse sentido, o método qualitativo na pesquisa com Estudo de Caso, conforme é definido por Denzin e Lincoln (2006), sendo eles citados por Maia (2014, p. 607), se evidencia pela “[...] relevância [das] questões alternativas no fazer científico, como a verossimilhança, a emocionalidade, a responsabilidade pessoal, a práxis política, entre outros fatores ideologicamente marcados”. Porém, o método pode ser invariável a qualquer contexto de pesquisa. Assim, uma pesquisa com o método de Estudo de Caso responde perguntas hipotéticas e “contribui para que o analista, que não possui controle sobre acontecimentos da situação estudada, consiga fazer sua investigação sobre um fenômeno contemporâneo contextualizado” (MAIA, 2014, p. 609).

O Estudo de Caso pode ser utilizado para propósitos descritivos e explanatórios, não se limitando à fase exploratória de uma pesquisa, evidenciando estratégias qualitativas, como o levantamento, o experimento e a análise de arquivos ou pesquisa.

4.1.2 Recursos técnicos e transcrição

Nesta subseção (4.1.2) descrevem-se os recursos técnicos utilizados, bem como o processo de transcrição nas trilhas do *software Eudico Language Annotator - ELAN* realizado para a construção do *corpus* desta pesquisa.

A pesquisa caracteriza-se como Estudo de Caso, a partir de um vídeo previamente selecionado, gravado pela Rede Legislativa da Rádio FM e TV digital, com a finalidade de transmitir *ao vivo* a grade dos programas diários, como entrevistas, sessões parlamentares gravadas (*replay* e *ao vivo*) aos cidadãos brasileiros, como também o que está sendo discutido e votado na Câmara dos Deputados Federais – Congresso Nacional. O vídeo capturado trata de uma Sessão Plenária da data do dia 10 de junho de 2014 e está disponibilizado em canal aberto no *YouTube*, na *Web*, nomeado *ParlaTubeBrasil*, onde se encontram todos os vídeos das gravações *ao vivo* da Câmara dos Deputados Federais. O canal *ParlaTubeBrasil* deu início às atividades no *YouTube* na data do dia 24 de junho de 2008, sendo os vídeos disponíveis para o uso de domínio público⁸³. A seleção do vídeo fora definida após o experimento inicial de coletar três (03) vídeos que envolvessem os três poderes públicos do

⁸³ Apesar dos vídeos serem de domínio público, sendo todos disponíveis no Canal do *YouTube*, a pesquisadora dessa tese escolheu preservar a imagem dos deputados e dos Tils do vídeo que fora analisado. As figuras seguem com uma tarja preta no rosto do deputado e do Tils, como também nos caracteres do nome de cada deputado.

Brasil – Município, Estado e da União (federal). No projeto inicial desta tese a seleção caracterizou-se em escolher no primeiro vídeo a aparição da fala de um vereador na sessão da Câmara Municipal de Pelotas; no segundo vídeo, selecionou-se com a fala de um Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Ceará; e por fim, no terceiro vídeo, selecionou-se com a fala de um Deputado Federal da Câmara dos Deputados de Brasília. Os vídeos foram selecionados com no mínimo 19” (minutos) e, no máximo, 22” (minutos) para que a fala de cada parlamentar fosse avaliada e analisada para a construção do *corpus* desta pesquisa. Em cada vídeo, observava-se, também, a presença de 2 (dois) Tils que estivessem também no processo de revezamento, sem cortes de edição da TV, durante todo o discurso do parlamentar, na interpretação simultânea. Após as transcrições das falas dos parlamentares dos três vídeos selecionados, e também da transcrição das glosas que foram escolhidas conforme a interpretação simultânea dos Tils, percebeu-se o tamanho do *corpus* que havia sido coletado. Com isso, devido ao tempo de produção da tese, as observações realizadas durante a coleta dos dados e análises parciais realizadas, foi necessário delimitar o tamanho do *corpus*, escolhendo somente o vídeo da esfera feral, no tamanho do vídeo de 20”, sendo as sessões parlamentares da Câmara Federal dos Deputados. Esse vídeo foi escolhido por conter os dados relevantes para a discussão linguística, conforme os resultados que foram sendo apresentados nas análises desta tese.

Os vídeos selecionados foram aqueles das sessões ordinárias e extraordinárias das Casas Legislativas, que seguem as normas da acessibilidade comunicacional em disponibilizar na TV (na mídia) a presença do Tils na atividade da interpretação simultânea (IS), tendo pares em revezamento durante toda a sessão da plenária dos discursos proferidos pelos Deputados Federais, principalmente com Tils realizando a tarefa de interpretar da língua portuguesa (modalidade oral-auditiva) para Libras (modalidade visuo-gestual). Essa definição se ressalta pela norma federal da acessibilidade comunicacional que está prevista pela normativa técnica da NBR de nº 15.290, conforme também destaca Nascimento (2011, p. 70):

A portaria 310 de 27 de junho de 2006, do Ministério das Comunicações aponta recursos de acessibilidade na televisão para pessoas com deficiência visual e auditiva, dentre os quais se encontra o TILSP que é considerado canal de mediação entre surdos e ouvintes. A norma de acessibilidade na televisão – NBR 15.290 – estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) estabelece parâmetros técnicos para a captação e edição da imagem do TILSP, porém os aspectos da prática interpretativa na esfera televisiva, e nos diferentes gêneros que compõem essa esfera, não são abordados nesses documentos necessitando de olhares

e pesquisas que delineiem a prática do TILSP, contribuindo para a formação de profissionais que atuem nesse campo.

Compreende-se que a “acessibilidade comunicacional”, definida na Norma Brasileira – NBR de nº 15.290 e aprovada pela ABNT segue a finalidade de garantir a acessibilidade com o técnico-profissional na “Janela em Libras”, sendo possível ser transmitida *ao vivo* ou por gravações na TV brasileira, aos seus telespectadores, nesse caso, aos cidadãos surdos.

Nas Figuras 10 e 11 observa-se as imagens da tela do monitor, em que se pode ver a “Janela de Libras” ao canto direito da tela do vídeo, definida conforme as determinações técnicas apresentadas pela NBR de nº 15.290, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Figura 10 – Tils¹ em atuação de interpretação simultânea



Fonte: Tela do software ELAN (2015).

Figura 11 – Tils¹ em atuação de interpretação simultânea

Fonte: Tela do software ELAN (2015).

No vídeo selecionado, com vinte minutos (20') de discurso, participaram 3 (três) parlamentares, sendo o discurso dividido conforme os “pedidos de aparte” ao deputado federal que fora deferido na pauta da ordem do dia na Tribuna Livre. O uso desse espaço na pauta da ordem do dia se encontrava agendado para o deputado fazer o uso desse espaço durante a sessão parlamentar do grande expediente na Câmara dos Deputados Federais – Congresso Nacional, sendo essa seção realizada no dia 10 de junho de 2014. A construção do *corpus* tem por base os dados conforme disposto no Quadro 1:

Quadro 1 – Construção do *corpus* de pesquisa

| Casa Legislativa | Parlamentar ¹ (P1) Parlamentar ² (P2) Parlamentar ³ (P3) | Local do Vídeo | Tempo de Duração (TC) | Enunciados (*) | Glosas Tils ¹ Tils ² (**) |
|--|---|----------------|-----------------------|----------------|--|
| Congresso Nacional – Câmara dos Deputados Federais | Deputados Federais | Brasília (BSB) | 20' (minutos) | 349 | 362 |
| (*) Os enunciados proferidos das falas dos três parlamentares (parlamentar ¹ - P1, parlamentar ² - P2, e parlamentar ³ - P3) foram transcritos em fonte 10, com letra minúscula. (**) As glosas transcritas dos lexemas interpretados pelos Tils ¹ e Tils ² foram transcritas com a fonte 10, com letra maiúscula. | | | | | |

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Dessa forma, os procedimentos metodológicos para construção do *corpus* ocorreram de modo necessário e suficiente para as análises, sendo definidos da seguinte forma:

- a) **1º passo:** transcrição do áudio do discurso dos parlamentares na primeira trilha (LP.Oral) do *software Eudico Language Annotator* – ELAN;
- b) **2º passo:** transcrição das glosas⁸⁴ da interpretação simultânea do Tils¹ e Tils² na segunda trilha (Libras.Tils) do *software Eudico Language Annotator* - ELAN;
- c) **3º passo:** sistematização dos passos 1 e 2 no sistema de anotações (*software Eudico Language Annotator* - ELAN);
- d) **4º passo:** marcação do tempo cronometrado (TC) entre a primeira e segunda trilha de transcrição do *software Eudico Language Annotator* – ELAN;
- e) **5º passo:** segmentação dos discursos realizados por parlamentar¹ (P1), parlamentar² (P2) e parlamentar³ (P3) da Câmara dos Deputados Federais – Congresso Nacional;
- f) **6º passo:** organização dos passos 4 e 5 dos enunciados em 30 excertos dos identificados nos discursos de parlamentar¹ (P1), parlamentar² (P2) e parlamentar³ (P3), separando-os em duas colunas: (a) LP.Oral: trilha da transcrição da extração fonética dos discursos do parlamentar¹ (P1), parlamentar² (P2) e parlamentar³ (P3) e (b) Libras.Tils¹ e Libras.Tils²: trilha da transcrição em glosas dos lexemas interpretados pelo Tils¹ e Tils²;
- g) **7º passo:** observações técnicas do passo 6 e as respectivas análises linguísticas das escolhas interpretativas da LP para Libras.

Dentre os softwares disponíveis, escolheu-se para as análises, o *Eudico Language Annotator* – ELAN, pois ele permite realizar a inserção de vocabulário controlado, tipos linguísticos e trilhas que auxiliam na transcrição direta no *software*, conforme demanda o *corpus* desta pesquisa. Para Quadros e Pizzio (2009, p. 23), a “primeira coisa que deve ser feita ao iniciar um documento [...] no ELAN é definir quais as trilhas de transcrição que serão

⁸⁴ As transcrições seguiram conforme os sinais interpretados pelo Tils¹ e o Tils², porém, alguns sinais manuais podem ter nuances de significados em Libras que quando colocados em glosa, pode-se delimitar a possibilidade em apenas um único sentido do lexema, o que não é a intenção desta tese. Por isso, para que se amenize a compreensão referente à glosa transcrita e escolhida conforme o lexema interpretado pelos Tils faz-se uso de figuras com os sinais manuais, somando na ilustração as configurações de mãos (CM) dos parâmetros gramaticais em Libras, que foram utilizadas na perspectiva de representar o sentido do lexema manual ou o uso da escrita de sinais para esclarecer a escolha pela glosa transcrita.

necessárias para um determinado projeto [...] e determinar o tipo (*sic*) linguístico que [vai] aplicar a cada trilha de transcrição [...]”.

No sistema de transcrição do *software Eudico Language Annotator* – ELAN, para as anotações, foi necessário adicionar duas trilhas que contêm os atributos com os quais se trabalhou diretamente nas análises deste *corpus* de pesquisa. São anotações detalhadas, como os minutos (’), os segundos (”), as pausas [PAUSAS] e outras referências linguísticas, definidas durante todo o processo de transcrições do *corpus*.

Na primeira trilha das notações das glosas (Libras.Tils), realizou-se as transcrições dos lexemas, interpretados simultaneamente pelo Tils¹ e Tils². Nessa trilha, foram geradas 362 glosas identificadas durante a atuação dos dois Tils em revezamento. As análises focalizaram os sinais manuais (glosas) empregados pelo Tils¹ e Tils² durante a interpretação simultânea dos discursos do parlamentar¹ (P1), parlamentar² (P2) e parlamentar³ (P3).

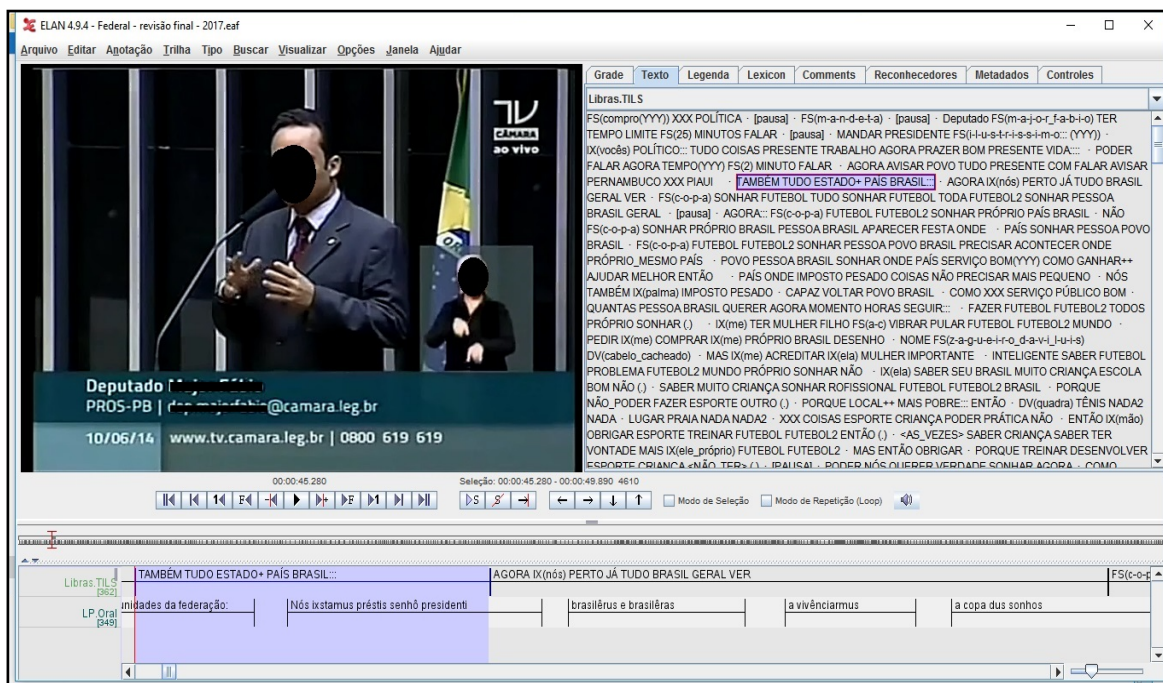
Na segunda trilha, LP.Oral, utilizaram-se as transcrições fonéticas, o mais fielmente possível, da pronúncia durante o discurso do parlamentar¹ (P1), parlamentar² (P2) e parlamentar³ (P3). Na trilha de anotações da LP.Oral, foram gerados 349 enunciados dos discursos proferidos pelos parlamentares federais.

As transcrições nas trilhas resultam no *corpus* que é analisado, registrando a fala dos parlamentares e as escolhas interpretativas dos Tils e, nesse caso, também pelo discurso dos parlamentares federais apresentados durante o vídeo de duração de vinte minutos (20’). Uma amostragem das transcrições de ambas as trilhas encontram-se no Anexo A e B desta tese. Esse procedimento permite uma sistematização dos registros transcritos, de forma a realizar com mais precisão as análises e observações daquilo que é objeto de investigação desta pesquisa.

O procedimento de análise do *corpus* desta pesquisa está ilustrado na Figura 12, apresentando a tela que dispõe o *software Eudico Language Annotator* - ELAN, com as transcrições das duas trilhas do sistema de notações⁸⁵ ao lado direito. Na Figura 12, pode-se ter a imagem do lado esquerdo o parlamentar¹ (P1), em plano aberto, com a Janela de Libras no lado inferior à direita, apresentando a imagem de atuação do Tils¹ que está em plena atividade da interpretação simultânea, em um contexto político.

⁸⁵ Vídeo retirado do Canal *YouTube* – ParlaTube da Câmara dos Deputados Federais de Brasília - A COPA DO MUNDO DOS SONHOS DOS BRASILEIROS – Deputado (PROS-PB) - Duração: 20’ (vinte minutos). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jL4fZ9gMr8M>>. Acesso em: 12 set. 2015.

Figura 12 – Câmara dos Deputados Federais – inserção das trilhas no *software* do ELAN



Fonte: Tela do *software* ELAN (2015).

As análises e observações realizadas exemplificam a forma de como foram-se constituindo os procedimentos metodológicos de análises do *corpus* da Sessão Ordinária dos Parlamentares do vídeo capturado da Câmara dos Deputados Federais – Congresso Nacional, a partir das transcrições nas trilhas do *software Eudico Language Annotator* – ELAN. Na Figura 13, visualiza-se as anotações que foram registradas em cada trilha do Sistema de Transcrição do *software Eudico Language Annotator* – ELAN:

Figura 13 – Inserção das trilhas no *software* do ELAN (LP.Oral/Libras.Tils)

Mudar Atributos da Trilha

Trilhas Existentes

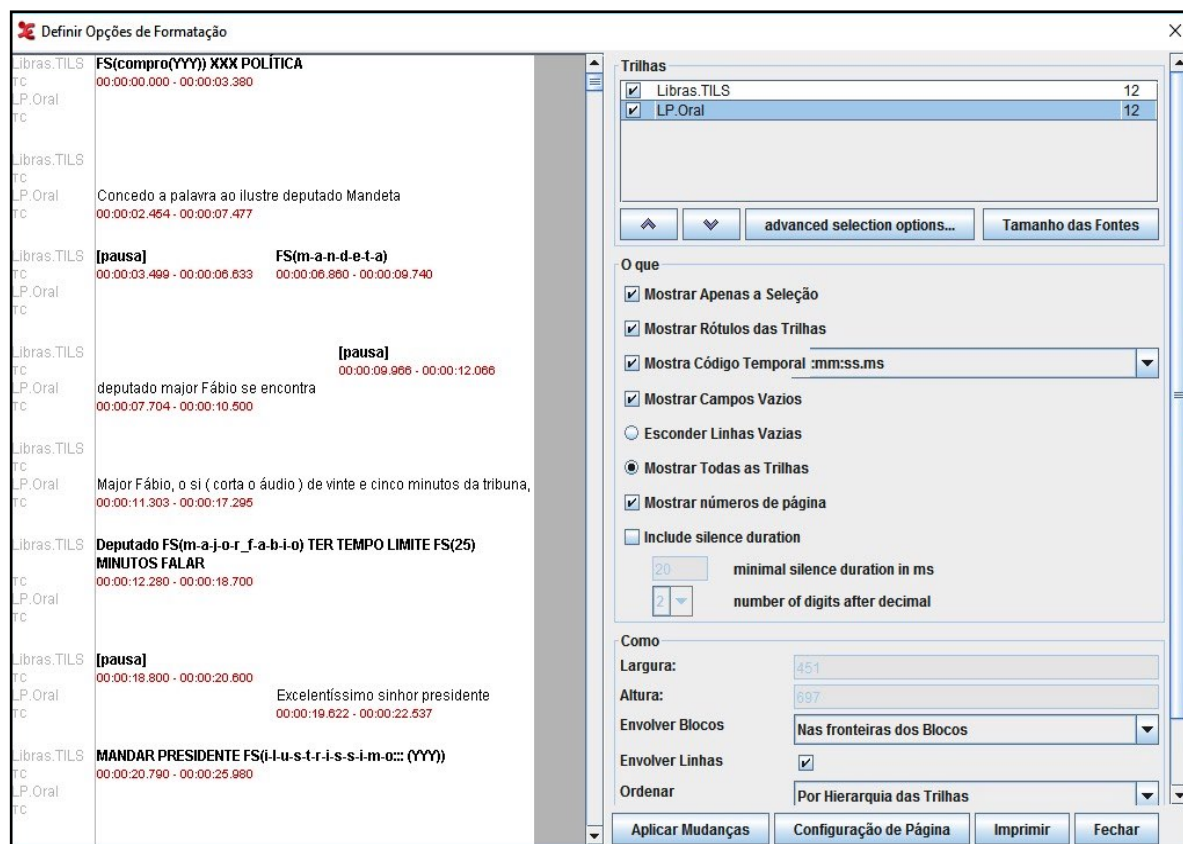
| Nome da ... | Trilha Mãe | Tipo Lingü... | Participante | Anotador | Língua pa... | Content La... |
|-------------|------------|---------------|--------------|----------|---------------|---------------|
| Libras.TILS | - | Transcrição | TILS - BSB | Flávia | - | |
| LP.Oral | - | Transcrição | Deputado ... | Flávia | português ... | |

Selecionar Trilha: Libras.TILS
Nome da Trilha: Libras.TILS
Participante: TILS - BSB
Anotador: Flávia
Trilha Mãe: none
Tipo Lingüístico: Transcrição
Língua padrão: None
Content Language: None - -

Fonte: Tela do *software* ELAN.

Na Figura 14, encontra-se um exemplo das anotações das glosas definidas na primeira trilha (Libras.Tils) e as inserções linguísticas (fonéticas) na segunda trilha (LP.Oral) das transcrições elaboradas diretamente no *software* do ELAN:

Figura 14 – Transcrições nas trilhas elaboradas no ELAN



Fonte: Tela do *software* ELAN⁸⁶.

Os critérios que foram definidos para dividir as transcrições em 30 excertos segue como critério primordial a “unidade de conteúdo”, conforme o discurso proferido pelos parlamentares na modalidade oral da língua portuguesa (LP), separando a unidade temática em enunciados, conforme o ato de fala de parlamentar (P1, P2 e P3), e conseqüentemente, as demais transcrições realizadas na segunda Trilha (Libras.TILS) seguem a mesma ordem dos enunciados da primeira trilha (LP.Oral).

As transcrições dos dados coletados em pesquisas relacionadas as línguas naturais têm passado por alguns estágios de desenvolvimento e aperfeiçoamento, à medida em que vêm avançando. Em conseqüência disso, os pesquisadores têm realizado, em dadas circunstâncias, as transcrições das LS de forma pragmática, ou seja, dependendo dos objetivos de cada pesquisa. Entretanto, o que vem surgindo é uma grande dificuldade de estabelecer um padrão de convenções para a representação dos sinais manuais nas anotações das trilhas do sistema de transcrição do *software Eudico Language Annotator* – ELAN. Cada pesquisador

⁸⁶ Encontra-se um recorte do *corpus* construído das transcrições das duas trilhas no Anexo A e B desta tese.

acaba utilizando convenções apropriadas para cada proposta de pesquisa. Realizam anotações nas trilhas utilizando-se de convenções diferentes e/ou com algumas adaptações encontradas em outras pesquisas. Ainda não foi possível definir uma padronização das convenções que representam os sinais manuais das línguas de modalidade visuo-gestual que pudessem ser armazenadas em um banco de dados (McCLEARY; VIOTTI, 2007).

O *Eudico Language Annotator* – ELAN é um dos recursos mais utilizado pelos pesquisadores, pois a iniciativa de se usar esse recurso potencializa a oportunidade de criação de um padrão (para cada pesquisa) de transcrições das glosas realizadas em Libras. Nesse sentido, a seguir, apresentam-se as ferramentas utilizadas na pesquisa. Para visualizar as trilhas e o vocabulário controlado, é necessário realizar o *download* do Sistema de Transcrição do *software Eudico Language Annotator* – ELAN, encontrado no *site*: <<http://www.lat-mpi.eu/tools/elan/>>. A exploração dos recursos técnicos do *software* ELAN utilizados nesta pesquisa foi realizada conforme segue abaixo:

- a) baixar o vídeo de vinte minutos (20”) selecionado do Canal aberto *ParlaTubeBrasil*;
- b) alterar o vídeo que fora selecionado para a extensão de '.eaf.', compatível para a versão 4.9.4, que habilita o sistema de transcrição do *software* ELAN;
- c) inserir no sistema do *software Eudico Language Annotator* - ELAN.

Dessa forma, Domingos (2013, p. 32) explora essas convenções, apresentando uma tabela de “tradução de glosas”. Para o autor isso é o “[...] resultado da tradução do texto-fonte palavra por palavra, para compreensão dos elementos da língua de origem”. Com essa orientação foi realizada uma “tradução de glosa”, organizada de forma tabular, construída no *software Microsoft Word* 2010 e armazenada na extensão “.doc”, pois, dessa forma, essas convenções são adotadas para a pesquisa sobre a “Escrita de Sinais” convencionada para atingir os objetivos propostos para os dados investigados na pesquisa de Domingos (2013). Sendo assim, o Quadro 2 apresenta as convenções que foram preliminares e algumas que também foram adotadas para esta tese:

Quadro 2 – Códigos convencionalizados para transcrição e descrição de glosas

| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO CÓDIGO | |
|------------------------------|--|
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO DO CÓDIGO |
| (FS) | Abreviação proveniente da palavra em inglês <i>fingerspelling</i> (<i>sic</i>) são as palavras soletradas. Esta abreviação vem entre parênteses após cada palavra soletrada. |
| (DV) | Abreviação designada para os verbos descritivos. Utilizado para destacar a presença de classificadores, funciona como parte dos verbos em uma sentença, sendo esses chamados verbos de movimento ou localização no discurso (BRITO, 1995). Esta abreviação vem entre parênteses após o sinal referente a um classificador. |
| (XXX) | Cada palavra não clara no enunciado recebe esta glosa [...] entre parênteses depois da palavra. O transcritor não sabe a forma e não identifica o seu significado (os problemas dos sinais não identificados que receberam esse código foram resolvidos após a entrevista com a autora). |
| (YYY) | Cada palavra não clara no enunciado recebe esta glosa entre parênteses depois da palavra. O transcritor não conhece o sinal, mas identifica o seu significado (os problemas dos sinais não identificados que receberam esse código foram resolvidos após a entrevista com a autora). |
| (.) | Utilizado para identificar um ponto final em escrita de sinais e vem acompanhado da palavra que antecede este ponto. |
| (,) | Utilizado para identificar uma vírgula em escrita de sinais e vem acompanhada da palavra que antecede esta vírgula. |
| (SIM) | Utilizado quando o sinal escrito vem acompanhado de movimento da cabeça indicando afirmação. É colocado após a glosa. |
| (NÃO) | Utilizado quando o sinal escrito vem acompanhado de movimento da cabeça indicando negação. É colocado após a glosa. |
| (IX) | Representa dêitico. Utilizado depois da glosa quando a mesma indica um lugar no espaço. Ou utilizada sozinha quando apontada com o dedo indicador para algum lugar |

Fonte: Domingos (2013, p. 32-33).

Nesse contexto, além dos códigos convencionalizados para a transcrição das glosas e, ao longo da realização das transcrições, notou-se a necessidade de inserir mais códigos que auxiliaram e contribuíram para toda a transcrição do *corpus* desta pesquisa.

As trilhas utilizadas para a transcrição durante a construção do *corpus* desta pesquisa, como já mencionado no início dessa subseção, foram duas: (1) LP.Oral – Língua Portuguesa na modalidade oral – transcrita entre aspas duplas (“...”), letras minúsculas e *itálico*; e, (2) Libras.Tils – transcrição das glosas da Língua Brasileira de Sinais interpretadas e escolhidas pelo Tils¹ e Tils² durante a atuação da interpretação simultânea. As glosas encontram-se transcritas entre colchetes angulados (< >) e letras com fonte em caixa alta (maiúscula). As transcrições dos enunciados dos discursos dos parlamentares, extraídos em excertos (EX 1 a 30)

foram realizados diretamente nas duas trilhas construídas no *software Eudico Language Annotator* – ELAN, utilizando-se das notações apresentadas no Quadro 3:

Quadro 3 – Notações convencionalizadas dos excertos (EX) observados realizadas nas transcrições nas trilhas do *software* do EUDICO *Linguistic Annotator* (ELAN)

(continua)

| Notações convencionalizadas para os excertos (EX) das observações dos discursos realizados durante as Transcrições nas Trilhas elaboradas no ELAN | |
|--|---|
| (<i>itálico</i>) | uso das letras em <i>itálico</i> refere-se para identificar na íntegra excerto do discurso do parlamentar |
| (“ ”) | uso das aspas duplas refere-se para identificar uma análise linguística do enunciado no discurso ou do lexema utilizado pelo parlamentar |
| (“ ”) (<i>itálico</i>) | uso das <i>aspas duplas e itálico</i> refere-se ao vocábulo em LP no enunciado |
| (‘ ’) | uso das aspas simples para identificar o lexema no sentido dicionarizado |
| LETRA MAIÚSCULA | uso das letras em maiúsculo para identificar as glosas que foram transcritas na interpretação simultânea do Tils ¹ e Tils ² |
| (") | uso para identificar os segundos |
| (') | uso para identificar os minutos |
| (EX) | uso para identificar os excertos extraídos do discurso |
| (*) | uso para identificar a expressão retirada do enunciado |
| (TC) | tempo cronometrado nas trilhas |
| < > | uso para identificar o enunciado que o Tils ¹ e Tils ² (ou Tils – versão) escolhe durante a interpretação simultânea |
| PCL | Presidente da Casa Legislativa |
| DM | Deputado M (nome preservado do deputado) |
| DMF | Deputado Major F (# ¹) (F – nome preservado do deputado) |
| DMB | Deputado MB (# ²) (MB – nome preservado do deputado) |
| DDD | Deputado DD (# ³) (DD – nome preservado do deputado) |
| LP.Oral – P1 | discurso do primeiro parlamentar # ¹ |
| LP.Oral – P2 | discurso do segundo parlamentar # ² |
| LP.Oral – P3 | discurso do terceiro parlamentar # ³ |

(conclusão)

| | |
|--------------------------------|---|
| Libras.Tils¹ | interpretação simultânea em Libras do primeiro Tils |
| Libras.Tils² | interpretação simultânea em Libras do segundo Tils |
| Tils | interpretação Simultânea de uma atuação modelo (segunda versão) |
| Hífen (-) | uso do hífen se para identificar cada letra emprestada da Língua Portuguesa (datilologia) |
| (FS) | uso da datilologia para identificar o empréstimo linguístico |
| (IX) | uso do indexador para identificar o dêitico |
| (XXX) | transcrição da glosa não identificada |
| (YYY) | transcrição da glosa não identificada, porém, compreendida pelo contexto da interpretação |
| [PAUSA] | Identificação das pausas realizadas pelos Tils ¹ e Tils ² |
| (::) | transcrição da glosa com sustentação do sinal em Libras |
| @ | uso da arroba quando não se identifica o gênero masculino e/ou feminino |
| (+++) | transcrição da glosa que intensifica a quantidade de vezes que fora realizado o sinais em Libras |
| (++) | transcrição da glosa quando o sinal em Libras é retido por duas vezes |
| (+) | transcrição da glosa quando o sinal em Libras é repetida uma vez |
| <_> | uso de dois lexemas em Libras identificado na transcrição da glosa ou uso da sintaxe de todas as glosas transcritas |
| (!) | uso da prosódia no discurso para identificar a entonação da voz no sentido exclamativo |
| (?) | Uso da prosódia no discurso para identificar a entonação da voz no sentido interrogativa |
| (.) | uso para identificar a pausa no discurso e/ou breves pausas transcritas nas glosas para Libras |
| (.) | uso do ponto final para identificar o encerramento do enunciado |
| (∅) | uso do sinal de vazio para identificar a ausência de áudio |

Fonte: elaborado pela autora (2015-2017).

Na seção (4.2) serão apresentadas as análises do *corpus* e a discussão dos resultados obtidos nesta investigação.

4.2 ANÁLISE DO *CORPUS*

Esta seção (4.2) tem como foco as análises realizadas a partir do *corpus* construído para esta pesquisa. Descrevem-se, de forma minuciosa, as análises e os resultados obtidos na subseção (4.2.1) sobre a análise do *corpus* da sessão parlamentar na Câmara dos Deputados Federais – Congresso Nacional. Nesta seção (4.2) são apresentadas as análises e observações de forma peculiar de todas as transcrições realizadas nas trilhas do *software* do ELAN.

Cabe, aqui, lembrar o ponto de vista de Nascimento (2011, p. 70):

[o] TILSP, por sua vez, sendo o profissional apontado pela legislação como a ponte de acesso dos surdos à informação veiculada na esfera televisiva, deve [ater-se] à variedade de gêneros discursivos que circulam nessa esfera atentando-se para as peculiaridades de cada um, analisando a totalidade verbo-visual, considerando os aspectos linguísticos e extralinguísticos, que influenciam e/ou interferem no processo tradutório/interpretativo. No entanto, para que todos esses aspectos sejam considerados pelo TILSP no ato tradutório/interpretativo, faz-se necessário uma formação que abranja esses aspectos, além de outros, para a construção de uma prática efetiva (NASCIMENTO, 2011, p. 70).

Refletindo sobre as considerações do autor, pode-se destacar a necessidade do Tils valer-se também de um conhecimento especializado num contexto político. Nesse sentido, as “inserções deste profissional e da variedade estilística das produções audiovisuais, [reafirmam-se] que o intérprete é um agente de acessibilidade para que telespectadores surdos tenham acesso aos conteúdos produzidos na mídia televisiva” (NASCIMENTO, 2011, p. 80). Para que essa acessibilidade aos telespectadores surdos se realize, é necessário adentrar nas implicações referentes à interpretação simultânea, que os Tils realizam em relação às escolhas que afetam a compreensão desse telespectador surdo. Porém, em se tratando de uma interpretação em mídia aberta, o Tils não tem como perfilar seu interlocutor. Esse pode ser um sujeito surdo com formação superior ou com pouca formação escolar. Portanto, pelo fato de o Tils estar se dirigindo para um público heterogêneo, percebe-se a necessidade de refletir sobre as escolhas interpretativas realizadas, como, por exemplo, o conceito de AUDIÊNCIA PÚBLICA. Hipoteticamente, coloca-se o Tils numa situação em que o mesmo tenha tido um conhecimento prévio do enunciado da língua de partida e ele interpretasse o conceito de AUDIÊNCIA PÚBLICA com as seguintes glosas: <IMPORTANTE REUNIÃO

PÚBLICO+SOCIEDADE FAZER [AQUI⁸⁷]> ou uma outra opção de escolha interpretativa seria essas seguintes glosas <REUNIÃO DIVULGAR POPULAÇÃO PARTICIPAR> e/ou entre outras possíveis escolhas. As possibilidades interpretativas para o conceito de AUDIÊNCIA PÚBLICA são variadas, mas o Tils, no uso de suas competências e em função de seu compromisso social, deve estar atento para uma interpretação que alcance o maior número de sujeitos da comunidade surda.

Como se pode observar nessa breve exemplificação, que também serve para as reflexões desta tese, as escolhas lexicográficas nas interpretações simultâneas envolvem decisões muito rápidas na busca de sentidos congruentes. Algumas paráfrases podem interferir na compreensão do telespectador, seja limitando o sentido pretendido pelo falante de LP, seja distorcendo o sentido comunicado em LP. Entende-se que a polissemia está presente tanto nas construções em LP como no léxico de Libras. Compreende-se que a natureza enciclopédica do significado determina vários domínios da experiência humana, conceptualizando os diferentes domínios semânticos (SILVA, 2003).

No caso da terminologia ‘política’, há especificidades que não podem ser negligenciadas, suscitando uma formação setorializada para o Tils, ou seja, definindo uma formação por área de atuação. E, por fim, observa-se, nesse trecho do enunciado do discurso de outro parlamentar que o Tils omitiu a informação que o locutor enunciou verbalmente, ou seja, no ato interpretativo não houve ocorrências explícitas que referenciassem a expressão “*é o que falta*” durante a interpretação simultânea da sentença em LP. Observando a sequência, verifica-se que se trata de um deslocamento. A construção seria “um advogado é o que falta”, ou seja, o locutor indica que, para o caso do conflito de interesses, é necessária a intervenção de um advogado.

A não sinalização desse fechamento na fala do locutor deixa incompleta sua proposição. Cabem aqui as colocações de Barbosa (2014, p. 106) sobre a questão das omissões em seu estudo:

identificamos ainda [na pesquisa] que nem sempre elas [as omissões] foram utilizadas como uma estratégia para tornar a interpretação mais eficaz, mas, são o resultado do enfrentamento do intérprete com as demandas que surgiram no decorrer do processo e, por eles não estarem preparados para esse confronto, intérprete versus

⁸⁷ O Tils poderá realizar o sinal manual que é usado na região de Pelotas pela comunidade surda. Esse sinal manual representa o sentido de <CÂMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES DE PELOTAS>. Exemplo extraído de um *corpus* de uma sessão na Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas.

demanda, a consequência foi a omissão. Observamos também que o intérprete atua com a sua capacidade cognitiva [ao] máximo e que o surgimento de qualquer demanda que exija maior capacidade cognitiva poderá afetar o processo interpretativo, desencadeando falhas ou equívocos nas decisões do intérprete, mesmo que de forma inconsciente [...] (BARBOSA, 2014, p. 106).

A partir dessa breve exemplificação, pode-se afirmar que as escolhas lexicais para a interpretação simultânea são escolhas rápidas que acontecem com base em todo o conjunto de enunciados, anteriormente pronunciados de acordo com todos os aspectos situacionais que os significam, ou seja, informações obtidas na língua de partida, traduzidas cognitivamente e interpretadas para a língua de chegada, na qual os fatores linguísticos, contextuais e culturais concorrem para o êxito da interpretação simultânea. As demais análises seguem o procedimento já iniciado, acrescentando-se comentários a partir do referencial teórico a ser desenvolvido na seção (4.2.1).

4.2.1. Análise do *corpus* da sessão da Câmara dos Deputados Federais

Nesta seção (4.2.1) é analisado o *corpus* dos discursos dos parlamentares da Câmara dos Deputados Federais, em relação à interpretação simultânea dos Tils. A seguir apresentam-se 30 excertos (EX 1 – 30) dos discursos proferidos no vídeo de vinte minutos (20') e realizados pela pauta da Sessão Ordinária, no espaço definido para Tribuna Livre, no grande expediente.

Ao longo do discurso realizado pelo parlamentar que estava agendado para o uso do espaço da Tribuna Livre na pauta do grande expediente, na sessão da ordem do dia, surgiram mais dois deputados federais (parlamentar² e parlamentar³) que solicitaram a “aparte” para complementar ou criticar o discurso do parlamentar¹. Para compreender as análises dos discursos proferidos pelos parlamentares, apresentam-se, a seguir, os excertos divididos em duas colunas, sendo a primeira coluna (a) LP.Oral: uso da Língua Portuguesa na modalidade oral dos enunciados extraídos dos discursos dos parlamentares, e a segunda coluna (b) Libras.Tils: uso da Língua Brasileira de Sinais do Tradutor e Intérprete de Libras/Português, e, abaixo de cada excerto (EX), seguem as observações e análises linguísticas. Lembrando que a definição dos excertos seguiu o critério referente à “unidade de conteúdo”, ou seja, abre-se um novo excerto quando é possível identificar uma unidade temática. A ideia foi não “cortar” uma unidade temática dividindo por excertos. Dessa forma, há excertos mais curtos e outros bem mais longos.

Os excertos do discurso proferido pelo parlamentar¹ (P1), parlamentar² (P2) e parlamentar³ (P3), com as glosas transcritas das escolhas interpretativas dos Tils¹ e Tils² analisadas para esta pesquisa, seguem em 30 quadros:

| Excerto – 1 (EX1) | |
|---|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils¹ |
| <i>(PCL) Concedo a palavra ao ilustre deputado M (DM) (2”-7”) (PAUSA Ø) Deputado Major F (DMF#P1) se encontra (7”-10”) Major F (,) o si Ø de vinte e cinco minutos da tribuna (11”-17”)</i> | FS(c-o-m-p-r-o(YYY)) XXX POLÍTICA (3”) [pausa] (3”-6”) FS(m) (6”-9”) [pausa] (10”-12”) DEPUTADO FS(m-a-j-o-r_f) TER TEMPO LIMITE FS(25) MINUTOS FALAR (12”-18”) [pausa] (18”-20”) |

Constata-se que o EX1 é uma fala da continuação da “ordem do dia” numa sessão parlamentar na esfera federal. Nesse EX1, percebe-se que o presidente (PCL) anuncia que fará uso da Tribuna Livre o Senhor Deputado que fora agendado para aquela sessão, e esse deverá fazer uso da mesma por apenas vinte e cinco minutos (25’). Porém, no início da fala do presidente (PCL), quando ele (PCL) se refere ao “*ato de conceder a palavra ao Deputado M (DM#P1)*”, o áudio é cortado pela produção técnica e nota-se que ele (PCL), pela imagem do vídeo, continua falando. Após alguns segundos sem o áudio, volta o presidente (PCL) informando que o Senhor Deputado Major F (DMF#1 - parlamentar¹) fará uso da palavra na “Tribuna Livre” por vinte e cinco minutos (25’). Assim, entende-se que o presidente (PCL) trocou o nome dos deputados, no seu ato de fala e, ao perceber o equívoco, o áudio foi cortado pela equipe técnica. As imagens revelam que o presidente (PCL) conversa com os seus assessores ao seu de redor na mesa presidencial. Quando o áudio retorna, o presidente (PCL) da Casa Legislativa informa quem, de fato, deverá fazer o uso “tribuna livre”. As transcrições das glosas realizadas na trilha do ELAN são relativas à interpretação do Tils¹ após noventa e três segundos (93”) da fala do presidente (PCL) da mesa diretora.

O Tils¹ inicia a interpretação simultânea fazendo o uso do empréstimo linguístico da língua portuguesa (LP), ou seja, ele inicia a interpretação soletrando datilologicamente o lexema <FS(c-o-m-p-r-o)>. O uso desse verbo na interpretação não tem nenhuma correspondência com o que é proferido no contexto da fala do Presidente (PCL).

Em seguida, o Tils¹ realiza um sinal manual, que não é possível de ser identificado (YYY) para a construção do enunciado. Portanto, não é possível compreender o todo do

contexto dessa interpretação. Logo após, o Tils¹ finaliza a interpretação com o lexema transcrito para a glosa <POLÍTICA>, que, por sua vez, não mantém relação com o verbo ‘comprar’. Na sequência, o presidente (PCL) profere o enunciado “*concedo a palavra ao ilustre DM (DM#¹P1)*”, e o Tils¹, nesse enunciado, realiza uma pausa na interpretação simultânea, no exato momento em que o parlamentar¹ também realiza uma pausa em seu discurso. Nesse ponto, a sessão fica sem nenhuma manifestação audível e também interpretativa por três segundos (3”).

No enunciado “*concedo a palavra ao ilustre DM*”, nota-se que o Tils¹ omitiu o verbo “*concedo*”, que tem o sentido de ‘permitir’, ‘facultar’, ‘admitir por hipótese’, ‘dar concessão’, ‘dar’, ‘outorgar’, ‘concordar’, ‘convir’, ‘anuir’, em outras palavras, é fazer com que algo se torne ‘disponível’ ou ‘acessível’, de estar ou ficar à disposição ou conceder liberdade (FERREIRA, 2009, p. 514). Nesse instante, observa-se que o Tils¹ interrompe a sua pausa e faz novamente o uso do empréstimo linguístico (a datilologia) da LP, interpretando o nome do deputado <FS(m⁸⁸)>, que fora pronunciado pelo presidente (PCL) da mesa diretora da Câmara dos Deputados Federais. Em frações de segundos, observa-se que a escolha interpretada pelo Tils¹ fica manifestada de forma isolada, no momento em que é realizada a datilologia do nome do Deputado. Por sua vez, o parlamentar¹ dá sequência ao seu informe, e o Tils¹ acaba não contextualizando a problemática de uma situação técnica de áudio, a qual interrompeu momentaneamente a comunicação.

Na sequência desse enunciado, o presidente (PCL) questiona se o Deputado Major F (DMF#¹P1) se encontrava no recinto, e o Tils¹ novamente faz uma pausa de três segundos (3”), não realizando a interpretação do questionamento que fora proferido pelo presidente (PCL) da mesa diretora. Percebe-se, nesse EX1, que o presidente (PCL) continua a sua fala, e o áudio é cortado novamente pela produção técnica por um período de dois segundos (2”); depois, o áudio retorna normalmente, e ele (PCL) informa ao Deputado Major F (DMF#¹P1) que terá um período de vinte e cinco minutos (25’) da “tribuna livre”. Sendo assim, percebe-se que, no Tempo Cronometrado (TC) de noventa e oito segundos (98”), o Tils¹ inicia a interpretação simultânea dos lexemas, transcritos com as seguintes glosas <DEPUTADO FS(m-a-j-o-r_f⁸⁹) TER TEMPO LIMITE FS(25) MINUTOS FALAR>. Nesse enunciado,

⁸⁸ Tils¹ realiza a soletração (datilologia) do nome do deputado DM.

⁸⁹ Tils¹ realiza a soletração (datilologia) do nome do deputado DMF.

observa-se que o Tils¹ fez uso de uma paráfrase redutora, suprimindo o substantivo “tribuna” e o verbo “concedo”. Considerando-se a possibilidade em uma segunda versão interpretativa do mesmo enunciado do EX1, o Tils¹ poderia realizar novas escolhas dos lexemas manuais, como

<EU PRESIDENTE LIBERA MOMENTO AGORA DEPUTADO FS(m-a-j-o-r_f) USAR MICROFONE PALESTRA(sentido de discurso) TEMPO REGRAS SÓ FS(25) MINUTOS PODE FALAR>

Nesse sentido, o Tils¹ ampliaria as escolhas dos lexemas em Libras para o referido enunciado, contextualizando com as informações normativas do presidente da Câmara dos Deputados Federais.

| Excerto – 2 (EX2) | |
|--|--|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils¹ |
| <p><i>(#P1) Excelentíssimo senhor presidente (,) ilustríssimos senhores deputados (19”-22”), deputadas (27-28”) (,) é um prazer muito grande estar aqui (29”-31”) (,) podendo usufruir dessi tempo (32”-35”) (,) i falá nesse instante cum um ú-ba cum o país (36”-39”) (,) falá nesse instante com a minha Paraíba (39”-42”) (,) fala nesse instante com todas as unidades da federação::: (43”-46”).</i></p> | <p>[pausa] (18”-20”) MANDAR PRESIDENTE FS(i-l-u-s-t-r-i-s-s-i-m-o:::(YYY)) (20”-25”) IX(vocês) POLÍTICO::: TUDO COISAS PRESENTE TRABALHO AGORA PRAZER BOM PRESENTE VIVO::: (25”-34”) PODER FALAR AGORA TEMPO(YYY) FS(2) MINUTO FALAR (34”-38”) AGORA AVISAR POVO TUDO PRESENTE COM FALAR AVISAR PERNAMBUCO XXX PIAUI (38”-45”) TAMBÉM TUDO ESTADO+ PAÍS BRASIL::: (45”-49”) AGORA IX(nós) PERTO JÁ TUDO BRASIL GERAL VER (49”-57”)</p> |

Verifica-se, no EX2, o discurso do parlamentar¹ em que ele faz uso do tempo e espaço concedido para a Tribuna Livre na sessão ordinária da Câmara dos Deputados Federais, no seguinte enunciado:

“Excelentíssimo senhor presidente (,) ilustríssimos senhores deputados (,) deputadas”

O Tils¹, por sua vez, interpreta o enunciado, nos lexemas manuais, transcritos com as seguintes glosas:

<MANDAR PRESIDENTE FS(i-l-u-s-t-r-i-s-s-i-m-o:::(YYY))>

Nota-se que o verbo do lexema em Libras, transcrito na glosa <MANDAR> não foi manifestado no enunciado do parlamentar¹. Porém, o Tils¹ escolhe esse lexema em Libras, referindo-se ao enunciado do EX1 e, conseqüentemente, distanciando-se do contexto da expressão proferida pelo parlamentar¹ a quem fora concedido o tempo de uso da “Tribuna Livre”. Entende-se que a escolha do lexema em Libras, na transcrição da glosa do verbo <MANDAR> pode acarretar outro entendimento do leitor-surdo, principalmente se esse lexema <MANDAR> se correlacionar com os demais lexemas em Libras que foram interpretados neste enunciado. Com isso, o uso do lexema manual <MANDAR> modifica a posição do discurso do parlamentar¹, pois o verbo ‘mandar’ tem o sentido de ‘exigir que se faça’, ‘determinar’, ‘preceituar’, ‘prescrever’, ‘comandar’, ‘emitir’, ‘irradiar’, ‘expedir’, ‘remeter’ (FERREIRA, 2009, p. 1262), em outras palavras é o mesmo que ‘ordenar’, ‘dominar’ e ‘impor’ sobre algo definido. Desse modo, a escolha não é adequada para a interpretação do enunciado EX2. Observa-se que, no início desse discurso, o parlamentar¹ fora totalmente diplomático, respeitoso ao se dirigir aos demais deputados (as) que se encontravam presentes na sessão parlamentar.

Na seqüência, o Tils¹ faz uso da datilologia <FS(i-l-u-s-t-r-i-s-s-i-m-o:::)> da LP e, nesse caso, considera-se que, durante o ato interpretativo, omitir o lexema “*ilustríssimo*” não implicaria problemas de compreensão e interpretação do enunciado para uma versão interpretada em Libras. Nesse sentido, observa-se que durante a interpretação o Tils¹ sustenta a letra <O> do lexema por um período de cinco segundos (5”), o que evidencia a possível interferência de fatores situacionais de ordem técnica, que estavam sendo identificados desde o início do EX1. Nesse caso, trata-se da captura da voz do parlamentar¹, que é um fator de ordem técnico-profissional, destacando-se a atitude do Tils¹ em se manter discreto e pontual, principalmente em se tratando de uma atuação em contexto midiático (televisivo e ao vivo). Esses problemas técnicos em contextos midiáticos podem ser um fator complicador para a atuação do Tils¹, caso ele perca a concentração em uma interpretação simultânea.

Em seguida, o Tils¹ realiza a interpretação de um indexador (IX) em Libras para um lexema manual, transcrito com a seguinte glosa pronominal <VOCÊS>, referindo-se ao lexema manual, transcrito pela glosa <POLÍTICO>, sustentado (:::) pelo lexema manual no

ponto de articulação, com a configuração das mãos em ‘P’, enquanto continuava a escuta do discurso do parlamentar¹. Nesse enunciado, as transcrições das glosas <IX(vocês) POLÍTICO:::>, evidenciam o uso de um hiperônimo para a contextualização do discurso do parlamentar¹, no seguinte enunciado:

“Excelentíssimo senhor presidente ilustríssimos senhores deputados(,) deputadas”

Esse hiperônimo, <POLÍTICO>, refere-se a ‘presidente’, a ‘deputados’ e a ‘deputadas’, designados com os adjetivos ‘excelentíssimo’ e ‘ilustríssimos’.

Continuando, o Tils¹ interpreta o enunciado:

“é um prazer muito grande estar aqui (,) podendo usufruir dessi tempo”

Com lexemas manuais transcritos nas seguintes glosas:

<TUDO COISAS PRESENTE TRABALHO AGORA PRAZER BOM PRESENTE VIVO::: PODER FALAR AGORA TEMPO(YYY) FS(2) MINUTO FALAR>

O enunciado *“prazer muito grande estar aqui”* foi parafraseado pelos lexemas <PRESENTE TRABALHO AGORA PRAZER BOM PRESENTE VIVO:::>, ou seja, as escolhas se referem ao prazer de estar naquele local de trabalho. O enunciado *“podendo usufruir desse tempo”* foi parafraseado pelo Tils¹ de forma paralela sendo transcrito com as glosas: <PODER FALAR AGORA TEMPO(YYY) FS(2) MINUTO FALAR>, no sentido de que está sendo aproveitado o tempo e o espaço que lhe fora concedido. Os lexemas manuais <PRESENTE> e <VIVO> se referem à oportunidade de “estar presente” naquele local.

Finalizando esse EX2, verifica-se que o discurso do parlamentar¹, neste ponto, encontra-se truncado no seguinte enunciado:

“i falá nesse instante cum um ú-ba cum o país, falá nesse instante com a minha Paraíba”

Nessa interpretação, o Tils¹ faz a interpretação transcrita com as seguintes glosas:

<AGORA AVISAR POVO TUDO PRESENTE COM FALAR
AVISAR PERNAMBUCO PARAÍBA PIAUI>

Nesse sentido, o Tils¹, adiciona dois Estados, como de “Pernambuco” e “Piauí”, os quais não foram citados pelo parlamentar¹.

Concluindo o EX2, as glosas transcritas para o enunciado: *“fala nesse instante com todas as unidades da federação:::”*, foram realizadas da seguinte forma: <TAMBÉM TUDO ESTADO+ PAÍS BRASIL::: AGORA IX(nós) PERTO JÁ TUDO BRASIL GERAL VER>. Para interpretar a expressão *“unidades da federação”* foi necessário que o Tils¹ realizasse uma separação entre dois lexemas manuais. Primeiro, a interpretação para o lexema *“unidade”*, em que o Tils¹ faz referência ao sentido do lexema manual <ESTADO+>; e segundo, a interpretação para o lexema *“federação”* em que o Tils¹ teve a necessidade de elaborar uma paráfrase expandida com o uso de três (3) lexemas manuais <PAÍS+BRASIL+GERAL>.

| Excerto – 3 (EX3) | |
|---|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils¹ |
| <p><i>(#P1) Nós ixtamus prétis senhô presidente (47”–50”)(,) brasilêirus e brasileiras (50”–53”) (,) a vivênciarmus (53”–55”) a copa dus sonhos (55”–58”)(.) A copa du mundu (59”–1’02”) dus sonhus (1’02”–1’03”) dus brasilêrus (1’03”–1’05”) verdadeiramente (1’06”–1’07”) éista (esta) (1’08”–1’09”) não é a copa dus sonhos dus brasilêrus (1’09”–1’12”) a copa dus sonhos dus brasilêrus (1’12”–1’15”) precisava ixtar acontecendo (1’17”–1’20”) no país dos sonhos (1’20”–1’22”) dus brasilêrus (1’23”–1’24”) a copa dus sonhos dus brasilêrus (1’25”–1’27”) precisava ixtar acontecendo (1’27”–1’30”) no país que os brasilêrus (1’30”–1’33”) sonham (1’33”–1’34”)</i></p> | <p>FS(c-o-p-a) SONHAR FUTEBOL TUDO SONHAR FUTEBOL TODA FUTEBOL2 SONHAR PESSOA BRASIL GERAL (57”–1’07”) [PAUSA] (1’07”–1’09”) AGORA::: FS(c-o-p-a) FUTEBOL FUTEBOL2 SONHAR PRÓPRIO PAÍS BRASIL (1’09”–1’15”) NÃO FS(c-o-p-a) SONHAR PRÓPRIO BRASIL PESSOA BRASIL APARECER FESTA ONDE (1’15”–1’23”) PAÍS SONHAR PESSOA POVO BRASIL (1’23”–1’26”) FS(c-o-p-a) FUTEBOL FUTEBOL2 SONHAR PESSOA POVO BRASIL PRECISAR ACONTECER ONDE PRÓPRIO MESMO PAÍS (1’26”–1’35”) POVO PESSOA BRASIL SONHAR ONDE PAÍS SERVIÇO BOM (YYY) COMO GANHAR+++ AJUDAR MELHOR ENTÃO (1’35”–1’45”)</p> |

Observa-se no EX3 que o parlamentar¹ inicia seu discurso com o seguinte enunciado:

“Nós ixtamus prétis senhô presidente, brasilêirus e brasileiras, a vivênciarmus a copa dus sonhos”

O parlamentar¹ relembra do compromisso que todos terão nos próximos dias em relação à programação da “copa do mundo”. No entanto, o Tils¹ omitiu a informação de que os brasileiros viverão um momento novo e inédito no Brasil quando o parlamentar¹ proferiu a expressão da “*Copa dos Sonhos*”. Esses lexemas que foram interpretadas no TC de quarenta e sete segundos (47”) a cinquenta e oito segundos (58”) foram transcritos com as seguintes glosas:

<FS(c-o-p-a) SONHAR FUTEBOL TUDO SONHAR FUTEBOL
TODA FUTEBOL2 SONHAR PESSOA BRASIL GERAL>

Hipoteticamente, se colocar o Tils¹ numa situação em que o mesmo tenha tido o conhecimento prévio do enunciado da língua de partida e ele viesse a reinterpretar esse enunciado, numa segunda versão interpretativa, poderia se estruturar a interpretação com os lexemas manuais, transcritos com as seguintes glosas:

<IX(nós) VER FUTURO PESSOAS PAÍS BRASIL
EXPERIMENTAR COPA FUTEBOL MUNDO GERAL MUITA
ALEGRIA PESSOAS BRASIL>

Essas escolhas refinariam o processo interpretativo e, conseqüentemente, o leitor-surdo, o receptor-leitor-surdo, dessa mediação da comunicação em Libras, teria uma compreensão potencialmente mais elaborada do que foi proferido pelo parlamentar¹.

O enunciado seguinte, proferido no discurso do parlamentar¹:

“a copa du mundu dus sonhus dus brasilêrus verdadeiramente êista (esta) não é a copa dus sonhos dus brasilêrus a copa dus sonhos dus brasilêrus precisava ixtar acontecendo no país dos sonhos dus brasilêrus”

Constata-se a manifestação de uma crítica no sentido de que o Brasil não é o país dos sonhos dos brasileiros. Sendo assim, o Tils¹ escolhe para interpretar os lexemas manuais, transcritos nas seguintes glosas transcritas:

<AGORA::: FS(c-o-p-a) FUTEBOL FUTEBOL2 SONHAR
PRÓPRIO PAÍS BRASIL NÃO FS(c-o-p-a) SONHAR PRÓPRIO

BRASIL PESSOA BRASIL APARECER FESTA ONDE PAÍS
SONHAR PESSOA POVO BRASIL FS(c-o-p-a) FUTEBOL
FUTEBOL2 SONHAR PESSOA POVO BRASIL PRECISAR
ACONTECER ONDE PRÓPRIO MESMO PAÍS>

Verifica-se que o Tils¹, nessas glosas transcritas, realiza uma paráfrase expandida, repetindo de duas a três vezes sinais com configurações distintas e regionais, as quais têm o mesmo sentido para o lexema <FUTEBOL> interpretado para Libras. Percebe-se que o uso de mais de um lexema manual para um único sentido é muito usual em contextos de ordem midiática e/ou de conferências, principalmente quando o Tils desconhece o seu público-alvo. Essa reafirmação que o Tils¹ realiza para “*futebol*” se dá pelo uso de sinais regionais em Libras, os quais são os mais usuais em todo o Brasil. Também serve para enfatizar o uso do substantivo “*copa*”.

| Excerto – 4 (EX4) | |
|---|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils¹ |
| <p><i>(#P1) Nu país onde us serviços públicos (1'34"–1'38") di qualidade (1'38"–1'40") pudésem ixtar sendu (1'40" – 1'42") realizados (1'42"–1'43") num país ondi a carga tubutária (1'44"–1'48") não fossi tão grande (1'48"–1'50") mas qui também essa carga tubutária (1'51"–1'55") pudéssi sa – ixtar sendu devolvida aos brasilêrus (1'55"–1'59") em fôrma (2'00"–2'01") di serviços públicu di qualidade (2'02"–2'04") como us brasilêrus queriam nesse inxstante (2'04"–2'07") qui nós ixtivéssimus a vérpera (2'07"–2'10") di realizarmos a copa dus sonhus (2'11"–2'14")</i></p> | <p>POVO PESSOA BRASIL SONHAR ONDE PAÍS SERVIÇO BOM (YYY) COMO GANHAR+++ AJUDAR MELHOR ENTÃO (1'35"–1'45") NÓS TAMBÉM IX(palma) IMPOSTO PESADO (1'53"–1'58") CAPAZ VOLTAR POVO BRASIL (1'58"–2'01") COMO XXX SERVIÇO PÚBLICO BOM (2'01"–2'06") QUANTAS PESSOAS BRASIL QUERER AGORA MOMENTO HORAS SEGUIR::: (2'06"–2'12") FAZER FUTEBOL FUTEBOL2 TODOS PRÓPRIO SONHAR (2'12"–2'16")</p> |

Constata-se no EX4 que para o enunciado:

“Nu país onde us serviços públicos di qualidade pudésem ixtar sendu realizados”

O Tils¹ faz as seguintes escolhas interpretativas, representadas nas transcrições das glosas:

<POVO PESSOA BRASIL SONHAR ONDE PAÍS SERVIÇO BOM (YYY) COMO GANHAR+++ AJUDAR MELHOR ENTÃO>

Já para o enunciado:

“num país ondi a carga tubutária não fossi tão grande mas qui também essa carga tubutária pudéssi sa-ixtar sendu devolvida aos brasilêrus”

A interpretação dos lexemas manuais é transcrita com as seguintes glosas:

<NÓS TAMBÉM IX(palma) IMPOSTO PESADO CAPAZ VOLTAR POVO BRASIL>

As escolhas para “*num país*” se referem aos lexemas <NÓS TAMBÉM>, o que de fato, faz sentido, enquanto semelhanças que se referem a “*povo brasileiro*”, ou seja, o Tils¹ parafraseia paralelamente os lexemas interpretados. Entretanto, não se está falando do ‘povo’, mas do ‘país’, e a referência ao “*povo brasileiro*” só aparece ao final do enunciado do parlamentar¹, o que se aproxima do sentido. Mas, em relação aos lexemas manuais <IMPOSTO PESADO>, para interpretar a “*carga tributária*” do discurso do parlamentar¹, percebe-se que ocorre um distanciamento da compreensão do sentido pretendido. Mesmo havendo os lexemas conforme transcrições das glosas em Libras para <IMPOSTO> e para <PESADO>, há uma variedade de significados que se correlacionam com o substantivo ou com o adjetivo no enunciado. Nesse caso, segundo o Ministério da Fazenda, CARGA TRIBUTÁRIA significa a medida do esforço da sociedade para o financiamento das políticas públicas, ou seja, é a arrecadação de impostos sobre os produtos comercializados dentro do País para prestação de serviços públicos à sociedade. As escolhas do Tils¹, na sequência da expressão, revelam que o “*imposto*” deve voltar para o povo brasileiro. Outras escolhas interpretativas poderiam ser realizadas com os seguintes lexemas:

<BRASIL TER IMPOSTO ALTO (exp. muito) PRECISA CIDADÃO PAGAR VÁRIOS IMPOSTOS DEPOIS NADA (ou POUCA) VOLTAR (ou DISTRIBUIR) SOCIEDADE (ou POVO)>

O enunciado final do EX4:

“serviçus públicu di qualidade como us brasilêrus queriam nesse inxstante qui nós ixtivéssimus a vérpera di realizarmos a copa dus sonhus”

É interpretado como:

<COMO XXX SERVIÇO PÚBLICO BOM QUANTAS PESSOAS
BRASIL QUERER AGORA MOMENTO HORAS SEGUIR::
FAZER FUTEBOL FUTEBOL2 TODOS PRÓPRIO SONHAR>

Os lexemas manuais são adequados ao contexto da interpretação do enunciado. Porém, por se tratar de um discurso político, uma nova versão interpretativa poderia ser realizada da seguinte forma:

<TER ANTES QUALIDADE SERVIÇOS PÚBLICOS BRASIL
CERTO CIDADÃO SIM QUERER FS(c-o-p-a) FUTEBOL
MUNDO AQUI BRASIL>

A interpretação tornar-se-ia mais eficaz para a compreensão do leitor-surdo em relação ao texto original manifestado pelo parlamentar¹.

| Excerto – 5 (EX5) | |
|---|--|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils¹ |
| <p>(#P1) <i>Eu tenho umá uma filha adolescente (2'14"-2'17") ela ixtá vibrando com a copa do mundo (2'18"-2'20") ela me pediu pra comprar uma camisa (2'21"-2'23") do Brasil (2'24"-2'25") com o nome do zagueiro (2'25"-2'27") Davi Luiz (2'28"-2'29") mas eu tenho certeza que ela é uma criança adolescente muito inteligente (2'31"-2'35") ela sabe que essa não é copa dos sonhus dos brasilêrus (2'36"-2'39") ela sabe (2'39"-2'40") qui tem muitas crianças no Brasil (2'41"-2'43") qui não tem iscôla di qualidade (2'43"-2'45") ela sabe qui tem muita criança (2'46"-2'48") qui sonha em sê jogadô de futebol nu Brasil (2'48"-2'51") porque não pode praticá otu isporté (2'52"-2'54") porque nais nais locais mais pobres (2'55"-3'01") não tem quadra de tênis (3'01"-3'03") não tem parquiaquaticu (3'04"-3'06") não tem otu isporte qui a criança possa praticá (3'07"-3'12") então ela é obrigada a praticá futibol (3'07"-3'03") memu que ela saiba qui a vocação dela num é jogá futibol (3'15"-3'19") mas ela é obrigada nesse país (3'19"-3'22") é obrigada a jogá futibol (3'22"-3'24") porque nois não temu uma pratica desportiva voltada para crianças para para crianças (3'25"-3'31")</i></p> | <p>IX(me) TER MULHER FILH@ FS(a-c) VIBRAR PULAR FUTEBOL FUTEBOL2 MUNDO (2'16"-2'23") PEDIR IX(me) COMPRAR IX(me) PRÓPRIO BRASIL DESENHO (2'23"-2'28") NOME FS(z-a-g-u-e-i-r-o_d-a-v-i_l-u-i-z) DV(<i>cabelo-cacheado</i>) (2'28"-2'34") MAS IX(me) ACREDITAR IX(ela) MULHER IMPORTANTE (2'34"-2'37") INTELIGENTE SABER FUTEBOL PROBLEMA FUTEBOL2 MUNDO PRÓPRIO SONHAR NÃO (2'37"-2'43") IX(ela) SABER SEU BRASIL MUITO CRIANÇA ESCOLA BOM NÃO(.) (2'43"-2'49") SABER MUITO CRIANÇA SONHAR PROFISSIONAL FUTEBOL FUTEBOL2 BRASIL (2'49"-2'54") PORQUE NÃO PODER FAZER ESPORTE OUTRO(.) (2'54"-2'57") PORQUE LOCAL++ MAIS POBRE::: ENTÃO (2'57"-3'02") DV(<i>quadra</i>) TÊNIS NADA 2 NADA (3'02"-3'06") LUGAR PRAIA NADA NADA2 (3'06"-3'09") XXX COISAS ESPORTE CRIANÇA PODER PRÁTICA NÃO (3'09"-3'13") ENTÃO IX(mão) OBRIGAR ESPORTE TREINAR FUTEBOL FUTEBOL2 ENTÃO (3'14"-3'19") AS VEZES SABER CRIANÇA SABER TER VONTADE MAIS IX(ele_próprio) FUTEBOL FUTEBOL2 (3'19"-3'25") MAS ENTÃO OBRIGAR (3'25"-3'26") PORQUE TREINAR DESENVOLVER ESPORTE CRIANÇA <NÃO_TER> (.) (3'26"-3'31")</p> |

Neste EX5, para o primeiro enunciado:

“Eu tenho umá uma filha adolescente ela ixtá vibrando com a copa do mundo ela me pediu pra comprar uma camisa do Brasil com o nome do zagueiro Davi Luiz”

O Tils¹ escolhe os lexemas manuais para interpretação:

<IX(me) TER MULHER FILH@ FS(a-c) VIBRAR PULAR FUTEBOL FUTEBOL2 MUNDO PEDIR IX(me) COMPRAR IX(me) PRÓPRIO BRASIL DESENHO NOME FS(z-a-g-u-e-i-r-o_d-a-v-i_l-u-i-z) DV(*cabelo-cacheado*)>

No entanto, para os itens lexicais da “*copa do mundo*”, o Tils¹ realiza os lexemas manuais transcritos nas glosas <FUTEBOL+MUNDO>, enquanto no EX3 a escolha foi <FS(c-o-p-a)+FUTEBOL>, ou seja, o Tils¹ passa a realizar o lexema de <FUTEBOL> para o sentido “*copa*”.

Na sequência, o parlamentar¹ profere o seguinte enunciado:

“mas eu tenho certeza que ela é uma criança adolescente muito inteligente (,) ela sabe que essa não é copa dos sonhus dos brasilêrus (,) ela sabe qui tem muitas crianças no Brasil qui não tem iscôla di qualidade (,) ela sabe qui tem muita criança qui sonha em sê jogadô de futebol nu Brasil porque não pode praticá otu isporté porque nais nuis locais mais pobres não tem quadra de ténis (,) não tem parquiaquaticu (,) não tem otu isporte qui a criança possa praticá (,) então ela é obrigada a praticá futibol”

O Tils¹ interpreta os lexemas manuais, transcritos nas seguintes glosas:

<MAS IX(me) ACREDITAR IX(ela) MULHER IMPORTANTE INTELIGENTE SABER FUTEBOL PROBLEMA FUTEBOL2 MUNDO PRÓPRIO SONHAR NÃO IX(ela) SABER SEU BRASIL MUITO CRIANÇA ESCOLA BOM NÃO(.) SABER MUITO CRIANÇA SONHAR PROFISSIONAL FUTEBOL FUTEBOL2 BRASIL PORQUE <NÃO_PODER> FAZER ESPORTE OUTRO(.) PORQUE LOCAL++ MAIS POBRE::: ENTÃO DV(*quadra*) TÊNIS NADA2 NADA LUGAR PRAIA NADA NADA2 XXX COISAS ESPORTE CRIANÇA PODER PRÁTICA NÃO ENTÃO IX(mão) OBRIGAR ESPORTE TREINAR FUTEBOL FUTEBOL2 ENTÃO>.

Nessas escolhas interpretativas do Tils¹, verifica-se o uso de indexadores (IX), para <MAS IX(me) ACREDITAR IX(ela) MULHER>, referindo-se ao que fora mencionado anteriormente no enunciado do EX4 da fala do parlamentar¹. O sentido do <IX(me)> refere-se a “a filha adolescente dele” que está incorporado nos pronomes possessivos ‘meu’ ou ‘minha’ no enunciado. E para o <IX(ela)>, que se refere a “menina” e/ou a “filha adolescente”, com o sentido de referenciar a filha, o Tils¹ topicaliza o pronome pessoal da terceira pessoa do singular <IX(ela)>. O uso dos indexadores (IX) permitem aos Tils recuperarem os dêiticos utilizados no discurso e estabelecer as relações anafóricas durante uma interpretação simultânea.

Em seguida, o parlamentar¹ realiza citações se referindo à sua “filha adolescente”, que já “sabe” sobre as peculiaridades da situação econômica do Brasil. A cada enunciado da fala do parlamentar¹, há marcas de pausas e inflexões da voz. Enquanto o parlamentar¹ realiza seis marcas de pausa, o Tils¹ faz somente duas marcas de pausas durante a interpretação, simbolizado pelo ponto final (.) na transcrição. Isso pode causar entendimentos ambíguos de

interpretação e de compreensão ao leitor-surdo. Portanto, o Tils¹, na segunda marca de pausa, parafraseia o discurso, reduzindo as informações da língua portuguesa (LP.Oral – P1), ou seja, faz uso de uma paráfrase redutora, capturando a ideia central da fala do parlamentar¹. O Tils¹ faz uma escolha diferente para “*parque aquático*” e, nesse caso, o Tils¹ faz uma equivalência com o lexema em Libras com o sentido <PRAIA>, que não tem o mesmo sentido de “*parque aquático*”, o que pode levar o leitor-surdo a entender que há “*esportes na praia*”.

O Tils¹ interpreta o enunciado:

“purque não pode praticá otu isporté porque nais nuis locais mais pobres não tem quadra de tênis não tem parquiaquaticu não tem otu isporte qui a criança possa praticá”

Esse enunciado é interpretado conforme a transcrição com as seguintes glosas.

<PORQUE LOCAL++ MAIS POBRE::: ENTÃO DV(*quadra*) TÊNIS NADA2 NADA LUGAR PRAIA NADA NADA2 XXX COISAS ESPORTE CRIANÇA PODER PRÁTICA NÃO ENTÃO IX(*mão*) OBRIGAR ESPORTE TREINAR FUTEBOL FUTEBOL2 ENTÃO>

Essas transcrições das glosas tem o sentido de explicar que existem locais mais pobres, nos quais não há uma quadra de tênis, praias e, por isso, a criança não pode praticar esportes. Identifica-se que ocorre um distanciamento da informação original da fala do parlamentar¹.

No último enunciado do EX5:

“então ela é obrigada a praticá futibol memu que ela saiba qui a vocação dela num é jogá futibol mas ela é obrigada nesse país é obrigada a jogá futibol purque nois não temu uma pratica desportiva voltada para crianças para para crianças”

A interpretação do Tils¹ é realizada com os seguintes lexemas manuais, transcritos com as glosas:

<ENTÃO IX(*mão*) OBRIGAR ESPORTE TREINAR FUTEBOL FUTEBOL2 ENTÃO <AS_VEZES> SABER CRIANÇA SABER TER VONTADE MAIS IX(*ele_próprio*) FUTEBOL FUTEBOL2

MAS ENTÃO OBRIGAR PORQUE TREINAR DESENVOLVER
ESPORTE CRIANÇA <NÃO_TER> (.)>

Essa interpretação tem o sentido de que todo esporte no Brasil é voltado mais para a prática do futebol, o que leva a criança a uma única opção de treino, o futebol, sendo quase obrigatória essa prática desportiva em contextos escolares, e, por vezes, a criança sabe que há outras modalidades, mas acaba fazendo a única escolha que lhe é oferecida para práticas desportivas. Também houve uma substituição do adjetivo “*vocação*” por <SABER CRIANÇA SABER TER VONTADE>, interpretado no referido enunciado no EX5, o que não é o mesmo que dizer que se tem uma vocação. Haveria mais clareza se o Tils¹ fizesse o uso do lexema manual com o sentido de <VOCAÇÃO>.

| Excerto – 6 (EX6) | |
|--|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils¹ |
| <p><i>(#P1) Ah (!) Comu nóis quiríamus ixtar vivendu agora a copa dus sonhos dus brasilêrus (3'31"–3'37") onde us ixtádio di futibol(.) as arenas pudessem ter sido contruídas (3'38"–3'46") da forma mais transparente (3'46"–3'48") como nóis gostátiamus di ixtstar vivendu (3'49"–3'52") a copa dus sonhos dus brasilêrus (3'52"–3'54") onde nós pudéssimos exstar dizendu aqui presidente que as arenas brasilêras foram construída da forma mais honesta pussível (3'55"–4'06") Ah(!) Comu gostátiamus di ixtar aqui olhandu pra nossas crianças é dizê pra elas qui dipois da copa (4'06"–4'13") elas vão continuá tendu educação di qualidad (4'14"–4'17") saúdi pública di qualidad (4'18"–4'20")</i></p> | <p>[PAUSA] (3'32"–3'33") PODER NÓS QUERER VERDADE SONHAR AGORA (3'33"–3'37") COMO FUTEBOL FUTEBOL2 PORQUE XXX. ONDE ESTÁGIO ESPORTE (3'37"–3'44") DV(<i>quadra</i>) FUTEBOL FUTEBOL2 (3'44"–3'46") PODER TAMBÉM PODER CONSTRUIR MOSTRAR CLARO DINHEIRO GASTAR (.) (3'46"–3'51") COMO NÓS GOSTAR SONHAR PRÓPRIO PROFISSIONAL FUTEBOL FUTEBOL2 XXX SONHAR PESSOA XXX BRASIL FALAR IX(aqui) (3'51"–3'59") ESTÁDIO FUTEBOL2 TUDO IX(aqui próprio) BRASIL CONSTRUIR CERTO::: (3'59"–4'07")</p> |

No EX6 que o parlamentar¹ continua discursando, ele (P1) profere o seguinte enunciado:

“Ah (!) Comu nóis quiríamus ixtar vivendu agora a copa dus sonhos dus brasilêrus onde us ixtádio di futibol (.) as arenas pudessem ter sido contruídas da forma mais transparente como nóis gostátiamus di ixtstar vivendu a copa dus sonhos dus brasilêrus onde nós pudéssimos exstar dizendu aqui presidente que as arenas brasilêras foram construída da forma mais honesta pussível”

Nesse EX6, o Tils¹ sustenta uma pausa e inicia as escolhas interpretativas, transcritas com as seguintes glosas:

<[PAUSA] PODER NÓS QUERER VERDADE SONHAR AGORA
 COMO FUTEBOL FUTEBOL2 PORQUE XXX ONDE ESTÁDIO
 ESPORTE DV(*quadra*) FUTEBOL FUTEBOL2 PODER TAMBÉM
 PODER CONSTRUIR MOSTRAR CLARO DINHEIRO GASTAR
 (,) COMO NÓS GOSTAR SONHAR PRÓPRIO PROFISSIONAL
 FUTEBOL FUTEBOL2 XXX SONHAR PESSOA XXX BRASIL
 FALAR IX(aqui) ESTÁDIO FUTEBOL2 TUDO IX(aqui_ próprio)
 BRASIL CONSTRUIR CERTO:::>

Verifica-se que há uma prosódia utilizada pelo parlamentar quando ele faz um lembrete referente ao seu discurso no uso da interjeição “Ah!”. No entanto, a entonação pronunciada da interjeição gramatical feita pelo parlamentar foi omitida pelo Tils¹. Mesmo a interjeição sendo uma invariável ou sintagma que se forma durante o enunciado, ela, por si, exprime, no retrospecto vocal, uma emoção, uma sensação, uma ordem, um apelo e/ou até descreve um ruído, que expressa e complementa a descrição num discurso. As escolhas interpretadas, que levam o leitor-surdo ao entendimento de um discurso, são também as expressões faciais que exprimem as interjeições gramaticais em Libras. As expressões faciais são os parâmetros secundários dos aspectos fonológicos das línguas de sinais. Portanto, o Tils, ao explorar as expressões faciais, como um aspecto gramatical em Libras, permite enriquecer qualquer interpretação simultânea quando o enunciado fizer uso de interjeições na língua portuguesa (LP).

Sendo assim, verifica-se no EX6 que ocorreu uma omissão em relação às expressões interjetivas que foram proferidas pelo parlamentar¹ durante seu discurso.

No sentido de refinar as escolhas dos lexemas para Libras, o adequado é fazer uso das expressões faciais, com a finalidade de aprimorar a interpretação simultânea. Nesse caso, os lexemas em Libras, numa segunda versão, seriam interpretados da seguinte forma:

<HUM (expressão facial de estar ‘pensando’, ao mesmo tempo
 cerrando à boca e balançando a cabeça) AGORA QUERER
 VIVER <FS(c-o-p-a)+FUTEBOL> VERDADE SENTIR
 PRÓPRIO <PESSOA+BRASIL(brasileiro)> (,) SI ESTÁDIO
 DV(*quadra*) FUTEBOL FAZER CONSTRUIR DINHEIRO
 PÚBLICO (,) MAS NÃO USAR VERBA GASTAR COISAS

**ESCONDIDAS NÃO (,) MAS VERDADE SENTIR NÓS
CIDADÃO BRASIL UNIDO SONHO <FS(c-o-p-a)+FUTEBOL>
DENTRO BRASIL (,) TRISTE FALTAR MOSTRAR VERDADE
COMO GASTAR DINHEIRO VERBA PRÓPRIA
CONSTRUÇÃO TODOS ESTÁDIO DV(quadra) MAS NÃO (,)
TRISTE (expressão sacudir a cabeça no sentido de negação e
chateado com a situação) GOSTARIA AQUI PRESIDENTE
FALAR VERDADE <O_QUE> TODAS DV(quadra)
CONSTRUÍDA SIM VERDADE NADA ROUBAR OU
ESCONDER POVO BRASIL>**

Conforme o tempo que o Tils¹ disponibilizar para a interpretação simultânea e a velocidade da voz utilizada no discurso do parlamentar¹, torna-se viável tais lexemas manuais acima escolhidos, podendo o Tils¹ parafrasear de forma expandida, levando à compreensão do leitor-surdo da ideia original intencionada pelo parlamentar¹.

E, por fim, observa-se, nesse EX6, que o parlamentar¹ evidencia em seu discurso uma expectativa de esperança de um futuro de educação, saúde e segurança pública para as crianças brasileiras e como, de fato, ele gostaria que fosse após as atividades da Copa do Mundo:

“Ah(!) Comu gostatíamus di ixtar aqui olhandu pra nossas crianças é dizê pra elas qui dipois da copa elas vão continuá tendu educação di qualidad saúdi pública di qualidad?”

É possível identificar que o parlamentar¹ manifesta em sua fala o desejo de que a Copa do Mundo deixasse um legado para as futuras gerações no Brasil. Além disso, ele faz uma colocação no sentido de sensibilizar os demais parlamentares presentes na sessão da Ordem do Dia. Em relação às escolhas do Tils¹, a interpretação transcrita nas glosas foi realizada com as seguintes escolhas de lexemas manuais:

**<ROUBAR NADA2 COMO NÓS VER CRIANÇA FALAR USAR
AGORA ACORDAR TEMPO CAMPEONATO FUTEBOL
FUTEBOL2 ESPORTE PRONTO VAI CONTINUAR ESTUDAR
BOM SAÚDE TAMBÉM MELHOR BOM SEGURANÇA MELHOR
BOM TAMBÉM(,)>**

Essas escolhas interpretativas não revelam o sentimento de expectativa ou esperança por parte do parlamentar¹, e os lexemas manuais interpretados foram de alguma maneira,

escolhidos de forma aleatória durante a atividade que o Tils¹ construía. Ele deixou de explorar as expressões faciais que intensificam a compreensão da mediação do português (oral) para Libras, as quais equivaleriam às interjeições proferidas pelo parlamentar¹, frente à insatisfação de uma situação que exprime uma inverdade, do que de fato está ocorrendo na sociedade em relação à organização federal para a “Copa do Mundo”. Ou seja, dizer que o Brasil está bem amparado em todos os aspectos sociais, educacionais e políticos não é real, pois o parlamentar¹ identifica que o poder público vem abusando nos investimentos nas arenas construídas para a Copa do Mundo. Segundo o parlamentar¹, a sociedade tem se queixado dos gigantescos problemas que existem na área da saúde, educação e segurança. Essas escolhas de lexemas em Libras, de algum modo, se refinariam tecnicamente durante o ato interpretativo, caso o Tils pudesse realizar numa segunda versão pelos seguintes lexemas manuais:

<HUM (exp. facial de estar ‘pensando’, ao mesmo tempo ‘cerrando a boca’ e ‘balançando a cabeça’) PENSAR AGORA PRÓPRIO VERDADE CERTO QUERER AGORA TODAS CRIANÇAS DENTRO BRASIL DIZER <CADA_UMA> TODAS <O_QUE> DEPOIS IX(elas) CRIANÇAS TER CONTINUAR EDUCAÇÃO BOM QUALIDADE PERFEITA TAMBÉM SAÚDE PUBLICA CERTO TER QUALIDADE CONTINUAR>

Compreende-se que, numa segunda versão, com essas escolhas lexemáticas a ideia central do texto falado pelo parlamentar¹ tornar-se-ia mais compreensível pelo leitor-surdo.

| Excerto – 7 (EX7) | |
|--|--|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils¹ |
| <p><i>(#¹P1) Ontem mesmo sinhô presidente eu ixtava na secretaria di saúde do município di João Pessoa (4'20"–4'27") acompanhandu um soldado da pulícia qui tem uma filha qui vai completá cincú anus (4'27"–4'35") i qui precisa colocá fazê uma circugia purquê até agora (4'35"–4'40") nesse país qui gaxstô bilhões cum construções di arena (4'40"–4'45") ele deseja fazê uma circugia pra qui a filha dele; sinhô presidenti, possa escutá a palavra pai (4'45"–4'51") i iscutandu a palavra pai ela possa chegá e dizê: - Pai. (4'52"–4'57") porque ela vai completá cincú anus (4'57"–4'59") e ela não pôde ainda escutá uma palavra (5'00"–5'02") purque na Paraíba nós não temus siqué uma UTI móvel infantil (5'03"–5'09") pra atendê uma criança na sedi pública (5'09"–5'13")</i></p> <p style="text-align: center;">-</p> | <p>ONTEM IX(me) IR ATÉ MÉDICO <JOÃO_PESSOA> COM MILITAR POLÍCIA (4'25"–4'31") TER MULHER FILHA VAI FAZER ADIANTE IDADE FS(5) (4'31"–4'38") FAZER CIRURGIA PORQUE ATÉ HOJE (4'38"–4'43") PAÍS GASTAR FS(b-i) DINHEIRO GASTAR FAZER ESTÁDIO ESPORTE PRECISAR FAZER CIRURGIA IX(não) MULHER FILHO CAPAZ OUVIR PALAVRA FS(p-a-i) (4'43"–4'56") CAPAZ FALAR XXX FALAR FS(p-a-i) PORQUE VAI IDADE FS(5) OUVIR NADA2 NADA (4'56"–5'03") PORQUE SURDO <JOÃO_PESSOA> NADA2 FS(u-t-i) (5'03"–5'10") CARONA CRIANÇA PEGAR POBRE CRIANÇA (5'10"–5'14")</p> |

Constata-se no EX7 que o parlamentar¹ destaca uma situação que ocorreu numa de suas atividades políticas. Ele (P1) profere em seu discurso o seguinte enunciado:

“Ontem mesmo sinhô presidente eu ixtava na secretaria di saúde do município di João Pessoa acompanhandu um soldado da pulícia qui tem uma filha qui vai completá cincú anus”

O parlamentar¹ relata a experiência que teve em João Pessoa, na secretaria da saúde, com a filha de quase cinco anos de idade de um soldado da polícia. Para o Tils¹ que realiza a interpretação simultânea, as glosas transcritas nesses lexemas manuais foram escolhidas da seguinte forma:

<ONTEM IX(me) IR ATÉ MÉDICO <JOÃO_PESSOA> COM MILITAR POLÍCIA TER MULHER FILHA VAI FAZER ADIANTE IDADE FS(5)>.

As glosas transcritas das escolhas pelo Tils¹ equivalem ao sentido de que o parlamentar¹ foi a um médico e não a uma secretaria da saúde. As transcrições das glosas <IR ATÉ MÉDICO> é diferente de estar em uma “*secretaria da saúde*”, ou seja, provavelmente o soldado estava recorrendo a um documento de autorização médica na “*secretaria de saúde*” e não estava indo a uma consulta médica, como fora omitido parcialmente na interpretação, ou seja, a informação não está completa. Nesse sentido, faz-se necessário pensar se o Tils¹ compreendeu o enunciado proferido pelo parlamentar¹ conforme as transcrições das glosas dos lexemas manuais registrados na trilha do ELAN, pois o Tils¹ primeiramente incorpora na sua interpretação a pessoa do parlamentar¹ fazendo o uso do lexema pronominal <IX(me)>. Na sequência, o Tils¹ interpreta que o parlamentar¹ estaria indo ao médico, acompanhado de um policial, com a sua filha de quase cinco anos de idade. Porém, “ir ao médico” e “ir à Secretaria da Saúde” são ações diferentes, o que, naturalmente, modifica totalmente o sentido do enunciado do EX7. Entende-se que ir numa “secretaria de saúde” é uma ação de estar em busca de algo, como solicitando uma requisição, um exame, uma autorização e/ou outros assuntos relativos à saúde, o que é habitual para servidores públicos, como por exemplo, para o policial. Os demais lexemas manuais utilizados na interpretação foram interpretados com equivalências de sentidos em relação ao texto original do discurso do parlamentar¹. Foi omitida pelo Tils¹ a referência ao dêitico em que o parlamentar¹ destaca a expressão “*Senhor*

Presidente”. Dada uma segunda versão, o Tils poderia realizar novas escolhas interpretativas, com os seguintes lexemas manuais:

<PRESIDENTE (.) AVISAR ONTEM IX(eu) VIVO(estar presente) <IX(lá)> SECRETARIA SAÚDE PRÓPRIO CIDADE <JOÃO_PESSOA> (,) TER CONHECER POLICIAL MAIS IR JUNTO FILHA(filh@+mulher) <IX(dele)> (,) QUASE TER PRONTO FS(5) IDADE (,) <IX(nós3)> JUNTO <IX(lá)>>

Percebe-se que a construção dos lexemas manuais, realizada numa segunda versão, apresentam elementos de paráfrases expandidas para a compreensão do leitor-surdo em relação ao sentido da fala do parlamentar¹. Na sequência do EX7, observa-se a fala do parlamentar¹ no enunciado:

“i qui precisa colocá fazê uma circugia purquê até agora nesse país qui gaxstô bilhões cum construções di arena ele deseja fazê uma circugia pra qui a filha dele; sinhô presidenti, possa escutá a palavra pai i iscutandu a palavra pai ela possa chegá e dizê: - Pai”

Nesse enunciado do discurso do parlamentar¹, há o relato da experiência que o deputado teve ao acompanhar um policial quando ele já se encontrava na “secretaria da saúde”. O policial estava pleiteando uma cirurgia para conseguir colocar a filha em algum lugar (subentende-se que seja um hospital, mas nesse momento não fica claro o local em que seria colocada a filha do policial) para fazer uma cirurgia. Em seguida, o parlamentar¹ continua dizendo que, no Brasil, apenas se gastam bilhões com construções de arenas para a Copa do Mundo, porém, para deliberações necessárias na secretaria de saúde, nesse caso, hospitalizar a filha de quase cinco anos do policial, o mesmo enfrenta burocracias de ordem governamental. No entanto, o parlamentar¹ chama a atenção de que a filha desse policial necessita escutar e falar a palavra “pai” e que, até o momento, não obteve êxito para a realização dessa cirurgia. O Tils¹, para esse enunciado do discurso do parlamentar¹, interpreta os lexemas manuais, transcritos nas seguintes glosas:

<FAZER CIRURGIA PORQUE ATÉ HOJE PAÍS GASTAR <FS(b-i)> DINHEIRO GASTAR FAZER ESTÁDIO ESPORTE PRECISAR

FAZER CIRURGIA <IX(não)> MULHER FILHA CAPAZ OUVIR
PALAVRA <FS(p-a-i)> CAPAZ FALAR XXX FALAR <FS(p-a-i)>>

Para esse enunciado, o Tils¹ realiza uma paráfrase expandida do discurso do parlamentar¹, interpretando o sentido, com lexemas que esclarecem a necessidade de realizar uma cirurgia da *“filha de 5 anos do policial”*. Mas, infelizmente, no Brasil só se gasta bilhões, construindo espaços para a realização de desportos. Enquanto que a filha do policial, que necessita fazer uma cirurgia, para ter a capacidade de ouvir e falar a palavra *“pai”*, não consegue a deliberação na *“secretaria de saúde”*, por conta da morosidade burocrática no sistema público. Nessa EX7, o Tils¹ apenas fez uso da datilologia (empréstimo linguístico da Língua Portuguesa), referenciando em Libras o lexema <FS(b-i)> para o lexema do português *“bilhões”*. Portanto, quando o Tils¹ realiza o lexema manual de <DINHEIRO> na sequência do <FS(b-i)>, ele está interpretando o lexema de *“bilhões”* proferido no enunciado do parlamentar¹. Observa-se nas transcrições das glosas que se o Tils¹ acrescentasse o lexema do sinal <POLICIAL> antes do lexema <PRECISAR> tornar-se-ia mais compreensível o texto original do discurso do parlamentar¹. Numa segunda versão, os lexemas manuais poderiam ser realizados da seguinte forma:

**<AVISAR TODOS FAZER CIRURGIA DIFICIL AQUI BRASIL
(,) AGORA PENSAR GASTAR DINHEIRO FS(b-i) MILHÕES
MUITO FAZER ESTÁDIO CAMPEONATO FUTEBOL (,) MAS
FILHA(filh@+mulher) POLICIAL PRECISAR FAZER (,) PORQUE
<IX(não)> CONSEGUIR <IX(ela)> OUVIR MAIS
FALAR NADA PALAVRA FS<p-a-i> PAI>**

Percebe-se que a construção dos lexemas manuais, realizadas numa segunda versão, apresentam elementos de paráfrases expandidas para a compreensão do leitor-surdo em relação ao sentido do texto original da fala do parlamentar¹.

E finalizando esse EX7, o parlamentar¹ detalha os motivos da cirurgia da menina de cinco anos, com o seguinte enunciado:

“porque ela vai completá cinco anos e ela não pôde ainda escutá uma palavra porque na Paraíba nós não temos siqué uma UTI móvel infantil pra atendê uma criança na sedi pública”

A filha do policial que fará cinco anos de idade não escuta nada e, na Paraíba, não se tem uma UTI móvel infantil para realizar os atendimentos na rede pública de saúde. O Tils¹ interpreta a fala do parlamentar¹ com os seguintes lexemas manuais:

<PORQUE VAI IDADE FS(5) OUVIR NADA2 NADA PORQUE SURDO <JOÃO_PESSOA> NADA2 FS(u-t-i) CARONA CRIANÇA PEGAR POBRE CRIANÇA>

Essas escolhas são parafraseadas inicialmente no enunciado, porém, o Tils¹ acaba omitindo a informação ‘móvel’ no sentido de um veículo que transporta crianças com doenças e, conseqüentemente, o Tils¹ não citou o Estado da “Paraíba” proferido pelo parlamentar¹, mas especificou a capital do Estado com o uso do lexema manual <JOÃO_PESSOA>, na qual se realiza o “*atendimento da criança em local público*”. Sendo assim, interpretar os lexemas manuais para <CARONA CRIANÇA PEGAR POBRE CRIANÇA> é o mesmo que dizer que uma criança pobre pega carona em qualquer veículo. Todavia, é totalmente diferente compreender que na Paraíba não se tem uma UTI móvel infantil para transportar as crianças doentes para a “sede pública”. Entende-se que, para uma segunda versão da interpretação simultânea, poderiam ser realizados os seguintes lexemas manuais:

<<CRIANÇA+MULHER (menina)> FAZER DEPOIS FS(5) IDADE NÃO ESCUTAR NADA PORQUE ESTADO PARAÍBA <NÃO_TER> CARRO <FS(u-t-i)> LEVAR CRIANÇAS DOENTE CONSEGUIR TRATAMENTO DENTRO HOSPITAL PÚBLICO>

Com essas escolhas interpretativas, a compreensão e o raciocínio lógico para o leitor-surdo se aproximariam do objetivo central do enunciado do discurso do parlamentar¹.

| Excerto – 8 (EX8) | |
|---|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils¹ |
| <i>(#’P1) Essa certamenti não é a copa dus sonhus dus brasilêrus (5’14”–5’17”) mas queríamus ixstar mostandu pru mundu qui us nossus puliciais são os mais preparados qui is nossus infirmêrus são os mais preparados (5’17”–5’28”) us mais bem pagos (5’28”–5’29”)</i> | ENTÃO <NÃO_PODER> <NÃO_TER> HOJE FUTEBOL CAMPEONATO FUTEBOL2 ESPORTE SONHAR POVO BRASIL NÃO (5’14”–5’21”) IX(nós) QUERER MOSTRAR MUNDO TUDO POLÍCIA TREINAR+++ MELHOR SALÁRIO PAGAR ENTÃO MAS NÃO (5’21”–5’33”) |

Verifica-se que no EX8 o parlamentar¹ faz novamente outro desabafo com o seguinte enunciado:

“Essa certamenti não é a copa dus sonhus dus brasilêrus mas queríamus ixstar mostandu pru mundu qui us nossus puliciais são os mais preparados qui is nossus infermêrus são os mais preparados us mais bem pagos”

O parlamentar¹ quer dizer que a Copa do Mundo não é dos sonhos dos brasileiros, porque ele e o povo gostariam que o mundo inteiro soubesse que o Brasil tem a melhor segurança policial, com os melhores enfermeiros preparados e bem renumerados, mas que, infelizmente, essa realidade social não é o caso. Nesse enunciado, o Tils¹ interpreta a fala do parlamentar¹ com os lexemas manuais, transcritos nas seguintes glosas:

<ENTÃO <NÃO_PODER> <NÃO_TER> HOJE FUTEBOL
CAMPEONATO FUTEBOL2 ESPORTE SONHAR POVO BRASIL
NÃO IX(nós) QUERER MOSTRAR MUNDO TUDO POLÍCIA
TREINAR+++ MELHOR SALÁRIO PAGAR ENTÃO MAS NÃO>

Os lexemas manuais interpretados pelo Tils¹ mostram que não terá “um campeonato de futebol dos sonhos dos brasileiros” e que o “povo Brasileiro quer apresentar a todos que a polícia é treinada e não recebem um bom salário”. Nessa interpretação, nota-se que o Tils¹ omitiu a situação dos enfermeiros, proferido pelo parlamentar¹, ocultando essa informação durante toda a interpretação simultânea nesse enunciado.

| Excerto – 9 (EX9) | |
|---|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.TILS¹ |
| <p><i>(#P1) Mas infelizmente está emperrado nesta casa (5'30"–5'33") já passaram três presidentes aqui (5'34"–5'37") esta emperrado nesta casa a votação do piso nacional dos policiais (5'37"–5'43") eu tenho muita vergonha(.) eu não tenho vergonha di sêr brasilêru é nunca terei(.) us meus filhus nunca terão vergonha de sêrem brasilêrus(.) us brasilêrus nunca terão vergonha di sêrem brasilêrus (5'43"–5'56") mas eu tenho vergonha di vê ver us policiais militares e policiais civis e bomberos du meu país (5'56"–6'04") mendigarem u deseju e o sentimento de vêxsta casa (6'04"–6'10") votandu o seu piso nacional (6'11"–6'14") qual a explicação qui eu darei aus meus companhêrus di farda (6'14"–6'19") u qui é qui eu vô dizê pra elis(.) si êxsta casa votô pur unanimidade (6'20"–6'25") u piso nacional em primeru turno da pec pra pec tezentus (6'25"–6'29") u qui direi pra elis(?) Eu mantereí a minha poxtura (6'29"–6'34") direi para elis qui não serei mais candidato a deputado federal (6'35"–6'40") direi para elis qui não voltarei mais para exta casa (6'40"–6'44") porque eu andei o Brasil todo lutando pelo piso nacional dus policiais e bomberos (6'25"–6'51") mas infelizmente(.) esta casa votô o primeiro turno (6'51"–6'55") e até agora não nus deu motivo para não ter votado u segundo turno da pec trezentus (6'57"–7'04")</i></p> | <p>TER IX(aqui_próprio) ATÉ PARAR JÁ ENTRAR FS(3) PRESIDENTE JÁ IX(aqui) TAMBÉM <NÃO_CONSEGUIR> NADA (5'33"–5'39") JÁ ACONTECER AQUI VOTAR SALARIO ATÉ GERAL POLÍCIA(.) (5'39"–5'45") SENTIR VERGONHA (5'45"–5'48") [PAUSA] (5'48"–5'48") IX(me) VERGONHA PRÓPRIO IX(eu_próprio/brasil) NÃO:: (.) IX(me) É BRASIL VERGONHA NÃO:: (.) MAS SENTIR VERGONHA IX(me) VER GRUPO POLÍCIA MILITAR FS(c-i-v-i-l) BOMBEIRO TUDO PAÍS <POR_FAVOR> PEDIR+++ POBRE COMO+++ SENTIR+++ VER TUDO VOTAR SALÁRIO ATÉ GERAL BRASIL (5'57"–6'16") [PAUSA] (6'16"–6'16") PERGUNTA COMO QUE IX(me) EXPLICAR GRUPO+ TUDO MILITAR POLÍCIA TUDO FALAR EXPLICAR <O_QUE> (6'16"–6'24") IX(aqui) ATÉ JÁ VOTAR SALÁRIO VOTAR TUDO BRASIL <PRIMEIRA_VEZ> HORA FS(p-e-c-300) ATÉ HOJE MAIS FALAR AINDA COMO FALAR IX(me) <O_QUE> IX(me) MEU OPINIÃO XXX CONTINUAR FALAR IX(elses) (.) (6'24"–6'38") IX(me) FALAR PROMETER FEDERAL NÃO ESTUDAR (YYY) FIM ACABAR(.) (6'38"–6'43") IX(me) VOLTAR PRÓPRIO ATÉ NÃO:: (.) (6'43"–6'46") PORQUE::(.) TODOS BRASIL INSISTIR LUTAR SALÁRIO ATÉ GERAL BRASIL POLÍCIA BOMBEIRO+++ TAMBÉM ATÉ VOTAR PRIMEIRA_VEZ HORA NÃO ATÉ HOJE QUERER NADA2 NADA (6'46"–7'02") PORQUE GANHAR NÃO VOTAR HORA FS(2) FS(p-e-c-300(YYY)) (7'02"–7'05")</p> |

Constata-se no EX9 a insatisfação do parlamentar¹ com o Congresso Nacional através do seguinte enunciado:

“Mas infelizmente está emperrado nesta casa já passaram três presidentes aqui esta emperrado nesta casa a votação do piso nacional dos policiais”

Esse EX9 tem o sentido de que o projeto do parlamentar¹ se encontra parado por conta de três legislaturas (na gestão de três presidentes) e que, portanto, ainda não foi aprovado. Sendo assim, o Tils¹ escolhe, para esse EX9, os lexemas manuais, transcritos nas seguintes glosas:

<TER IX(aqui_próprio) ATÉ PARAR JÁ ENTRAR FS(3) PRESIDENTE JÁ IX(aqui) TAMBÉM <NÃO_CONSEGUIR> NADA JÁ ACONTECER AQUI VOTAR SALARIO ATÉ GERAL POLÍCIA.>

Nessas escolhas interpretativas, constata-se que foi realizada uma paráfrase paralela em Libras quando o Tils¹ faz uso do lexema <ATÉ PARAR>, que significa “estar parado”. Essa escolha é para dar conta do sentido do lexema “emperrado” que fora enunciado pelo parlamentar¹. O sentido “nesta casa” foi substituído pelo pronome demonstrativo <IX(aqui)>, ou seja, o Tils¹ incorporou a “Câmara dos Deputados Federais” na interpretação, realizando, nesse caso, uma paráfrase redutora. Em relação à expressão “piso nacional dos policiais”, o Tils¹ interpreta os seguintes lexemas <SALÁRIO ATÉ GERAL POLICIA>, pelo que se compreende que é o padrão dos salários em nível nacional de toda a categoria dos policiais. Pensando numa segunda versão, o Tils poderia interpretar com os seguintes lexemas <PADRÃO SALÁRIO CATEGORIA TER TODOS POLICIAIS>, compreendendo que todos os policiais terão um piso salarial adequado para sua categoria.

Na sequência, o discurso do parlamentar¹ revela um sentimento de constrangimento em relação à situação em que se encontram os policiais, diante do que está sendo pago como “piso salarial” para toda a segurança do país. Esse discurso está apresentado pelos seguintes enunciados:

“eu tenho muita vergonha(.) eu não tenho vergonha di sêr brasilêru é nunca terei(.) us meus filhus nunca terão vergonha de sêrem brasilêrus(.) us brasilêrus nunca terão vergonha di sêrem brasilêrus mas eu tenho vergonha di vê ver us puliciais militares e puliciais civis e bomberos du meu país mendigarem u deseju e o sentimento de vêxsta casa votandu o seu piso nacional”

Nesse sentido, a situação dos policiais militares, policiais civis e dos bombeiros brasileiros é uma vergonha por não terem um piso salarial, mas, para o parlamentar¹, não existe vergonha em ser brasileiro, a vergonha maior é como estão sendo tratados os profissionais de segurança do nosso país. Esses militares padecem em relação ao salário que recebem pelo governo, salário que é muito vergonhoso, segundo a fala do parlamentar¹. Com isso, o Tils¹ realiza a interpretação simultânea, transcritas em glosas, nos seguintes lexemas:

<SENTIR VERGONHA [PAUSA] IX(me) VERGONHA PRÓPRIO IX(eu_próprio/Brasil) NÃO::: (,) IX(me) É BRASIL VERGONHA NÃO::: (,) MAS SENTIR VERGONHA IX(me) VER GRUPO POLÍCIA MILITAR FS(c-i-v-i-l) BOMBEIRO TUDO PAÍS

<POR_FAVOR> PEDIR+++ POBRE COMO+++ SENTIR+++ VER
TUDO VOTAR SALÁRIO ATÉ GERAL BRASIL [PAUSA]>

O lexema “mendigar” fora interpretado como <POBRE>, o que tem sentidos diferentes nesse enunciado, isto é: o verbo “mendigar” proferido pelo parlamentar¹ refere-se ao ato de implorar melhores condições salariais, e o lexema <POBRE> tem o sentido de não ter condições financeiras, em outras palavras, está desfavorecido economicamente.

Com isso, as demais escolhas interpretativas foram realizadas adequadamente. Inclusive, percebe-se que os itens lexicais para referenciar o “*piso salarial*” são bem escolhidos para a interpretação dos lexemas manuais, transcritos com as seguintes glosas <SALÁRIO ATÉ GERAL BRASIL>, sendo esses lexemas uma das possíveis escolhas para os itens lexicais “*piso salarial*”. Portanto, compreende-se que o Tils¹ poderia, numa segunda versão, ter escolhido alternativas, tais como <PADRÃO SALÁRIO RECEBER>. Ou seja, em ambas as escolhas, a informação estaria adequada e compreensível ao leitor-surdo.

Na continuação do discurso do parlamentar¹, destaca-se o constrangimento hipotético, no seguinte enunciado:

“qual a explicação qui eu darei aus meus companhêrus di farda u qui é qui eu vô dizê pra elis, si éxsta casa votô pur unânimidade u piso nacional em primeru turno da pec pra pec tezentus”

Nesse enunciado, o parlamentar¹ questiona qual a explicação que será dada aos colegas de profissão de farda, já que os deputados federais do Congresso votaram por unanimidade para a aprovação da PEC300. O Tils¹ realiza a seguinte interpretação simultânea, transcritas nas glosas, dos seguintes lexemas:

<PERGUNTA COMO QUE IX(me) EXPLICAR GRUPO+ TUDO
MILITAR POLÍCIA TUDO FALAR EXPLICAR <O_QUE> IX(aqui)
ATÉ JÁ VOTAR SALÁRIO VOTAR TUDO BRASIL
<PRIMEIRA_VEZ> HORA FS(p-e-c-300)>

O Tils¹, por sua vez, interpreta os lexemas “*meus companheiros de farda*” para <GRUPO+ TUDO MILITAR POLÍCIA>, omitindo que os “companheiros de farda” são colegas de profissão do parlamentar¹. Nesse sentido, o Tils¹, nesse enunciado, omitiu os

lexemas “unanimidade”, “piso nacional”, “primeiro turno” e “PEC300”, o que prejudica expressivamente a compreensão do enunciado, pois fora interpretado apenas com os seguintes lexemas manuais:

**<O_QUE> IX(aqui) ATÉ JÁ VOTAR SALÁRIO VOTAR TUDO
BRASIL <PRIMEIRA_VEZ> HORA FS(p-e-c-300)>**

Verifica-se que o Tils¹ referencia que o “piso salarial” foi votado e aprovado no Brasil. As escolhas interpretativas acarretam outro sentido em relação ao enunciado proferido pelo parlamentar¹. Verifica-se que a interpretação para os lexemas “esta casa” foi incorporado pelo indexador pronominal <IX(aqui)>, uma paráfrase redutora da expressão “casa”, para o sentido “Casa Legislativa” ou “Câmara dos Deputados Federais”. O Tils¹ interpretou para os lexemas “primeiro turno” da LP os itens lexicais com o sentido de <PRIMEIRA_VEZ>, o que daria o sentido de que houve uma primeira votação sobre o assunto do “piso salarial”. No “primeiro turno”, por regra, como acontece numa votação para ser aprovada a PEC (Proposta de Emenda à Constituição), necessita-se da maioria de votos (3/5) do número total de deputados. Uma PEC é encaminhada para uma Comissão de Constituição de Justiça e de Cidadania, a qual examinará se a PEC é considerada constitucional. Depois desse procedimento, a PEC é estudada para avaliar o mérito da proposta, fazendo-se ou não alterações de conteúdo, podendo passar por até 40 sessões de rotina. Ou seja, interpretar os lexemas de “primeiro turno” com o sentido dos lexemas manuais <PRIMEIRA_VEZ> é um equívoco. Sendo assim, verifica-se que o Tils¹ se distanciou do real sentido do enunciado. Contudo, pensando numa segunda versão as escolhas interpretativas para esse enunciado, serviriam dos seguintes lexemas:

**<FS(aqui) TODOS DEPUTADOS VOTAR IGUAL APROVADO
SALÁRIO PADRÃO (base) GERAL PRÓPRIO PROPOSTA
CONSTITUIÇÃO NOVO COLOCAR>**

Esses lexemas em Libras expressariam, de fato, o real sentido para “unanimidade” com os lexemas manuais <TODOS DEPUTADOS VOTAR IGUAL APROVADO>, e também para “piso salarial”, quando usaria os lexemas manuais <SALÁRIO PADRÃO (base) GERAL>, e, por fim, para “primeiro turno da PEC300”, com o sentido adequado para a interpretação escolhida com os lexemas manuais <PRÓPRIO PROPOSTA CONSTITUIÇÃO

NOVO COLOCAR>, fazendo referência ao texto original. Verifica-se o quão distante se tornou a interpretação na primeira versão. Analisando essas escolhas lexicáticas, numa segunda versão, o Tils faria uma paráfrase expandida para dar conta do teor original do texto falado pelo parlamentar¹.

Finalizando o discurso desse EX9, o parlamentar¹ manifesta o seguinte enunciado:

“u qui direi pra elis? Eu mantereí a minha poxtura direi para elis qui não serei mais candidato a deputado federal (,) direi para elis qui não voltarei mais para exta casa porque eu andei o Brasil todo lutando pelo piso nacional dus puliciais e bomberos mas infelizmente (,) esta casa votô o primeiro turno e até agora não nus deu motivo para não ter votado u segundo turno da pec trezentus”

O Tils¹ escolhe os seguintes lexemas, transcritos nestas glosas:

<ATÉ HOJE MAIS FALAR AINDA COMO FALAR IX(me)
<O_QUE> (?) IX(me) OPINIÃO XXX CONTINUAR FALAR
IX(eles) (.) IX(me) FALAR PROMETER FEDERAL NÃO
ESTUDAR (YYY) FIM ACABAR(,) IX(me) VOLTAR PRÓPRIO
ATÉ NÃO::: PORQUE:::(,) TODOS BRASIL INSISTIR LUTAR
SALÁRIO ATÉ GERAL BRASIL POLÍCIA BOMBEIRO+
TAMBÉM ATÉ VOTAR <PRIMEIRA_VEZ> HORA NÃO ATÉ
HOJE QUERER NADA2 NADA PORQUE GANHAR NÃO VOTAR
HORA FS(2)>

Nessa interpretação, alguns dos lexemas manuais são equivalentes ao enunciado proferido pelo parlamentar¹, tais como:

<ATÉ HOJE MAIS FALAR AINDA COMO FALAR IX(me)
<O_QUE> (?) IX(me) OPINIÃO XXX CONTINUAR FALAR
IX(eles) (.)>

O que se assemelha com o questionamento que o parlamentar¹ faz ao proferir o enunciado: *“u qui direi pra elis? Eu mantereí a minha poxtura”*, o que significa que essa interpretação fez o uso do questionamento que o parlamentar¹ pontua em seu discurso, e o Tils¹, nesse contexto, parafraseia paralelamente os lexemas “minha postura” para o sentido de

<IX(me) OPINIÃO>. No entanto, o Tils¹ numa segunda versão, poderia interpretar os lexemas manuais da seguinte forma:

<<O_QUE> AVISAR POLICIAL (?) (expressão de franzir a testa e comprimir os lábios no formato de bico no sentido de questionamento) CERTO CONTINUAR IX(me) OPINIÃO>

Nessa versão realizar-se-ia uma paráfrase redutora da informação do texto original. Observando os lexemas manuais transcritos nas glosas:

<IX(me) FALAR PROMETER FEDERAL NÃO ESTUDAR (YYY)
FIM ACABAR(,)>

verifica-se que o lexema manual <ESTUDAR> ficou fora do contexto neste enunciado:

“darei para eles que não serei mais candidato a deputado federal (,)”

O parlamentar¹ manifestou, nesse enunciado, o desejo de não ser mais deputado federal diante da situação que seus colegas de farda estão vivenciando, em relação ao salário que recebem mensalmente. O parlamentar¹ também faz referência ao resultado da votação da PEC300. O Tils¹, por sua vez, apenas menciona os lexemas manuais <FIM ACABAR>, mas não interpreta que o deputado tomará a decisão caso a PEC300 não retorne para a votação num segundo turno. Destaca-se que no recorte do enunciado, quando o parlamentar¹ pronuncia *“eu mantereí a minha postura”*, o Tils¹ realiza a interpretação do lexema *“postura”*, com o sentido do lexema manual <IX(me) OPINIÃO>, o que se ajusta ao sentido para o texto original. No entanto, quando o parlamentar¹ diz que não irá se reeleger a deputado federal, o Tils¹ faz uso do verbo <PROMETER>, sendo que o sentido de *“não serei mais candidato”* e o lexema manual <PROMETER> não são equivalentes ao sentido do referido enunciado, pois o deputado, nesse momento, exprime um anseio de deixar o cargo por estar indignado com o resultado da votação. Observando o lexema manual <FEDERAL> que fora interpretado, percebe-se que o sinal encontra-se de forma isolada, pois o Tils¹ escolhe os lexemas manuais <PROMETER FEDERAL> para dar sentido ao enunciado *“não serei*

mais candidato a deputado federal”, o que não revela que se trata de um deputado federal que informa que não será mais candidato nas próximas eleições.

Nesse contexto, o Tils¹ não deixa claro que o discurso do parlamentar¹ é de indignação sobre os questionamentos em relação ao piso salarial de seus colegas de farda, os policiais. Analisando esse enunciado, escolher-se-iam os seguintes lexemas manuais:

**<IX(me) CONTINUAR FIRME CERTO OPINIÃO AVISAR
 TODOS COLEGAS POLICIAL <O_QUE> NÃO ACEITAR
 CONTINUAR ELEIÇÕES (voto) TER IX(eu) CANDIDATO
 CONTINUAR DEPUTADO FEDERAL>**

Nessa segunda versão, entende-se que esses lexemas manuais, transcritos nas glosas acima, aproximar-se-iam da ideia central da expressão proferida pelo parlamentar¹.

Na continuação, o parlamentar profere:

*“darei para eles que não voltarei mais para esta casa porque eu andei
 o Brasil todo lutando pelo piso nacional dos puliciais e bomberos mas
 infelizmente (,)”*

O Tils¹ escolhe os lexemas manuais, transcritos nas seguintes glosas:

**<IX(me) VOLTAR PRÓPRIO ATÉ NÃO::: PORQUE:::(,) TODOS
 BRASIL INSISTIR LUTAR SALÁRIO ATÉ GERAL BRASIL
 POLÍCIA BOMBEIRO+>**

Esses lexemas manuais não trazem inicialmente o sentido do enunciado, porém, a partir dos lexemas <INSISTIR LUTAR SALÁRIO ATÉ GERAL BRASIL POLÍCIA BOMBEIRO+>, o Tils¹ recupera o sentido durante a interpretação da fala do parlamentar¹. No entanto, o Tils¹ não menciona que o Deputado não voltará “para esta casa”, que é a Câmara dos Deputados Federais, ou seja, ele omitiu essa informação.

No fechamento desse EX9, o parlamentar¹ expressa o seguinte enunciado:

*“esta casa votô o primeiro turno e até agora não nus deu motivo para
 não ter votado u segundo turno da pec trezentus”*

O Tils¹, por sua vez, interpreta o enunciado com os lexemas manuais, transcritos nas seguintes glosas:

<TAMBÉM ATÉ VOTAR <PRIMEIRA_VEZ> HORA NÃO ATÉ
HOJE QUERER NADA2 NADA PORQUE GANHAR NÃO VOTAR
HORA FS(2) FS(p-e-c-300(YYY))>

Constata-se que o Tils¹ omitiu os lexemas “esta casa”, que, por sua vez, já havia interpretado em outros trechos desse EX9, com o indexador do pronome demonstrativo <IX(aqui)>, o qual permite substituir o sentido de “Casa Legislativa” ou “Câmara dos Deputados Federais”.

Contudo, novamente o parlamentar¹ esclarece que essa proposta já foi votada no primeiro turno e, novamente, o Tils¹ escolhe os lexemas <PRIMEIRA_VEZ> que já foram expressos nesse EX9. Ressalta-se que o uso do lexema em Libras <HORA>, nesse enunciado, refere-se ao sentido do lexema “momento” em língua portuguesa nesse contexto, o que é uma escolha adequada. Enfim, nesse EX9, nota-se a falta de conexões pronominais e verbais durante a interpretação simultânea. Uma segunda versão poderia ser:

**<IX(aqui) TODOS DEPUTADOS JÁ VOTAR (.) MAS NADA
<DE_NOVO> PROCURAR VOTAR SEGUNDA DISCUTIR
ASSUNTO TODOS DEPUTADOS VOTAR PRÓPRIO
PROPOSTA CONSTITUIÇÃO <DE_NOVO> COLOCAR>**

Com essas escolhas interpretativas, a compreensão do leitor-surdo se aproximaria do objetivo do enunciado proferido pelo parlamentar¹ no discurso, quando faz referência a sigla “PEC 300”.

| Excerto – 10 (EX10) | |
|---|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils¹ |
| <p><i>(#P1) Queria qui us exstiangerus chegasse a esse país (7'04"–7'08") é pudéssim vê aqui(.) pudésse andá com segurança pelas ruas(.) pudessem ler os jornais é não ouvir dizer que no país (7'08"–7'17") qui exsta realizando exsta copa (7'18"–7'21") possa ixstar havendu tanta violencia (7'22"–7'25") violênciã nas ruas do Brasil em todas as cidades do Brasil(.) em todas as cidades e municípios du país du o país(.) (7'25"–7'32") ah di implosões di agências bancárias (7'33"–7'36") quantos milhões já foram tirados dus bancos(?) (7'36"–7'40") i essi dinheru certamente(.) essi dinheru não é empregadu na educação na saúde da segurança (7'40"–7'47") porque é retirada é saquiado pur ladrões pur bandidos (7'47"–7'51") u sonhu dus brasilêrus(.) erá ter uma copa du sonhus num país ondi nós pudéssimus dizê (7'51"–7'58") qui a nossa qui u nossu congresso Nacional(.) qui us nossus puliticus (7'38"–8'03") todos tem compromisso com a honestidade (8'03"–8'06") talvez com algumas falhas (8'06"–8'08") mas que todos pudésse acordar dizendo eu vou ser mais honesto (8'09"–8'12")</i></p> | <p>IX(me) VONTADE FALAR GRUPO PESSOA XXX PAÍS PODER CHEGAR IX(aqui_próprio) SENTIR RUA DV(caminhar) NORMAL XXX PRÓPRIO SEGURANÇA CALMA COMO+++ VERDADE JORNAL FALAR LER PAÍS FAZER CRIAR FESTA FS(c-o-p-a) MUNDO CAMPEONATO MUITO VIOLÊNCIA <NÃO_PRECISAR> (7'17"–7'28") TODAS CIDADE+ BRÁSIL TER VIOLÊNCIA (7'28"–7'33") [PAUSA] (7'33"–7'34") TER APARECER PRÓPRIO BRASIL (YYY) BANCO IX(boia_1) VÁRIOS MILHÕES JÁ ROUBAR BANCO ENTÃO(.) (7'34"–7'42") DINHEIRO SOMAR IX(mão) ROUBAR MOSTRAR VERBA NÃO (7'42"–7'47") SAÚDE NÃO SEGURANÇA NÃO (7'47"–7'50") PORQUE MUITO ROUBO SONHAR POVO BRASIL (7'50"–7'55") QUE TER MAS FUTEBOL FUTEBOL2 NOS CAPAZ FALAR AVISAR (7'55"–8'00") CONGRESSO IX(congresso) GRUPO POLÍTICO TUDO PERFEITO (8'02"–8'04") COMBINAR RESPEITO PERFEITO ENTÃO (8'04"–8'07") <AS_VEZES> ALGUM DEFEITO ERRAR MAS VERDADE TODAS CAPAZ ACORDAR (8'07"–8'13") XXX MUDAR FALAR HOJE IX(me) GANHAR VAI RESPEITAR PERFEITO (8'13"–9'18")</p> |

O discurso do parlamentar¹ neste EX10 refere-se ao desejo de como ele (P1) gostaria que o Brasil de fato estivesse durante a Copa do Mundo:

“Queria qui us exstiangerus chegasse a esse país é pudéssim vê aqui, pudésse andá com segurança pelas ruas, pudessem ler os jornais e não ouvir dizer que no país qui exsta realizando exsta copa possa ixstar havendu tanta violencia”

O Tils¹ realiza a seguinte interpretação simultânea, transcrita nestas glosas, com os seguintes lexemas:

<IX(me) VONTADE FALAR GRUPO PESSOA XXX PAÍS PODER CHEGAR IX(aqui_próprio) SENTIR RUA DV(caminhar) NORMAL XXX PRÓPRIO SEGURANÇA CALMA COMO+++ VERDADE JORNAL FALAR LER PAÍS FAZER CRIAR FESTA FS(c-o-p-a) MUNDO CAMPEONATO MUITO VIOLÊNCIA <NÃO_PRECISAR>>

As escolhas lexemáticas acima se encontram adequadas nesse enunciado, porém, não se compreende em que nível foram interpretados os lexemas manuais <GRUPO+PESSOA>, pois no lexema do sinal <XXX> não se identifica o sinal em Libras, o que chega a prejudicar o sentido no contexto.

Em sequência ao enunciado do EX10, o parlamentar¹ discursa:

“violência nas ruas do Brasil em todas as cidades do Brasil, em todas as cidades e municípios do país do país, ah di implosões di agências bancárias quantos milhões já foram tirados dos bancos? i essi dinheru certamente, essi dinheru não é empregadu na educação na saúde da segurança porque é retirada é saquiado pur ladrões pur bandidos”

O Tils¹, por sua vez, realiza a seguinte interpretação simultânea, transcritas nas seguintes glosas:

<TODAS CIDADE+ BRASIL TER VIOLÊNCIA [PAUSA] TER APARECER PRÓPRIO BRASIL (YYY) BANCO IX(boia_1) [explosão] VÁRIOS MILHÕES JÁ ROUBAR BANCO ENTÃO(.) DINHEIRO SOMAR IX(mão) ROUBAR MOSTRAR VERBA NÃO SAÚDE NÃO SEGURANÇA NÃO>

As escolhas lexemáticas acima se encontram apropriadas nessa interpretação, mesmo que o Tils¹ tenha interpretado os lexemas “municípios” (que é um sinal polissêmico referente a ‘cidade’) pelo sinônimo de <CIDADE> e “agências” pelo sinônimo de <BANCO⁹⁰>, aglutinado ao advérbio de intensidade <VÁRIOS>. Tanto o uso do sinônimo quanto o uso do advérbio de intensidade ajustam-se ao sentido pretendido parlamentar¹. Ou seja, o Tils¹ faz uso de paráfrases paralelas com equivalência interlingual. Quando o Tils¹ faz o uso do indexador <boia_1>, ele organiza o enunciado descrevendo a situação de perigo que ocorre nos bancos, principalmente quando o parlamentar¹ se refere às explosões nas agências bancárias. Observa-se que o sinal de <VIOLÊNCIA>, realizado no ponto de articulação da testa, refere-se ao sentido de “violência” psicológica ou uma “opressão” psicológica. No entanto, o parlamentar¹ refere-se, no discurso, ao conceito de VIOLÊNCIA como algo que atenta contra a integridade física das pessoas.

⁹⁰ Sinal manual de <BANCO> encontra-se caracterizado com o sinal regional do DF e RS.

E finalizando o EX10, o parlamentar¹ discursa:

“u sonhu dus brasilêrus (,) erá ter uma copa du sonhus num país ondi nóis pudéssimus dizê qui a nossa qui u nossu congresso Nacional (,) qui us nossus puliticus todos tem compromisso com a honestidade talvez com algumas falhas (,) mas que todos pudesse acordar dizendo eu vou ser mais honesto”

O Tils¹ interpreta o enunciado, com os lexemas manuais nas seguintes glosas:

<PORQUE MUITO ROUBO SONHAR POVO BRASIL QUE TER MAS FUTEBOL FUTEBOL2 NOS CAPAZ FALAR AVISAR CONGRESSO IX(congresso) GRUPO POLÍTICO TUDO PERFEITO COMPROMISSO RESPEITO PERFEITO ENTÃO <AS_VEZES> ALGUM DEFEITO ERRAR MAS VERDADE TOD@S CAPAZ ACORDAR XXX MUDAR FALAR HOJE IX(me) GANHAR VAI RESPEITAR PERFEITO>

Verifica-se que o Tils¹ faz o uso do lexema manual <ROUBO> quando no texto original isso não está mencionado pelo parlamentar¹. Nesse contexto interpretativo, o Tils¹ se apropria de uma paráfrase expandida para dar sentido ao enunciado “*u sonhu dus brasilêrus (,) erá ter uma copa du sonhus*”. Na sequência, o Tils¹ continua interpretando que o sonho do brasileiro é ter muito mais que apenas futebol, já que o povo brasileiro quer ser plenamente atendido em suas necessidades pessoais, educacional, segurança, entre outras. O Tils¹ interpreta que os parlamentares no Congresso Nacional são todos políticos compromissados e que são perfeitamente respeitosos com a sociedade brasileira e que, às vezes, é possível encontrar alguns defeitos ou, até mesmo, cometer alguns erros na política, mas que esses pudessem um dia “acordar” dizendo que “serão mais honestos” e esse sentido é percebido nos lexemas manuais <TOD@S CAPAZ ACORDAR> escolhidos pelo Tils¹.

| Excerto – 11 (EX11) | |
|--|---|
| (a) LP.Oral – P1 e P2 | (b) Libras.Tils¹ |
| <p><i>(#²P2) Vocelência permita-a Major F (DMF#²P2 8'13"–8'14") (P1) Ø concedu uma parte vócelência (8'14"–8'16") (#²P2) Vossa excelência nu pronunciamto que faiz (8'16"–8'18") com aquela contudência verbalizada qui caracteriza exatamente a sua elouquência (8'18"–8'25") vocelência aborda dois itens dois itens fundamentais (8'25"–8'30") dois itens fundamentais (8'30"–8'33") a carência de recursos para a saúde e para a educação (8'33"–8'36") e quando esses recursos chegam eles não são aplicados adequadamente como vócelência preconiza (8'36"–8'42") que dizê é preciso que nós é promovâmos uma correção dessa aplicação inadiquada desses recursos (8'42"–8'48") porquê vócelência a-a-si-a consiga nas suas daltações é-é (8'48"–8'54") também nas minhas autuações(.) verbas destinadas a saúde e a educação (8'54"–8'58") e di nós ficarmus nessa mesmu cum u orçamento impositivo nós ficarmus sem receber estes recursos (8'58"–9'04") in função di dificuldades di obstáculos burocráticos que se criam para liberação dessis recursos (9'04"–9'10") qui vócelência eu e todus us outros quinhentus e tezi parlamentares(.) quinhentus e onzi parlamentares (9'10"–9'15") nóis aplicamus essis recursus(.) agora(.) precisa havê uma aplicação adequada(.) rigorosa para qui esses beneficius cheguem a população dessa-pu-a-a-ao-ao conhecimentu (9'15"–9'25") i naturalmente (9'26"–9'27") a-tendendu ao reclamus (9'27"–9'30") é das populações du ixstadu di vócelência i énfim de outras unidades da federação brasileira(.) cumprimentos á vócelência pela incistividade qui vócelência imprexta a essa reclamação justa e procedenti da aplicação correta dus recursos di educação i saúde(.) cumprimentos a vócelência (9'30"–9'44")</i></p> | <p>XXX FALAR AGORA [PAUSA] (8'18"– 8'19") AVISAR XXX FALAR HOJE XXX INSISTIR FIRME CORAGEM XXX PRÓPRIO FALAR IX(ele)::: (8'19"–8'26") FALAR TEMA FS(2) (8'26"–8'29") IX(mão) (8'29"–8'30") IMPORTANTE FS(2) IX(mão) (8'30"–8'33") IMPORTANTE FALAR VERBA SAÚDE DINHEIRO QUANTIA ENSINAR ENTÃO (8'33"–8'38") HORA DINHEIRO VERBA CHEGAR RECEBER ESPORTE (YYY) NADA (8'38"–8'43") PRECISA IX(nós) AJUDAR TROCAR ESPORTE (YYY) VERBA IX(ambos) PRÓPRIO USAR (8'43"–8'50") PORQUE (.) (8'50"–8'51") [PAUSA] (8'51"– 8'53") (XXX) MANDAR (YYY) FALAR ENTÃO IX(me) FAZER FALAR AVISAR VERBA SAÚDE VERBA ENSINAR ENTÃO (8'53"–9'00") IX(me) ESTUDAR SOMAR PAGAR IMPOSIÇÃO GANHAR NÃO DINHEIRO VERBA PRÓPRIO ENSINAR SAÚDE (9'00"–9'06") PORQUE::: DIFÍCIL PROBLEMA CONFUSÃO ATRASAR DEMORAR XXX (9'06"–9'14") TAMBÉM TUDO DEMORAR POLÍTICO COM IX(nós) ACEITAR (YYY) VERBA ENTÃO (9'14"–9'18") PRECISAR VER <O_QUE> USAR DINHEIRO ESPORTE (YYY) PERFEITO GANHAR CHEGAR POVO VERDADE SOMAR PERFEITO (9'18"–9'25") [PAUSA] (9'26"–9'28") TAMBÉM::: RECLAMAR (YYY) PRÓPRIO PRECISAR POPULAÇÃO MAIS LIGAR ESTADO TAMBÉM TUDO ESTADO BRASIL (9'28"–9'35") CUMPRIMENTAR PARABÊNS IX(você) MANDAR EXIGIR FALAR FORTE PRÓPRIO FIRME RECLAMAR PERFEITO (9'36"– 9'41") TAMBÉM VERBA DINHEIRO VERBA ENSINAR SAÚDE (9'41" – 9'46")</p> |

Nesse EX11, o áudio é aberto ao Deputado MB (DMB#²P2), considerado, nesta tese, como o parlamentar² (P2), que pede um aparte no discurso, verbalizando o seguinte enunciado:

“(#²P2) Vocelência permita-a Major F (P1) Ø concedu uma parte vócelência (#²P2)”

O Tils¹ não realiza a interpretação nos primeiros segundos de fala do parlamentar² e verifica-se que houve uma sobreposição de falas de ambos os parlamentares (P1+P2). Essa sobreposição está indicada pelo símbolo vazio (Ø).

Nesse momento, com abertura do áudio do parlamentar², houve uma solicitação de cedência para um “*pedido de um aparte*”, mudando o interlocutor no discurso. O parlamentar¹ estava falando e foi interrompido pelo deputado (P2), que lhe pediu um aparte para fazer um comentário em sua bancada. Percebe-se que o Tils¹ não interpreta essas alterações de discursos, nem mesmo a informação do “*pedido de uma parte*”, omitindo, portanto, essas informações.

Na sequência, o parlamentar², que solicita aparte para complementar o discurso do parlamentar¹ na Tribuna Livre, profere:

“(#P2) Vossa excelência nu pronunciamento que faiz com aquela contudência verbalizada qui caracteriza exatamente a sua elouquência vocêlencia aborda dois itens fundamentais dois itens fundamentais a carência de recursos para a saúde e para a educação”

Nesse enunciado, o parlamentar² relembra a fala do parlamentar¹ em relação ao pronunciamento deste parlamentar, afirmando que seu discurso foi realizado de forma firme e categórica, enfatizando que realmente há carência de recursos financeiros para a área da saúde e educação. O Tils¹, nessa interpretação, realiza as escolhas dos lexemas, da seguinte forma:

<[PAUSA] AVISAR XXX FALAR HOJE FORTE INSISTIR FIRME CORAGEM XXX PRÓPRIO FALAR IX(ele)::: FALAR TEMA FS(2) IX(mão) IMPORTANTE FS(2) IX(mão) IMPORTANTE FALAR VERBA SAÚDE DINHEIRO QUANTIA ENSINAR ENTÃO>

O Tils¹ não deixa claro o significado dos sinais utilizados em <XXX>, quando, por duas vezes, repete um sinal configurado em “G”, no ponto de articulação feito no meio da testa, com dois movimentos, o qual não é possível perceber nessa configuração de mãos o lexema manual que o Tils¹ estava interpretando. Observa-se ainda que as escolhas lexemáticas:

<AVISAR XXX FALAR HOJE FORTE INSISTIR FIRME CORAGEM>

estão relacionadas ao enunciado:

“pronunciamento que faz com aquela contudência verbalizada qui caracteriza exatamente a sua elouquência”

O Tils¹ realiza uma paráfrase redutora para dar conta do sentido do enunciado proferido pelo parlamentar². Sendo assim, a partir da indexação <IX(ele)> é que as escolhas interpretativas começam a fazer mais sentido quando o Tils¹ realiza <IX(ele)>. Nesse caso, o parlamentar² tem dois temas importantes, que são as verbas destinadas para a saúde e para a educação, as quais não são repassadas para essas áreas. O Tils¹ apenas destaca que há uma quantia de dinheiro para a saúde e educação, mas não referenciam que são “dois temas importantes” e que há uma “*carência de recursos*” para ambas as áreas. Pensando numa segunda versão, se se escolheriam para a interpretação os seguintes lexemas deste enunciado:

<DEPUTADO IX(você) FAZER BOM PERFEITO DISCURSO (palestra) IX(aqui) REUNIÃO CONGRESSO TAMBÉM APRESENTA FS(2) ASSUNTOS PRINCIPAL FOCO SAÚDE MAIS EDUCAÇÃO>

Nessas glosas, a interpretação redefine a compreensão do enunciado proferido pelo parlamentar²:

“pronunciamento que faz com aquela contudência verbalizada qui caracteriza exatamente a sua elouquência vocêlência aborda dois itens fundamentais dois itens fundamentais a carência de recursos para a saúde e para a educação”

As escolhas interpretativas são consideradas paráfrases redutoras, tornando-as objetivas e de fácil entendimento. Ainda nesse EX11, o parlamentar² que assumiu o aparte continua o seu discurso com o seguinte enunciado:

“e quando esses recursos chegam eles não são aplicados adequadamente como vocêlência preconiza que dizê é preciso que nós é promovâmos uma correção dessa aplicação inadiquada desses recursos”

O parlamentar² preconiza que as verbas que são liberadas não foram aproveitadas como de fato deveriam ser e ainda refere o ponto de vista do parlamentar¹ ao referir “preconizar” no seu discurso, quanto a ser favorável sobre a situação do piso salarial, fazendo referência aos recursos destinados e que precisam ser mais bem avaliados para melhor distribuição no Brasil. O Tils¹, por sua vez, realiza as escolhas interpretativas, nos lexemas manuais, transcritos nas seguintes glosas:

<HORA DINHEIRO VERBA CHEGAR RECEBER ESPORTE
(YYY) NADA PRECISA IX(nós) AJUDAR TROCAR ESPORTE
(YYY) VERBA IX(ambos) PRÓPRIO USAR PORQUE (.)[PAUSA]>

Nesse enunciado em que o Tils¹ faz menção sobre o uso da verba é acrescentado o substantivo <ESPORTE>, quando, é possível identificar que o parlamentar² não pronuncia o vocábulo “esporte”. Essa escolha é inadequada.

Em continuação ao EX11, o parlamentar², em seu discurso, profere o seguinte enunciado:

“porquê vócelência a-a-si-a consiga nas suas daltações é-é também nas minhas autuações, verbas destinadas a saúde e a educação e di nós ficarmus nessa mesmu cum u orçamento impositivo nós ficarmus sem receber estes recursos in função di dificuldades di obstáculos burocráticos que se criam para liberação dessor recursos”

Nesse pronunciamento, não fica muito claro o objetivo do parlamentar², pois ele manifesta dizendo que há denúncias (delações) feitas e que se essas fossem somadas às autuações do parlamentar¹, conforme relatado anteriormente, poderia-se promover um processo de infração contra a má distribuição das verbas para saúde e educação, ressaltando que essas verbas não são aproveitadas devidamente, causando dificuldades nas prestações de serviços *in loco*. O Tils¹, em relação às escolhas dos lexemas, não revela o sentido real do texto original, como é possível verificar nas transcrições das seguintes glosas:

<XXX MANDAR (YYY) FALAR ENTÃO IX(me) FAZER FALAR
AVISAR VERBA SAÚDE VERBA ENSINAR ENTÃO IX(me)
ESTUDAR SOMAR PAGAR IMPOSIÇÃO GANHAR NÃO
DINHEIRO VERBA PRÓPRIO ENSINAR SAÚDE>

Verifica-se que a interpretação se distanciou do enunciado. O Tils¹ omitiu as interpretações para “*delações*”, “*autuações*” e “*burocrático*”. Nessa interpretação, surge a necessidade de o Tils¹ contextualizar esses lexemas para melhor compreensão da mensagem que está sendo transmitida, pois o parlamentar², no seu discurso, não verbaliza os vocábulos de forma compreensível e, conseqüentemente, o Tils¹ tem dificuldades de compreensão para realizar as escolhas interpretativas. A exemplo, observa-se quando o parlamentar² faz uso dos lexemas “em positivo” e o Tils¹ compreende o lexema em sua interpretação simultânea, como <IMPOSIÇÃO>. Na verdade, o parlamentar² oralizou os lexemas “orçamento em positivo”, gerando a junção da sílaba anterior (em) com a posterior (po-), formando uma única palavra (impositivo). A compreensão do Tils¹ sobre a informação do orçamento gerou um novo sentido. Em uma segunda versão, as escolhas poderiam ser:

**<PORQUE IX(ele) FALAR CONSEGUIR DENUNCIAR
MAIS(somar) JUNTO PROCESSO IX(me) PODE MELHOR
VERBA FOCO ÁREA SAÚDE MAIS ÁREA EDUCAÇÃO (,)
CERTO EVITAR ORÇAMENTO NEGATIVO PORQUE
DEPOIS FALTAR GANHAR VERBA PORQUE TER DIFÍCIL
PROBLEMAS ADMINISTRATIVO LIBERAR VERBA
CONSEGUIR>**

Compreende-se que esses lexemas são uma paráfrase expandida em relação ao texto original. Na seqüência ao EX11 do discurso do parlamentar², o enunciado é realizado da seguinte forma:

*“qui vócelência eu e todus us outros quinhentus e tezi
parlamentares(,) quinhentus e onzi parlamentares nós aplicamus
essis recursus(,) agora(,) precisa havê uma aplicação adequada(,)
rigorosa para qui esses beneficius cheguem a população dessa-pu-a-
a-ao-ao conhecimentu”*

Nesse enunciado do parlamentar², a informação é que ele (P2) quanto ao parlamentar¹, que ocupa a Tribuna Livre, somados aos demais 511 parlamentares, totalizam-se 513 deputados federais. Com isso, ele (P2) entende que os parlamentares são os responsáveis pelo uso e pela aplicação dos recursos do governo e devem rigorosamente acompanhar o uso

dessas verbas que são destinadas em benefício da população. Por sua vez, o Tils¹, nessa interpretação, realiza os lexemas, transcritos nas seguintes glosas:

<PORQUE::: DIFÍCIL PROBLEMA CONFUSÃO ATRASAR
DEMORAR XXX TAMBÉM TUDO DEMORAR POLÍTICO COM
IX(nós) ACEITAR (YYY) VERBA ENTÃO PRECISAR VER
<O_QUE> USAR DINHEIRO ESPORTE (YYY) PERFEITO
GANHAR CHEGAR POVO VERDADE SOMAR PERFEITO>

Nessas glosas, identifica-se que o Tils¹ omite os vocábulos “*rigoroso*” e “*benefício*”, bem como a quantidade de parlamentares referidos pelo parlamentar². Observa-se também um acréscimo do lexema <ESPORTE>, o que faz com que o Tils¹ novamente se distancie do sentido do discurso do parlamentar² com o uso deste lexema manual. Para melhor refinamento das escolhas interpretativas, para esse recorte do EX11, poderia ser realizada uma segunda versão, com os seguintes lexemas:

**<PORQUE IX(euP2) MAIS IX(tuP1) TODOS OUTROS
DEPUTADOS TUDO TER FS(511) DEPUTADO IX(aqui)
CONSEGUIR VERBA IX(nos) USAR SABER APLICAR
PRÓPRIO VERBA OBRIGATÓRIO SEMPRE OBSERVAR
VERBA TER DISTRIBUIR TODO POVO BEM CERTO TER
USAR VERBA>**

E, por fim, no EX11 do discurso do parlamentar², é proferido o que segue:

“i naturalmente a-tendendu ao reclusus é das populações du ixstadu di vócelência i énfim de outras unidades da federação brasileira(,) cumprimentos á vócelência pela incistividade qui vócelência imprexta a essa reclamação justa e procedenti da aplicação correta dus recursos di educação i saúde(,) cumprimentos a vócelência”

Esse enunciado de EX11 é a sequência da observação do enunciado anterior, no qual o parlamentar² reafirma que uma atitude ética de todos os deputados federais deveria ser uma ação idônea diante do pronunciamento delatado naquela tribuna, pois, naturalmente, todas as reclamações da população seriam atendidas, de fato, em cada estado. O parlamentar² faz um elogio ao parlamentar¹ pela abertura do seu discurso no sentido de chamar à atenção para o que é justo em relação à aplicação e ao uso dos recursos para a área da educação e saúde,

concluindo a sua fala (P2), com apreço ao que fora dito pelo parlamentar¹. O Tils¹, por sua vez, nesta interpretação simultânea, realiza os lexemas da seguinte forma:

<[PAUSA] TAMBÉM::: RECLAMAR (YYY) PRÓPRIO PRECISAR POPULAÇÃO MAIS LIGAR ESTADO TAMBÉM TUDO ESTADO BRASIL CUMPRIMENTAR PARABÉNS IX(você) MANDAR EXIGIR FALAR FORTE PRÓPRIO FIRME RECLAMAR PERFEITO TAMBÉM VERBA DINHEIRO VERBA ENSINAR SAÚDE>

Nesses lexemas, o Tils¹ faz uma pausa de dois segundos (2''), e inicia interpretando com o lexema <TAMBÉM>, sustentando o sinal (:::). Percebe-se que, neste momento, o Tils¹ está processando auditivamente a fala truncada do parlamentar², para, assim, conseguir dar continuidade ao processo interpretativo. Em suma, os lexemas se aproximaram do texto original, porém, se observa que o Tils¹ não reafirma as reclamações procedentes da população que são apresentadas pelo parlamentar² em seu discurso. Numa segunda versão, os lexemas manuais poderiam ser realizados da seguinte forma:

<CERTO É CONSEGUIR TAMBÉM AJUDAR PRÓPRIA POPULAÇÃO QUE SEMPRE FALAR RECLAMAR CADA ESTADOS BRASIL CERTO IX(eleP1) DEPUTADO AGORA PENSAR(.) PARABÉNS PORQUE IX(tuP1) PROCURAR FAZER CERTO ALERTAR IX(nós) ORGANIZAR JEITO CERTO USAR VERBA ÁREA EDUCAÇÃO MAIS ÁREA SAÚDE IX(expressão de afirmação, admiração e concordância) PARABÉNS BOM>

Nessa versão, são feitas escolhas interpretativas realizadas em paráfrases expandidas, as quais contribuiriam para o êxito da compreensão do leitor-surdo, pois se trata de um discurso de total interesse para a população brasileira.

| Excerto – 12 (EX12) | |
|---|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils¹ |
| <i>(#¹P1) Muito obrigadu (,) deputado MB (DMB#²P2 - 9'45"-9'48") pelos elogios mas também fico muito feliz (9'48"-9'52") porque essis elogios vem di alguém qui eu admiro (9'52"-9'55") é qui eu tenhu comu referência também nesta casa (9'55"-9'58") eu gostaria de continuar a nossa fala (9'59"-10'02")</i> | [PAUSA] (9'46"-9'47'') OBRIGADO POLÍTICO FS(DMB) IX(me) SENTIR+++ FELIZ PORQUE DV(queixo caído–boca aberta) XXX FALAR IX(me) ADMIRAR EMOÇÃO (9'47"-9'58'') TAMBÉM IX(me) RESPEITAR SUJEITO IX(ele) OPINIÃO IX(me) FALAR CONTINUAR (9'58"-10'04'') |

Nesse EX12, o parlamentar¹ (DMF#¹P1) volta a fazer uso da palavra, agradecendo ao parlamentar² pelos elogios no seguinte enunciado:

“Muito obrigadu (,) deputado MB pelos elogios mas também fico muito feliz porque essis elogios vem di alguém qui eu admiro é qui eu tenhu comu referênciã também nesta casa eu gostaria de continuar a nossa fala”

Os agradecimentos do parlamentar¹ são interpretados pelos lexemas, transcritos nas seguintes glosas:

<[PAUSA] OBRIGADO POLÍTICO FS(DMB⁹¹)) IX(me) SENTIR++
+ FELIZ PORQUE DV(queixo caído – boca aberta) XXX FALAR
IX(me) ADMIRAR EMOÇÃO TAMBÉM IX(me) RESPEITAR
SUJEITO IX(ele) OPINIÃO IX(me) FALAR CONTINUAR>

Os lexemas escolhidos são considerados equivalentes para a interpretação do enunciado no EX12, apesar de o Tils¹ realizar um lexema <XXX> de difícil reconhecimento das configurações de mãos. Mesmo assim, é possível compreender (ler) o que está sendo interpretado nesse contexto.

⁹¹ Tils¹ realiza a soletração (datilologia) do nome do deputado DMB.

| Excerto – 13 (EX13) | |
|--|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils¹ |
| <p><i>(#P1) Dizendo da necessidadi (10'03"–10'06") da necessidadiiii desse país (10'06"–10'09") olhá para suas crianças(,) olhar para seu povo verdadeiramente (10'09"–10'14") nós não podemos aceitar palavra nesse instante o deputado DMB (10'15"–10'20") quando cheguei nesta casa (10'20"–10'22") coloquei uma emenda pra compra de um helicóptero (10'22"–10'26") para a unidade da federação pra o estado da Paraíba (10'26"–10'30") quando cheguei nesta casa eu não consegui entender como a unidade da federação (10'30"–10'37") na unidade da federação brasileira (10'37"–10'40") não consegue tê siqué um helicóptero (10'40"–10'45") uma aeronave pra fazê socorro de emergência de urgência (10'45"–10'50") pra fiscalizá (10'51"–10'54") as suas fronteiras, pra combatê o tráfico de drogas (10'54"–10'58") pra combater o tráfico de armas ilegais (10'58"–11'02") e coloquei uma emenda (11'02"–11'04") mas eu percebi que as emendas de bancadas são mais difíceis de serem lembradas (11'04"–11'09") então nos pegamos a nossa própria as nossas emendas individuais (11'09"–11'13") e fizemos uma emenda de oito milhões (11'13"–11'16") pra comprarmus um helicóptero (11'17"–11'19") pra qui a pulícia militar da Paraíba (11'19"–11'21") pra que os puliciais da Paraíba (11'21"–11'23") pudessem ter um helicópteteru e acabar com a vergonha de que ia ver (11'23"–11'27") de que ia ver us bandidos entra um (11'27"–11'30") nus municípios do interior (11'30"–11'33") implodirem agências bancárias i sairem im camionéta (11'33"–11'38") i a dexarem as pessoas u cidadão daquela comunidade daquela cidade indignadus(!) (11'38"–11'47")</i></p> | <p>[PAUSA] (10'04"–10'05") FALAR PRECISAR PRÓPRIO PAÍS BRASIL VER::: CRIANÇA (10'05"–10'13") VER POVO VERDADE APOIAR::: (10'13"–10'17") [PAUSA] (.) (10'17"–10'18") ACEITAR NÃO IX(ele) EXEMPLO (YYY) (10'18"–10'20") POLÍTICO FS(DMB) FALAR IX(me) PRÓPRIO IX(mão) PEGAR DINHEIRO COMPRAR HELICÓPTERO ESTADO+++ (10'20"–10'28") [PAUSA] PARAÍBA IX(me) CHEGAR (NÃO) GANHAR (NÃO) <NÃO_ENTENDER> COMO (10'28"–10'36") ESTADO FEDERAL FS(1) ESTADO PAÍS BRASIL::: [PAUSA] (10'36"–10'42") GANHAR (NÃO) ENTÃO::: (10'42"–10'45") FS(1) HELICÓPTERO FS(1) COMO+++ GANHAR+ PEGAR URGENTE COISAS COMO GANHAR (NÃO) HELICÓPTERO COMO::: (10'45"–10'54") GANHAR+ SALÁRIO (YYY) CUIDAR FRONTEIRA PERTO GANHAR COISAS XXX DESAFIO VENDER DROGAS ARMAS PRÓPRIO IX(me) DINHEIRO PEGAR VERBA (10'54"–11'05") IX(você) RESUMO PRÓPRO XXX GRUPO+ FS(XXX) DIFÍCIL NÃO LIVRE IX(ele) MEU+ IX(eu próprio) EGOISTA IX(eu próprio) SOZINHO FAZER DINHEIRO VERBA ROUBAR MILHÕES REAL (11'05"–11'17") GANHAR COMPRAR HELICÓPTERO PRÓPRIO POLÍCIA MILITAR ESTADO PARAÍBA COM GRUPO POLÍCIA GANHAR TER HELICÓPTERO ACABAR (11'17"–11'29") VERGONHA VER VAGABUNDO ENTRAR CIDADE+ ROUBAR DV(<i>explosão</i>) DESTRUIR BANCO FUGIR CAMINHÃO COM JUNTO ESQUECER DEIXAR POVO MAIS CIDADE ANGSTIA MEDO DÚVIDA ACREDITAR (YYY)::: (11'29"–11'50")</p> |

Nesse EX13, o parlamentar¹, continuando o seu discurso, agradece o parlamentar² e, em seguida, discorre sobre um novo assunto, proferido no seguinte enunciado:

“Dizendo da necessidadi (,) da necessidadiiii desse país olhá para suas crianças, olhar para seu povo verdadeiramente nós não podemos aceitar palavra nesse instante o deputado MB”

Em relação às escolhas interpretativas, o Tils¹ sinaliza os lexemas, transcritos nas seguintes glosas:

<[PAUSA] FALAR PRECISAR PRÓPRIO PAÍS BRASIL VER:::
CRIANÇA VER POVO VERDADE APOIAR::: [PAUSA] (.)
ACEITAR NÃO IX(ele) EXEMPLO (YYY) POLÍTICO FS(DMB)>

O Tils¹ realiza adequadamente suas escolhas durante a interpretação simultânea. Apenas verifica-se que, nesse enunciado, as expressões faciais poderiam ser mais bem exploradas, principalmente para representar o sentido de negação da fala do parlamentar¹.

Em continuação a esse enunciado parlamentar¹ é proferido:

“quando cheguei nesta casa coloquei uma emenda pra compra de um helicóptero para a unidade da federação pra o estado da Paraíba”

Constata-se que o parlamentar¹ descreve uma situação que tem vivenciado desde que assumiu a função na Câmara dos Deputados Federais. Nesse enunciado, ele (P1) destaca que protocolou uma proposta de modificação de um projeto de lei para a compra de um helicóptero no Estado da Paraíba, e o Tils¹, nesse enunciado, interpreta a fala pelo que é transcrito nas seguintes glosas:

<FALAR IX(me) PRÓPRIO IX(mão) PEGAR DINHEIRO
COMPRAR HELICÓPTERO ESTADO+++ [PAUSA] PIAUÍ>

Nessas glosas, percebe-se que o Tils¹ omitiu o lexema “emenda” e acrescentou que o parlamentar¹ pegaria dinheiro para comprar o helicóptero para vários Estados no Brasil. Dessa forma, decorridos os oito segundos (8^o) da interpretação, o Tils¹ dá-se conta do equívoco interpretativo, quando havia realizado o lexema <ESTADO+++>, com o sentido na LP de “vários Estados do Brasil”, simbolizado pelos sinais (+++). Após uma breve <[PAUSA]>, o Tils¹ corrige a informação, escolhendo de forma mais adequada o lexema <PARAÍBA>, que fora proferido pelo parlamentar¹. No entanto, o sentido de ‘emenda’ não é o mesmo que pegar dinheiro para algo de que se necessita, pois o sentido refere-se à relação de “emenda constitucional” destacado no discurso do parlamentar¹. Para compreender esse significado jurídico, torna-se necessário recorrer aos dicionários terminológicos, os quais nos esclarecem o sentido do uso desse termo político-jurídico. Sendo assim, o uso do lexema “emenda”, nesse contexto político, refere-se a uma proposta que visa alterar ou modificar o teor de um projeto

de lei, no todo ou em parte. Com isso, observa-se que o Tils¹, nesse enunciado, equivocou-se quanto ao sentido de ‘emenda’ no discurso do parlamentar¹.

Em seguida, o parlamentar¹ manifesta o seguinte enunciado:

“quando cheguei nesta casa eu não consegui entender como a unidade da federação na unidade da federação brasileira não consegue tê siqué um helicóptero uma aeronave pra fazê socorro de emergência de urgência pra fiscalizá as suas fronteiras (,) pra combatê o tráfico de dôgas pra combater o tráfico de armas”

O parlamentar¹ reforça a observação do enunciado anterior, destacando a indignação que teve ao assumir sua função no congresso e ainda não ter obtido a aprovação da sua emenda em relação à compra do helicóptero para o socorro de emergências hospitalares, bem como as fiscalizações em fronteiras e o combate ao tráfico de drogas e de armas no país. O Tils¹, por sua vez, interpreta os lexemas, transcritos nas seguintes glosas desse enunciado:

<IX(me) CHEGAR (MÃO) GANHAR (NÃO) <NÃO ENTENDER>
 COMO ESTADO FEDERAL FS(1) ESTADO PAÍS BRASIL::
 [PAUSA] GANHAR (NÃO) ENTÃO::
 FS(1) HELICÓPTERO FS(1)
 COMO+++ GANHAR+ PEGAR URGENTE COISAS COMO
 GANHAR (NÃO) HELICÓPTERO COMO:::: GANHAR+
 SALÁRIO (YYY) CUIDAR FRONTEIRA PERTO GANHAR
 COISAS XXX DESAFIO VENDER DROGAS ARMAS PRÓPRIO
 IX(me) DINHEIRO PEGAR VERBA>

Nessas escolhas lexemáticas, algumas das glosas transcritas se aproximam e outras se distanciam do sentido original do texto, observado nos seguintes lexemas <COMO::
 GANHAR+ SALÁRIO>. Na fala do parlamentar¹ não há um lexema que faça referência a ‘salário’ e, no final, nota-se que o Tils¹ informa, em sua interpretação, que é um desafio vender drogas e armas, e que o parlamentar¹, por si próprio, pega a verba (o Tils¹ não define o tempo verbal) fazendo uso dos recursos, como melhor considera. Ou seja, nesse enunciado ocorre um equívoco de compreensão interpretativa. Isso leva o leitor-surdo a outro entendimento, sendo que o helicóptero acaba assumindo outra função no enunciado, e a informação que está sendo interpretada revela o sentido de que existe um desafio em vender armas e drogas, e que, ao final, o parlamentar¹ acaba se apropriando da verba destinada para a compra do helicóptero. Em suma, houve um grande distanciamento de sentido durante a

interpretação do texto original da modalidade oral da língua portuguesa para a versão em Libras. Sendo assim, pensando numa segunda versão, o Tils poderia realizar outras escolhas interpretativas com os seguintes lexemas:

**<IX(me) TRABALHO CONGRESSO NÃO CONSEGUIR
COMPREENDER COMO++ ESTADO BRASIL NÃO
CONSEGUE TER FS(1) HELICÓPTERO OU AVIÃO
CONSEGUIR AJUDAR TUDO RÁPIDO FORTE SAÚDE
(fazendo referência aos em anteriores) OBSERVAR
FISCALIZAR FAZER PRÓPRIO FRONTEIRAS EVITAR
DROGAS VENDER OU COMPRAR TAMBÉM EVITAR TUDO
TIPO ARMAS VENDER OU COMPRAR NÃO>**

O enunciado desses lexemas seria parafraseado de forma expandida, dando ao leitor-surdo uma informação mais precisa e detalhada, com equivalências mais adequadas com relação ao texto original.

Na sequência, o parlamentar¹ complementa a fala do parlamentar² com o seguinte enunciado:

“e coloquei uma emenda mas eu percebi que as emendas de bancadas são mais difíceis de serem lembradas então nós pegamos a nossa própria as nossas emendas individuais e fizemos uma emenda de oito milhões”

O parlamentar¹ demonstra a sua insatisfação com as propostas de alteração ou de modificação no projeto de lei, pois percebe que os partidos de bancadas não são lembrados, já que ele, enquanto Deputado Federal necessita realizar uma alteração de forma particular em relação ao seu projeto, o qual propõe uma arrecadação de oito milhões. Nesse enunciado, o Tils¹ realiza as escolhas interpretativas dos lexemas manuais transcritos nas seguintes glosas:

**<IX(você) RESUMO PRÓPRIO XXX GRUPO+ FS(XXX) DIFÍCIL
NÃO LIVRE IX(ele) MEU+ IX(eu_próprio) EGOISTA
IX(eu_próprio) SOZINHO FAZER DINHEIRO VERBA ROUBAR
MILHÕES REAL>**

O Tils¹, nesse enunciado, interpreta o lexema <RESUMO> para referir-se ao lexema “emenda”, proferido pelo parlamentar¹, sendo que ambos têm sentidos totalmente diferentes.

O lexema <RESUMO> tem o sentido de realizar uma exposição sintetizada de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos, das características básicas de alguma coisa, com a finalidade de transmitir uma ideia geral sobre seu sentido, e, para o lexema “emenda”, é o que já se destacou na análise de um enunciado anterior, ou seja, o significado para “emenda” é de propor algo para uma alteração no todo ou em partes. Nesse enunciado do EX13, os lexemas interpretados se distanciam significativamente do sentido real do texto da modalidade oral da língua portuguesa. Então, pensando numa nova versão de interpretação, escolher-se-iam os seguintes lexemas:

<IX(eu_próprio) JÁ PROPOSTA IX(nos-todos) MUDAR PERCEBER DIFÍCIL PROPOSTA ACEITAR GRUPO+++ FS(p-a-r-t-i-d-o) POLÍTICO APOIAR IX(nos) RESOLVER FAZER PROPOSTA PROJETO LEI SOZINHO DEPOIS TENTAR CONSEGUIR TALVEZ FS(8) MILHÃO VERBA>

Compreende-se que, nesse enunciado, os novos lexemas escolhidos, possibilitariam refinar a interpretação simultânea e, conseqüentemente, colaborariam para a compreensão do leitor-surdo.

E, por fim, o parlamentar¹ realiza o seguinte enunciado:

“pra comprarmus um helicóptero pra qui a pulícia militar da Paraíba pra que os puliciais da Paraíba pudessem ter um helicópteteru e acabar com a vergonha de que ia ver de que ia ver us bandidos entra um nus municípios do interior implodirem agências bancárias i sairem im camionéta i a dexarem as pessouas u cidadão daquela comunidade daquela cidade indignadus (!)”

Destaca-se, nesse enunciado, que o parlamentar¹ procura recuperar a informação sobre a emenda de oito milhões, que servirá para comprar o helicóptero destinando à polícia militar da Paraíba, para que os policiais, em situações adversas ou diversas não, passem por constrangimentos com a prestação dos serviços à população.

Em relação a esse enunciado, o Tils¹ realiza as escolhas interpretativas dos lexemas manuais, transcritos com as seguintes glosas:

<GANHAR COMPRAR HELICÓPTERO PRÓPRIO POLÍCIA MILITAR ESTADO PARAÍBA COM GRUPO POLÍCIA GANHAR TER HELICÓPTERO ACABAR VERGONHA VER VAGABUNDO ENTRAR CIDADE+ ROUBAR DV(*explosão*) DESTRUIR BANCO FUGIR CAMINHÃO COM JUNTO ESQUECER DEIXAR POVO MAIS CIDADE ANGUSTIA MEDO DÚVIDA ACREDITAR (YYY):::>

Esses lexemas ora se aproximam do sentido original do texto da modalidade oral do português, principalmente no início, ora se distanciam significativamente, principalmente ao final do enunciado do EX13. Esse distanciamento é observado nos lexemas <ANGÚSTIA>, <MEDO>, <DÚVIDA> quando o Tils¹ escolhe para interpretar o adjetivo “*indignado*”. O sentido de estar “*indignado*”, nesse enunciado do parlamentar¹, revela o quanto à população se encontra lesada e agredida pela ação dos bandidos. Com isso, compreende-se que escolher os adjetivos como <RAIVA>, <ÓDIO>, <BRABO> ou <FRUSTRADO> expressaria melhor a intensidade da “*indignação*” que o parlamentar¹ revelou em relação à vulnerabilidade da população. Numa segunda versão, realiza-se uma paráfrase expandida, com os seguintes lexemas

<IX(nos) COMPARAR FS(1) HELICÓPTERO PRÓPRIO POLICIA MILITAR USAR ESTADO PARAÍBA PORQUE AJUDAR ACABAR TODA VERGONHA POLICIA SENTIR PORQUE <NÃO_TER> QUALIDADE DENTRO TRABALHO PRÓPRIO(.) EVITAR LADRÃO+PESSOA ENTRAR CIDADE R O U B A R B A N C O D V (e x p l o s ã o) D E N T R O <BANCO+CASA(agência)> DEPOIS FUGIR CAMINHONETE(.) CIDADÃO CADA VER NADA PODE FAZER NADA POLICIA FAZER PORQUE FALTA TER HELICÓPTERO AJUDAR TRABALHO (<) DEPOIS PESSOAS SENTIR RAIVA BRABO FRUSTRADO PORQUE NADA RESOLVER (+expressão brabo)>

| Excerto – 14 (EX14) | |
|--|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils ¹ |
| <i>(#P1) Que não basta muito pra genti ficá indignadu (!) (11'47"–11'50") só precisa levarem a nossa carteira (11'50"–11'53") só precisa a gente senti na péli um pouco da violência i da disordem qui ixtá vivendo us cidadãos brasilêrus (11'53"–12'03")</i> | [PAUSA] (11'50"–11'51") XXX PRECISAR ROUBA EXEMPLO (11'51"–11'54") SIMPLES CARTEIRA DINHEIRO IX(eu_próprio) DINHEIRO ENTÃO SENTIR QUE VIOLÊNCIA PRÓPRIO IX(eu_próprio) DESAFIO CONFUSÃO BAGUNÇA NEGATIVO JÁ [PAUSA] (11'54"–12'04") |

Nesse EX14, está registrado um sentimento de frustração por parte do parlamentar¹ no seguinte enunciado:

“Que não basta muito pra genti ficá indignadu (!) só precisa levarem a nossa carteira só precisa a gente senti na péli um pouco da violência i da disordem qui ixtá vivendo us cidadãos brasilêrus”

O parlamentar¹ desabafa proferindo que não precisa de muito para ter um sentimento de indignação (frustração), pois a violência pode ser sentida no cotidiano da sociedade. Nesse sentido, o Tils¹, nos lexemas manuais, interpreta o enunciado pelo que está transcrito nas seguintes glosas:

<[PAUSA*] XXX PRECISAR ROUBA EXEMPLO SIMPLES CARTEIRA DINHEIRO IX(eu_próprio) DINHEIRO ENTÃO SENTIR QUE VIOLÊNCIA PRÓPRIO IX(eu_próprio) DESAFIO CONFUSÃO BAGUNÇA NEGATIVO JÁ [PAUSA]>

Para essas glosas, há um movimento em Libras, que inicialmente não se consegue identificar, <XXX>, interpretado pelo Tils¹ e, conseqüentemente, não se tem a informação do sentido da realização desse movimento. Observa-se que durante a pausa [*], o Tils¹ omitiu o enunciado do parlamentar¹ quando ele (P1) profere: *“Que não basta muito pra genti ficá indignadu (!)”*. O Tils¹, nesse momento, não expressa a eloquência do orador (P1), quando o mesmo exclama o sentimento de *“indignação”*, ou seja, o Tils¹ não incorpora na interpretação as expressões faciais, a prosódia e a intensidade que o parlamentar¹ manifesta durante o seu discurso. Na oportunidade de uma nova interpretação desse enunciado (EX14), realizaria uma segunda versão, com os seguintes lexemas:

<POSSÍVEL FRUSTRADO SENTIR IX(nós) POUCO SÓ SIMPLES (,) EXEMPLOS PESSOA ROUBA CARTEIRA DINHEIRO IX(me) PARTICULAR SÓ SENTIR IGUAL QUEM JÁ OUTRAS PESSOAS EXPERIÊNCIA SENTIR REVOLTA PREJUÍZO (,) VIOLÊNCIA <NÃO_TER> RESPEITAR LEI DENTRO SOCIEDADE FRUSTRAR CADA CIDADÃO PERDER (exp. Facial de frustração+indignação)>

Esses lexemas em Libras interpretam a “violência” e a “desordem” que a sociedade está vivenciando, enfatizando uma infração de leis vigentes e instituídas para a ordem e progresso no Estado. Essas escolhas interpretativas são consideradas uma paráfrase expandida do enunciado que, conseqüentemente, propiciaria ao leitor-surdo maior clareza do que fora interpretado.

| Excerto – 15 (EX15) | |
|---|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils¹ |
| <p><i>(#P1) Pra que a gente possa também ficá indignado (,) (12'03"–12'06") e diante dessa indignação do povo da Paraíba (,) qui siqué tem um helicóptero (12'06"–12'11")(,) tinha um helicóptero emprexstado mas qui foi levado por um exstado e nunca mais voltou (12'11"–12'18") i parece que a Paraíba não é a Paraíba na hora da du período eleitoral (12'18"–12'25") as pessoas lembram qui a Paraíba existe (,) (12'25"–12'28") lembram que alguns ixstados da federação existem (12'29"–12'33")</i></p> | <p>IX(nós) PODER TAMBÉM SENTIR PROVOCADO <POR_ISSO> ENTÃO POVO BRASIL PARAÍBA COM HELICÓPTERO NADA2 NADA ENTÃO (12'04"–12'13") ATÉ HELICÓPTERO PEDIR+++ ENTÃO MAS DEPOIS ESTADO OUTRO PEGAR MAS VOLTAR NADA SUMIR ENTÃO EXEMPLO PARAÍBA FS(p-a-r-a-i-b-a) HORA VOTAR FALAR ENTÃO PESSOA GERAL (YYY) LEMBRAS ESTADO PARAÍBA VIDA COMO+++ (12'13"–12'31") LEMBRAR ALGUM ESTADO FEDERAL VIDA ENTÃO PARAÍBA HOJE::: (12'31"–12'38")</p> |

No EX15, o parlamentar¹ continua relatando a sua indignação com o seguinte enunciado:

“Pra que a gente possa também ficá indignado (,) e diante dessa indignação do povo da Paraíba (,) qui siqué tem um helicóptero (,) tinha um helicóptero emprexstado mas qui foi levado por um exstado e nunca mais voltou i parece que a Paraíba não é a Paraíba na hora da du período eleitoral as pessoas lembram qui a Paraíba existe (,) lembram que alguns ixstados da federação existem”

Ou seja, mesmo com tanta indignação do povo da Paraíba, por não ter nem sequer um helicóptero para usar como empréstimo para o auxílio à população, o parlamentar¹ enfatiza que o Estado da Paraíba só é lembrado no período das eleições, assim como outros Estados. Nesse EX15, o discurso do parlamentar¹ encontra-se truncado e com equívocos de concordância verbal e nominal no uso da sintaxe da LP. O Tils¹, por sua vez, realiza a interpretação dos lexemas transcritos nas seguintes glosas:

<IX(nós) PODER TAMBÉM SENTIR PROVOCAR <POR_ISSO> ENTÃO POVO BRASIL PARAÍBA COM HELICÓPTERO NADA2

NADA ENTÃO ATÉ HELICÓPTERO PEDIR+++ ENTÃO MAS DEPOIS ESTADO OUTRO PEGAR MAS VOLTAR NADA SUMIR ENTÃO EXEMPLO PARAÍBA FS(p-a-r-a-í-b-a) HORA VOTAR FALAR ENTÃO PESSOA GERAL (YYY) LEMBRA ESTADO PARAÍBA VIDA COMO+++ LEMBRAR ALGUM ESTADO FEDERAL VIDA ENTÃO PARAÍBA HOJE:::>

O Tils¹ inicia com o lexema <IX(nos)>, que incorpora o lexema “a gente”, porém, constata-se que foi interpretado o lexema manual <SENTIR PROVOCAR> ao povo brasileiro. Nesse sentido, verifica-se que o parlamentar¹ não verbalizou o vocábulo “provocar” e sim o vocábulo “indignado”, no sentido de frustração em relação à situação da falta de recursos para o Estado da Paraíba. Segundo o parlamentar¹, atualmente o Estado da Paraíba não tem uma qualidade de vida, e nessa interpretação, caso houvesse a possibilidade de outra versão, escolher-se-iam os seguintes lexemas:

<IX(nós) PODE FRUSTRADO TAMBÉM POVO SENTIR PARAÍBA FRUSTRADO(,) PORQUE NADA TER HELICÓPTERO EMPRESTADO(,) OUTRO ESTADO BRASIL NADA VOLTAR ATÉ AGORA USAR PARAÍBA CONTINUAR(,) PERCEBER PARAÍBA SEMPRE ESQUECER NECESSÁRIO COISAS ESTADO(,) PERCEBER FÁCIL PARAÍBA SÓ LEMBRAR PERÍODO VOTO(eleições) ASSIM ACONTECER TAMBÉM DIFERENTE ESTADO+++ BRASIL>

Compreende-se que essas escolhas lexemáticas em Libras, redefinem o sentido do enunciado, permitindo ao leitor-surdo uma melhor compreensão sobre o discurso desse EX15.

| Excerto – 16 (EX16) | |
|---|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils¹ e Libras.Tils² |
| <p><i>(#P1) I a Paraíba siqué hoje ainda não tem helicóptero (12'33"–12'37") purque a nossa emenda individual qui colocamus u meu governadô u governadô du meu ixtado (12'37"–12'44") não teve força suficiente(,) a nossa presidenta não teve sensibilidade suficiente (12'44"–12'50") u guvernu não teve sensibilidade suficiente (12'50"–12'53") pra liberar uma emenda individual pra compra de um helicóptero um único helicóptero(,) um único helicóptero (12'53"–13'02") qui a Paraíba qui a pulcía da Paraíba ia tê mas infelizmente nós não conseguimos essi helicóptero (13'02"–13'09")</i></p> | <p>(LIBRAS.TILS¹) ATÉ AGORA HELICÓPTERO AINDA MAS IX(nós) DINHEIRO VERBA IX(eu_próprio) VERBA MEU ESTADO IX(você) (12'38"–12'45") GANHAR NÃO FORTE GANHAR DINHEIRO VERBA PEGAR PRÓPRIO IX(nós) PRESIDENTE GANHAR (YYY) RESUMO DETALHES (YYY) (12'45"–12'52") [PAUSA] (12'52"–12'53") TAMBÉM GANHAR LIVRE QUERER DINHEIRO IX(eu_próprio) DINHEIRO VERBA COMPRAR HELICÓPTERO PRÓPRIO FS(1) ESTADO (12'55"–13'00") [PAUSA] (LIBRAS.TILS²-REVEZAMENTO) (13'00"–13'02") HELICÓPTERO PRÓPRIO POLÍCIA PARAÍBA IX(lá) TER MAS AINDA NÃO HELICÓPTERO ENTÃO (13'02"–13'09")</p> |

Verifica-se, no EX16, que o parlamentar¹ continua seu discurso sobre o problema da falta de um helicóptero e manifesta também a falta de comprometimento do governo do Estado Paraíba e da Presidência do Brasil em não dar vistas ao pedido da emenda na proposta de lei para compra de um helicóptero. O discurso do parlamentar é o que segue:

“I a paraíba siqué hoje ainda não tem helicóptero porque a nossa emenda individual qui colocamus u meu governadô u governadô du meu ixstado não teve força suficiente (,) a nossa presidenta não teve sensibilidade suficiente u guvernu não teve sensibilidade suficiente pra liberar uma emenda individual pra compra de um helicóptero um único helicóptero(,) um único helicóptero qui a Paraíba qui a pulícia da Paraíba ia tê mas infelizmente nós não conseguimos essi helicóptero”

Constata-se que o Tils¹ realiza a seguinte interpretação simultânea dos lexemas, transcritos nessas glosas:

<ATÉ AGORA HELICÓPTERO AINDA MAS IX(nós) DINHEIRO VERBA IX(eu_próprio) VERBA MEU ESTADO IX(você) GANHAR NÃO FORTE GANHAR DINHEIRO VERBA PEGAR PRÓPRIO IX(nós) PRESIDENTE GANHAR (YYY) RESUMO DETALHES (YYY) [PAUSA] TAMBÉM GANHAR LIVRE QUERER DINHEIRO IX(eu_próprio) DINHEIRO VERBA COMPRAR HELICÓPTERO PRÓPRIO FS(1) ESTADO [PAUSA] (Libras.Tils²-revezamento) HELICÓPTERO PRÓPRIO POLÍCIA PARAÍBA IX(lá) TER MAS AINDA NÃO HELICÓPTERO ENTÃO>

Observa-se que o Tils¹ se apropria de lexemas que ora equivalem ao texto original da modalidade oral do discurso do parlamentar¹, ora se distanciam expressivamente do sentido do texto original. A construção não se encontra completa na estruturação gramatical da LS. O Tils¹ escolheu a glosa <RESUMO> para o sentido de “emenda”, embora ambos tenham os sentidos totalmente diferentes, conforme análise anterior.

Para a expressão “sensibilidade suficiente” não foram identificados lexemas manuais na interpretação simultânea. Acredita-se que o Tils¹ esteja se preparando para realizar o revezamento com seu outro colega <(Tils¹) Libras (Tils²)>. Nesse sentido, a interpretação do Tils¹, no momento do revezamento com o Tils², não é concluída, interrompendo a compreensão do leitor-surdo. Destaca-se que, numa situação de revezamento, o ideal é que o

trabalho seja realizado em equipe de, no mínimo, três Tils, ou seja, enquanto o Tils de atuação estiver mediando a comunicação, o Tils de revezamento está se preparando para assumir a função do Tils de atuação, pois o Tils de apoio continuará dando o suporte cognitivo ao Tils em atuação, para que as escolhas interpretativas continuem sendo realizadas conforme proferidas no discurso ou, então, o Tils de revezamento e o Tils de atuação devem aguardar um momento de pausa do interlocutor do discurso.

O vídeo não registra nesse cenário de atuação dos Tils, por estarem em contexto midiático que não permite identificar os bastidores. Nessa situação de revezamento, escolher-se-ia, para a interpretação desse enunciado, uma segunda versão com os seguintes lexemas:

<AQUI PRÓPRIO PARAÍBA NADA TER HELICÓPTERO PORQUE IX(nós/nossa) PROPOSTA PARTICULAR IX(eu) APRESENTAR GOVERNO ESTADO PARAÍBA NADA FAZER APOIAR TAMBÉM PRÓPRIA PRESIDENTE BRASIL NÃO OLHAR PRECISAR URGENTE COMPRAR HELICÓPTERO SÓ FS(1) HELICÓPTERO ESTADO PARAÍBA AJUDAR SIM POLICIA MAS TRISTE ATÉ AGORA NADA CONSEGUIR TER HELICÓPTERO>

Compreende-se que, para as escolhas desses lexemas, o Tils realizaria uma paráfrase expandida, a qual possibilitaria a leitura e a compreensão do leitor-surdo.

| Excerto – 17 (EX17) | |
|--|--|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils² |
| <p><i>(#¹P1) I a violência na Paraíba pasmem Senhores e Senhôras(,) (13'09"–13'13") João Pessoa é a terceira capital mais violenta do Brasil (13'13"–13'19") João Pessoa é a nôna cidade mais violênta do mundu (13'19"–13'24") João Pessoa é linda (!) (13'25"–13'27") João pessoa é maravilhosa(,) quem vai em João Pessoa quer voltar novamente (13'27"–13'32") mas infelizmente(,) João Pessoa hoje é a terceira capital mais violenta do Brasil i a nona cidade mais violenta do mundo (13'32"–13'41")</i></p> | <p>PENSAR IX(lá) PARAÍBA (13'09"–13'11") [PAUSA] (13'11"–13'12") ACORDAR IX(vocês) (.) (13'12"–13'14") [PAUSA] (13'14"–13'15") APROVEITAR <JOÃO_PESSOA> (13'15"–13'16") [PAUSA] (13'16"–13'17") TERCEIRA PRINCIPAL VIOLÊNCIA2 BRASIL (13'17"–13'19") [PAUSA] (13'19"–13'19") CAPITAL (13'19"–13'20") [PAUSA] (13'20"–13'20") <JOÃO_PESSOA> É FS(9) CIDADE MAIS VIOLÊNCIA2 MUNDO (13'20"–13'25") [PAUSA] (13'25"–13'26") <JOÃO_PESSOA> BONITO (13'26"–13'28") [PAUSA] (13'28"–13'29") MARAVILHA (13'29"–13'30") [PAUSA] (13'30"–13'31") SINAL SOL (YYY) VISITAR QUERER NOVAMENTE VISITAR MAS TRISTE ENTÃO (13'30"–13'35") [PAUSA] (13'35"–13'36") <JOÃO_PESSOA> (YYY) HOJE IX(lá) TERCEIRO CAPITAL MAIS VIOLÊNCIA BRASIL FS(9) CIDADE VIOLÊNCIA2 MAIS MUNDO (13'36"–13'42")</p> |

Neste EX17, o parlamentar¹ chama a atenção dos demais deputados presentes na sessão da Câmara dos Deputados Federais para o fato de que a cidade de João Pessoa sofre muita violência, o que se destaca no seguinte enunciado:

“I a violência na Paraíba pasmem Senhores e Senhóras(.) João Pessoa é a terceira capital mais violenta do Brasil João Pessoa é a nôna cidade mais violênta du mundu João Pessoa é linda (!) João pessoa é maravilhosa(.) quem vai em João Pessoa quer voltar novamente mas infelizmente(.) João Pessoa hoje é a terceira capital mais violenta do Brasil i a nona cidade mais violenta do mundo”

Verifica-se que o parlamentar¹ informa que João Pessoa é considerado a terceira capital mais violenta no Brasil e, no *ranking* mundial, a nona cidade mais violenta. Para ele (P1), os números são alarmantes. Na sequência, o parlamentar¹ salienta o quanto a cidade é linda e o quanto ela é desejada pelos brasileiros. O Tils², nesse enunciado, realiza a interpretação simultânea, transcrita com as seguintes glosas:

<PENSAR IX(lá) PARAÍBA [PAUSA] ACORDAR IX(vocês) (.) [PAUSA] APROVEITAR <JOÃO_PESSOA> [PAUSA] TERCEIRA PRINCIPAL VIOLÊNCIA2 BRASIL [PAUSA] CAPITAL [PAUSA] <JOÃO_PESSOA> É FS(9) CIDADE MAIS VIOLÊNCIA2 MUNDO [PAUSA] <JOÃO_PESSOA> BONITO [PAUSA] MARAVILHA [PAUSA] SINAL SOL (YYY) VISITAR QUERER NOVAMENTE VISITAR MAS TRISTE ENTÃO [PAUSA] <JOÃO_PESSOA> (YYY) HOJE IX(lá) TERCEIRO CAPITAL MAIS VIOLÊNCIA BRASIL FS(9) CIDADE VIOLÊNCIA2 MAIS MUNDO>

O Tils² realiza uma sequência de pausas <[PAUSA]> durante todo o enunciado da interpretação e, ao mesmo tempo, escolhe lexemas em Libras relativos a cada lexema em Português do texto original. Nota-se, nessa interpretação, que o Tils² não realiza o uso dos lexemas na estrutura sintática de Libras, ou seja, os lexemas resultam nas escolhas de “palavra mais sinal”, separando-as por pausas, conforme discorre o discurso do parlamentar¹. Destaca-se, nesse enunciado, que o Tils², ao realizar os lexemas de forma pausada, preenche com eloquência a interpretação com expressões faciais de forma intensa, relativamente à entonação da voz do parlamentar¹, as quais são enriquecidas em cada pausa e revelam a prosódia do discurso desse enunciado.

| Excerto – 18 (EX18) | |
|---|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils² |
| <p><i>(#P1) Infelizmente (13'42"–13'43") nós não queríamos qui na copa num país que ixstá acontecendo a copa (13'43"–13'50") que nós já colocamos qui não é a copa dos sonhus dus brasilêrus (13'50"–13'54") a copa dos sonhus dus brasilêrus talvez (13'54"–13'57") nos gostaríamos muito de torcê pelu Brasil di vê-lu campeão (13'57"–14'02") mas a copa dos sonhus dus brasilêrus não precisa talvez qui u Brasil viéssi a sê campeão (14'02"–14'08") a copa dos sonhus dus brasilêrus, precisava qui quandu a copa terminássi (14'09"–14'14") a gente pudéssi sabe qui as crianças brasilêras frequenta is frequentas iscóla (14'14"–14'20") qui as crianças brasilêras têm fardamento iscolar (14'20"–14'23") qui as crianças brasilêras têm tecnologia nas iscólas (14'23"–14'27") qui as crianças brasilêras têm professores bem preparados e bem pagos e motivadus (14'27"–14'33")</i></p> | <p>MAS TRISTE ENTÃO (13'43"–13'44") [PAUSA] (13'44"–13'45") IX(nós) <NÃO_QUIER> IX(você) (13'45"–13'47") [PAUSA] (13'47"–13'48") PERÍODO GRUPO FUTEBOL2 MUNDO IX(nós) <NÃO_QUIERER> IX(lá) ERRAR GRUPO FUTEBOL2 MUNDO É FS(c-o-p-a) ACONTECER PRÓPRIO POVO NÃO (13'48"–13'55") [PAUSA p/ coçar a mão] (13'55"–13'56") FS(c-o-p-a) SONHAR POVO IX(aqui) BRASIL IX(nós) QUIERER MUITO (13'56"–13'59") TORCER VIBRAR BRASIL PEDIR GANHAR VIBRAR VER QUIERER MAS FS(c-o-p-a) BRASIL ENTÃO (13'59"–14'05") PODER G(NÃO) TALVEZ::: PODER HOJE PODER <NÃO_TER> BRASIL GANHAR G(NÃO) (14'05"–14'10") FS(o_k(YYY)) ACONTECER IX(aqui) BRASIL (14'10"–14'12") PODER IX(aqui) BRASIL PODER IX(aqui) PRONTO FS(c-o-p-a) SABER CRIANÇA TER IX(aqui) (14'12"–14'18") IR (YYY) ESCOLA (14'18"–14'20") [PAUSA] (14'20"–14'21") CRIANÇAS IX(aqui) BRASIL TER::: ROUPA ESCOLA (14'21"–14'25") CRIANÇA BRASIL TER TECNOLOGIA DENTRO ESCOLA (14'25"–14'28") CRIANÇA TER PROFESSOR PROFISSIONAL ORGANIZAR POSITIVO FORMAÇÃO POSITIVO SALÁRIO BOM VONTADE TRABALHAR IX(aqui) TALVEZ ENTÃO (14'28"–14'36")</p> |

Constata-se, no EX18, que o parlamentar¹ desabafa relacionando a Copa do Mundo com um problema de ordem social, como se observa no seguinte enunciado:

“Infelizmente nós não queríamos qui na copa num país que ixstá acontecendo a copa que nós já colocamos qui não é a copa dos sonhus dus brasilêrus a copa dos sonhus dus brasilêrus talvez nos gostaríamos muito de torcê pelu Brasil di vê-lu campeão mas a copa dos sonhus dus brasilêrus não precisa talvez qui u Brasil viéssi a sê campeão a copa dos sonhus dus brasilêrus(.) precisava qui quandu a copa terminássi a gente pudéssi sabe qui as crianças brasilêras frequenta is frequentas iscóla qui as crianças brasilêras têm fardamento iscolar qui as crianças brasilêras têm tecnologia nas iscólas qui as crianças brasilêras têm professores bem preparados e bem pagos e motivadus”

O parlamentar¹ demonstra seus sentimentos de como ele gostaria que a Copa do Mundo acontecesse no Brasil. Nesse caso, ele (P1) argumenta que se essa fosse realmente a “copa” dos sonhos dos brasileiros, o povo torceria para ver também um Brasil campeão, como todos os brasileiros sonham. Certamente, teria um país com condições de ações de políticas públicas para a sociedade. Portanto, o parlamentar¹ deseja que, quando terminar a Copa do Mundo, os

deputados tenham a certeza de que as crianças tenham acesso à tecnologia nas escolas, com professores bem preparados, motivados a ensinar e bem pagos para o exercício de sua função.

Por sua vez, o Tils² realiza a seguinte interpretação simultânea, transcrita nestas glosas:

<MAS TRISTE ENTÃO [PAUSA] IX(nós) <NÃO_QUER> IX(você)
[PAUSA] PERÍODO GRUPO FUTEBOL2 MUNDO IX(nós)
<NÃO_QUERER> IX(lá) ERRAR GRUPO FUTEBOL2 MUNDO É
FS(c-o-p-a) ACONTECER PRÓPRIO POVO NÃO [PAUSA p/ coçar
a mão] FS(c-o-p-a) SONHAR POVO IX(aqui) BRASIL IX(nós)
QUERER MUITO TORCER VIBRAR BRASIL PEDIR GANHAR
VIBRAR VER QUERER MAS FS(c-o-p-a) BRASIL ENTÃO
PODER G(NÃO) TALVEZ::: PODER HOJE PODER <NÃO_TER>
BRASIL GANHAR G(NÃO) FS(o-k(YYY)) ACONTECER IX(aqui)
BRASIL PODER IX(aqui) BRASIL PODER IX(aqui) PRONTO
FS(c-o-p-a) SABER CRIANÇA TER IX(aqui) IR (YYY) ESCOLA
[PAUSA] CRIANÇA IX(aqui) BRASIL TER::: ROUPA ESCOLA
CRIANÇA BRASIL TER TECNOLOGIA DENTRO ESCOLA
CRIANÇA TER PROFESSOR PROFISSIONAL ORGANIZAR
POSITIVO FORMAÇÃO POSITIVO SALÁRIO BOM VONTADE
TRABALHAR IX(aqui) TALVEZ ENTÃO>

Verifica-se que, no EX18, o Tils² realiza, em suas escolhas interpretativas, lexemas com equivalências formais precisas, correlacionadas à prosódia do ato de fala do parlamentar¹, que fora externada pelo aspecto secundário da língua de sinais, ou seja, o Tils² se apropria das expressões faciais relativas aos aspectos gramaticais da língua de sinais. Portanto, o Tils², ao realizar o sinal em Libras, estende o movimento da configuração de mãos, e alguns sinais não ficam finalizados completamente, mas se compreende o sentido de cada lexema. Considera-se que nesse enunciado do EX18 os lexemas interpretados constituem paráfrases expandidas, que equivalem ao sentido do texto original (LP.Oral–P1).

| Excerto – 19 (EX19) | |
|---|--|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils² |
| <i>(#P1) Esta talvez(,) eu cum certeza é a copa dos sonhus dos brasilêrus (14'33"–14'39") é podê era podê moxstá para us istrangeros qui nessi país tem sigurança (14'39"–14'45") têm educação é principalmienti (14'45"–14'48") a genti pudéssi dizê prus istrangeiros qui nessi país tem corrupção mas é poca corrupção (14'48"–14'56")</i> | PERFEITO IX(aqui) É FS(c-o-p-a) SONHAR PRÓPRIO POVO (14'36"–14'40") [PAUSA] (14'40"–14'41") PODER TAMBÉM MOSTRAR PESSOAS OUTRO PAÍS IX(aqui) BRASIL TER SEGURANÇA ENSINO TER (14'41"–14'48") [PAUSA] (14'48"–14'49") PRINCIPALMENTE (,) IX(nós) ENTÃO (14'49"–14'51") PODE PADRÃO MOSTRAR OUTRA PESSOA (,) OUTRO PAÍS (14'51"–14'55") IX(aqui) TER FS(o-u-r-o) SEU (14'55"–14'57") MAS POUCO (14'57"–14'58") [PAUSA] (15'58"–15'59") SONHAR BRASIL (14'59"–15'00") MAS POUCO (14'57"–14'58") |

Nesse enunciado, o parlamentar¹ afirma como é a Copa do Mundo:

“Esta talvez, eu cum certeza é a copa dus sonhus dus brasilêrus é podê era podê moxstá para us istrangeros qui nessi país tem sigurança têm educação é principalmenti a genti pudéssi dizê prus istrangeiros qui nessi país tem corrupção mas é poca corrupção”

O enunciado do parlamentar¹ revela a preocupação com o legado que a Copa do Mundo deixará para as crianças brasileiras. O parlamentar¹ afirma que a copa dos sonhos dos brasileiros poderia ser referência de um país que preserva a segurança e a educação. Destaca que os estrangeiros poderiam perceber que no Brasil não há fraudes nem corrupção, o que, de fato, não vem acontecendo. O Tils², nesse enunciado, realiza a interpretação simultânea, dos lexemas transcritos nas seguintes glosas:

<PERFEITO IX(aqui) É FS(c-o-p-a) SONHAR PRÓPRIO POVO [PAUSA – com expressão serrando a boca] PODER TAMBÉM MOSTRAR PESSOAS OUTRO PAÍS IX(aqui) BRASIL TER SEGURANÇA ENSINO TER [PAUSA – para coçar a orelha] PRINCIPALMENTE (,) IX(nós) ENTÃO PODE PADRÃO MOSTRAR OUTRA PESSOA (,) OUTRO PAÍS IX(aqui) TER FS(o-u-r-o) SEU MAS POUCO [PAUSA – coçar o cabelo e olhar para baixo] SONHAR BRASIL MAS POUCO>

Compreende-se que, para esse enunciado do EX19, o Tils² realiza a interpretação de forma adequada. De forma quase imperceptível, enquanto o parlamentar¹ em seu discurso demonstra uma preocupação com a atual situação do Brasil, o Tils² a interpreta realizando algumas pausas que não se correlacionam com o enunciado. Todavia, percebe-se que o Tils² não realiza a interpretação do lexema “*corrupção*”, omitindo a informação proferida no discurso do parlamentar¹. Mesmo omitindo a informação do lexema “*corrupção*”, verifica-se que, nos demais lexemas interpretados, encontram-se bons equivalentes ao que foi proferido, principalmente quando o Tils² exalta a condição do país, fazendo uso do empréstimo linguístico da LP com <FS(o-u-r-o)>, no sentido de informar o quanto é possível idealizar um país dos sonhos dos brasileiros.

| Excerto – 20 (EX20) | |
|---|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils² |
| <p><i>(#P1) Eu acho que essi é um sonho di todo brasilêro esti é u sonho di todas as ciranças(,) essi é u sonhu di todus us adolescentes (14'56"–15'03") elis pudissim batê nu peito e dizê (15'03"–15'06") – Meu pai não é ladrão(!) (15'07"–15'10") Eu achu qui ninguém sonha tê um pai ladrão (15'10"–15'12") eu acho que eu nunca vi dizê qui uma criança sonhô im tê qui usa dinhêru qui não é seu (15'13"–15'22") eu acho que o sonho de todos assim como das crianças um sonho de todos us brasilêros é serem honestos (15'22"–15'28") eu acho qui essi é u sonhu dos brasilerus (15'29"–15'31")</i></p> | <p>[PAUSA] (15'00"–15'01") SONHAR CRIANÇA SONHAR PESSOA JOVEM (15'01"–15'04") [PAUSA] (15'04"–15'05") PODE MEU+ PAI (15'05" – 15'09") [PAUSA] (15'09"–15'10") ROUBAR NÃO (expressão facial intensa) (15'10"–15'11") YYY SONHAR QUERER TER PAI ROUBAR NINGUÉM <NÃO_QUERER> ENTÃO (15'11"–15'15") [PAUSA] (15'15"–15'16") IX(me) PENSAR NUNCA CRIANÇA SONHAR TER PAI É::: (15'16"–15'21") DINHEIRO ROUBAR ENTÃO (15'21"–15'23") [PAUSA] (15'23"–15'24") IX(me) SONHAR CRIANÇA SONHAR QUALQUER PESSOA É FS(h-o-n-e-s-t-i-d-a-d-e) PERFEITO ENTÃO (15'24"–15'31")</p> |

Nesse EX20, o parlamentar² relata um anseio no seguinte enunciado:

“Eu acho que essi é um sonho di todo brasilêro esti é u sonho di todas as crianças (,) essi é u sonhu di todus us adolescentes elis pudissim batê nu peito e dizê – Meu pai não é ladrão(!) Eu achu qui ninguém sonha tê um pai ladrão eu acho que eu nunca vi dizê qui uma criança sonhô im tê qui usa dinhêru qui não é seu eu acho que o sonho de todos assim como das crianças um sonho de todos us brasilêros é serem honestos eu acho qui essi é u sonhu dos brasilerus”

Destaca-se, nesse enunciado, que a Copa do Mundo deve ser de todas as crianças e adolescentes no Brasil, e que cada uma delas tenha a convicção de que seus *“pais não são ladrões na política”*. O parlamentar¹ também acredita que nenhuma criança ou adolescente deseja ter um *“pai ladrão”*, e que nenhuma dessas *“crianças deseja ter dinheiro que não sejam de sua propriedade”*. Evidencia-se, também que, assim como as crianças e adolescentes, os demais brasileiros também sonham em ser honestos e viver em um país de sonhos, com políticas públicas bem constituídas e consolidadas. O Tils², nesse enunciado, realiza a interpretação simultânea dos lexemas, transcritos nas seguintes glosas:

<[PAUSA] SONHAR BRASIL [PAUSA] SONHAR CRIANÇA SONHAR PESSOA JOVEM [PAUSA] PODE MEU+ PAI [PAUSA] ROUBAR NÃO (expressão facial intensa para o não) YYY SONHAR QUERER TER PAI ROUBAR NINGUÉM <NÃO_QUERER> ENTÃO [PAUSA] IX(me) PENSAR NUNCA CRIANÇA SONHAR TER PAI É::: DINHEIRO ROUBAR ENTÃO [PAUSA] IX(me)

SONHAR CRIANÇA SONHAR QUALQUER PESSOA É FS(h-o-n-e-s-t-i-d-a-d-e) PERFEITO ENTÃO>

Nesse enunciado do EX20, as escolhas interpretativas estão equivalentes ao texto original da língua fonte (LP.Oral-P1). O Tils² realiza paráfrase redutora para construir a ideia central do discurso do parlamentar¹. Observa-se que o Tils², ao interpretar o lexema “honesto” em LP, escolhe fazer uso do empréstimo linguístico, como se verifica na transcrição da glosa <FS(h-o-n-e-s-t-i-d-a-d-e)>. Entretanto, o Tils² poderia ter substituído esse empréstimo linguístico realizando uma paráfrase expandida <**NÃO ROUBAR NÃO ENGANAR NÃO MENTIR NADA FALSO PESSOA PERFEITA ENTÃO**>, que igualmente favoreceria a compreensão do leitor-surdo.

| Excerto – 21 (EX21) | |
|--|--|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils² |
| <p><i>(#P1) Eu vivia num país e honesto(,) onde as pessoas respeitam u póximo ondi u dinheiro da saúde vá pra saúde (15'31"–15'37") u dinheru da educação vá pra educação (15'37"–15'40") u dinheru da seguraça vá pra segurança (15'40"–15'44") eu acho qui essi é u sonhu dus brasilerus (15'44"–15'46")</i></p> | <p>[PAUSA] (15'31"–15'32") TER IX(aqui) PAÍS PERFEITO (15'32"–15'34") PESSOA RESPEITAR COOPERAÇÃO SAÚDE DINHEIRO VERBA FOCO SAÚDE DINHEIRO ENSINAR FOCO ENSINAR (15'34"–15'41") DINHEIRO PRÓPRIO SEGURANÇA FOCO SEGURANÇA (15'41"–15'44") [PAUSA] (15'44"–15'45") SONHAR (15'45"–15'47")</p> |

Nesse enunciado do EX21, o parlamentar¹ profere o que segue:

“Eu vivia num país e honesto(,) onde as pessoas respeitam u póximo ondi u dinheiro da saúde vá pra saúde u dinheru da educação vá pra educação u dinheru da seguraça vá pra segurança eu acho qui essi é u sonhu dus brasilerus”

O enunciado pontua que o parlamentar¹ já teve a experiência de viver num Brasil em que havia atitudes éticas, caracterizando como o Brasil, em outra época, já foi um país como o sonhado pelos brasileiros. O Tils², nesse enunciado, realiza a interpretação simultânea dos lexemas, transcritos nas seguintes glosas:

<[PAUSA] TER IX(aqui) PAÍS PERFEITO PESSOA RESPEITAR COOPERAÇÃO SAÚDE DINHEIRO VERBA FOCO SAÚDE

DINHEIRO ENSINAR FOCO ENSINAR DINHEIRO PRÓPRIO
SEGURANÇA FOCO SEGURANÇA [PAUSA] SONHAR>

Constata-se que o Tils², nesse enunciado, realiza uma paráfrase paralela em relação à ideia original do texto. Identifica-se que a escolha do adjetivo “*honesto*” fora interpretada com o lexema <PERFEITO>. Nesse caso, o lexema “*honesto*” tem, polissemicamente, o sentido referente a adjetivos, tais como: ‘honrado’, ‘digno’, ‘decente’, ‘íntegro’, ‘probo’, ‘reto’, ‘decente’, ‘conveniente’, ‘correto’, ‘adequado’, ‘decente’, ‘casto’, ‘puro’, ‘virtuoso’, que, em outras palavras, são qualidades de uma pessoa que age corretamente, mesmo que esteja contrariando aos seus interesses. (FERREIRA, 2009, p. 1055). No contexto desse EX21, o lexema <PERFEITO>, em Libras, tem o sentido de ser correto em relação ao uso do dinheiro público no Brasil, na referência que o parlamentar³ faz com relação à sua experiência em dada no Brasil.

| Excerto – 22 (EX22) | |
|--|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils² |
| <p><i>(#P1) Eu achu qui us braïlerus sonham todos us dias(.) eu achu qui us brasilerus (15'46"–15'50") vão terminá essa copa i vão vê qui as coisas ficarão até mais complicadas (15'50"–15'56") porque talvez depois dessa copa a gente qui abri a CPI dais arenas (15'56"–16'02") a CPI dus campus di futiból(.) talvez esta casa depois da copa fiqui somenti cum a herança di criá uma nova CPI pra investigá u qui foi qui hôvi di disvio nessi país (16'02"–16'15") qui passô sêti ânus si péparandu(.) passô sêti ânus si péparandu (16'15"–16'21")</i></p> | <p>[PAUSA] (15'47"–15'48") POVO BRASIL SONHAR <TODO_DIA> (.) (15'48"–15'51") POVO BRASIL FS(c-o-p-a)) PRÛNTO VAI VER ENTÃO::: (15'51"–15'55") MAIS CONFUSO PROBLEMA NOVAMENTE PORQUE FS(c-o-p-a) (15'55"–15'59") [PAUSA] (exp. de 'pois é') (15'59"–16'00") FS(v-a-i) FAZER PESQUISAR FS(c-p-i) PRÓPRIO ESTÁDIO (16'00"–16'04") [PAUSA] (16'04"–16'06") TALVEZ IX(aqui) ATÉ (16'06"–16'08") [PAUSA] (16'08"–16'09") DEPOIS DESISTIR <O_ QUÊ> É CRIAR FS(c-p-i) NOVA PESQUISAR (16'09"–16'12") <O_ QUÊ> ERRADO ROUBAR DINHEIRO IX(aqui) PAÍS (16'12"–16'16") [PAUSA] (16'16"–16'17") FS(7) ANOS TER ORGANIZAR TEMER (16'17"–16'19") FS(7) ANOS ORGANIZAR [pausa] (16'19"–16'21")</p> |

Nesse EX22, o parlamentar¹ continua discursando sobre as necessidades do Brasil com o seguinte enunciado:

“Eu achu qui us braïlerus sonham todos us dias (.) eu achu qui us brasilerus vão terminá essa copa i vão vê qui as coisas ficarão até mais complicadas porque talvez depois dessa copa a gente qui abri a CPI dais arenas a CPI dus campus di futiból (.) talvez esta casa depois da copa fiqui somenti cum a herança di criá uma nova CPI pra

investigá u qui foi qui hôvi di disvio nessi país qui passô séti ânus si péparandu(,) passô séti ânus si péparandu”

A fala do parlamentar¹ se refere aos brasileiros que sonham com um Brasil melhor, mas ele (P1) entende que, após a Copa do Mundo, provavelmente a situação no Brasil tende a piorar, até porque será necessário instaurar uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) para averiguar de que forma foi gasto o dinheiro com as construções dos estádios de futebol (as arenas). O Tils², nesse enunciado, realiza a interpretação simultânea dos lexemas, transcritos nas seguintes glosas:

<[PAUSA] POVO BRASIL SONHAR <TODO_DIA> (.) POVO BRASIL FS(c-o-p-a)) PRONTO FS(v-a-i) VER ENTÃO::: MAIS CONFUSO PROBLEMA NOVAMENTE PORQUE FS(c-o-p-a) [PAUSA] (exp. de 'pois é') FS(v-a-i) FAZER PESQUISAR FS(c-p-i) PRÓPRIO ESTÁDIO [PAUSA] TALVEZ IX(aqui) ATÉ [PAUSA] DEPOIS DESISTIR <O_QUÊ> É CRIAR FS(c-p-i) NOVA PESQUISAR <O_QUÊ> ERRADO ROUBAR DINHEIRO IX(aqui) PAÍS [PAUSA] FS(7) ANOS TER ORGANIZAR TEMER(exp. de medo) FS(7) ANOS ORGANIZAR [pausa]>

Nesse sentido, percebe-se que o Tils² realiza equivalências no discurso do parlamentar¹ quando ele (P3) pronuncia o substantivo “arenas”. O Tils², por sua vez, interpreta para o lexema <ESTÁDIO> e, na sequência do discurso, quando o parlamentar¹ pronuncia o verbo “desvio”, o Tils² interpreta os lexemas <ERRADO ROUBAR>. Percebe-se que tanto para “arena”, quanto para <ESTÁDIO> os sentidos são sinônimos, ou seja, são equivalentes. Para o verbo “desviar”, o sentido dos lexemas <ERRADO+ROUBAR> remetem a um conhecimento enciclopédico pré-definido do Tils² que, em se tratando de “desvio” no contexto político, o sentido se encontra no ato de cometer algum “erro”, algum desvio de algum caminho (substantivo masculino) ou de “roubar” algo, no sentido de fraudar (verbo). Nesses lexemas, <ERRADO+ROUBAR> não se referem ao mesmo sentido de ‘desviar’. Desviar o dinheiro público não significa exatamente roubar, mas usar o dinheiro indevidamente para outras finalidades, ou seja, “desviando” dos cofres públicos o dinheiro, agindo de má-fé. Sendo assim, uma opção teria sido a seguinte interpretação: <USAR ERRADO DINHEIRO PÚBLICO OUTRAS COISAS INTERESSE PRÓPRIO GOVERNO>. Podendo também fazer o uso dos lexemas <RUIM> ou <MAU> na escolha do lexema <ERRADO>, porém, em assim sendo, não se enfatizaria a gravidade de

“desviar o dinheiro público” no país. Sendo assim, constata-se que, numa segunda versão, o Tils realizaria uma paráfrase expandida para dar conta do sentido de pretendido com relação a desvio de dinheiro público.

Na seqüência, para o enunciado do discurso do parlamentar¹: “*passou-se sete anos se preparando*”, o Tils² acrescenta nos lexemas manuais o verbo “temer” nas seguintes glosas transcritas:

<FS(7) ANOS TER ORGANIZAR TEMER(exp. de medo) FS(7)
ANOS ORGANIZAR>

Todavia, o parlamentar¹ não manifestou o sentimento de “medo”, apenas repetiu duas vezes o enunciado “passou-se sete anos se preparando”, no sentido de estar indignado. Nesse contexto, o Tils² fez uso do lexema <TEMER> com o sentido de receio, medo ou preocupação sobre o tempo decorrido para preparar a Copa do Mundo. Então, pensando numa alternativa que desse conta da ênfase pretendida pelo parlamentar¹, poderia ser o caso da seguinte interpretação:

<JÁ AGORA FS(7) ANOS PASSAR (,) EU ADMIRAR JÁ FS(7)
ANOS PASSAR>

Com essas escolhas lexemáticas, enfatiza-se o tempo que se levou para preparar a Copa do Mundo no Brasil, contextualizando o leitor-surdo ao texto original.

| Excerto – 23 (EX23) | |
|---|--|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils² |
| <p><i>(#P1) I aqui não falta pessoas inteligentes (16'21"–16'24") Brasil não faltam engenheiros competentes profissionais competentes (16'24"–16'28") talvez nu Brasil si falti um pouco de vergonha (16'29"–16'32") mas di pessoas competentes eu tenho certeza que nu Brasil não falta (16'32"–16'36") de pessoas corajosas de pessoas que amam essa nação(,) não faltam não faltaum (16'37"–16'41") não faltaum pessoas qui amam éxsta nação (16'41"–16'44")</i></p> | <p>[PAUSA] (16'21"–16'22") IX(aqui) FALTAR PESSOA INTELIGENTE TER FALTAR (expressão de interrogação) NÃO (16'22"–16'25") [PAUSA] (16'25"–16'26") <NÃO_TER_COMUNICAÇÃO> PROFISSIONAL <NÃO_TER:::> TER (expressão de afirmação) (16'26"–16'28") [PAUSA] (16'29"–16'30") PARECER TALVEZ BRASIL FALTAR VERGONHA SÓ (16'30"–16'33") [PAUSA] (16'33"–16'34") MAS PESSOA RESPONSÁVEL PROFISSIONAL TER BRASIL FALTAR NÃO(.) (16'34"–16'38") [PAUSA] (16'38"–16'39") PESSOA CORAGEM AMAR PAÍS FALTAR NÃO (16'39"–16'42") PESSOA AMAR (expressão de afirmação intensa) IX(aqui) PAÍS (16'42"–16'45")</p> |

Nesse enunciado de EX23, o parlamentar¹ faz um elogio com o seguinte enunciado:

“I aqui não falta pessoas inteligentes Brasil não faltam engenheiros competentes profissionais competentes talvez nu Brasil si falti um pouco de vergonha mas di pessoas competentes eu tenho certeza que nu Brasil não falta de pessoas corajosas de pessoas que amam essa nação(.) não faltam não faltaum não faltaum pessoas qui amam éxsta nação”

Os profissionais que trabalham no Brasil são cidadãos inteligentes e competentes, considerando também competentes os engenheiros. O parlamentar¹ comenta a escassez de profissionais competentes, pois, no Brasil, o que não faltam são pessoas corajosas que amam o seu país. O Tils², para esse enunciado, realiza interpretação simultânea dos lexemas, transcritos com as seguintes glosas:

<[PAUSA] IX(aqui) FALTAR PESSOA INTELIGENTE TER FALTAR::: (expressão de interrogação) NÃO [PAUSA]<NÃO_TER_COMUNICAÇÃO> PROFISSIONAL <NÃO_TER:::> TER (expressão de afirmação) [PAUSA] PARECER TALVEZ BRASIL FALTAR VERGONHA SÓ [PAUSA] MAS PESSOA RESPONSÁVEL PROFISSIONAL TER BRASIL FALTAR NÃO (.) [PAUSA] PESSOA CORAGEM AMAR PAÍS FALTAR NÃO PESSOA AMAR (expressão de afirmação intensa) IX(aqui) PAÍS>

Verifica-se que o adjetivo ‘*competente*’ e o substantivo ‘*engenheiro*’ foram omitidos pelo Tils², porém, ele parafraseia paralelamente o enunciado: “*Brasil não faltam engenheiros competentes profissionais competentes*” com as seguintes glosas: <MAS PESSOA RESPONSÁVEL PROFISSIONAL TER BRASIL FALTAR NÃO>, o que segue ao sentido de que, no Brasil, se tem bons profissionais responsáveis e que não é impossível encontrá-los. O Tils², nesse enunciado, faz uso das expressões faciais com qualidade e intensidade ao discurso do parlamentar¹. Nesse sentido, pensando num processo de refinamento para escolhas interpretativas, desse EX23, ao que se refere a omissão do Tils² do enunciado proferido pelo parlamentar¹:

“I aqui não falta pessoas inteligentes Brasil não faltam engenheiros competentes”

É possível pensar numa segunda versão e escolher o uso dos seguintes lexemas:

<IX(aqui) NADA FALTAR PESSOAS INTELIGENTES PRÓPRIO BRASIL TER ENGENHEIRO CAPAZ PROFISSIONAL CAPAZ <O-QUE> TALVEZ FALTAR PRÓPRIO BRASIL VERGONHA(.) MAS TER IX(aqui) BRASIL PESSOAS CAPAZ IX(me) CERTO TER BRASIL PESSOA CORAGEM SEMPRE AMAR BRASIL CERTO NADA FALTAR PESSOA AMAR BRASIL PRÓPRIO>

Compreende-se que, nessa versão, o processo interpretativo se refina nas escolhas do Tils², e, naturalmente, colabora para a interpretação e compreensão do leitor-surdo.

| Excerto – 24 (EX24) | |
|---|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils² |
| <p><i>(#P1) I qui apesar dus pesis, eu olhu pra minha filha (16'45"–16'49") faço essi discurso em homenagem a ela (16'49"–16'51") olhu pra ela(.) í quando ela vê as pessoas indo nas ruas e ela sabe (16'51"–16'57") ela(.) ela prucura vivê cumigu esse pouco tempo que istivi aqui (16'59"–17'02") ela compreende a política ela sabe qui as pessoas que estão nus maniféxstus (17'02"–17'07") elas estão ali purque estão precisando di serviços di qualidade (17'08"–17'11")</i></p> | <p>(.) (16'45"–16'46") IX(lá) TER PROBLEMA SABER (16'46"–16'48") IX(me) VER FILH@ IX(el@) XXX IX(el@) CUMPRIMENTAR MULHER FILH@ VER ENTÃO DV(<i>olho_olho</i>) IX(lá) PESSOA IR RUA SABER ENTÃO (16'48"–16'58") [PAUSA] (16'58"–17'00") GRUPO COM IX(me) VIDA MAIS PEQUENO IX(aqui) ATÉ RESOLVER COMPREENDER DISCUTIR PEQUENO (17'00"–17'05") [PAUSA] (17'05"–17'06") PESSOA DV(<i>manifestação</i>) (17'06"–17'08") [PAUSA] (17'08"–17'09") TER IX(lá) PORQUE PRECISAR ENTÃO QUALIDADE (17'09"–17'12")</p> |

Nesse enunciado, o parlamentar¹ salienta que a “fala” dele é em homenagem a sua filha:

“I qui apesar dus pesis (,) eu olhu pra minha filha faço essi discurso em homenagem a ela olhu pra ela (,) í quando ela vê as pessoas indo nas ruas e ela sabe ela(.) ela prucura vivê cumigu esse pouco tempo que istivi aqui ela compreende a política ela sabe qui as pessoas que estão nus maniféxstus elas estão ali purque estão precisando di serviços di qualidade”

Ou seja, mesmo com todos os problemas enfrentados no Brasil, o parlamentar¹ realiza o seu discurso, direcionando uma homenagem especial para sua filha, pois sabe a opinião que ela tem em relação à sociedade como um todo. Segundo o parlamentar¹, a sua filha, mesmo

tendo convivido tão pouco tempo com ele na política, compreende o real sentido das manifestações que estão sendo realizadas pelo Brasil: todas são por um objetivo social comum, que é a garantia de serviços públicos de qualidade. O Tils¹, nesse enunciado, realiza a interpretação simultânea dos lexemas, transcritos com as seguintes glosas:

<(.) IX(lá) TER PROBLEMA SABER (exp. de afirmação) IX(me)
 VER FILH@ IX(el@) HOMENAGEM (faz uso das duas mãos
 intensificando) IX(el@) CUMPRIMENTAR <MULHER_FILH@>
 VER ENTÃO DV(*olho_olho*) IX(lá) PESSOA IR RUA SABER
 ENTÃO [PAUSA] GRUPO COM IX(me) VIDA MAIS PEQUENO
 IX(aqui) ATÉ RESOLVER COMPREENDER DISCUTIR PEQUENO
 [PAUSA] PESSOA DV(*manifestação*) [PAUSA] TER IX(lá)
 PORQUE PRECISAR ENTÃO QUALIDADE>

Observa-se que a expressão “*apesar dos pesares*” fora parafraseada de forma expandida pelo uso dos lexemas <(IX(lá) TER PROBLEMA SABER (exp. de afirmação)>, pois o sentido “*apesar dos pesares*”, refere-se a uma situação que pode estar relacionada a um sofrimento, ou uma opressão ou uma tristeza e/ou a um problema, porém, entende-se que é possível se reerguer, seja em qualquer situação. O Tils², ao realizar essa paráfrase expandida, com o uso do indexador adverbial de lugar <IX(lá)>, remete a uma situação problemática que a filha vivenciou no âmbito político, que fora proferida no discurso do parlamentar¹. Os demais lexemas escolhidos pelo Tils², nesse EX24, são interpretados linguisticamente e culturalmente para o leitor-surdo.

| Excerto – 25 (EX25) | |
|--|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils² |
| <p><i>(#P1) É muito difícil é muito difícil você chegá cum a filha num hospital(;) você chegá cum seu pai num hospital (17'12"–17'20") i tê qui ficá numa maca i as vezis numa cadêra sentadu (17'20"–17'23") i a s vezis não tem médicu i as vezis não tem equipamentus i as vezis não tem remédio (17'23"–17'28") é muito difícil(.) isso nos traz indignação(.) é muito difícil(.) (17'28"–17'33") enquanto tá si lutando pra si melhorá u tétu di algumas categorias (17'34"–17'38") us puliciais não terem nenhum pisu (17'38"–17'41") é muito difícil aceitar que uma presidenta da réplucica (17'41"–17'45") tenha colocado no seu programa di governu a criação du pisu nacional para us puliciais i bomberus (17'45"–17'52") é muito difícil(.) tevê vê uma candidata coloca (17'52"–17'56") registá nu TRE a criação du pêsú::: (17'57"–18'00") i cadê u pisu(?) Cadê u pisu dus puliciais(?) (18'01"–18'03") [PAUSA] (18'03"–18'04") cadê i pisu dus bomberus(?) (18'04"–18'06") Cadê u cadê a discução du assuntu(?) (18'06"–18'09")</i></p> | <p>[PAUSA] (17'12"–17'13") DIFÍCIL MUITO(.) (17'13"–17'14") DIFÍCIL MUITO(.) (17'14"–17'16") VER <MULHER+FILH@> HOSPITAL (17'16"–17'19") CHEGAR HOSPITAL IX(lá) (17'19"–17'22") TALVEZ DV(deitar no chão-YYY) SENTAR G(ESPERAR) TALVEZ <EM_PÉ> TALVEZ MÉDICO <NÃO_TER> TALVEZ <NÃO_TER> XXX OUTRO (<NÃO_TER> YYY) TALVEZ REMÉDIO <NÃO_TER> (17'23"–17'29") DIFÍCIL MUITO (.) (17'29"–17'31") [PAUSA] (17'31"–17'32") RAIVA TER AQUI(.) (17'32"–17'33") [PAUSA] (17'33"–17'34") DIFÍCIL MUITO(.) (17'34"–17'35") QUANDO LUTAR TER CRESCER(aumentar) ALGUM GRUPO+++ POLÍCIA BASE <NÃO_TER> (17'35"–17'42") [PAUSA] (17'42"–17'44") ACEITAR <NÃO_PODE> IMPOSSÍVEL PRESIDENTE DILMA DEPUTADO TER PROGRAMA ESTADO ADICIONAR CRIAR BASE BRASIL GERAL POLÍCIA BOMBEIROS (17'45"–17'52") DIFÍCIL (expressão intensificada de muito) (17'53"–17'54") [PAUSA] (17'54"–17'55") PARECER MULHER QUERER (YYY) AVISAR VOTAR ANOTAR FS(t-r-e) CRIAR BASE SALÁRIO(.) MAS ENTÃO (expressão de questionamento) (17'55"–18'03") ENTÃO FAZER VERDADE <NÃO_TER> (18'03"–18'05") [PAUSA] (18'05"–18'06") BOMBEIRO BASE POLÍCIA ENTÃO (expressão de questionamento) (18'06"–18'08") [PAUSA] (18'08"–18'09") DEBATER TEMA IX(aqui) (18'09"–18'10")</p> |

Nesse trecho, o parlamentar¹ faz um desabafo:

“É muito difícil é muito difícil você chegá cum a filha num hospital (,) você chegá cum seu pai num hospital i tê qui ficá numa maca i as vezis numa cadêra sentadu i a s vezis não tem médicu i as vezis não tem equipamentus i as vezis não tem remédio é muito difícil(.) isso nos traz indignação (,) é muito difícil (,) enquanto tá si lutando pra si melhorá u tétu di algumas categorias us puliciais não terem nenhum pisu é muito difícil aceitar que uma presidenta da républica tenha colocado no seu programa di governu a criação du pisu nacional para us puliciais i bomberus é muito difícil (,) tevê vê uma candidata coloca registá nu TRE a criação du pêsú ::: i cadê u pisu (?) Cadê u pisu dus puliciais (?) [PAUSA] cadê i pisu dus bomberus (?) Cadê u cadê a discução du assuntu (?)”

O desabafo do parlamentar¹ revela que os hospitais estão sem condições de atendimento, e que também a categoria dos policiais e bombeiros não tem um piso salarial adequado, não sendo bem pagos pelo governo, o que deixa qualquer um revoltado. Para ele (P1), é impossível aceitar que a Dilma tenha colocado no programa do governo a criação de

um piso salarial para os policiais e bombeiros, e verificar que, mesmo que ela tenha assinalado no TRE, a criação de um piso salarial ainda não ocorreu. O parlamentar¹ finaliza esse enunciado argumentando que é realmente necessária uma discussão para tratar do assunto. O Tils², nesse EX25, realiza a interpretação simultânea dos lexemas, transcritos com as seguintes glosas:

<[PAUSA] DIFÍCIL MUITO (.) DIFÍCIL MUITO (.) VER
<MULHER+FILH@> HOSPITAL CHEGAR HOSPITAL IX(lá)
TALVEZ DV(deitado no chão YYY) SENTAR G(ESPERAR exp. de
tédio) TALVEZ <EM_PÉ> TALVEZ MÉDICO <NÃO_TER>
TALVEZ <NÃO_TER> XXX OUTRO (<NÃO_TER> YYY)
TALVEZ REMÉDIO <NÃO_TER> DIFÍCIL MUITO (exp. de franzir
a testa fortemente e salienta os lábios no formato de bico) (.) [PAUSA]
RAIVA TER AQUI (.) [PAUSA] DIFÍCIL MUITO (.) QUANDO
LUTAR TER CRESCER(aumentar) ALGUM GRUPO+++ POLÍCIA
BASE <NÃO_TER> [PAUSA] ACEITAR <NÃO_PODE>
IMPOSSÍVEL PRESIDENTE DILMA (exp. de desaprovação)
DEPUTADO TER PROGRAMA ESTADO ADICIONAR CRIAR
BASE BRASIL GERAL POLÍCIA BOMBEIROS DIFÍCIL
(expressão intensificada de muito) [PAUSA] PARECER MULHER
QUERER (REGISTRAR YYY) AVISAR VOTAR ANOTAR FS(t-r-e)
CRIAR BASE SALÁRIO (,) MAS ENTÃO (expressão de
questionamento) ENTÃO FAZER VERDADE <NÃO_TER>
[PAUSA] BOMBEIRO BASE POLÍCIA ENTÃO (expressão de
questionamento) [PAUSA] DEBATER TEMA IX(aqui)>

Observa-se, nessa interpretação, que os lexemas <DV(deitado no chão)> referem-se ao lexema “maca”, porém, “deitar no chão” e “ficar numa maca” são sentidos diferentes, pois quando o parlamentar¹ profere, no seu discurso, “*pai no hospital e ter que ficar numa maca*”, significa que o pai está deitado sobre a maca e não no chão, como interpreta o Tils². O parlamentar¹ continua referindo-se aos locais em que é possível ficar quando se chega a um hospital no Brasil, seja numa “maca”, numa “cadeira” ou até mesmo “em pé”. O Tils² realiza uma paráfrase fazendo uso dos lexemas: <IX(lá) TALVEZ DV(deitado no chão YYY) SENTAR G(ESPERAR exp. de tédio) TALVEZ <EM_PÉ>, omitindo os lexemas “pai”, “maca” e “equipamentos”, e escolhe acrescentar os lexemas “ficar no chão” e “ficar em pé”, complementando o raciocínio do discurso proferido pelo parlamentar¹, ou seja, são situações de locais que também são possíveis de se encontrar em hospitais públicos. Na sequência, o Tils², após uma breve pausa, interpreta a expressão “indignado”, enunciado pelo parlamentar¹, com as

escolhas dos seguintes lexemas <RAIVA TER AQUI (.)>. Porém, o sentimento de “raiva” não se equipara ao sentimento de estar “indignado”. Quando o parlamentar¹ verbaliza o sentimento de “indignação”, nota-se que, em seu discurso, a finalidade de referir-se a esse sentimento é a de despertar nos demais parlamentares a reivindicação sobre algo ou, até mesmo, a abertura para dialogar sobre algum assunto, que, nesse caso é a luta em prol do piso salarial. Pensando numa nova escolha interpretativa para o lexema “indignado”, optar-se-ia pelos lexemas manuais <SENTIR MAL MUITO PROFUNDO> ou <RUIM SENTIR PROBLEMA NADA RESOLVER (exp. com franzir a testa)> nesse contexto de estar “indignado”.

O parlamentar¹, na sequência, profere o seguinte enunciado:

“é muito difícil (,) enquanto tá si lutando pra si melhorá u tétu di algumas categorias us puliciais não terem nenhum pisu é muito difícil”

E o Tils² interpreta com os seguintes lexemas:

<[PAUSA] DIFÍCIL MUITO (.) QUANDO LUTAR TER CRESCER(aumentar) ALGUM GRUPO+++ POLÍCIA BASE <NÃO_TER>>

Constata-se que o Tils², ao interpretar o lexema “teto” em LP, realiza a escolha com o sentido do lexema manual <AUMENTAR>, e também oraliza o lexema “aumentar” ao mesmo tempo em que interpreta o lexema “crescer” na sintaxe em Libras. Ou seja, o verbo “aumentar” em relação aos demais lexemas deixa claro que a luta seria para aumentar o contingente policial, o que não condiz com o enunciado. Assim, para a expressão “*categorias policiais*” o Tils² escolhe a interpretação com os lexemas manuais <GRUPO+++⁹² POLÍCIA>, que se refere ao sentido de “Batalhões de Operações Especiais”, “Força Nacional de Segurança Pública”, “Grupos de Ações Táticas Especiais”, “Grupamento de Ações Militares” e entre outras categorias militares existentes no Brasil.

Na sequência, observa-se que o Tils² não informa, na interpretação, que a “base policial” refere-se ao “piso salarial dos policiais”, que o parlamentar¹ profere em seu discurso. Observa-se, ainda, que o Tils² escolhe o lexema manual <ANOTAR> para interpretar o verbo “*registrar*”, que fora proferido pelo discurso do parlamentar¹ no seguinte enunciado:

⁹² O uso do sinal (+++) refere-se que o lexema foi interpretado no plural.

“tevé vê uma candidata coloca registá nu TRE a criação du pêsú::: i cadê u pisu (?)”

Nesse caso, entende-se que o sentido do lexema manual <ANOTAR> equivale a “registrar” em: “registro da criação do piso salarial”. Já a sigla “TRE”, proferida pelo parlamentar¹ é, por sua vez, interpretada com o uso da datilologia <FS(t-r-e)>, que, entretanto, não se identifica com a sigla – TRE (Tribunal Regional Eleitoral) que pertence ao órgão do Poder Judiciário no Brasil encarregado pelos gerenciamentos das eleições em âmbito estadual. O fato de o Tils² ter escolhido o uso da datilologia <FS(t-r-e)> torna prática a interpretação. Todavia, evidencia-se, também, que, no geral, os cidadãos ouvintes e surdos têm dificuldades para compreender o real significado da sigla TRE no Brasil.

| Excerto – 26 (EX26) | |
|--|--|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils² |
| <p><i>(#P1) É muito difícil e essas pessoas vão pras ruas (18'10"–18'13") vão si manifestar mas eu tenho certeza qui u povo brasilêru num goxstaria (18'13"–18'18") gostaria sim que as pessoas istivessem indo pras ruas comemorá(.) comemorá comemorá a seleção brasileira (18'18"–18'26") qui tem jogadores qui ganham muito bem (18'27"–18'29") mas comemorá também a vida das nossas crianças (18'29"–18'33") comemorá u dia-a-dia du cidadão (18'34"–18'37") comemorá a u atendimento nos hospitais públicos (18'37"–18'43")</i></p> | <p>[PAUSA] (18'10"–18'11") DIFÍCIL MUITO (18'11"–18'12") [PAUSA] (18'12"–18'13") PESSOA IX(lá) QUERER (YYY) ENTRAR (18'13"–18'15") [PAUSA] (18'15"–18'16") VAI MOSTRAR DV(<i>passeata</i>) MAS IX(me) XXX POVO BRASIL QUERER <NÃO_QUERER> QUERER <O_QUÊ> É PESSOA APLAUDIR (<i>expressão sorridente</i>) (18'16"–18'23") PODER ENTRAR (YYY) DV(<i>passeata</i>) ENTÃO TREINAR PORQUE (YYY) APLAUDIR (18'24"–18'27") GRUPO PREFERIR FUTEBOL2 (18'27"–18'29") TER SALÁRIO ÓTIMO (18'29"– 18'30") MAS APLAUDIR TAMBÉM(.) (18'30"–18'32") [PAUSA] (18'32"–18'33") VIDA CRIANÇA (18'33"–18'34") [PAUSA] (18'34"–18'35") APLAUDIR <TODO_DIA> VIDA CIDADÃO (18'35"–18'38") [PAUSA] (18'38"–18'39") APLAUDIR (18'39"–18'40") [PAUSA] (18'40"–18'41") TALVEZ (YYY) BOM VOTAR HOSPITAL ESTADO (18'41"–18'45")</p> |

Nesse enunciado do EX26, o parlamentar¹ enfatiza em sua opinião sobre as manifestações no Brasil, como segue:

“É muito difícil e essas pessoas vão pras ruas vão si manifestar mas eu tenho certeza qui u povo brasilêru num goxstaria (,) gostaria sim que as pessoas istivessem indo pras ruas comemorá(.) comemorá comemorá a seleção brasileira qui tem jogadores qui ganham muito bem mas comemorá também a vida das nossas crianças comemorá u dia-a-dia du cidadão comemorá a u atendimento nos hospitais públicos”

O discurso revela uma insatisfação do parlamentar¹ com relação às manifestações contra a corrupção que ocorrem no Brasil. O ideal seria que essas manifestações existissem no sentido de apenas comemorar a “*Copa do Mundo*”, junto com os jogadores da seleção brasileira, comemorando, também, os atendimentos aos cidadãos nos hospitais públicos (se fossem bons atendimentos). O Tils², nesse enunciado, realiza a interpretação simultânea dos lexemas, transcritos com as seguintes glosas:

<[PAUSA] DIFÍCIL MUITO [PAUSA] PESSOA IX(lá) QUERER (YYY) ENTRAR [PAUSA] VAI MOSTRAR DV(*passseata*) MAS IX(me) XXX POVO BRASIL QUERER <NÃO_QUERER> QUERER <O_QUÊ> É PESSOA APLAUDIR (expressão sorridente) PODER ENTRAR (YYY) DV(*passseata*) ENTÃO TREINAR PORQUE (YYY) APLAUDIR GRUPO PREFERIR FUTEBOL2 TER SALÁRIO ÓTIMO::: MAS APLAUDIR TAMBÉM (.) [PAUSA] VIDA CRIANÇA [PAUSA] APLAUDIR <TODO_DIA> VIDA CIDADÃO [PAUSA] APLAUDIR [PAUSA] TALVEZ (YYY) BOM VOTAR HOSPITAL ESTADO>

Observa-se que o segmento “*comemorar o dia a dia do cidadão*” é parafraseado paralelamente com as seguintes glosas <APLAUDIR <TODO_DIA> VIDA CIDADÃO>, o que segue com o mesmo sentido de “comemorar todos os dias na vida do cidadão”. Considera-se uma interpretação adequada ao sentido do texto original (LP.Oral-P1). Quanto aos demais lexemas interpretados, eles também são equivalentes entre si, sendo escolhidos conforme as estruturas linguísticas e culturais da LP para Libras.

| Excerto – 27 (EX27) | |
|---|---|
| (a) LP.Oral – P1 | (b) Libras.Tils² |
| (#¹P1) <i>Queru concedê uma parte u-u-nó nobre deputados D (DDD#³P3) (18'44"–18'47")</i> | [PAUSA] (18'45"–18'46") COMPLEMENTAR DEPUTADO (YYY) IX(ele) FS(XXX) (18'46"–18'49") |

Nesse EX27, o parlamentar¹ concede um aparte no meio do discurso a outro deputado (DDD#³P3) da plenária (parlamentar³), proferindo o seguinte enunciado:

“Queru concedê uma parte u-u-nó nobre deputados D”

O Tils², por sua vez, para esse enunciado, realiza a interpretação simultânea dos lexemas, transcritos nas seguintes glosas:

<[PAUSA] COMPLEMENTAR DEPUTADO (YYY) IX(ele)
FS(XXX)>

Ao longo desse enunciado, constata-se que o Tils² realiza equivalências formais em relação à língua fonte (LP.Oral-P1), porém realiza uma substituição do verbo “conceder” pelo lexema <COMPLEMENTAR> em Libras, que se refere ao ato de liberar o parlamentar³ para fazer um complemento ao discurso do parlamentar¹.

| Excerto – 28 (EX28) | |
|--|--|
| (a) LP.Oral – P3 | (b) Libras.Tils² |
| <p><i>(#³P3) Deputado Major F(.) brigadu pelu aparti parabenizu vócelência pelua pela abordagi du tema (18'47"–18'53") i achu qui vócelência tem razão(.) (18'54"–18'56") u nosso país melhorou nus últimos anos último déis(.) quizi anu há melhoras (18'57"–19'02") mas inganam-se aqueles que acham qui purque a gente tem dois aeroportos(.) (19'02"–19'08") boas ferrorias, boas boas rodovias(.) (19'08"–19'12") pórtus qui u nosso país teja uma maravilha nosso país ainda tem muita injustiça (19'13"–19'18") i vócelência citou qui em dois pontos(.) primeru(.) a situação de guerra quem são us hospitais de urgência e emergência (19'18"–19'26") quem não conheceu um campo de concentração nazista (19'26"–19'29") visite o hospital de urgência e emergência (19'29"–19'32") e eu visitei vários a segunda é a segurança pública (19'32"–19'36") qui todus nós falamus que a criminalidade já venceu o aparelho estatal (19'36"–19'41")</i></p> | <p>OBRIGADO FS(DMF) SENTIR PALMAS IX(lá) CRIAR HOJE (18'49"–18'53") [PAUSA] (18'53"–18'54") DEBATER TEMA IX(lá) (18'54"–18'55") IX(me) PARECER RAZÃO TER (18'55"–18'57") [PAUSA] (18'57"–18'58") PAÍS IX(nós) POSITIVO MUITOS ANOS DECORRER FS(10) FS(15) ANOS POSITIVO TER JÁ (18'58"–19'03") MAS MAS2 PESSOA PENSAR+++ IX(eu) TER AEROPORTO BOM(.) (19'03"–19'09") [PAUSA] (19'09"–19'10") POVO BOM TER IX(boia_3) RUA (YYY) BOM TER (19'10"–19'14") [PAUSA] (19'14"–19'15") BARCO MAR BOM ERRO PENSAR MARAVILHA (NÃO) FALTAR ORGANIZAR ENTÃO(.) (expressão de interrogação) (19'15"–19'19") [PAUSA] (19'19"–19'20") ERRO (YYY) FS(2) COISAS IMPORTANTE IX(boia_1) DEPOIS GUERRA HOJE (19'20"–19'24") HOSPITAL DEPRESSA IX(aqui) BRASIL (19'24"–19'26") [PAUSA] (19'27"–19'28") QUE CONHECER HITLER G(SAUDAÇÃO) ONDE (19'28"–19'31") VISITAR IX(lá) HOSPITAL IGUAL (19'31"–19'33") VISITAR VÁRIOS FS(o-k)(.) (19'33"–19'35") SEGUINDO SEGURANÇA ESTADO NÓS SABER QUE VIOLÊNCIA PASSAR ESTADO (19'35"–19'42")</p> |

Nesse EX28, o parlamentar³ faz uma nota de agradecimento ao parlamentar¹, sendo nessa observada no seguinte enunciado:

“(#³P3) Deputado Major F(DMF)(.) brigadu pelu aparti parabenizu vócelência pelua pela abordagi du tema i achu qui vócelência tem razão (.) u nosso país melhorou nus últimos anos último déis (.) quizi anu há melhoras mas inganam-se aqueles que acham qui purque a

*gente tem dois aeroportos (,) boas ferrorias (,) boas boas rodovias (,) pórtus qui u nosso país seja uma maravilha nosso país ainda tem muita injustiça i vócelência citou qui em dois pontos (,) primeru (,) a situação de guerra quem são us hospitais de urgência e emergência quem não conheceu um **campo de concentração nazista** visite o hospital de urgência e emergência e eu visitei vários a segunda é a segurança pública qui todus nós falamus que a criminalidade já venceu o aparelho estatal”*

O parlamentar³ agradece o aparte na Tribuna Livre concedido pelo parlamentar¹. Ele (P3) destaca que é um engano pensar que tudo está indo em conformidade com a legislação brasileira. O parlamentar³ entende que o discurso do parlamentar¹ é um desabafo da situação em que se encontra a atual conjuntura no Brasil. O parlamentar³ ressalta que os hospitais são mais um “ambiente de terror” do que um “ambiente hospitalar”. Sendo assim, o parlamentar³ convida a todos que vejam o “terror” que está acontecendo nesses locais (hospitais) que são responsáveis pela saúde pública. O parlamentar³ também argumenta que a segurança pública ultrapassa os problemas internos do Estado, aumentando a criminalidade que os cidadãos de bem vivenciam diariamente. O Tils², nesse enunciado, realiza a interpretação simultânea, transcrita com as seguintes glosas:

<OBRIGADO FS(DMF⁹³) SENTIR PALMAS IX(lá) CRIAR HOJE [PAUSA] DEBATER TEMA IX(lá) IX(me) PARECER RAZÃO TER [PAUSA] PAÍS IX(nós) POSITIVO MUITOS ANOS DECORRER FS(10) FS(15) ANOS POSITIVO TER JÁ MAS MAS2 PESSOA PENSAR+++ IX(eu) TER AEROPORTO BOM (.) [PAUSA] POVO BOM TER IX(boia_3) RUA (YYY) BOM TER [PAUSA] BARCO MAR BOM ERRO PENSAR MARAVILHA (NÃO) FALTAR ORGANIZAR ENTÃO(.) (expressão de interrogação) [PAUSA] ERRO (YYY) FS(2) COISAS IMPORTANTE IX(boia_1) DEPOIS GUERRA HOJE HOSPITAL DEPRESSA IX(aqui) BRASIL [PAUSA] QUE CONHECER HITLER G(SAUDAÇÃO) ONDE VISITAR IX(lá) HOSPITAL IGUAL VISITAR VÁRIOS FS(o-k)(.) SEGUINDO SEGURANÇA ESTADO NÓS SABER QUE VIOLÊNCIA PASSAR ESTADO>”

Nessa interpretação, observa-se que o Tils² não realiza conexões verbais em Libras quando ele² escolhe o advérbio de lugar <IX(lá) sem identificar do que se trata no contexto.

⁹³ Tils² realiza a soletração (datilologia) do nome do deputado DMF.

Na sequência, os lexemas escolhidos revelam o sentido proferido pelo parlamentar³. Todavia, percebe-se que o Tils², ao longo da interpretação, omite informações, principalmente quando não compreendeu o uso da expressão metafórica que o parlamentar³ utiliza em seu discurso, quando se refere a “*campo de concentração nazista*”. O Tils² realiza a interpretação transcrita como segue:

<DEPOIS GUERRA HOJE HOSPITAL DEPRESSA IX(aqui)
BRASIL [PAUSA] QUE CONHECER HITLER>

Em Libras, <HITLER> e <NAZISMO>, ou seja, a pessoa e a ideologia possuem o mesmo⁹⁴ sinal manual. De modo que a escolha do Tils² seria, numa primeira análise, adequada. Porém, essa escolha, no contexto das demais, não deixa clara a comparação entre “campo de concentração nazista”, realizada pelo sinal manual de <HITLER>, conforme



descreve pela a escrita de sinais:

⁹⁵ realizada pelo Tils², com a situação de

calamidade em que se encontram os hospitais e a segurança no Brasil. Pensando na oportunidade de uma segunda versão de interpretação dessa metáfora proferida pelo deputado (#³ P3), escolhem-se as seguintes glosas:

**<PARECER IGUAL GUERRA ALEMANHA PASSADO (,) QUE
PESSOAS JUDEUS+++ MORRER HOSPITAL HORRÍVEL
OBSERVAR AQUI BRASIL IGUAL DENTRO HOSPITAL MAIS
TAMBÉM POLÍCIA GERAL IX(aqui) PROBLEMA BRASIL
RUIM>**

Com essas escolhas lexemáticas, permite-se ao leitor-surdo compreender a comparação pretendida pelo locutor, com uma paráfrase expandida. Na sequência, o Tils² interpreta o enunciado:

⁹⁴ Análise realizada conforme os sinais manuais utilizados pela comunidade surda da região da serra gaúcha e a capital do RS.

⁹⁵ Sobre Escrita de Sinais ver Ampessan (2005).

“a segurança pública que todos nos falamos de criminalidade já venceu o aparelho estatal”

Sua interpretação é a transcrita nas seguintes glosas:

<SEGURANÇA ESTADO NÓS SABER QUE VIOLÊNCIA PASSAR ESTADO>

O sentido de <VIOLÊNCIA> é mais amplo que o de “criminalidade”. Na sequência, o Tils² escolhe <PASSAR ESTADO> relacionando “vencer o aparelho estatal”. Não se trata de uma escolha adequada. Acredita-se que, nesse caso, pensando numa segunda versão, faz-se a seguinte escolha:

<TUDO POLÍCIA PRÓPRIO GOVERNO PÚBLICO TER MUITA FS(c-r-i-m-e) JÁ ESPALHAR FORA PRÓPRIO ESTADO NOSSO>

Esses lexemas remetem à ideia de que os policiais não estão mais controlando a criminalidade em seu próprio Estado, e que ela já ultrapassou até o controle do governo estadual.

| Excerto – 29 (EX29) | |
|--|--|
| (a) LP.Oral – P3 | (b) Libras.Tils² |
| <p><i>(#³P3) Mas na hora de se dar condições mas forças públicas (19'41"–19'45") teve condições humanas e materiais de nós guarneceê (19'45"–19'49") nós negamus(,) vócelência tem razão di criticá a presidenta Dilma (19'49"–19'53") tem que estendê a crítica aos governadores de íxstado (19'53"–19'57") qui são contra u pisu mas vamú botá a cangalha (19'57"–20'01") nu congresso nacional i nesta câmara purque nós votamos aqui em primeiro turno a PEC trezentu (20'03"–20'07") depois botaru duzentus ganchu nessa PEC i não tem quem dizinganchi (20'07"–20'2") purtantu vamú botá a cangalha nessi congresso (20'12"–20'15")</i></p> | <p>MAS MAS2 DEPOIS COMO FAZER ESTADO COISAS IX(eu_próprio) MATERIAL XXX COISAS CUIDAR PESSOA2 IX(nós) ACEITAR NÃO (19'42"–19'51") DIRETOR TER PROVOCAR (YYY) PRESIDENTE DILMA (YYY) SIM OPINIÃO TAMBÉM ESTADUAL ESTADO2 DESAFIO BASE SALÁRIO (19'51"–19'59") MAS ACEITAR FAZER PROBLEMA PRINCIPAL IX(aqui) ATÉ (YYY) PROBLEMA PRINCIPAL IX(aqui) BRASÍLIA PORQUE IX(aqui) VOTAR <PRIMEIRA_VEZ> IX(aqui) FS(p-e-c-300) (**) DEPOIS VOLTAR DV(pegar_voltar) NINGUÉM GANHAR LIVRE (19'59"–20'14") PROBLEMA PRINCIPAL IX(aqui) ATÉ (YYY) (20'14"–20'17")</p> |

O parlamentar³ continua o seu discurso com o seguinte enunciado:

“Mas na hora de se dar condições mas forças públicas teve condições humanas e materiais de nós guarnece nós negamus (,) vócelência tem razão di criticá a presidenta Dilma tem que estendê a crítica aos governadores de íxstado qui são contra u pisu mas vamu botá a cangalha nu congresso nacional i nesta câmara purque nós votamos aqui em primeiro turno a PEC trezentu depois botaru duzentus ganchu nessa PEC i não tem quem dizinganchi purtantu vamu botá a cangalha nesi congresso”

O parlamentar³ manifesta uma opinião sobre o deficit nas forças armadas do Brasil. Ele (P3) está de acordo com as críticas já feitas à presidente Dilma, mas que os governadores dos Estados também devem ser cobrados. O parlamentar³ complementa, no discurso, que é necessário colocar pressão no Congresso Nacional no que se refere à votação da PEC300, pois, para ele (P3), já colocaram uma série de restrições em relação à PEC que, até o momento, não conseguiram revogar. Por conta disso, torna-se necessário se manifestar, pressionando os deputados, em relação a essa votação. O Tils², nesse enunciado, realiza a interpretação simultânea dos lexemas, transcritos com as seguintes glosas:

<MAS MAS2 DEPOIS COMO FAZER ESTADO COISAS IX(eu_próprio) MATERIAL XXX COISAS CUIDAR PESSOA2 IX(nós) ACEITAR NÃO DIRETOR TER PROVOCAR (YYY) PRESIDENTE DILMA (YYY) SIM OPINIÃO TAMBÉM ESTADUAL ESTADO2 DESAFIO BASE SALÁRIO MAS ACEITAR FAZER PROBLEMA PRINCIPAL IX(aqui) ATÉ (YYY) PROBLEMA PRINCIPAL IX(aqui) BRASÍLIA PORQUE IX(aqui) VOTAR <PRIMEIRA_VEZ> IX(aqui) FS(p-e-c-300) (**) DEPOIS VOLTAR DV(pegar_voltar) NINGUÉM GANHAR LIVRE PROBLEMA PRINCIPAL IX(aqui) ATÉ (YYY)>

Nesses lexemas, há omissões de expressões utilizadas pelo parlamentar³, pois os lexemas na LP, como: “forças públicas” tem o sentido de ‘segurança pública’; “guarnecer” tem o sentido de ‘proteção’ ou ‘cuidado’; “crítica aos governadores” tem o sentido de ‘cobrança’ ou ‘observação’; “cangalha” é uma expressão de uso regional, com o sentido de ‘impedimento’, e, para o lexema “gancho”, o sentido é que existem ‘problemas’ ou ‘enredo’ a serem resolvidos.

Com isso, para interpretar os lexemas que foram omitidos, para a expressão “forças públicas” poderiam ter sido escolhidos os seguintes lexemas: <MILITAR <SOLDADO+GERAL> TRABALHO FUNCIONÁRIO PÚBLICO GOVERNO>. Em relação

ao verbo “guarnecer”, o Tils² escolheria os seguintes lexemas <APOIAR PROTEGER>. Já o substantivo “gancho”, que, nesse caso, se encontra no enunciado com sentido metafórico, poderia ser interpretado com o uso do lexema <RESISTÊNCIA>; e, por fim, o substantivo “cangalha”, um termo usual por trabalhadores rurais, que remete ao sentido de “fazer pressão” no Congresso Nacional em relação à PEC300, ou seja, que os parlamentares da câmara dos deputados federais venham “meter pressão” ou “colocar a cangalha” para impedir que seja aprovada a proposta de lei seria interpretado como <INSISTIR> ou <LUTAR>. Diante das omissões do Tils², a interpretação em Libras não dá conta do sentido pretendido pelo parlamentar³. Pensando numa segunda versão para essa interpretação do EX29, escolheria os seguintes lexemas em Libras:

<SEMPRE PRECISAR TER COISAS TRABALHO USAR DENTRO MILITAR <SOLTADO+GERAL> GOVERNO PÚBLICO(,) MAS NADA DAR COISAS TRABALHO MILITAR CONSEGUIR PROTEGER CIDADÃO(,) IX(ele-deputado) RAZÃO TER FAZER CRÍTICA PRESIDENTE DILMA MAIS GOVERNADOR IX(próprio) HOJE TER CONTRA PROPOSTA LEI BASE SALÁRIO PRECISA TAMBÉM ASSUMIR RESPONSÁVEL CADA ESTADO FAZER FUTURO TER SALÁRIO PADRÃO TODOS MILITAR (,) IX(aqui) TODOS DEPUTADOS PRECISAR LUTAR FORÇA CORAGEM ATÉ CONSEGUIR EVITAR RESISTÊNCIA (,) HORA(momento) PRÓPRIO VOTAR ANTES PRIMEIRO DISCUTIR ASSUNTO IX(p-e-c-300) (,) PORQUE JÁ TER MUITOS ITENS+++ ADICIONAR MAS NÃO CONSEGUIR RETIRAR ITENS+++ ADICIONAR AGORA IX(p-e-c-300) PRECISA PRÓPRIO CONGRESSO MUDAR FAZER INSISTIR LUTAR ATÉ CONSEGUIR TUDO MUDAR>

As escolhas para uma segunda versão são consideradas paráfrases expandidas, com a finalidade de garantir a compreensão do sentido do enunciado do texto original para a compreensão do leitor-surdo.

| Excerto – 30 (EX30) | |
|---|---|
| (a) LP.Oral – P3 | (b) Libras.Tils² |
| <p><i>(#³P3) I é bom qui todos os puliciais militares corpo di bombero (20'15"–20'19") pulicial civil u agente penitenciário (20'19"–20'21") cóbri dos deputados federais agora nessa eleição (20'22"–20'26") quem se omitir i quem negô aus puliciais cívís i puliciais(,) militares e corpo de bombero (20'26"–20'32") um pouco de condições para que eles possam cumprir sua missão aqui é di mudá a sigurança(,) brigadu parabéns(!) (20'32"–20'38")</i></p> | <p>POLÍCIA MILITAR IX(lá) BOMBEIRO IX(lá) FS(c-i-v-i-l) FS(a-g-e-n-t-e) CUIDAR PRISÃO PERCEBER É DEPUTADO FEDERAL HOJE VOTAR IX(lá) DESCANSAR FOLGA XXX ACEITAR NÃO FAZER POLÍCIA FS(c-i-v-i-l) POLÍCIA MILITAR BOMBEIRO BRASIL(.) (20'27"–20'33") PEQUENO MELHOR MAIS VIDA OBJETIVO IX(ele próprio) SEGURANÇA (20'33"–20'37") COMO IX(nós) OBRIGADO APLAUDIR (20'37"–20'39")</p> |

Nesse enunciado do EX30, o parlamentar³ finaliza seu discurso como segue:

“I é bom qui todos os puliciais militares corpo di bombero pulicial civil u agente penitenciário cóbri dos deputados federais agora nessa eleição quem se omitir i quem negô aus puliciais cívís i puliciais (,) militares e corpo de bombero um pouco de condições para que eles possam cumprir sua missão aqui é di mudá a sigurança(,) brigadu parabéns (!)”

Percebe-se a continuação do discurso do parlamentar³, na qual ele ressalta que seria bom que todos os policiais militares, bombeiros, policiais civis e agentes penitenciários exigissem dos deputados federais, nesse período de eleições, principalmente os que omitiram e negaram as melhorias de condições de trabalho, condições para que essas categorias militares sejam assistidas em suas necessidades e podendo assim cumprir com o dever da profissão, protegendo o cidadão. O deputado (³P3) se despede em seu discurso agradecendo ao parlamentar¹. Nesse enunciado, o Tils² realiza a interpretação simultânea dos lexemas manuais, transcritos com as seguintes glosas:

<POLÍCIA MILITAR IX(lá) BOMBEIRO IX(lá) FS(c-i-v-i-l) FS(a-g-e-n-t-e) CUIDAR PRISÃO PERCEBER É DEPUTADO FEDERAL HOJE VOTAR IX(lá) DESCANSAR FOLGA XXX ACEITAR NÃO FAZER POLÍCIA FS(c-i-v-i-l) POLÍCIA MILITAR BOMBEIRO BRASIL (.) PEQUENO MELHOR MAIS VIDA OBJETIVO IX(ele próprio) SEGURANÇA COMO IX(nós) OBRIGADO APLAUDIR>

Nesses lexemas, identifica-se que, pela velocidade da fala do parlamentar³ em aproveitar os minutos finais concedidos, o Tils² também acaba acelerando as suas escolhas interpretativas, tendo que, em algumas expressões, usar de estratégia alguns sinais, como “Agente Penitenciário”, para interpretar com os seguintes lexemas <FS(a-g-e-n-t-e) CUIDAR PRISÃO>, o que faz sentido nesse enunciado. Diante dessa situação acelerada do discurso do parlamentar³, o Tils² começa a se preocupar em concluir a interpretação simultânea que se exige em um contexto midiático, e que há frações de segundos até o término do discurso do parlamentar³. É comum o Tils ter esse comportamento, pois necessita dar conta de toda a informação da língua de partida para a língua de chegada, respeitando o tempo da TV. Entende-se que esse é um dos momentos que o Tils pode sintetizar o enunciado a ser interpretado por paráfrases paralelas que carreguem o mesmo sentido do texto original, como, por exemplo, interpretar “*agente penitenciário*” com os lexemas <PESSOA CUIDAR PRISÃO> ou <RESPONSÁVEL CUIDAR PRISÃO>, que possuem sentidos equivalentes nesse contexto. Portanto, o enunciado “*cumprir sua missão que é para mudar a segurança*” foi totalmente parafraseada pelos seguintes lexemas <MELHOR MAIS VIDA OBJETIVO IX(ele_próprio) SEGURANÇA COMO IX(nós)>, o que se remete a um sentido próximo ao do enunciado original (LP.Oral-P3).

A partir das análises realizadas, procede-se à discussão dos resultados com base no que é objeto desta tese: a necessidade de especialização dos Tils para atuarem em diferentes contextos, no caso o contexto político, como parte da ampliação de suas competências tradutórias e interpretativas. Ao concluir as observações e análises linguísticas dos 30 excertos dos enunciados dos discursos dos parlamentares, inicia-se, na próxima seção (4.3), a discussão dos resultados desenvolvidos para esta tese.

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, são discutidos os resultados das análises da seção (4.2), com base no processo interpretativo de português para Libras em contextos políticos. Como um princípio norteador, parte-se da seguinte colocação de Hurtado (2005, p. 19):

[e]mbora qualquer falante bilíngue possua competência comunicativa nas línguas que domina, nem todo bilíngue possui competência tradutória (*ou interpretativa*). A competência tradutória é um conhecimento especializado, integrado por um

conjunto de conhecimentos e habilidades, que singulariza o tradutor e o diferencia de outros falantes bilíngues não tradutores. (HURTADO, 2005, p. 19 - *grifos da autora*)

Conforme as pesquisas desenvolvidas no grupo PACTE (*Procés d'Adquisició de la Competència Traductora i Avaluació*) e nas pesquisas aplicadas aos “objetivos de aprendizagem e metodologia da formação de tradutores e intérpretes”, compreende-se que todo tradutor e intérprete necessita adquirir “conhecimentos especializados” para a tarefa profissional, focalizando não somente na competência tradutória e na competência interpretativa, como também nas habilidades para a atuação em diferentes contextos. Isso é, apenas a competência comunicativa em português e Libras não garante um bom desempenho do Tils, é necessário que esse profissional possua competência tradutória e também interpretativa.

De acordo com Gonçalves (2005, p. 60),

Chomsky defende que a competência linguística é inata e serve de base para o desenvolvimento da competência pragmática em uma determinada língua. Separa, desse modo, forma de função e pressupõe a supremacia da forma como base para existência da função. Por outro lado, Hymes advoga a supremacia da competência pragmática/comunicativa, de base interacionista, a qual, a partir de processos recursivos, promoverá a sedimentação de estruturas gramaticais.

Rothe-Neves (2005), na linha de Hymes, adota a noção de competência como resultado de habilidade ou capacidade do desempenho do profissional. Já para Gonçalves (2005, p. 60), a noção de competência é mais uma “rotina comportamental” e está “descrita como um conjunto extremamente complexo de competências, capacidades, habilidades e/ou conhecimentos, envolvendo processos de diversos domínios cognitivos, biológicos e sociointerativos”.

De acordo com Hurtado (2005), a competência comunicativa é um sistema implícito que envolve o léxico da língua em uso, conhecimentos linguísticos e culturais que são aspectos fundamentais para qualquer comunicação. Para a autora, a comunicação, também é conhecida como a “comunicação efetuada”, pois é construída sob condições psíquicas e contextuais da língua interpretante. Voltando ao princípio dessa seção, Hurtado (2001, 2005) diferencia a “competência tradutória” da “competência bilíngue”, definindo-as como tendo componentes diversos que se encontram no modelo holístico do grupo PACTE, ou seja, entende-se como “competência tradutória um sistema subjacente de conhecimentos, habilidades e ações fundamentais para o processo tradutório” (HURTADO, 2001, p. 394). A autora afirma que a competência bilíngue se trata de um dos elementos importantes para adquirir uma competência

tradutória. O profissional necessita adquirir também o “conhecimento especializado”, pois se refere a um composto de “conhecimentos declarativos” e “conhecimentos operacionais” (ou procedimentais), tendo como base a teoria das subcompetências: bilíngue, extralinguística, instrumental, estratégica e de conhecimentos sobre a tradução.

A subcompetência bilíngue, para Hurtado (2005, p. 29), refere-se ao conhecimento necessário para estabelecer a comunicação entre duas línguas naturais, pois, conforme a autora, a subcompetência é um conhecimento que se adquire ao longo de uma formação, envolvendo os conhecimentos pragmáticos, sociolinguísticos, textuais e gramaticais. Esclarece, ainda, que as atividades de tradução e de interpretação requerem, além do conhecimento teórico, o conhecimento de mundo e das especificidades linguísticas e culturais das línguas envolvidas, adicionadas à capacidade de gerenciar os aspectos pessoais e emocionais.

A “competência interpretativa”, apesar dos avanços consolidados em várias investigações, precisa ser objeto de mais estudos, principalmente no que se refere à prática da interpretação simultânea. A Teoria da Tradução e as pesquisas em interpretação, em geral, têm seguido suas próprias direções, mas alguns pesquisadores adotam uma perspectiva integradora, destacando as semelhanças entre ambos os estudos da tradução e interpretação (PÖCHHACKER, 1992).

A competência para interpretação envolve diversos processos cognitivos que permitem reformular o discurso que é recebido de forma constante, produzindo, em outra língua, outro discurso. Para executar cada uma das operações envolvidas em um período de tempo limitado, o intérprete precisa de uma série de habilidades cognitivas e físicas, muitas das quais são desenvolvidas, aperfeiçoadas e, até mesmo, automatizadas como resultado da sua própria experiência (GROOT, 2000).

O desempenho da interpretação se correlaciona com as subcompetências (HURTADO, 2005) e as habilidades linguísticas, tais como: a facilidade de dicção, boa análise de discurso ou de processamento de texto, incluindo a análise proposicional, extração de ideias e capacidade de síntese (HERBERT, 1978). Destacam-se também as habilidades de concentração e a coordenação dos processos de compreensão da língua de partida para a língua de chegada, que exercem uma força-tarefa sobre a agilidade mental no ILS, permitindo que ocorra um fluxo contínuo entre os processos de armazenamento, processamento e produção das informações (PÖCHHACKER, 2004).

Os estudos de interpretação, conforme Lambert (1983) revelam que as habilidades verbais e o processamento do texto se evidenciam pela eficácia do desempenho quando a tarefa se realiza simultaneamente ou consecutivamente. No entanto, os resultados das tarefas da interpretação simultânea não se correlacionam apenas com a codificação dos sinais manuais (em LS) com lexemas em LP.

Steiner (1975, p. 74) destaca, em sua obra sobre a linguagem e tradução, que mesmo com as distintas definições de interpretação e tradução, nenhuma delas é sustentada com “absoluto rigor”, pois se acredita que, embora se descrevam as diferenças de forma polarizada, nem sempre a interpretação e a tradução é separável uma da outra.

Definir a interpretação também é pensar nos aspectos da *oralidade* (KALINA, 1998), pois a interpretação é advinda de um texto de partida realizado pela oralidade para um texto-alvo. De acordo com a autora, uma pré-condição importante para a viabilidade de sucesso, numa interpretação, é que o texto de partida seja realizado num discurso livre ou de leitura (em voz alta).

A interpretação simultânea nas línguas orais – LO, ocorre em formatos tais que o profissional não dispõe de tempo para correções ou adequações, durante a atuação do processo da interpretação simultânea (IS). Os intérpretes muitas vezes realizam uma leitura do esboço, entregue pelo palestrante, minutos antes de uma palestra. Dessa forma, o texto falado (a oralidade) não fica apenas no primeiro plano, pois a interpretação simultânea emerge no ato de escutar > traduzir > compreender > falar > ler o ‘esboço’ do discurso, já que o intérprete precisa acompanhar no papel o manuscrito do discurso.

Categorizar a “tradução escrita” e “tradução oral”, pode ser um equívoco, pois não evidenciam os elementos e aspectos que envolvem a competência tradutória (no sentido de compreensão auditiva), com a competência interpretativa das línguas em uso, pois Grbic (2000) enfatiza que mesmo que sejam discutidos separadamente esses conceitos, é importante observar que a tradução esteja como um suporte prévio do conhecimento e da compreensão para a tarefa de interpretação simultânea.

A interpretação simultânea nas línguas de sinais (LS) ocorre de forma similar à interpretação simultânea das LO, pois o ILS também necessita ouvir o enunciado do discurso da língua de partida, sem tempo para correções ou adequações linguísticas, tendo apenas o cenário e, na maioria das vezes, sem um *script* para uma memorização prévia a ser usada

durante a atuação em interpretação simultânea. O Tils necessita escutar > traduzir > compreender > sinalizar ou falar > ler as expressões corpóreas do locutor, o material do palestrante, entre outras ações que conduzem à realização de uma interpretação simultânea. Considerando nesse processo, o significado dos lexemas está subordinados aos *frames* mentais e, dessa maneira, a interpretação de um conceito/item lexical requer o acesso às estruturas de conhecimentos, que se relacionam com elementos e entidades associadas às experiências humanas, consideradas como bases físicas e culturais dos processos cognitivos.

Com isso, verifica-se que não só conceitos abstratos são, de fato, problemáticos tanto para os Tils como para os sujeitos surdos, mas também os itens lexicais de seu uso no cotidiano. Consideram-se os casos em que há a possibilidade de variadas escolhas passíveis de realização num ato interpretativo, ou seja, o Tils procura sinônimos aproximados ou constrói paráfrases para que os significados em LP sejam compreendidos pelo sujeito surdo. Essas escolhas ora se ajustam, em algum grau, ao significado contextual, ora se distanciam, em cada versão.

Como se assinalou anteriormente, além de serem necessárias as habilidades cognitivas do intérprete, em vista de também atuar por longos períodos, esse profissional ainda necessita de habilidades físicas e fisiológicas, além de capacidade emocional para atuar sob pressão, buscando aperfeiçoamento em fatores que conduzem a uma boa resistência, durante a atuação interpretativa. Desse modo, está mais propenso às condições de fadiga cognitiva durante a atividade de interpretação simultânea e conseqüentemente, pode aumentar a possibilidade de interferências nos enunciados, como de distanciamento da língua de partida para a língua de chegada. Nesse contexto, ressalta-se um estudo piloto, em que foi realizada uma experiência com três intérpretes que permaneceram em atividade de interpretação, por um longo período, até conseguirem manter um grau de qualidade na interpretação. Foram vistos nos resultados da pesquisa que, durante os primeiros vinte minutos (20'), houve os primeiros indícios de equívocos na interpretação simultânea e, após trinta minutos (30'), os equívocos eram nitidamente detectáveis (MOSER-MERCER, KUNZLI, KORAC, 1998). De acordo com Peter Moser (1995), a interpretação simultânea se compara com o trabalho de um controlador de tráfego aéreo, que, devido às condições de trabalho sob alta-tensão constante, acaba sendo fortemente suscetível a equívocos. O processo de interpretação simultânea de uma língua para outra é um processo altamente desafiador, e as atividades constitutivas dessa ação interpretativa geram um compromisso que vai além da atividade técnica-profissional.

Com base na proposta de Williamson-Loga (2006)⁹⁶, o processo de criação de uma interpretação se dá da seguinte forma:

- a) um falante cria um enunciado, seja esse realizado em sinais ou no uso da LP falada, sendo realizado um enunciado em contexto específico (o ILS recebe a informação do enunciado da língua de partida);
- b) O ILS interpreta o que está na língua de partida, criada pelo falante, e analisa o sentido dos enunciados e, quando finaliza esse processo, explora a competência linguística e sociocultural para compreender o teor do enunciado do discurso (o ILS analisa o enunciado de origem);
- c) o ILS, ao concluir o processo de análise, passa a escolher a mensagem central (sem depender dos lexemas da língua de partida). Essa fase da interpretação simultânea é vista de “forma decrescente”, pois o ILS precisa ter a capacidade de visualizar o contexto. Essa é uma das habilidades mais complexas para a atuação profissional (o ILS determina a mensagem sem a forma linguística);
- d) o ILS, a partir da mensagem central que se realiza (desconectada da forma da língua de chegada), deve determinar como criar uma expressão linguística equivalente à língua de origem (o ILS determina a composição da mensagem-alvo);
- e) o ILS, ao longo do processo da interpretação simultânea, fica numa ação de automonitoramento, procurando *feedback* do público-alvo, durante a interação para garantir que a mensagem seja recebida conforme o pretendido (o ILS monitora o processo durante a IS).

Dos cinco processos da realização da interpretação simultânea, ressalta-se, na situação específica de um contexto midiático, que o ILS desconhece o seu público-alvo e, com isso, não ocorre um *feedback* para monitorar a mensagem interpretada.

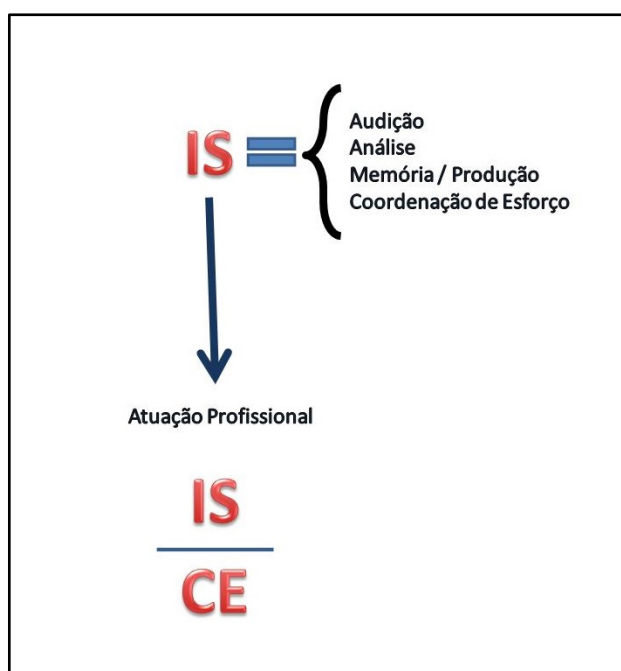
Willimson-Loga (2006) argumenta que o estudante da tradução e/ou interpretação necessita desenvolver um conjunto de habilidades analíticas e linguísticas, usando a fonética, a morfologia, a sintaxe e a semântica-pragmática durante um processo de tradução e/ou interpretação. A autora compreende que o estudante é conduzido a considerar fatores que são primordiais e contribuem para a construção dos significados em diferentes contextos sociais e

⁹⁶ Adaptações realizadas pela autora desta tese conforme a realidade brasileira.

culturais, podendo desenvolver habilidades e competências em diferentes gêneros de interpretação, como a simultânea, consecutiva, diálogos, monólogos, Libras/português, português/Libras, entre outros. Em suma, o desempenho do ILS é realizado sob diferentes facetas do processo da interpretação simultânea e, para isso, o ILS necessita aprofundar sua compreensão, desenvolver habilidades e competências para sua atuação. Ressalta-se que o ato interpretativo não é apenas “ativar a voz e sair interpretando”, conforme esclarece a autora.

Durante a interpretação simultânea, os modelos de esforços (GILE, 1995), aplicado ao Tils, durante a atuação, envolvem a audição, a análise, a memória (produção) e a coordenação de esforços (CE). Ou seja, toda a ação de escutar (audição) é monitorada pelos processos metacognitivos do Tils. A Figura 15 representa o processo metacognitivo da atuação do ILS numa situação de interpretação simultânea.

Figura 15 – Processo metacognitivo da interpretação simultânea



Fonte: elaborado pela autora (2017).

A Figura 15 registra que o ILS ouve, analisa, resgata a memória de curto e longo prazo, sinaliza (interpreta simultaneamente) e elabora as ideias do enunciado em outra língua. Tudo isso sem perder o objetivo do sentido, o ritmo, a prosódia do enunciado da língua de partida para a língua de chegada, tomando decisões linguísticas importantes, instantâneas e

ininterruptas das línguas envolvidas, sob o domínio do conhecimento especializado de ambas as línguas, num contexto específico de atuação profissional.

A interpretação simultânea (IS) pode ser comparada como uma escalada nas montanhas cobertas de gelo. Imagine um lugar altamente gelado (com neve) e apenas três pessoas indo em direção ao topo de uma montanha. Certamente, fazer uma caminhada no gelo e escalar uma montanha seria um duro desafio humano, em que até mesmo o melhor alpinista encontraria grandes obstáculos. Nesse exemplo, também se entende que os desafios são muitos para a atuação do ILS, as dificuldades são variáveis, mas todas são possíveis de serem superadas para alcançar o ‘topo de uma montanha’, desde que o ILS desenvolva habilidades, exercite a prática da interpretação simultânea, com o propósito de refinar e aperfeiçoar o seu desempenho profissional, bem como as técnicas relacionadas aos contextos específicos de atuação. Para isso, o primeiro passo é trabalhar em equipe, ou seja, dividir a caminhada torna-se fundamental para que qualquer atividade de interpretação seja realizada com qualidade e eficiência. Sendo assim, pensar nas três pessoas equipadas para uma atividade de alpinista é o mesmo que pensar numa atuação de um ILS em uma situação de interpretação simultânea, pois os três profissionais atuariam em equipe nas seguintes posições: (1) ILS em atuação (no ato do processo da interpretação simultânea), (2) ILS de apoio linguístico e sociocultural, e (3) ILS de revezamento com os ILS de atuação (1) e o ILS de apoio (2). Os três ILS conduziriam o processo da interpretação simultânea de forma mais eficiente, refinada e aprimorada.

Em função das competências tradutórias e interpretativas, considera-se elemento-chave para a formação do Tils, em diferentes contextos, a necessidade de discutir as competências que dão relevo aos fatores linguísticos e culturais, que norteiam a prática da interpretação simultânea.

O Quadro 4 apresenta o desempenho do Tils numa situação real de interpretação simultânea, e, nesse sentido, esta pesquisa se debruça na seguinte problemática: *as escolhas realizadas pelo Tils, no processo de interpretação simultânea de Português (modalidade oral) para Libras, em sessões parlamentares, são semântica e pragmaticamente adequadas?* Procura-se, desse modo, evidenciar aspectos linguísticos e culturais da interpretação tendo como ‘pano de fundo’ o cenário da atuação do Tils em contextos políticos.

Enfatizando essas particularidades semântico-pragmáticas interpretadas da Língua Portuguesa (modalidade oral) para Libras, realizaram-se análises que visam responder às seguintes questões de pesquisa, relacionadas ao problema norteador desta tese:

- a) quais são os recursos linguísticos utilizados na interpretação simultânea de conceitos lexicalizados em LP (modalidade oral-auditiva) para Libras em contextos políticos?
- b) quais são os processos cognitivos que intervêm nas escolhas interpretativas dos conceitos de uso em contextos políticos, durante a “leitura auditiva” e a “compreensão cognitiva” do Tils?

A partir dessas considerações gerais, passa-se aos resultados das análises. O que se observa, de imediato, é que existem características bem definidas na atuação do Tils¹ e do Tils² durante a interpretação simultânea. Verifica-se, no Quadro 4 algumas características que, ao longo das análises, foram observadas no perfil que caracteriza a atuação dos dois Tils:

Quadro 4 – Desempenho da atuação do Tils no contexto político

| DESEMPENHO DA ATUAÇÃO DO TILS NO CONTEXTO POLÍTICO | |
|---|--|
| TILS¹ | TILS² |
| <ul style="list-style-type: none"> • não explora sinalizando os aspectos multimodais no uso da LP (modalidade oral), como a expressividade retórica e afetiva do orador no discurso (ex.: indignação, entusiasmo, ênfase, etc.); • se preocupa em escolher a variação linguística para um determinado lexema; • mantém a IS sem vícios de linguagem para a língua de chegada (Libras); • em determinados enunciados, faz omissões que distanciam dos sentidos morfológicos e sintáticos; • mantém a IS em nível acadêmico (não popular). | <ul style="list-style-type: none"> • sinaliza dando ênfase aos aspectos multimodais no uso da LP (modalidade oral), como a expressividade retórica e afetiva do orador no discurso (ex.: indignação, entusiasmo, ênfase, etc.); • não se preocupa em escolher a variação linguística para um determinado lexema; • durante a IS realiza vícios de linguagem para a língua de chegada (Libras), como o pronome <IX(aqui)>; • realiza omissões não relevantes para o leitor-surdo em relação alguns enunciados; • realiza adaptações linguísticas e culturais em relação as escolhas dos lexemas manuais, em nível do leitor-surdo, com uma respectiva formação mediana (Ensino Médio). |

Fonte: elaborado pela autora (2017).

Durante treze minutos (13') de atuação do Tils¹, foram extraídos 15 excertos analisados na seção (4.2). Os excertos de 1 a 15 foram proferidos pelo parlamentar¹ e pelo parlamentar² numa sessão de Tribuna Livre, na Câmara dos Deputados Federais – Congresso Nacional.

Observa-se que, na atuação do Tils¹, houve mais omissões na relação entre enunciados proferidos pelos parlamentares em LP (modalidade oral-auditiva) na interpretação em Libras. Foram propostas vinte e cinco novas versões de interpretação de LP para Libras. Dessas novas versões, todas foram provenientes das omissões de vocábulo proferido pelos parlamentares e analisados nos excertos de 1 ao 15 (EX1-15). Foram identificadas as seguintes omissões do Tils¹:

- a) **nível lexical genérico:** o verbo “conceder” (EX1); os substantivos “tribuna”, “móvel” (no sentido de VEÍCULO) (EX7), “unanimidade” (EX9) e “benefício” (EX11); a interjeição “ah!” (EX6); e os adjetivos “indignado” (EX13 – EX14) e “rigoroso” (EX11);
- b) **nível lexical especializado:** “pedido de um aparte” (EX11); “secretaria da saúde” (EX7), “copa dos sonhos” (EX3), “companheiro de farda” (EX9), “esta casa” (sentido de Casa Legislativa) (EX9), “piso nacional” (EX9) e “Senhor Presidente” (EX7);
- c) **nível de terminologia jurídica:** “carga tributária” (EX4); “PEC 300” (EX9), “delações” (EX11), “autuações” (EX11), “burocrático” (EX11), “emenda” (EX13) e “emenda constitucional” (EX13);

Entende-se que o Tils¹ omitiu vocábulos que interferem na interpretação semântico-pragmática de leitor-surdo. Por outro lado, se o Tils¹ omitisse a datilologia realizada para o vocábulo “ilustríssimo” (EX2) em LP, não haveria prejuízo interpretativo para o leitor-surdo.

Em relação às escolhas parafrásticas durante a interpretação simultânea, destacam-se as seguintes:

a) paráfrases paralelas. Observem-se os excertos 2 e 9:

- ❖ EX2: [*“prazer muito grande estar aqui”* → <PRESENTE TRABALHO AGORA PRAZER BOM PRESENTE VIVO:::>];

- ❖ EX2: [*“podendo usufruir desse tempo”* → <PODER FALAR AGORA TEMPO(YYY) FS(2) MINUTO FALAR>];
- ❖ EX4: [*“num país ondi a carga tubutária não fossi tão grande mas qui também essa carga tubutária pudéssi sa-ixtar sendu devolvida aos brasilêrus”* → <NÓS TAMBÉM IX(palma) IMPOSTO PESADO CAPAZ VOLTAR POVO BRASIL>];
- ❖ EX9: [*“Mas infelizmenti está emperrado nesta casa já passaram três presidentes aqui esta emperrado nesta casa a votação du piso nacional dos puliciais”* → <TER IX(aqui_ próprio) ATÉ PARAR JÁ ENTRAR FS(3) PRESIDENTE JÁ IX(aqui) TAMBÉM <NÃO_CONSEGUIR> NADA JÁ ACONTECER AQUI VOTAR SALÁRIO ATÉ GERAL POLÍCIA(.)>];
- ❖ EX9: [*“u qui direi pra elis? Eu mantereí a minha poxtura”* → <O_QUE> (?) IX(me) OPINIÃO XXX CONTINUAR FALAR IX(eles) (.)>].

As paráfrases paralelas nos EX2, EX4 e EX9 mantiveram a simetria do sentido do vocábulo da LP para a Libras.

b) paráfrases redutoras. Observem-se os excertos 1, 7, 10 e 11:

- ❖ EX1: [*“Concedo a palavra ao ilustre deputado Mandeta (DM)” (PAUSA) Deputado Major Fábio (DMF#P1) se encontra Major Fábio (,) o si Ø de vinte e cinco minutos da tribuna”* → <DEPUTADO FS(m-a-j-o-r_f-a-b-i-o) TER TEMPO LIMITE FS(25) MINUTOS FALAR (12”-18”) [pausa] (18”-20”)>]
- ❖ EX7: [*“Câmara dos Deputados Federais”* → <IX(aqui)>]
- ❖ EX10: [*“u sonhu dus brasilêrus (,) erá ter uma copa du sonhus num país ondi nós pudéssimus dizê qui a nossa qui u nossu congresso Nacional (,) qui us nossus puliticus todos tem compromisso com a honestidade talvez com algumas falhas (,) mas que todos pudesse acordar dizendo eu vou ser mais honesto”* → <PORQUE MUITO ROUBO SONHAR POVO BRASIL QUE TER MAS FUTEBOL FUTEBOL2 NOS CAPAZ FALAR AVISAR CONGRESSO IX(congresso) GRUPO POLÍTICO TUDO PERFEITO COMPROMISSO RESPEITO PERFEITO ENTÃO <AS_VEZES> ALGUM DEFEITO ERRAR MAS VERDADE TOD@S CAPAZ ACORDAR XXX MUDAR FALAR HOJE IX(me) GANHAR VAI RESPEITAR PERFEITO>
- ❖ EX11: [*“pronunciamento que faiz com aquela contudência verbalizada qui caracteriza exatamente a sua elouquência”* → <AVISAR XXX FALAR HOJE FORTE INSISTIR FIRME CORAGEM>]

Nas paráfrases redutoras que o Tils¹ interpretou no EX1, foi omitido o verbo “conceder”, porém houve a manutenção da ideia principal do enunciado. No EX7, o Tils¹ realizou uma redução com uma escolha adverbial de lugar <IX(aqui)>. No EX10, o Tils¹ resumiu “*num país ondi nós pudéssimus*” com a seguinte estrutura: <ROUBO SONHAR POVO BRASIL>. No EX11, o Tils¹ também resume a expressão “*contundência verbalizada*” e “*elouquência*” para <FALAR HOJE FORTE>.


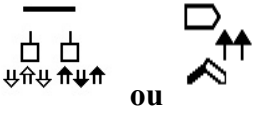



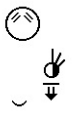
c) paráfrases expandidas. Observe os excertos 2, 3 e 7:

- ❖ EX2: [*“fala nesse instante com todas as unidades da federação::”* → <TAMBÉM TUDO ESTADO+ PAÍS BRASIL:: AGORA IX(nós) PERTO JÁ TUDO BRASIL GERAL VER>]
- ❖ EX3: [*“a copa du mundu dus sonhus dus brasilêrus verdadeiramente êista (esta) não é a copa dus sonhos dus brasilêrus a copa dus sonhos dus brasilêrus precisava ixtar acontecendo no país dos sonhos dus brasilêrus”* → <AGORA:: FS(c-o-p-a) FUTEBOL FUTEBOL2 SONHAR PRÓPRIO PAÍS BRASIL NÃO FS(c-o-p-a) SONHAR PRÓPRIO BRASIL PESSOA BRASIL APARECER FESTA ONDE PAÍS SONHAR PESSOA POVO BRASIL FS(c-o-p-a) FUTEBOL FUTEBOL2 SONHAR PESSOA POVO BRASIL PRECISAR ACONTECER ONDE PRÓPRIO MESMO PAÍS>]
- ❖ EX7: [*“i qui precisa colocá fazê uma circugia purquê até agora nesse país qui gaxstô bilhões cum construções di arena ele deseja fazê uma circugia pra qui a filha dele; sinhô presidenti, possa escutá a palavra pai i iscutandu a palavra pai ela possa chegá e dizê: - Pai”* → <FAZER CIRURGIA PORQUE ATÉ HOJE PAÍS GASTAR <FS(b-i)> DINHEIRO GASTAR FAZER ESTÁDIO ESPORTE PRECISAR FAZER CIRURGIA <IX(não)> MULHER FILHA CAPAZ OUVIR PALAVRA <FS(p-a-i)> CAPAZ FALAR XXX FALAR <FS(p-a-i)>>]

No EX2, verifica-se que o Tils¹ especificou as “unidades da federação” para as glosas <ESTADO+ PAÍS BRASIL>. No EX3, o Tils¹ também explica a “Copa do Mundo” com as glosas <FUTEBOL FUTEBOL2> e mais a datilologia <FS(c-o-p-a)> para identificar e intensificar do que se trata o enunciado. E, no EX7, o Tils¹ explica os “bilhões gastos com construções”, fazendo uso das glosas <PAÍS GASTAR <FS(b-i)> DINHEIRO GASTAR> e, nesse mesmo excerto, também especifica o sentido “arena” para os lexemas <ESTÁDIO ESPORTE>.

O Tils¹ também explora a polissemia de sinais em Libras conforme segue a representação em glosa e a escrita do sinal⁹⁷:

⁹⁷ Consulta e contribuições da pesquisadora Marianne Stumpf (UFSC).

- ❖ **<POLÍTICO>** e  – referem-se aos vocábulos ‘presidente’, ‘deputados’ e ‘deputadas’, sendo eles designados também pelos adjetivos para ‘excelentíssimo’ e ‘ilustríssimos’ do enunciado proferido no EX2;
- ❖ **<FUTEBOL>** e  ou ⁹⁸ – referem-se à expressão “Copa do Mundo” dos enunciados proferidos nos EX3, EX4, EX5, EX6, EX8 e EX9;
- ❖ **<POBRE>** e  – referem-se ao vocábulo “mendigar” do enunciado proferido no EX9;
- ❖ **<CIDADE>** e  – referem-se ao vocábulo “municípios” do enunciado proferido no EX10;
- ❖ **<BANCO>** e  – refere-se ao vocábulo “agências” do enunciado proferido no EX10;
- ❖ **<CERTO>** e  – referem-se ao vocábulo “honesto” ou “correto” do enunciado proferido no EX10.

Os mesmos recursos analisados na atuação da Tils¹ foram também verificados durante os oito minutos (8') de atuação do Tils², analisados em 15 excertos na seção (4.2), relativa aos discursos do parlamentar¹ e do parlamentar³.

Observa-se que o Tils² realizou menos omissões da LP (modalidade oral-auditiva) para Libras, sendo que algumas omissões foram de informações menos relevantes. No contexto geral do discurso, identificaram-se oito novas versões de enunciados para serem interpretados de LP para Libras. Dessas novas versões, nem todas foram provenientes das omissões de

⁹⁸ O Tils¹ mantém durante a IS a variação linguística para o lexema de <FUTEBOL>.

vocábulos, nos enunciados proferidos pelos parlamentares e analisados nos excertos de 16 ao 30 (EX16-30), mas de possibilidades de, em uma nova versão, refinar as escolhas interpretativas numa situação de interpretação simultânea (IS).

Foram identificadas as seguintes omissões do Tils²:

- a) **nível lexical genérico**: os adjetivos “medo” (EX23), “competente” (EX23) e “indignado” (EX24 – EX25); os substantivos “engenheiro” (EX23), “pai” (EX25), “maca” (EX25), “equipamentos” (EX25) e “criminalidade” (EX28); uso morfossintaxe “sensibilidade suficiente” (EX16) e “crítica aos governadores” (EX29); expressões de uso semântico-pragmático (metafórico) como “*campo de concentração nazista*” (EX28), “guarnecer” (EX29), “cangalha” (EX29), “gancho” (EX29);
- b) **nível lexical especializado**: “corrupção” (EX19), “aparelho estatal” (EX28) e “forças públicas” (EX29);
- c) **nível de terminologia jurídica**: “emenda” (EX16).

O Tils² apresentou omissões não relevantes, porém, nota-se que ele explorou, durante sua atividade de interpretação simultânea (IS), as paráfrases paralelas e expandidas. Ademais, não se identificaram ocorrências de paráfrases redutoras para as omissões. Observa-se que o Tils², em suas escolhas interpretativas, buscou lexemas com equivalências simétricas e explicativas, correlacionadas à prosódia do ato de fala dos parlamentares. A prosódia foi interpretada pelo aspecto secundário gramatical da língua de sinais, no qual se exploraram as expressões faciais e corporais para dar conta da interpretação dos enunciados dos discursos do parlamentar¹ e do parlamentar³.

No excerto 19, o Tils² realizou uma sequência de pausas não relacionadas às pequenas pausas do parlamentar¹, ou seja, enquanto Tils² realizou oito frações de segundos de pausas, o parlamentar¹, fez uso de 3 pausas, como se identificam em negrito abaixo:

“I a violência na Paraíba pasmem Senhores e Senhóras(,) João Pessoa é a terceira capital mais violenta do Brasil João Pessoa é a nôna cidade mais violênta du mundu João Pessoa é linda (!) João pessoa é maravilhosa(,) quem vai em João Pessoa quer voltar novamente mas infelizmente(,) João Pessoa hoje é a terceira capital mais violenta du Brasil i a nona cidade mais violenta do mundo”

<PENSAR IX(lá) PARAÍBA [PAUSA] ACORDAR IX(vocês) (.) [PAUSA] APROVEITAR <JOÃO_PESSOA> [PAUSA] TERCEIRA PRINCIPAL VIOLÊNCIA2 BRASIL [PAUSA] CAPITAL [PAUSA] <JOÃO_PESSOA> É FS(9) CIDADE MAIS VIOLÊNCIA2 MUNDO [PAUSA] <JOÃO_PESSOA> BONITO [PAUSA] MARAVILHA [PAUSA] SINAL SOL (YYY) VISITAR QUERER NOVAMENTE VISITAR MAS TRISTE ENTÃO [PAUSA] <JOÃO_PESSOA> (YYY) HOJE IX(lá) TERCEIRO CAPITAL MAIS VIOLÊNCIA BRASIL FS(9) CIDADE VIOLÊNCIA2 MAIS MUNDO>

Nota-se, nessa interpretação, que o Tils² não faz uso dos lexemas na estrutura sintática de Libras, ou seja, os lexemas resultam mais em escolhas de “palavra mais sinal”, separando-as por **pausas**, ao longo do discurso do parlamentar¹. No entanto, o Tils², durante a interpretação simultânea, preenche as pausas com expressões faciais de forma intensa, correlacionando com a entonação da voz do parlamentar.

Em relação às escolhas parafrásticas, durante a interpretação simultânea, foram destacadas as seguintes:

a) paráfrases paralelas. Observem-se os excertos 23, 26, 30:

- ❖ EX23: [*“I aqui não falta pessoas inteligentes Brasil não faltam engenheiros competents profissionais competents talvez nu Brasil si falti um pouco de vergonha mas di pessoas competents eu tenho certeza que nu Brasil não falta de pessoas corajosas de pessoas que amam essa nação(.) não faltam não faltaum não faltaum pessoas qui amam éxsta nação”* → <[PAUSA] IX(aqui) FALTAR PESSOA INTELIGENTE TER FALTAR::: (expressão de interrogação) NÃO [PAUSA]<NÃO_TER_COMUNICAÇÃO> PROFISSIONAL <NÃO_TER:::> TER (expressão de afirmação) [PAUSA] PARECER TALVEZ BRASIL FALTAR VERGONHA SÓ [PAUSA] MAS PESSOA RESPONSÁVEL PROFISSIONAL TER BRASIL FALTAR NÃO (.) [PAUSA] PESSOA CORAGEM AMAR PAÍS FALTAR NÃO PESSOA AMAR (expressão de afirmação intensa) IX(aqui) PAÍS>];
- ❖ EX26: [*“comemorar o dia a dia do cidadão”* → <APLAUDIR <TODO_DIA> VIDA CIDADÃO>];
- ❖ EX30: [*“I é bom qui todos os puliciais militares corpo di bombero pulicial civil u agente penitenciário cóbri dos deputados federais agora nessa eleição quem se omitir i quem negô aus puliciais cívís i puliciais (,) militares e corpo de bombero um pouco de condições para que eles possam cumprir sua missão aqui é di mudá a sigurança(.) brigadu parabéns (!)”* → <POLÍCIA MILITAR IX(lá) BOMBEIRO IX(lá) FS(c-i-v-i-l) FS(a-g-e-n-t-e) CUIDAR PRISÃO PERCEBER É DEPUTADO FEDERAL HOJE VOTAR IX(lá) DESCANSAR FOLGA XXX ACEITAR NÃO FAZER POLÍCIA FS(c-i-v-i-l) POLÍCIA MILITAR BOMBEIRO BRASIL(.) PEQUENO MELHOR MAIS VIDA OBJETIVO IX(ele_próprio) SEGURANÇA COMO IX(nós) OBRIGADO APLAUDIR>]

No EX23, o Tils² omite o adjetivo ‘competente’ e o substantivo ‘engenheiro’, porém no enunciado: “*Brasil não faltam engenheiros competentes profissionais competentes*” foi parafraseado paralelamente com as seguintes glosas: <MAS PESSOA RESPONSÁVEL PROFISSIONAL TER BRASIL FALTAR NÃO>, que mantêm o sentido do texto original. No EX23, o Tils² mantém a simetria no mesmo sentido entre ambas as línguas e, no EX30, o Tils² também mantém a simetria quando em LP é proferido “agente penitenciário” e a interpretação é realizada com os lexemas <PESSOA CUIDAR PRISÃO> ou <RESPONSÁVEL CUIDAR PRISÃO>. Por fim, o enunciado “*cumprir sua missão que é para mudar a segurança*” foi parafraseada com as glosas <MELHOR MAIS VIDA OBJETIVO IX(ele próprio) SEGURANÇA COMO IX(nós)>, as quais mantêm a matriz do texto-falado.

b) paráfrases redutoras. Observem-se os excertos 20, 21 e 25:

- ❖ EX20: [*“Eu acho que essi é um sonho di todo brasilêro esti é u sonho di todas as crianças (,) essi é u sonhu di todus us adolescentes elis pudissim batê nu peito e dizê – Meu pai não é ladrão(!) Eu achu qui ninguém sonha tê um pai ladrão eu acho que eu nunca vi dizê qui uma criança sonhô im tê qui usa dinhêru qui não é seu eu acho que o sonho de todos assim como das crianças um sonho de todos us brasilêros é serem honestos eu acho qui essi é u sonhu dos brasilerus”* → <PAUSA] SONHAR BRASIL [PAUSA] SONHAR CRIANÇA SONHAR PESSOA JOVEM [PAUSA] PODE MEU+ PAI [PAUSA] ROUBAR NÃO (expressão facial intensa para o não) YYY SONHAR QUERER TER PAI ROUBAR NINGUÉM <NÃO_QUERER> ENTÃO [PAUSA] IX(me) PENSAR NUNCA CRIANÇA SONHAR TER PAI É::: DINHEIRO ROUBAR ENTÃO [PAUSA] IX(me) SONHAR CRIANÇA SONHAR QUALQUER PESSOA É FS(h-o-n-e-s-t-i-d-a-d-e) PERFEITO ENTÃO>]
- ❖ EX21: [*“Eu vivia num país e honesto(,) onde as pessoas respeitam u póximo ondi u dinheiro da saúde vá pra saúde u dinheru da educação vá pra educação u dinheru da seguraça vá pra segurança eu acho qui essi é u sonhu dus brasilerus”* → <[PAUSA] TER IX(aqui) PAÍS PERFEITO PESSOA RESPEITAR COOPERAÇÃO SAÚDE DINHEIRO VERBA FOCO SAÚDE DINHEIRO ENSINAR FOCO ENSINAR DINHEIRO PRÓPRIO SEGURANÇA FOCO SEGURANÇA [PAUSA] SONHAR>]
- ❖ EX25: [*“pai no hospital e ter que ficar numa maca”* → <IX(lá) TALVEZ DV(deitado no chão YYY) SENTAR G(ESPERAR exp. de tédio) TALVEZ <EM_PÉ>]

Nos EX20 e EX21, o Tils² reduz a informação em relação ao enunciado em LP ao lexema ‘honesto’, sendo que, na primeira vez que o vocábulo é pronunciado, o Tils² faz uso da datilologia seguida da glosa <PERFEITO>, e, quando novamente o parlamentar¹ utiliza o

vocábulo “honesto”, o Tils² mantém o lexema <PERFEITO> sem precisar fazer a relação novamente com a datilologia do lexema ‘honestidade’. E, no EX25, o Tils² faz uso anafórico do pronome <IX(lá)> para referir-se ao “hospital” mantendo o objetivo central do texto-falado.






c) paráfrases expandidas. Observe-se o excerto 22:

- ❖ EX22: [*“Eu achu qui us braílerus sonham todos us dias (,) eu achu qui us brasilerus vão terminá essa copa i vão vê qui as coisas ficarão até mais complicadas porque talvez depois dessa copa a gente qui abri a CPI dais arenas a CPI dus campus di futiból (,) talvez esta casa depois da copa fiqui somenti cum a herança di criá uma nova CPI pra investigá u qui foi qui hôvi di disvio nessi país qui passô séti ânus si péparandu(,) passô séti ânus si péparandu”*]
 —————> <[PAUSA] POVO BRASIL SONHAR <TODO_DIA> (.) POVO BRASIL FS(c-o-p-a))
 PRONTO FS(v-a-i) VER ENTÃO::: MAIS CONFUSO PROBLEMA NOVAMENTE
 PORQUE FS(c-o-p-a) [PAUSA] (exp. de 'pois é') FS(v-a-i) FAZER PESQUISAR FS(c-p-i)
 PRÓPRIO ESTÁDIO [PAUSA] TALVEZ IX(aqui) ATÉ [PAUSA] DEPOIS DESISTIR
 <O_QUÊ> É CRIAR FS(c-p-i) NOVA PESQUISAR <O_QUÊ> ERRADO ROUBAR
 DINHEIRO IX(aqui) PAÍS [PAUSA] FS(7) ANOS TER ORGANIZAR TEMER(exp. de medo)
 FS(7) ANOS ORGANIZAR [pausa]>]

No EX22, o vocábulo “arena” é interpretado pelo Tils² para o lexema <ESTÁDIO> e, na sequência do discurso, quando o parlamentar¹ usa o vocábulo “desvio”, o Tils² o interpreta como <ERRADO ROUBAR>. Tanto <ESTÁDIO> quanto <ERRADO> são glosas que exemplificam o sentido dos lexemas em LP. No entanto, ao escolher a glosa <ROUBAR> para referenciar à glosa <ERRO>, ocorre uma falha de compreensão conceitual, ou o Tils² remete a um conhecimento enciclopédico predefinido, que, em se tratando de “desvio” no contexto político, o sentido se encontra no ato de cometer algum “erro”, algum desvio de algum caminho (substantivo masculino) ou de “roubar” algo, no sentido de fraudar (verbo). Assim, como dito na análise, <ERRADO+ROUBAR> não se referem ao mesmo sentido de ‘desviar’. Desviar o dinheiro público não significa exatamente roubar, mas usar o dinheiro indevidamente para outras finalidades.

O Tils² também se apropria da polissemia de lexemas em Libras, como se pode identificar na representação em glosa e a escrita do sinal⁹⁹:

⁹⁹ Consulta e contribuições da pesquisadora Marianne Stumpf (UFSC).

- ❖ <FUTEBOL> e  - referem-se à expressão “copa do mundo” do enunciado proferido nos EX18 e EX19;
- ❖ <PERFEITO> e  - referem-se ao vocábulo “honesto” do enunciado proferido no EX21;
- ❖ <ESTÁDIO> e  - referem-se ao vocábulo “arena” do enunciado proferido no EX22;
- ❖ <ANOTAR> e  - referem-se ao lexema ‘registrar’ do enunciado proferido no EX25;
- ❖ <HITLER> e  - referem-se ao vocábulo “nazista” do enunciado proferido no E28.

O uso de lexemas polissêmicos <FUTEBOL>, <PERFEITO>, <ESTÁDIO>, <ANOTAR> e <HITLER> permite ao Tils² manter a comunicação referindo-se aos sentidos proferidos de forma intralingual de Libras para Libras, e interlingual de LP para Libras ou Libras para LP.

Os Tils¹ e o Tils² demonstraram habilidades e desempenhos bem distintos, conforme as análises realizadas nos excertos de 1 a 30, relativos aos discursos do parlamentar¹, do parlamentar² e do parlamentar³. O Tils¹ apresentou vários elementos que ora se distanciavam do enunciado, ora se aproximavam. No entanto, o Tils² demonstrou maior desempenho em relação ao Tils¹ nas escolhas interpretativas dos lexemas de LP para Libras.

Com isso, problematizar a atuação dos Tils, que prestam serviços em Casas Legislativas, ou diretamente em outros setores do contexto político, pode ser importante, no sentido de considerar que tal atuação caracteriza-se como serviço especializado – passível de

reconhecimento na Junta Comercial de cada Estado no País, definido na função de tradutores e intérpretes comerciais ou popularmente, conhecido como juramentados.

Apresenta-se de modo didático, e sem fugir da perspectiva da Linguística, das teorias da Tradução e da Interpretação das línguas em uso, uma análise que atende para novas reflexões, sob o prisma de vários níveis e áreas que foram apresentadas nas características do desempenho de cada Tils participantes desta pesquisa, a saber:

- a) Tils¹ – durante seu desempenho fez escolhas durante a IS de paráfrases redutoras, omissões significativas, escolhas lexicais inadequadas, raras paráfrases expandidas, datilologia, pouca informação aproveitável no sentido de compreensão e relação contextualizada entre as informações ouvidas – leitura equivocada e pouco repertório de vocabular e lexical.
- b) Tils² – durante seu desempenho fez escolhas, durante a IS, de equivalência formal mais precisa relacionada à prosódia na escolha dos lexemas. Escolhas lexicais seguidas de pausas conforme entonação dada pelo parlamentar, revelando a prosódia. Realiza os lexemas de forma pausada e clara (cf. p. 175) e se apropria das expressões faciais relativas aos aspectos gramaticais, o que também se estende aos movimentos das configurações de mãos.

Nesse sentido, a pesquisa que orienta esta tese destaca e justifica, para a atuação do Tils em determinados contextos – sejam os educacionais, clínicos, jurídicos, e principalmente na esfera política – que o Tils tenha habilidades específicas atuar em diferentes contextos com uso de diferentes gêneros de discurso.

De acordo com os resultados das análises, verifica-se a necessidade de que, nos cursos de formação de Tils, principalmente nos cursos de graduação, sejam oportunizadas aos estudantes formações específicas, referentes aos diferentes contextos de atuação do Tils, pois nem todos os Tils que, por exemplo, têm habilidades para atuar num contexto educacional, têm as mesmas habilidades para atuar num contexto clínico, jurídico e, até mesmo, político. As formações para os Tils precisam ser projetadas em nível de graduação (habilitações específicas) ou em nível de *Lato Sensu* (especializações), conforme estabelece a legislação da Lei de Inclusão (LBI), mencionada no capítulo 3 desta tese. Mesmo ainda sendo primárias as propostas de formações para os Tils oferecidas no Brasil, ainda é necessário que as

Instituições de Ensino Superior (IES), no âmbito público e privado, oportunizem a oferta de formações com o conhecimento especializado nas áreas educacionais, clínicas e jurídicas.

Retomam-se, aqui, as principais disposições legais que nortearam as reflexões realizadas no âmbito da elaboração desta tese, como a Lei de nº 12.319 de 2010, que regulamenta a profissão do Tils, o Decreto de nº 5.626/2005, que estabelece a formação do Tils e a Lei de Inclusão (LBI), de nº 13.146/2015, que no artigo 28, que diz que os Tils, “quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, **com habilitação**, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras” (*grifos da autora*), na vigência de 48 meses para aplicar a exigência desse perfil no mercado de trabalho.

Verifica-se, entretanto, que a “habilitação” que a legislação prioriza ainda se encontra no âmbito genérico da formação, uma vez que os diferentes contextos de atuação indicam que é necessário garantir formações com conhecimentos especializados.

No sentido de atender à legislação vigente do país, a discussão desenvolvida ao longo desta tese sugere que se focalizem as especificidades das atuações dos Tils, que se fortaleça a categoria profissional a fim de conduzir os contratantes à especificação do perfil do profissional que desejam contratar, conforme demanda do contexto de atuação.

Atendendo aos anseios da atual política de inclusão escolar e social, faz-se necessário o desenvolvimento de uma série de reflexões sobre a atuação dos Tils, em diferentes contextos, que atualmente a comunidade surda tem conquistado. Para isso, necessita-se viabilizar a acessibilidade comunicacional, com a presença do Tils definida por formações mais específicas. A grade curricular para um curso de especialização em Tradução e Interpretação em Libras e Português, com ênfase em contexto político, definir-se-ia, de forma ampla, aqui apresentada, com pelo menos seis propostas elaboradas com as seguintes disciplinas específicas para a formação de Tils em contextos especializados:

- a) **Lexicologia e Terminologia Aplicada à Tradução/Interpretação** – estudar na prática terminologias lexemáticas que se aplicam ao contexto político;
- b) **Laboratório de Interpretação e Processos Semânticos** – análises semânticos e pragmáticos do processo de interpretação simultânea linguística e cultural. Vivências e práticas de interpretação simultânea no processo de escuta, análise textual, compreensão cognitiva, produção sinalizante (interpretar simultaneamente),

(re)elaboração das ideias do enunciado em outra língua, sem perder o objetivo do sentido, o ritmo, a prosódia do enunciado da língua de partida para a língua de chegada, tomando decisões linguísticas importantes, instantâneas e ininterruptas das línguas envolvidas num contexto específico de atuação profissional;

- c) **Tópicos do Processo de Revezamento em Contextos Midiáticos** – discussões, análises, adequações e adaptações experimentadas pelo estudante para aplicar ao processo de revezamento em contexto midiático (televisivo) com colegas em atuação de interpretação simultânea (IS);
- d) **Aspectos Linguísticos e Conhecimento Especializado** – identificar a gramática das línguas em uso (Libras e LP), exemplificando em sentenças de textos de discursos políticos;
- e) **Modalidade de Discursos: Interpretação Simultânea** – identificar os gêneros de discurso em situações de vivência e prática de Casas Legislativas (uma situação real de atuação de IS), reconhecendo os aspectos multimodais do ato de fala do locutor e o interlocutor no discurso;
- f) **Políticas Linguísticas e Tradução/Interpretação de Libras** – ampliar o conhecimento sobre as discussões linguísticas e tradutórias em relação aos atributos profissionais do mercado de trabalho.

A proposta encontrar-se-ia em sintonia com a inovação acadêmica e de excelência, no sentido de aprimoramento do conhecimento especializado para o Tils que prestará serviços no mercado de trabalho, principalmente em Casas Legislativas das esferas Municipal, Estadual e Federal. Ou seja, proporcionar-se-ia o aprofundamento do saber, a partir do rigor científico e técnico, de modo, inclusive, a promover ILS públicos e comerciais (ou juramentados), registrados em associações estaduais, sendo elas vinculadas a uma federação (movimentos que atualmente encontram-se em ascendência), que regulamente e oriente as formações com habilitações específicas para atuar em contextos de ordem pública, como são as Casas Legislativas espalhadas por todo Brasil.

Contudo, o que se tem observado, principalmente no RS, são as Centrais de Interpretação¹⁰⁰, por meio das quais o poder público contrata um Tils, levando esse

¹⁰⁰ As centrais de interpretação são um plano do governo federal para que a comunidade surda encontre em um único espaço a acessibilidade comunicacional em todas as áreas sociais.

profissional a fazer atuações na ordem jurídica, clínica, psicológica, assistencial, sem uma formação específica para atuar diretamente nesses contextos. O Tils que atua nessas Centrais de Interpretação assume uma responsabilidade que ultrapassa a função da interpretação. A reflexão que se faz é se esse Tils possui o domínio terminológico especializado para atuar nesses campos de atividade. A prática de interpretar leis, esclarecer direitos civis e orientar laudos médicos, não é eficiente se o Tils tiver apenas uma formação (em nível de graduação) voltada apenas à educação, somado a uma proficiência genérica em Libras. Os que desconhecem a atividade, nessa situação, que, se o Tils conhece Libras, está preparado, habilitado, capacitado para interpretar “qualquer temática”. Entretanto, o processo de interpretação é complexo e, para isso, são propostas estratégias para a atuação profissional, as quais contribuem para que o Tils enfrente com competência e capacidade de desempenho sua função. Assim, o Tils reuniria um conjunto de habilidades (técnicas) para entender o significado da mensagem, a estrutura da mensagem e fazer as escolhas interpretativas corretas referentes ao enunciado do falante, as quais resultariam em uma interpretação simultânea mais eficaz, permitindo ao Tils o refinamento das escolhas interpretativas e garantindo um desempenho qualificado.

Os intérpretes não podem criar interpretações que sejam completamente equivalentes à mensagem de origem. Sendo assim, os intérpretes necessitam fazer escolhas para gerenciar o processo de compreensão da informação recebida, estabelecendo o significado (semântica e pragmaticamente adequado) e produzindo a interpretação possível de uma língua para outra. Naturalmente, sempre haverá alguma informação perdida (omissão). Um exemplo é quando um intérprete entende o objetivo do falante em um determinado momento, mas não entende uma unidade de significado específica. Assim, o intérprete pode omitir um dado segmento na interpretação simultânea.

O Tils¹ e o Tils² se encontram em atuação num contexto político, fazendo o uso de terminologias jurídicas, gerenciando vários gêneros de discurso, e tendo que manter o controle emocional diante de uma câmera de vídeo que captura sua imagem, que está sendo transmitida *ao vivo*, para um público de leitores-surdos desconhecidos e dos quais não pode obter *feedback*.

O contexto político é um cenário que envolve diferentes gêneros de discurso proferidos nos diferentes parlamentares, cada um com seu modo específico de falar e, às vezes, manifestando comportamentos de hostilidade entre os pares numa sessão. Além de

todos esses aspectos, o Tils, em frações de segundo, necessita ouvir, traduzir (assimilar), compreender e interpretar para Libras – que é uma modalidade distinta do que ouviu – a LP. Ou seja, o Tils precisa dominar os aspectos linguísticos verbais, não-verbais e socioculturais, além das referências técnicas de atuação, num contexto político e midiático. Afora isso, o Tils atua com um ou mais colegas, num processo de revezamento.

Embora as leis vigentes tenham amparado a função do Tils, a categoria ainda busca melhorias, através de movimentos associativos e federativos que garantem alguns direitos e valorização do Tils, como a do “revezamento”, conhecido como trabalho em dupla (ou trios) ou intérprete de apoio. Segundo a Associação Gaúcha dos Intérpretes de Língua de Sinais (Agils)¹⁰¹:

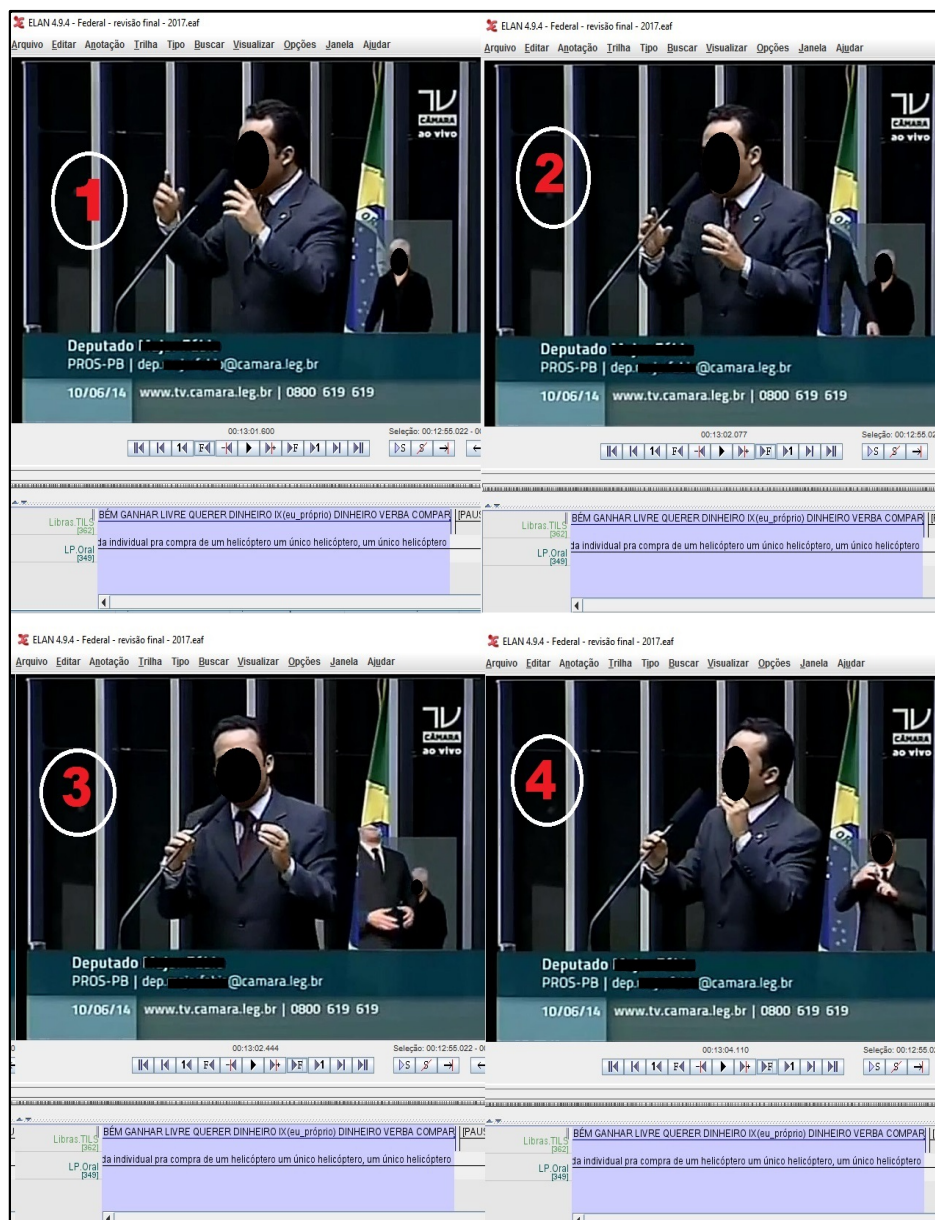
[e]ssa prática é bastante utilizada, principalmente na área educacional, em que as traduções são realizadas em períodos longos e demasiadamente desgastantes para os intérpretes (física e mentalmente), uma vez que o processo tradutório envolve duas línguas de estruturas linguísticas distintas (esforço mental) e de modalidades diferentes, língua oral-auditiva para viso-espacial ou vice-versa (esforço físico das mãos, pulsos, cotovelos, ombros, pescoço, coluna...). Alguns estudos mostram, assim como relatos de profissionais acometidos por lesões, que atuando por longos períodos e expostos a muita sobrecarga de interpretação, desenvolvem lesões por esforço repetitivo, inflamações nos ombros, problemas de coluna, entre outras moléstias. [...] A qualidade da tradução também passa a ser comprometida após a primeira hora de interpretação simultânea. [...] Para isso o intérprete de apoio estará para apoiar o (a) colega no processo tradutório, fornecendo-lhe os sinais da Língua Brasileira de Sinais (Libras), assim como outras estratégias de tradução que venha auxiliar no momento da tradução/interpretação. Dessa forma, se faz necessário o trabalho em dupla para o devido revezamento, de 20 em 20 minutos ou menos, para evitar a sobrecarga e esgotamento dos profissionais, como também para manter a qualidade da tradução e assegurar assim que o surdo de fato tenha acesso aos conteúdos na sua língua, conforme garantido em lei¹⁰² (AGILS – 2013/2017).

A acessibilidade comunicacional é prevista pela normativa técnica da NBR de nº 15.290, e às sessões ordinárias das casas legislativas também é disponibilizada a presença do Tils, em atuação com pares em revezamento, como se verifica na Figura 16:

¹⁰¹ Agils publicou uma “carta de recomendação do trabalho em dupla para Tils”. Disponível em: <<http://agils.org.br/2016/07/27/revezamento-tils/>>. Acesso em: 15. jul. 2016

¹⁰² Antes de fechar essa tese, a Febrapils, publicou no dia 20 de julho de 2017 uma “nota técnica sobre a contratação do serviço de interpretação de libras/português e profissionais intérpretes de libras/português (Nota técnica nº 02/2017), seguindo as mesmas recomendações apresentadas nessa seção da discussão das análises. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B3eZNKrWC6hcWnAyd3FIU2VFQmc/view>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Figura 16 – Tils¹ e Tils² no ato do revezamento da interpretação simultânea




Fonte: Tela do *software* ELAN (2015).

Considerando os aspectos linguísticos, emocionais, físicos durante uma IS, já discutidos ao longo desta tese, entende-se que o processo de revezamento seja organizado uma equipe definida por, no mínimo 3 (três) Tils, com a finalidade de garantir a eficiência e eficácia das escolhas interpretativas das línguas em uso.

Compreendendo o desempenho de atuação do Tils¹ e o Tils² é necessário observar qual formação que ambos têm para atuar num contexto político. Desses dois Tils em atuação, em uma situação de interpretação simultânea, num contexto político e que são o Estudo de Caso dessa tese, verifica-se que a Câmara dos Deputados Federais realizou um “pregão eletrônico” com o objetivo

de prestar serviços de “tradução simultânea e/ou consecutiva, nos idiomas inglês, espanhol e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas [...]”¹⁰³. No edital¹⁰⁴, consta que a empresa teve que lançar uma proposta conforme as orientações do pregão eletrônico (licitação), indicando os profissionais e a forma como seriam executados os serviços durante o contrato, caso a empresa fosse a vencedora. A proposta exigida segue com descrições pontuadas no edital, elencando as especificações técnicas da contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de interpretação simultânea (cf. abordagem dessa tese) e consecutiva¹⁰⁵, como se observa na Figura 17:

Figura 17 – Descrição do Serviço para Contratação de ILS

|  CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO | | Processo n. 104.102/09 |
|--|---|------------------------|
| ITEM/ SUBITEM | DESCRIÇÃO | |
| Item 2 | INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA/CONSECUTIVA EM LIBRAS DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: interpretação simultânea/consecutiva em LIBRAS (língua brasileira de sinais) em seminários, palestras, workshops, audiências públicas, discursos, apresentações e outros eventos institucionais. Unidade: HORA Quantidade: 230 | |

Fonte: Edital do Pregão Eletrônico da Câmara dos Deputados Federais (nº 162/09)¹⁰⁶

A execução dos serviços e entre outras obrigações da empresa contratada se submete à proposta da ordem de serviços¹⁰⁷:

¹⁰³ Trecho extraído do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 162/09 que rege sobre “a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Câmara dos Deputados, por intermédio deste Pregoeiro legalmente designado, e tendo em vista o que consta do Processo n. 104.102/09, torna pública, para conhecimento dos interessados, a abertura de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, destinada à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de tradução simultânea e/ou consecutiva, nos idiomas inglês, espanhol e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras)”. Disponível em: <www.camara.leg.br/internet/contratos/ContratoArquivosDownload.asp?...2358>. Acesso em: 14 jul. 2017.

¹⁰⁴ Verifica-se que o Edital fora lançado no ano de 2009 e anualmente o contrato é renovado até o ano de 2016, conforme se encontra publicado no item três (3) “Acesso à comunicação e à informação” do site da Câmara dos Deputados Federais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/inclusao-social-e-equidade/acessibilidade/o-programa/acoes.html>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

¹⁰⁵ Esta tese não discute especificamente a interpretação consecutiva.

¹⁰⁶ Edital do Pregão Eletrônico da Câmara dos Deputados Federais (nº 162/09). Disponível em: <www.camara.leg.br/internet/contratos/ContratoArquivosDownload.asp?...2358>. Acesso em: 14 jul. 2017.

¹⁰⁷ Conforme o Edital do Pregão Eletrônico de nº 162/09.

- a) a relação nominal dos profissionais que prestará os serviços, sendo identificado o número do RG, a função que será desempenhada, o endereço e o telefone do prestador de serviços;
- b) a comprovação de fluência e domínio da língua portuguesa, e, igualmente, a proficiência em Libras (conhecido como o Prolibras), apresentando diplomas, certificados de proficiência em línguas ou atestados de capacidade técnico-profissional (cursos de nível de extensão, graduação ou especialização), emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado (faculdades ou universidades), usuários de serviços prestados pelo profissional, que consignem desempenho satisfatório na sua prestação;
- c) a comprovação de conclusão de curso superior (diploma ou certificado);
- d) a comprovação de experiência profissional de, no mínimo, 6 (seis) meses na atividade proveniente do serviço público, por meio de declaração do Órgão de Pessoal da Administração Pública, comprovando que o funcionário exercia atividades compatíveis com os serviços descritos para o cargo ou proveniente da iniciativa privada, por meio de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social. Ou ainda, de declaração original em papel timbrado, constando CNPJ e endereço completo da(s) pessoa(s) jurídica(s), onde os serviços foram prestados, com a descrição sucinta das atividades desenvolvidas na área, a qualificação e o nome do emitente da declaração, com assinatura reconhecida em cartório;
- e) o currículo dos profissionais envolvidos na interpretação consecutiva e simultânea relacionando com os serviços a serem realizados.

Caso os itens acima sejam recusados no pregão eletrônico, a contratada tem um prazo para apresentar nova proposta. A prestação para a interpretação simultânea e/ou consecutiva (cf. determina a licitação) precisa também apresentar um plano de jornada de trabalho por “períodos superiores a uma hora, serão sempre realizados por uma dupla de intérpretes¹⁰⁸”. A contratada também se obriga a “adotar medidas de segurança quanto ao sigilo e divulgação dos dados e informações” em relação ao acesso ao material, ao acesso de pessoas não contratadas ao espaço de atuação, à divulgação a terceiros ou qualquer outra forma de

¹⁰⁸ Citação retirada especificamente do edital de contratação de Tils.

publicação, que seja para benefício próprio, vedando qualquer forma de veiculação dos serviços prestados em eventos e entre outras.

O órgão fiscalizador é o Departamento Técnico da Câmara dos Deputados, que realiza vistorias técnicas da empresa vencedora da licitação. Em relação à fiscalização do contratado, o edital designará um servidor responsável para “atos de acompanhamento, controle e fiscalização” à Coordenação de Relações Públicas do Gabinete da Presidência da Câmara dos Deputados Federais. Ou seja, a preocupação do fiscalizador é se a contratada irá cumprir com as normas do edital e não com a atividade da interpretação simultânea, garantindo aos Tils formações continuadas e especializadas para a prestação de serviços técnico-profissional.

Depois de realizado o pregão eletrônico, divulga-se a pessoa jurídica vencedora da licitação¹⁰⁹, e dessa pesquisa situacional a empresa que participou com a aprovação da proposta lançada foi a PLANSUL¹¹⁰ de planejamento e consultoria Ltda. Sendo ela sediada em Florianópolis (SC), a empresa realiza serviços especializados em várias funções há 30 anos na área de serviços realizados para televisão, rádio e de relações públicas. Porém, desconhece-se a formação continuada oferecida aos seus funcionários (Tils) que realizam a interpretação simultânea. No entanto, é sabido que a Câmara dos Deputados Federais oportunizou formações para seus funcionários no sentido de somente qualificar o atendimento do corpo funcional à pessoa surda, ofertando apenas cursos básicos de Libras, o que não é suficiente para formações especializadas no contexto que os Tils atuam diretamente com contextos políticos-jurídico-midiático.

Contextualizando os procedimentos de contratação do ILS para atuar na Câmara dos Deputados Federais, identifica-se que tanto o Tils¹ como o Tils² têm uma formação em nível superior e a certificação de proficiência em Libras, conforme as orientações estipuladas no Edital. Os horários de prestação de serviços, para os quais os Tils foram contratados, são durante toda a semana (de segunda-feira a sexta-feira) em horários intercalados, intensificando mais nas terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras, quando ocorrem as sessões dos parlamentares.

¹⁰⁹ Conforme “contrato celebrado entre a câmara dos deputados e a Plansul planejamento e consultoria ltda., para prestação de serviços especializados na área de televisão, quais sejam, programação, edição e arte, produção de programas, arquivo de televisão e infraestrutura técnica de captação de áudio e vídeo para gravações e transmissões ao vivo”. Processo de nº. 28.688/05 do Contrato de nº 2009/183.10 .

¹¹⁰ Plansul de Planejamento e Consultoria Ltda. Disponível em: < <https://www.plansul.com.br/areas-de-atuacao/comunicacao-social/>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

No entanto, analisando de forma mais especificada¹¹¹, observa-se que o Tils¹ possui a formação em nível superior de Letras e Português/Inglês, e com especialização em Docência em Ensino Superior, somado ao Exame Nacional de Proficiência em Libras (Prolibras), conforme estipulado no edital. Também se verificou que o Tils¹, no seu currículo, atuou de forma informal desde 1999, havendo iniciado em contextos religiosos, passando a atuar profissionalmente, em 2004, no contexto educacional e, por fim, em 2009 passou a realizar a ILS em contexto político (social). Percebe-se que o Tils¹ tem uma trajetória de práticas e experiências profissionais. Sendo assim, pensando em nível linguístico, o Tils¹ na situação de atuação em interpretação simultânea, num gênero de discurso político, teve um desempenho linguístico caracterizado por omissões que se distanciaram do sentido léxico-sintático, e outras omissões não foram tão relevantes, sendo elas substituídas por paráfrases paralelas ou expandidas. Porém, as omissões identificadas nas análises se distanciaram da informação do texto-falado-fonte, que, por sua vez, a pesquisadora propôs uma revisão com novos lexemas manuais nos excertos que foram observados e analisados para uma segunda versão. Essas novas versões são uma possibilidade de refinar e aprimorar as escolhas interpretativas realizadas pelo Tils¹ em relação à coordenação dos esforços cognitivo-interpretativos.

Na sequência, foi analisado o Tils², o qual também possui formação em nível superior (graduação em História), com especialização em andamento de Tradução e Interpretação na área de Libras, somado ao Exame Nacional de Proficiência em Libras (Prolibras). A experiência do Tils² é advinda do contato com a língua, desde a sua tenra idade, onde colocou a língua em uso em diferentes situações de práticas situacionais. Porém, profissionalmente o Tils² vem atuando, desde 2003, com prática no contexto educacional, no contexto de conferência, e, em eventos sociais e políticos, havendo começado em 2007, na TV da Câmara dos Deputados Federais. É visto que o Tils² tem também uma trajetória de práticas e experiências pessoais (familiares) e profissionais. Nesse sentido, percebe-se que o Tils² também apresentou omissões, porém elas não são relevantes e não se distanciaram da ideia principal do texto-falado-fonte. Essas omissões do Tils², foram preenchidas com sinais não-manuais, expressões faciais, polissemias ou paráfrases expandidas que exemplificaram as ocorrências lexemáticas dando conta das omissões do léxico especializado.

¹¹¹ Conforme a divulgação do currículo divulgado no portal da transparência do governo federal.

Identifica-se, nessas observações, que a formação, quanto mais especializada e quanto mais específica, fundamenta o Tils para dar conta, numa situação de interpretação simultânea. Com isso, quando o Tils tiver o conhecimento prévio do assunto a ser interpretado, em nível sintático-semântico-pragmático, terá habilidades e compreensão em nível de leitura auditiva do léxico-sintático da língua de partida para a língua de chegada, independente de qual contexto em atuação que o Tils estará interpretando. No caso do contexto político, que é a defesa dessa tese, em que faz uso de terminologias jurídicas, ou seja, o um contexto que faz uso de vocábulo com conhecimentos mais especializados. Com isso, compreende-se que toda uma formação especializada sempre será o caminho que promoverá o aperfeiçoamento, habilitando a capacidade para o desempenho especializado. Em suma, compreende-se que é de extrema importância e relevância que as IES promovam formações especializadas que deem conta de formações especializadas à atividade do Tils. No caso desta tese, formações que envolva situações de interpretação simultânea, pois não basta ter o domínio da língua em uso, o que se torna evidente que ter somente a competência comunicativa não será o suficiente para uma atuação de interpretação simultânea. É necessário que o estudante dessa área, enquanto formação continuada, tenha habilidades e competências linguísticas, tradutórias e interpretativas. Nesse ínterim de discussão, o Tils terá elementos linguísticos e interpretativos que contribuirá para uma atuação de excelência, garantindo o mecanismo da acessibilidade comunicacional que tanto a legislação apregoa no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação simultânea é uma tarefa de ordem altamente complexa de intervenções linguísticas, envolvendo vários processos cognitivos que ocorrem paralelamente com a língua em uso.

Entende-se que sempre que houver comunicação entre dois seres humanos, haverá manifestações de duas culturas, duas línguas em uso, duas produções de esforços e uma de coordenação dos esforços interpretativos, elementos esses que são de ordem técnica, porém que perpassam também pelos processos psíquicos e emocionais durante uma interpretação simultânea. Segundo Gerver (1971, p. viii), a interpretação simultânea é “uma forma bastante complexa de processamento de informação humana, envolvendo recepção, armazenamento, transformação e transmissão da informação verbal”. Isso revela a complexidade da interpretação simultânea como objeto de estudo interdisciplinar.

Albres (2015, p. 70) destaca que todo o Tils, “no processo de interpretação, dialoga com o discurso do locutor, confabula com suas próprias experiências, com as diferentes vozes que o constitui e constrói um novo discurso direcionando ao interlocutor [...]”. Para a autora, o Tils trabalha conforme discute Bakhtin (2010), sobre um processo dialógico entre os discursos. Ou seja, o Tils assume o papel de interlocutor em relação à compreensão do outro e o locutor profere seu enunciado direcionando-o ao interlocutor, numa ação dialógica e responsiva, durante uma interpretação simultânea.

A leitura e a interpretação desses processos evidenciam a presença de conteúdos inconscientes que circulam entre o *eu* (o intérprete) e o *outro* (o locutor), e, por sua vez, o Tils interpreta no discurso do *outro* que, “por passar pelas mãos do intérprete, passa também a ser o discurso do intérprete” (ALBRES 2015, p. 78). Compreende-se que o Tils é um mediador da relação comunicacional e dos processos envolvidos no discurso do locutor e interlocutor que geram “atitudes responsivas” diretas e “ressonâncias dialógicas” (BAKHTIN, 2010, p. 300). Essa mediação linguística e sociocultural é o que instiga o objetivo desta tese.

Essa pesquisa teve como objetivo investigar, em nível linguístico, o desempenho do Tils numa situação real de interpretação simultânea, provendo evidências e argumentando sobre a necessidade de formações e habilitações específicas para a atuação do Tils, em diferentes contextos. Analisando as correlações propostas pelos Tils, durante o processo de

interpretação simultânea do Português (oral) para a Libras, em sessão parlamentar da Câmara dos Deputados Federais do Congresso Nacional.

O problema norteador que esta tese se debruçou foi na seguinte questão-problema: *as escolhas realizadas pelo Tils, no processo de interpretação simultânea de Português (modalidade oral) para Libras, em sessões parlamentares, são semântica e pragmaticamente adequadas?* Procurou-se, desse modo, evidenciar os aspectos linguísticos e culturais da interpretação tendo como ‘pano de fundo’ o cenário da atuação do Tils, em contextos políticos.

Durante a condução do trabalho da pesquisa, formularam-se os seguintes objetivos específicos: (a) identificar quais as escolhas lexicáticas que os Tils realizam para traduzir os conceitos em contextos políticos, durante uma interpretação simultânea em sessão parlamentar; (b) analisar como são feitas as escolhas explícitas durante o processo de leitura e compreensão interpretativa; (c) delinear quais as competências e habilidades que o Tils necessita desenvolver para tornar mais eficientes e eficazes nas escolhas interpretativas de conceitos utilizados em contextos de ordem política.

A partir desses objetivos, a tese organizou-se em quatro capítulos, a contar da introdução. O segundo capítulo aborda os aspectos teóricos da leitura, compreensão e interpretação, principalmente a interpretação simultânea das línguas orais (LO) e das línguas de sinais (LS), que, nesse caso, trata-se da Libras. Apresenta a questão da paráfrase, sob o ponto de vista de Hilget (1999), que especifica o uso das paráfrases paralelas, redutoras e expandidas; e, sob o ponto de vista de Silva (2006), aborda-se a polissemia na LP em relação à tradução e à interpretação entre duas línguas em uso (LP/Libras). O capítulo é finalizado com a discussão dos Tils sob a perspectiva da interpretação e da compreensão em contextos comunitários. No capítulo três, apresentam-se os aspectos relevantes da legislação, que ampara a área de Libras em relação às políticas públicas, considerando a atuação do Tils como um agente da acessibilidade comunicacional, estabelecida pelo poder público. Por fim, o capítulo discute as competências tradutórias e interpretativas que envolvem as LO e as LS. No capítulo quatro, descrevem-se os detalhes da metodologia e procedimentos para análise do *corpus* da pesquisa, a partir de um Estudo de Caso (YIN, 2010), apresentando os resultados das análises realizadas nos 30 excertos de transcrições do discurso em Língua Portuguesa e de transcrições das trilhas em Libras, que constituem a interpretação simultânea em uma sessão

parlamentar da Câmara dos Deputados Federais. As transcrições da fala dos parlamentares e da interpretação dos Tils foram transcritas nas trilhas do *software EUDICO Linguistic Annotator* – ELAN. O *corpus* foi constituído de 30 excertos (EX 1 – 30) dos discursos proferidos e realizados na Sessão Ordinária da pauta do Grande Expediente definido para se realizar a Tribuna Livre da Câmara dos Deputados Federais – Congresso Nacional. A análise do *corpus* detalha os processos de interpretação simultânea do Tils em relação com os discursos proferidos pelos parlamentares. Essas análises seguem o procedimento quali-quantitativo, a fim de identificar, quantificar e discutir os pontos mais problemáticos da interpretação simultânea da LP para Libras, envolvendo um conjunto de escolhas lexicáticas para conceitos especializados em contextos políticos. Em suma, os Tils¹ e o Tils² demonstraram habilidades e capacidades de desempenhos bem definidos, em termos de discussão linguística, conforme as análises realizadas nos excertos de 1 a 30 relativos aos discursos do parlamentar¹, do parlamentar² e do parlamentar³. O Tils¹ apresentou vários elementos que, ora se distanciam do enunciado e ora se aproximam, no entanto, o Tils² demonstra maior desempenho em relação ao Tils¹, nas escolhas interpretativas dos lexemas de LP para Libras. A melhor atuação do Tils², cuja formação é de ensino superior e com especialização em tradução e interpretação em Libras, somado à proficiência em Libras (PROLIBRAS)¹¹², fortalece a defesa de uma formação especializada, orientação desta tese, para a atuação do Tils, nos variados contextos – sejam eles os contextos educacionais, clínicos, jurídicos e, principalmente, na esfera política, na qual há habilidades específicas para diferentes gêneros de discurso.

O procedimento metodológico consistiu da observação direta de um vídeo em situação real de interpretação simultânea, num contexto político e também midiático, com revezamento, durante a pauta do Grande Expediente definido para se realizar a Tribuna Livre. A escolha do *corpus* caracteriza-se em um cenário não controlado, e nem artificial, podendo o pesquisador observar e analisar com atenção os aspectos específicos de uma situação de comunicação, o que não é possível, em muitos casos, em situações controladas.

Nesse sentido, verificou-se nessa pesquisa que interpretar simultaneamente um enunciado é um exercício cognitivo, altamente de compreensão linguística e cultural a um

¹¹² Conforme estabelece a Portaria da Normativa MEC 20/2010.

determinado texto-falado, estabelecendo um sentido possível em nível sintático-semântico-pragmático da língua de partida para a língua de chegada.

Os intérpretes que trabalham com a interpretação simultânea em conferências, em diálogos e em contextos midiáticos necessitam realizar negociações bilaterais com os setores contratantes, já que o Tils precisa atuar em cenários nos quais têm pouca experiência ou qualificação técnico-especializada.

Nesse estudo de caso, de uma situação de interpretação simultânea, não é possível verificar se o Tils se preparou para a interpretação em tempo oportuno e se conseguiu realizar suas escolhas conforme o seu conhecimento enciclopédico e técnico-especializado, permitindo que a mensagem ao destinatário seja realizada por uma interpretação interlinguística acurada, ou seja, em que haja relativa precisão.

As adequações das construções lexemáticas do Tils, de acordo com a intenção comunicativa do enunciado, numa situação de interpretação simultânea, dependem exclusivamente do desempenho e do conhecimento especializado do Tils, pois, quando o Tils recebe a informação pelo canal auditivo (texto-falado), é necessário que ele realize, em frações de segundos, escolhas lexemático-gramaticais em Libras. No momento em que as informações chegam às redes neurais, o Tils simultaneamente começa a interpretar suas construções lexemático-gramaticais para Libras. As escolhas lexemáticas, durante a interpretação simultânea, são escolhas que ocorrem com base em um único enunciado, ou seja, informações obtidas na língua de partida, traduzidas cognitivamente, e interpretadas para a língua de chegada, nos aspectos linguísticos e culturais. Esse processo ocorre quando as competências linguísticas, tradutórias e interpretativas são desenvolvidas pelos Tils, numa situação de comunicação simultânea e que são adequadas, ou seja, envolve: a posição e a postura que o Tils assume durante o ato da interpretação simultânea; referência aos sujeitos do discurso durante o armazenamento das informações, incorporando o sujeito do discurso quando necessário nas escolhas lexemáticas e resgatando as pistas metalinguísticas durante suas escolhas de ocorrências lexemáticas. Esse processamento ainda exige que o Tils mantenha um domínio coordenado pelos esforços linguísticos em situações em que esse profissional não possui conhecimentos prévios do contexto e do discurso numa situação de interpretação simultânea; ele trabalha em parceria com um ou mais colegas de atuação (interpretação de apoio e revezamento); ordena o alinhamento ao enunciado e ao contexto de

atuação; transmite as informações que ocorrem no ato de fala, que atende especificamente à percepção linguístico-visual no que se refere aos aspectos gramaticais da LS. Ademais, outro componente dessa atividade é o conhecimento linguístico, ou seja, a capacidade de tradução e interpretação da língua de partida para a língua de chegada e vice-versa. Reconhece-se que a aquisição dessas habilidades mencionadas demanda tempo de formação, treinamento e prática para adquirir uma competência linguística e interpretativa das línguas em uso.

O Tils passa o tempo de um ato interpretativo buscando correspondências linguísticas entre a língua em uso e a interpretante. Essas decisões são tomadas pelo Tils, em sua responsabilidade de acesso comunicacional e de inserção sociocultural na comunidade Surda. Com isso, o Tils passa a ser um agente que medeia diferentes contextos, e é justamente o que a presente tese discute: a necessidade de prover formações com conhecimentos especializados para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da competência semântico-pragmática do Tils, bem como nos processos de compreensão e interpretação. Procedimentos que ocorrem em função da intenção comunicativa do locutor, em que se manteve a lógica do enunciado, a partir de marcas linguísticas do discurso, ao elaborarem construções lexemáticas e gramaticais que são expressas nos enunciados, pois possuem categorias de equivalências formais e funcionais entre expressões das duas línguas de modalidade viso-gestual e oro-facial (oral).

A função do Tils vai além da mera ação de interpretar algum enunciado em relação ao contexto de atuação. A questão da interpretação simultânea, em contextos especializados, pode ser vista com uma problemática em relação a um texto singular, pois torna possível a utilização de um conjunto de signos e construções gramaticais, suscetível de ser utilizado pelo Tils, sendo exigido um conhecimento enciclopédico, linguístico e especializado para dar conta dos termos jurídicos, utilizados em contextos políticos. Assim, é a partir de uma tensão experimental que essa prática opera, num sentido que visa tanto à manifestação e à construção de um lexema manual, para gerar um significado cultural de compreensão pela procura do sentido do enunciado, que está “contido” nas expressões mediadas simbolicamente.

Dessa maneira, encontra-se no ato interpretativo o movimento de sentidos, que está implícito na construção de significados semântico-pragmáticos. Este estudo certamente contribuirá para aspectos fundamentais da competência linguística e interpretativa, especificamente nas particularidades da língua em uso em contextos específicos, como o

contexto político, cuja expressão em LP e Libras é tão variada quanto complexa, dadas as diferenças linguísticas nos níveis lexicais e sintáticos, entre os dois sistemas linguísticos.

Observou-se que a prática dos Tils envolveu várias habilidades e competências interpretativas e, entre elas, algumas específicas que podem ser compreendidas e desenvolvidas a partir das contribuições desta tese.

Esta tese visou discutir a atuação dos Tils que realizam serviços especializados em Casas Legislativas. Considera-se que na conjuntura em que se encontram os Tils em atuação no contexto político, tanto no âmbito municipal, estadual e federal, torna-se necessário que os serviços especializados de Tils em contextos políticos, entre outros, sejam passíveis de reconhecimento na Junta Comercial de cada Estado no país, definindo especificamente a função de tradutores públicos e intérpretes comerciais (conhecidos como juramentados).

O Tils necessita desenvolver habilidades especializadas e competências linguísticas e interpretativas para sua atuação, pois interpretar simultaneamente não é manter o sentido literal ao enunciado da língua de partida, porém de (re)elaborar equivalências formais ou funcionais que categorizam significados para a língua de chegada. Hurtado (2005) destaca que competência comunicativa não é o mesmo que competência tradutória/interpretativa, pois são atividades que não podem ser exercidas por qualquer pessoa que se comunique com o uso de dois sistemas linguísticos. No caso dessa tese, trata-se da língua portuguesa para Libras. Portanto, é mais do que necessário fomentar formações especializadas e destinadas aos contextos de atuação do Tils.

Enfim, quando as filmagens foram analisadas, elencou-se as falas que ocorreram, em Língua Portuguesa, na tribuna. Após, a comparação das escolhas lexicais dos dois Tils foi realizada, na interpretação para a Libras, sendo possível então, deixar evidente as competências tradutórias e interpretativas de cada um dos Tils, que foram os participantes desta pesquisa. Sobretudo, ainda foi viável apontar detalhadamente como se organizaram as informações, a partir das leituras realizadas nas falas dos participantes (parlamentares) da tribuna, que se derivaram das escolhas lexemáticas e das correlações realizadas pelos Tils. Afora isso, a pesquisadora apresenta e aponta sugestões pertinentes de outras possíveis escolhas que os profissionais poderiam ter lançado mão, durante a interpretação simultânea, em caso de acesso prévio do assunto da pauta da ordem do dia. A pesquisa se mostrou atenta a todas as fases suscitadas pela temática, que se apresenta de alta complexidade, embora

desperte e evidencie a continuidade da pesquisa, pois apresenta um estudo com densidade teórica e de profundidade necessária e suficiente. Ademais, caracteriza-se de modo coerente e bastante pertinente, um estudo relevante e de maturidade acadêmica. Tudo isso por meio do desenvolvimento de um tema complexo, todavia necessário ao contexto teórico da área de tradução e interpretação, envolvendo línguas de sinais, nesse caso Libras e as línguas orais.

Desse modo, como ocorre em qualquer pesquisa, os resultados podem estar relativizados com relação às condições de produção de dados. E os resultados obtidos sinalizam que, de fato, o desempenho do Tils depende de sua formação, pois se não há aperfeiçoamento ou conhecimento especializado, não se estabelece uma competência interpretativa de atuação, e igualmente de competência linguística das línguas em uso. Esta pesquisa, de fato, vem para contribuir com os estudos teóricos e práticos da Tradução e Interpretação da Libras, amenizando um grande vácuo que acomete as grandes áreas da Libras, a Língua Brasileira de Sinais, sobretudo, a área da interpretação simultânea, que é tão carente de estudos, em todos as suas subáreas de utilização da tarefa de interpretar simultaneamente, em diferentes contextos.

Acredita-se que, em pesquisas futuras, como fora destacado nos parágrafos acima, possa-se ainda utilizar o *corpus* que foi constituído para esta tese, com objetivos que visam contribuir para os estudos da tradução e da interpretação, principalmente a interpretação simultânea, possibilitando, assim, o avanço de outras pesquisas sobre a prática da atuação do Tils.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete educacional**: políticas e práticas em sala de aula inclusiva. São Paulo: Harmonia, 2015.

AMPESSAN, João Paulo. **A escrita de expressões não manuais gramaticais em sentenças da libras pelo sistema SignWriting**. 2015. 328 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC, 2015.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português**: encontro & interação. São Paulo: Parábola, 2003.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira; com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2. ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 261-306.

BARBOSA, Diego Maurício. **Omissões na interpretação simultânea de conferência**: língua portuguesa – língua brasileira de sinais. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) - Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, (UFSC), Florianópolis/SC., 2014.

BASSNETT, Susan. **Estudos da tradução**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

BORGES, Jorge Amaro de Souza. **Sustentabilidade & acessibilidade**: Educação Ambiental, inclusão e direitos da pessoa com deficiência – práticas, aproximações teóricas, caminhos e perspectivas!. Brasília, 2014.

BRASIL. **Decreto de nº 13.609, de 21 de outubro de 1943**. Estabelece novo Regulamento para o ofício de Tradutor Público e Intérprete Comercial no território da República. Artigos 31º a 34º. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D13609.htm> e <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2013.609-1943?OpenDocument>. Acesso em: 27 dez. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 19.191, de 14 de julho de 1945.** Dispõe sobre a série funcional de tradutor, cria a série funcional de tradutor-auxiliar e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19191-14-julho-1945-462999-norma-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 20.256, de 20 de dezembro de 1945.** Altera dispositivos do Regulamento sobre o ofício de Tradutor Público e Intérprete Comercial. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.actionnumero=20256&tipo_normaDEC%data=19451220&link=s>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRASIL. **Lei de nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 11 jan. 2016.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Dispõe sobre fixas diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Revogada pela Lei nº 9.394, de 20.12.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 4 abr. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 84.248, de 28 de novembro de 1979.** Regulamenta a inclusão dos cargos e empregos integrantes da categoria funcional de Tradutor do Grupo de Outras Atividades de Nível Médio na categoria funcional de Tradutor e Intérprete do Grupo Outras Atividades de Nível Superior. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.actionnumero=84248&tipo_norma=DEC&data=19791128&link=s>. Acesso em: 21 jan. 2016.

BRASIL. **Lei nº 7.409, de 25 de novembro de 1985.** Altera a estrutura da Categoria Funcional de Tradutor e Intérprete, do Grupo - Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=19191&tipo_norma=DEC&data=19450714&link=s>. Acesso em: 21 jan. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92>. Acesso em: 23 jun. 2014.

BRASIL. **Normativa nº 84 de 29 de fevereiro de 2000.** Dispõe sobre a habilitação, nomeação e matrícula e seu cancelamento de Tradutor público e intérprete comercial e dá outras providências. Art. 17 – Fica revogada a Instrução Normativa nº 48, de 6 de março de 1996. Disponível em: <<http://www.atpiesp.org.br/associacao/tabelas-e-regulamentos/legislacao-parte-2/>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

BRASIL. **Lei de nº 10.448, de 8 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BRASIL. **Lei de nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências (PNE). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 18 fev. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm>>. Acesso em: 7 abr. 2015.

BRASIL. **Decreto de nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 25 jan. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 16 abr. 2015.

BRASIL. **Decreto de nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 19 fev. 2016.

BRASIL. **Lei de nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm>. Acesso: 6 março. 2016.

BRASIL. **Lei Federal de nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** LBI - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica:** ciência das significações. São Paulo: Pontes, 1992.

BRUGMAN, Claudia. **The story of over:** polysemy, semantics, and the structure of the lexicon. M. A. Thesis, University of California: Berkeley, 1988.

BRUGMAN, Claudia; LAKOFF, George. Cognitive topology and lexical networks. In: GEERAERTS, Dirk. (Ed.). **Cognitive linguistics**, Basic Readings. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística**. 10. ed. 12º impressão. São Paulo: Scipione, 2005.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **A língua falada no ensino de português**. 7. ed. 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

CHOMSKY, Noam. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge/MA: MIT Press, 1965.

CORREIA, Margarita. Homonímia e polissemia - contributos para a delimitação dos conceitos. In: **Palavras**, n.19, Lisboa: Associação dos Professores de Português, 2000.

CUYCKENS, Hubert; ZAWADA, Britta. **Polysemy in cognitive linguistics**: selected papers from the International Cognitive Linguistics Conference. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

DAGUT, Menachem. Can metaphor be translated? Babel. **International Journal of Translation**, v. 22, n. 1, p. 21-33., 1976.

DASCAL, Marcelo. **Interpretação e compreensão**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2006.

DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura**: como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Trad.: Leonor Scliar-Cabral. Porto Alegre: Penso, 2012.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. **Leitura**: inferências e contexto sociocultural. Belo Horizonte: Formato, 2011.

DEUSCHLE, Vanessa Panda; CECHELLA, Claudio. O déficit em consciência fonológica e sua relação com a dislexia: diagnóstico e intervenção. **Rev. CEFAC** [online], v. 11, suppl. 2, Epub, 12-5-2008, p. 194-200, 2008..

DIEHL, Astor Antônio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DOMINGUES, Franz Kafka Porto. **Português Brasileiro e Libras**: elos coesivos em textos em relação tradutória. 2013. 181 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) - Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC, 2013.

ECO, Umberto. **Os limites da Interpretação**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ECO, Umberto. **Quase a mesma coisa**: experiências de tradução. São Paulo: Record, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. 2008 – 2017. **Dicionário do Aurélio online** - Dicionário Português. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. São Paulo: UNESP, 2006.

FLOWER, Linda; HAYES, John. R. Cognitive Process Theory of Writing. College Composition and Communication. In: RUDDELL, Robert B.; M. R.; SINGER, Harry (Eds.) (1994). **Theoretical Models and Processes of Reading**, v. 32. n. 4., Newark: I.R.A., 1981. p. 928-950.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 15. ed. Tradução de Laura Fraga de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2007.

FUCHS, Catherine. **La paraphrase entre la langue et le discours**. Paris: Langue française, 1982.

GERVER, David. **Aspects of simultaneous interpretation and human information processing**. D. Phil. Thesis: Oxford University, 1971.

GEERAERTS, Dirk. Vagueness's puzzles, polysemy's vagaries. **Cognitive Linguistics**, (includes Cognitive Linguistic Bibliography), v. 3, 1993, p. 223-272.

GEERAERTS, Dirk. **Cognitive linguistics: basic readings**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILE, Daniel. Scientific theories vs. Personal theories in the investigation of interpretation. In: GRAN, Laura; TAYLOR, Christopher. (Eds.). **Aspects of applied and experimental research on conference interpretation**. Udine: Campanotto, 1990. p. 226-236.

GILE, Daniel. Basic Theoretical Components in Interpreter and Translator Training. In: DOLLERUP, Cay.; LODDEGAARD, Anne. (Eds.). **Teaching translation and interpreting: Training, Talent and Experience**. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p. 185-194.

GILE, Daniel. Opening up in Interpretation Studies. In: SNELL-HORNBY, Mary; PÖCHHACKER, Franz; KAINDL, Klaus. (Eds.). **Translation studies: an interdisciplinary**, 1994. p. 149-158.

GILE, Daniel. **Basic concepts and models for interpreter and translator training**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1995 [2009].

GILE, Daniel. **Regards sur la recherche en interpretation de conference**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1995.

GILE, Daniel. Variability in the perception of fidelity in simultaneous interpretation. **Journal of Linguistics**, n. 22, 1999. p.51-80.

GILE, Daniel. Testing the Effort Model's tightrope hypothesis in simultaneous interpreting: a contribution. **Journal of Linguistics**, n. 23, 1999. p. 153-172. Disponível em: <http://download1.hermes.asb.dk/archive/FreeH/H23_09.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

GILE, Daniel. Conference Interpreting. In: BROWN, Keith (Ed.). **Encyclopedia of language and linguistics**. 2nd. Oxford: Elsevier, 2006. p. 2-23.

GONÇALVES, José Luiz Vila Real. O desenvolvimento da competência do tradutor: em busca de parâmetros cognitivos. In: ALVES, Fábio; MAGALHÃES, Célia; PAGANO, Adriana. (Orgs.). **A. Competência em Tradução: cognição e discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 59-90.

GRBIC, Nadja. Some Methodological questions and critical comments concerning sign language interpreting research. In: **Issues in interpreting research II: Dialogue and Sign Language Interpreting**, 2000. Disponível em: <<http://www.ccl.umist.ac.uk/events/conference/interpreting2.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

GROOT, Annette M. B. de. A complex-skill approach to translation and interpreting. In: TIRKKONEN-CONDIT, Sonja; JÄÄSKELÄINEN, Riitta (Eds.). **Tapping and mapping the processes of translation and interpreting**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000. p. 53-68.

HERBERT, Jean. How Conference Interpretation grew. In: GERVER, David; SINAIKO, H. Wallece. (Eds.). **Language interpretation and communication: introduction to the proceedings**. Press New York, 1978. p. 1-4.

HILGERT, José Gaston. **A paráfrase: um procedimento de constituição do diálogo**. 1989. sp f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP, 1989.

HILGERT, José Gaston. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: PRETI, Dino. **Análise de textos orais**. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. p.103-127.

HOLMES, James. **Translated!** Papers on literary translation and translation studies. Amsterdã: Rodopi, 1998.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. **Sociologia da leitura**. Trad. Mauro Gama. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2010.

HURTADO ALBIR, Amparo. **Enseñar a traducir**: metodología em La formación de traductores e intérpretes. Col. Investigación didáctica, Madrid: Edelsa. Grupo Didascalía S.A., 1999.

HURTADO ALBIR, Amparo. **Traducción y traductología**. Introducción a la Traductología. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

HURTADO ALBIR, Amparo. Aquisição da competência tradutória: aspectos teóricos e didáticos. In: PAGNO, Adriana; MAGALHÃES, Célia; ALVES, Fábio. (Orgs.). **Competência em tradução**: cognição e discurso. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. p. 19-57.

ILARI, Rodolfo. GERALDI, João W. **Semântica**. São Paulo: Ática, 1985.

ILARI, Rodolfo. **Introdução à Semântica**: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O Português da gente**: a língua que estudamos a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.

JAKOBSON, Roman. On linguistic aspects of translation. In: BROWER, R. (Ed.). **On translation**. Harvard University Press, 1959. p. 232-239.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1973 [1975].

JONES, Roderick. **Conference interpreting explained**. Manchester: St. Jerome Publishing, 1998.

KALINA, Sylvia. **Strategische Prozesse beim Dolmetschen** – Theoretische Grundlagen, empirische Fallstudien. Didaktische Konsequenzen. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1998.

KRISTON, A. The importance of memory training in interpretation. **PCTS Proceedings. Professional Communication & Translation Studies**, v. 5, n. 1, p. 79-86, 2012.

KOCH, Ingedore; ELIAS, Vanda M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCH, Ingedore. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2007.

KOCH, Ingedore. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

LABORIT, Emmanuelle. **O vôo da gaivota**. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1994.

LACERDA, Cristina B. F. **Intérprete de Libras**: em atuação na educação infantil e ensino fundamental. 2. ed.. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LAGUNA, Maria Cristina Viana. **Moralidade, idoneidade e convivência**: discursos sobre as práticas dos repetidores de classe do INES no período de 1855 a 1910 que incidem na atuação profissional dos tradutores-intérpretes de língua de sinais da atualidade. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS, 2015.

LAMBERT, Sylvie. **Recognition and recall in conference interpreters**. Unpublished Ph.D. (dissertation). University of Stirling/UK, 1983.

LAMBERT, Sylvie. Foreword. In.: LAMBERT, Sylvie; MOSER-MERCER, Barbara (eds). **Bridging the Gap. Empirical research in simultaneous interpretation**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995. p. 5-14.

LEESON, Lorraine. Making the effort in simultaneous interpreting: Some considerations for signed language interpreters. In: JANZEN, Terry. (Ed.). **Topics in signed language interpreting: theory and practice**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 51-68.

LEITE, Emeli Marques Costa. **Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva**. 2004. 210 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro/RJ, 2004.

LEWANDOWSKA-TOMASZCZYK, Barbara. Polysemy, Prototypes, and Radial Categories. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert. (Eds.). **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. New York: OUP, 2007. p.139-169.

LIU, Minhua. How do experts interpret? Implications from research in Interpreting Studies and cognitive science. In: HANSEN, Gyde; CHESTERMAN, Andrew; GERZYMISCH-ARBOGAST, Heidrun. (Eds.). **Efforts and models in interpreting and translation research: a tribute to Daniel Gile**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2008. p. 158-177.

LUCHI, Marcos. **Intérpretes educacionais de Libras**: orientações para a prática profissional. Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. Florianópolis/SC: DIOESC, 2013.

MACHADO, Flávia Medeiros Álvaro. **Interpretação e tradução de Libras/Português/ Libras dos conceitos abstratos CRÍTICO e AUTONOMIA**. 2012. 174 f. Dissertação (Mestrado de Letras e Cultura e Regionalidade) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação de Letras, Cultura e Regionalidade (UCS), Caxias do Sul/RS, 2012.

MAGALHÃES JR.. Ewandro. **Sua majestade, o intérprete**: o fascinante mundo da tradução simultânea. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MAHMOODZADEH, K. Consecutive interpreting: its principles and techniques. In: DOLLERUP, Cay; LODDEGAARD, Anne. (Eds.). **Training talent and experience**. Papers from the First Language International Conference. Elsinore: Denmark, 1992. p. 231-236.

MAIA, Junot de Oliveira. O estudo de caso nas pesquisas de e-gov: a relevância de um olhar qualitativo na pesquisa em Linguagens e Tecnologias. In: **Linguagem & Ensino**, Pelotas/RS. v. 17, n. 3, p. 603-626, set./dez., 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gênero e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

McCLEARY, Leland; VIOTTI, Evani. Transcrição de dados de uma língua sinalizada: um estudo piloto da transcrição de narrativas na língua de sinais brasileira (LSB). In: SALLES, Heloísa. (Org.). **Bilingüismo e surdez**: questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Câne Editorial, 2007. p. 73-96.

MENDES, Enicéia Gongalves. **Deficiência mental**: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. 1995. 240 f. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1995.

METZGER, Melanie. **Sign language interpreting**. Deconstructing the Myth of Neutrality. Washington: Gallaudet University Press, 2002.

MIRANDA, Arlete A. Bertoldo. **História, deficiência e educação especial**. 2006. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 7 abr. 2014.

MIZUNO, Akira. **The Dynamic Model of Simultaneous Interpretation (I)**. Interpreting Research 7(IV/2). 1994. p. 13-25.

MIZUNO, Akira. **The Dynamic Model of Simultaneous Interpretation (II)**: A Pilot Study on the Convergence of Translation Patterns. Interpreting Research 8(V/1). 1995. p. 9-26.

MONACELLI, Claudia. **Self-preservation in simultaneous interpreting**: surviving the role. Amsterdam: John Benjamins, 2009.

MOSER, Peter. **Survey on expectations of users of conference interpretation**. (Final report). Wien: SMZ, 1995.

MOSER, Barbara. **Simultaneous Interpretation**: a Hypothetical Model and its Practical Application. In.: GERVER, David D.; WALLACE SINAIKO, H. (eds). Language Interpretation and Communication. NATO Conference Series, Series III: Human Factors. New York and London: Plenum Press. 1978. p. 353-368.

MOSER-MERCER, Barbara. **Methodological issues in interpreting research**: An introduction to the Ascona workshops. Interpreting, n. 2:1-2. 1997. p. 1-11.

MOSER-MERCER, Barbara; KUNZLI, Alexander; KORAC, Marina. Prolonged turns in interpreting: Effects on quality, physiological and psychological stress (pilot study). In: **Interpreting**: International journal of research and practice in interpreting, v. 3. n. 1, 1998. p. 47-64. Disponível em: <<http://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/intp.3.1.03mos>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

MOUNIN, Georges. **Os problemas teóricos da tradução**. Trad.: Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1965.

MUNDAY, Jeremy. **Introducing translation studies**: theories and applications. London and New York: Routledge, 2001.

NAFFRECHOUX, Martine. Des Lecteurs quis s'Ignorent: les fomes populaires de la lecture, **Bulletin des bibliothèques de France (BBF)**, v. 32, n. 5, p. 404-419, 1987. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1987-05-0404-001>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

NASCIMENTO, Marcus Vinícius Batista. **Interpretação da língua brasileira de sinais a partir do gênero jornalístico televisivo**: elementos verbo-visuais na produção de sentidos. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo/SP, 2011.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. A análise do discurso: algumas observações. **D.E.L.T.A.**, v. 2, n. 1, 1986. p.105-126.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. São Paulo: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. Campinas/SP.: Ed. da Unicamp, 1988.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas/SP.: Pontes, 2001.

PACTE – **Procesos de Adquisición de la Competencia Traductora y Evaluación** – Universidade Autônoma de Barcelona. Disponível em: <<http://grupsderecerca.uab.cat/pacte/en.>>. Acesso em: 28 maio. 2015.

PACTE – **Proceso de Adquisición de la Competencia Traductora y su Evaluación**. Building a translation competence model. In: ALVES, Fabio (Ed.). **Triangulating translation**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2003. p. 43-66.

PAGANO, Adriana; VASCONCELLOS, Maria Lúcia. Estudos da Tradução no Brasil: reflexões sobre teses e dissertações elaboradas por pesquisadores brasileiros nas décadas de 1980 e 1990. **D.E.L.T.A.**, [online], v. 19, n.sp., 2003. p. 1-25.

PAGURA, Ronaldo. A Interpretação de Conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. **D.E.L.T.A.**, v. 19, n. spe, 2003. p. 209-236.

PAZ, Octavio. **Traducción**: literatura y literalidad. Barcelona: Jusquets, 1981.

PEREIRA, Liliane Desgaldo; SCHOCHAT, Eliane. **Processamento auditivo central**: Manual de avaliação. São Paulo: Lovise, 1997.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. Produções Acadêmicas sobre Interpretação de Língua de Sinais: dissertações e teses como vestígios históricos. **Cadernos da Tradução**, Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE). Florianópolis/SC.: UFSC/PGET, 2010. p. 99-117. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p99>>. Acesso em: 25 maio. 2016.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. **Testagem linguística em língua de sinais**: as possibilidades para os intérpretes de Libras, 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo/RS, 2008.

PEREIRA, Maria Cristina Pires; RUSSO, Ângela. **Tradução e interpretação de língua de sinais**: técnicas e dinâmicas para cursos. Taboão da Serra/SP: Cultura Surda, 2008.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. **A interpretação interlíngue da Libras para o português brasileiro**: um estudo sobre as formas de tratamento, 2014. 225 f. Tese (Doutorado em Estudo da Tradução) - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC, 2014.

PHELAN, Mary. **The Interpreter's resource**. Multilingual Matters: Ltda., 2001.

PÖCHHACKER, Franz. The Role of Theory in Simultaneous Interpreting. In: DOLLERUP, Cay; LODDEGAARD, Anne. (Eds.). Training talent and experience. **Papers from the First Language International Conference**. Elsinore: Denmark, 1992. p. 211-220.

PÖCHHACKER, Franz. Simultaneous interpreting: a functionalist perspective. **Journal of Linguistics**, n. 14, 1995. p. 31-54.

PÖCHHACKER, Franz. Critical Linking up: Kinship and Convergence in interpreting studies. In: WADENSJÖ, Cécilia. (Ed.). **The Critical Link 4**: professionalization of interpreting in the community. Selected papers from the 4th International Conference on Interpreting in Legal, Health and Social Services Settings. Stockholm, Sweden: John Benjamins, 2004. p. 11-23.

PARADIS, Michel. **Toward a neurolinguistic theory of simultaneous translation. The framework**. International Journal of Psycholinguistics – n. 10:3, 1994. p. 319-335.

PYM, Anthony. Translating linguistic variation: parody and the creation of authenticity. In: VEGA, M. A.; MARTÍN-GAITERO, R. (Eds.). **Traducción, metrópoli y diáspora**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2000. p. 69-75. Disponível em: <<http://usuarios.tinet.cat/apym/online/translation/authenticity.html>> Acesso em: 15 out. 2015.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial, Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC, 2002.

QUADROS, Ronice Müller de. KARNOPP, Lodernir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre/RS.: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. SOUZA, Saulo Xavier. **Aspectos da tradução/encenação na Língua de Sinais brasileira para um ambiente virtual de ensino: práticas tradutórias do curso de Letras Libras**. Estudos Surdos III. Petrópolis/RJ: Arara Azul, 2008.

QUADROS, Ronice Müller de. Apresentação. **Cadernos da Tradução**, Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE). Florianópolis/SC.: UFSC/PGET, 2010. p. 9-12. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/1508/showToc>>. Acesso em: 20 maio. 2016.

QUEIROZ, Milena. **Panorama da interpretação em contextos médicos no Brasil: Perspectivas TradTerm**, São Paulo: v. 23, Set., 2014. p. 193-223. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/index>>. Acesso em: 20 maio. 2016.

QUEIROZ, Milena. **Interpretação médica no Brasil**. 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) - Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, (UFSC), Florianópolis/SC., Florianópolis/SC, 2011.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Trad. Artur Morão. Rio de Janeiro/RJ.: Edições 70, 1976.

RICCARDI, Alessandro. **Dalla traduzione all'interpretazione**. Milano: LED Edizioni Universitarie, 2003.

ROBINSON, Douglas. **Construindo o tradutor**. Baurú/SP.: EDUSC, 2002.

RODRIGUES, Carlos Henrique. **A Interpretação para a língua de sinais brasileira: efeitos de modalidade e processos inferenciais**. 2013. 243 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte/MG, 2013.

RODRIGUES, Felipe Leonardo. **Consularização, registro e tradução de procurações públicas oriundas do estrangeiro para efeitos no Brasil**. 2011. s/p. Disponível em: <<http://www.notariado.org.br/blog/?link=visualizaArtigo&cod=238>>. Acesso em: jan. 2016.

RÓNAI, Paulo. **A tradução vivida**. Rio de Janeiro/RJ. Educom, 1976.

RÓNAI, Paulo. **Escola de tradutores**. Rio de Janeiro/RJ. Nova Fronteira, 1987.

ROSA, Andréa. S. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. 2005. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas/SP, 2005.

ROTHER-NEVES, Rui. A abordagem comportamental das competências: aplicabilidade aos estudos da tradução. In: ALVES, Fábio; MAGALHÃES, Célia; PAGANO, Adriana. (Orgs.). **Competência em tradução: cognição e discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 91-108.

RUDNER, Aaron; PEREIRA, Maria Cristina Pires; PATERNO, Uéslei. **Laboratório de interpretação – I**. Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. CCE/UFSC. Florianópolis/SC. 2010.

RUSSEL, Debra. **Interpreting legal contexts: Consecutive and Simultaneous Interpretation**. Linstok Press. Burtonsville: MD., 2002.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Educação de surdos: a caminho do bilingüismo**. Niterói/RJ. EDUFF, 1999.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Intérpretes de língua de sinais: Um estudo sobre as identidades**. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado de Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC., 2006.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Tradução/interpretação de língua de sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010**. 2013. 313 f. Tese (Doutorado em Estudo da Tradução) - Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC 2013.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. Tradução e interpretação de língua de sinais: deslocamentos nos processos de formação. **Cadernos da Tradução**, Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE). Florianópolis/SC.: UFSC/PGET, 2010. p. 145-164. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p145>>. Acesso em: 12 maio. 2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

SCHOLLES, Robert. **Protocolos de leitura**. Trad. Lígia Guterres. Lisboa: Edições 70, 1991.

SERRANI, Silvana M. **A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição da discursividade**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1993.

SETTON, Robin. **A Pragmatic Theory of Simultaneous Interpretation**. Unpublished doctoral dissertation, The Chinese University of Hong Kong, Graduate Division of English/ Applied Linguistics. 1997.

SHUTTLEWORTH, Mark; COWIE, Moira. **Dictionary of translation studies**. New York: Routledge, 2014.

SILVA, Augusto S. da. O Sentido múltiplo: polissemia, semântica e cognição. In: FELTES, Heloísa Pedrosa de Moraes. (Org.). **Produção de sentidos: estudos transdisciplinares**. São Paulo: Annablume; POA: Nova Prova; Caxias do Sul: EducS, 2003. p. 91-115.

SILVA, Augusto S. da. **O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição**. Coimbra: Almedina, 2006.

SILVA, Augusto S. da. Polissemia e contexto: o problema duro da diferenciação de sentidos. In: **Estudos Linguísticos/Linguistic Studies**, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, n. 5, p. 353-367, 2010. Disponível em: < http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5_fulltexts/5z1%20augusto%20silva.pdf. >. Acesso em: 20 março. 2017.

SOUZA, Saulo Xavier. **Performances de tradução para a língua brasileira de sinais observadas no curso de letras-libras**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação de Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC, 2010.

STEINER, George. **After Babel**. Oxford, England: Oxford University Press, 1975.

STEINER, George. **Depois de Babel: questões de linguagem e tradução**. Trad.: Carlos Alberto Faraco Curitiba: Editora UFPR, 2005.

STUMPF, Marianne Rossi. **Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting : língua de sinais no papel e no computador. 2005. 330 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação)**. Centro de Estudos Interdisciplinares em Novas Tecnologias da Educação. Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre/RS, 2005.

TAYLOR, John R. **Linguistic categorization**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

TUGGY, David. Ambiguity, polysemy and vagueness. In: GEERAERTS, Dirk. (Ed.). **Cognitive Linguistics**, 2009. p. 273-290.

TUXI, Patrícia. **A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental**. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília (UNB), Brasília/DF, 2009.

ULLMANN, Stephen. **Semântica: uma introdução à ciência do significado**. Trad.: J. A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VASCONCELLOS, Maria Lúcia. Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (TILS) na Pós-Graduação: a afiliação ao campo disciplinar “Estudos da Tradução”. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis/SC.: UFSC/PGET, 2010. p. 119-143. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p119>>. Acesso em: 17 maio. 2016.

VENUTI, Lawrence. **Escândalos da tradução**. Trad. de L. Perlegrin, L. M. Villela, M. D. Esqueda e V. Biondo. Bauru/SP: Edusc, 2002.

WADENSJÖ, Cecília. **Interpreting as interaction**: on dialogue interpreting in immigration hearings and medical encounters. Linköping University: Linköping, 1992.

WADENSJÖ, Cecília. **Interpreting as interaction**. London/New York: Longman, 1998.

WILLIAMSON-LOGA, Anne. **Matching texts in American sign language and English**. Study packet and DVD/CD-ROM created by Doug Bowen-Bailey. Digiterp Communications. 2006. Disponível em: <http://www.digiterp.com/parallel.html>. Acesso em: 25 fev. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e método. Trad.: Ana Thorell; rev. técnica Cláudio Damacena. 4. ed. Porto Alegre/RS.: Bookman, 2010.

ANEXOS

**ANEXO A: AMOSTRA DE TRILHAS INSERIDAS NO *SOFTWARE* DO ELAN –
EUDICO LINGUISTIC ANNOTATOR (LP.ORAL/LIBRAS.TILS¹)**

| | |
|-------------|---|
| Libras.TILS | FS(compro(YYY)) XXX POLÍTICA |
| TC | 00:00:00.000 - 00:00:03.380 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | [pausa] |
| TC | 00:00:03.499 - 00:00:06.633 |
| LP.Oral | Concedo a palavra ao ilustre deputado Mandeta |
| TC | 00:00:02.454 - 00:00:07.477 |
| Libras.TILS | FS(m-a-n-d-e-t-a) |
| TC | 00:00:06.860 - 00:00:09.740 |
| LP.Oral | deputado major Fábio se encontra |
| TC | 00:00:07.704 - 00:00:10.500 |
| Libras.TILS | [pausa] |
| TC | 00:00:09.966 - 00:00:12.066 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | Major Fábio, o si (corta o áudio) de vinte e cinco minutos da tribuna, |
| TC | 00:00:11.303 - 00:00:17.295 |
| Libras.TILS | Deputado FS(m-a-j-o-r_f-a-b-i-o) TER TEMPO LIMITE FS(25) MINUTOS FALAR |
| TC | 00:00:12.280 - 00:00:18.700 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | [pausa] |
| TC | 00:00:18.800 - 00:00:20.600 |
| LP.Oral | Excelentíssimo senhor presidente |
| TC | 00:00:19.622 - 00:00:22.537 |
| Libras.TILS | MANDAR PRESIDENTE FS(H-u-s-t-r-i-s-s-i-m-o:: (YYY)) |
| TC | 00:00:20.790 - 00:00:25.980 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | Ilustríssimos senhores deputados, |
| TC | 00:00:23.397 - 00:00:26.783 |
| Libras.TILS | IX(vocês) POLÍTICO:: TUDO COISAS PRESENTE TRABALHO AGORA PRAZER BOM PRESENTE VIDA::: |
| TC | 00:00:25.990 - 00:00:34.830 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | deputadas é um prazer muito grande estar aqui |
| TC | 00:00:27.351 - 00:00:28.692 00:00:29.009 - 00:00:31.509 |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | podendo usufruir dessi tempo |
| TC | 00:00:32.065 - 00:00:35.861 |

| | | |
|-------------|--|-----------------------------|
| Libras.TILS | PODER FALAR AGORA TEMPO(YYY) FS(2) MINUTO FALAR | |
| TC | 00:00:34.840 - 00:00:38.490 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | I falá nesse instante cum um ô-ba cum o país | |
| TC | 00:00:36.110 - 00:00:39.088 | |
| Libras.TILS | AGORA AVISAR POVO TUDO PRESENTE COM FALAR AVISAR PERNAMBUCO XXX PIAUI | |
| TC | 00:00:38.490 - 00:00:45.270 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | falá nesse instante com a minha parailba, | |
| TC | 00:00:39.406 - 00:00:42.769 | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | fala nesse instante com todas as unidades da federação: | |
| TC | 00:00:43.006 - 00:00:46.825 | |
| Libras.TILS | TAMBÉM TUDO ESTADO+ PAÍS BRASIL::: | |
| TC | 00:00:45.280 - 00:00:49.890 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | Nós (x)stamus prêstis senhô presidenti | |
| TC | 00:00:47.258 - 00:00:50.576 | |
| Libras.TILS | AGORA IX(nós) PERTO JÁ TUDO BRASIL GERAL VER | |
| TC | 00:00:49.900 - 00:00:57.940 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | brasilêrus e brasilêras | a vivênciamus |
| TC | 00:00:50.913 - 00:00:53.221 | 00:00:53.737 - 00:00:55.442 |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | a copa dus sonhos | |
| TC | 00:00:55.901 - 00:00:58.697 | |
| Libras.TILS | FS(c-o-p-a) SONHAR FUTEBOL TUDO SONHAR FUTEBOL TODA FUTEBOL2 SONHAR PESSOA BRASIL GERAL | |
| TC | 00:00:57.950 - 00:01:07.500 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | a copa du mundu | dus sonhos |

| | | |
|-------------|---|-----------------------------------|
| TC | 00:00:59.810 - 00:01:02.492 | 00:01:02.560 - 00:01:03.560 |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | dos brasilêrus | verdadeiramente |
| TC | 00:01:03.844 - 00:01:05.230 | 00:01:06.162 - 00:01:07.684 |
| Libras.TILS | [pausa] | |
| TC | 00:01:07.666 - 00:01:09.033 | |
| LP.Oral | | êtxsta |
| TC | | 00:01:08.502 - 00:01:09.343 |
| Libras.TILS | AGORA:: FS(c-o-p-a) FUTEBOL FUTEBOL2 SONHAR PRÓPRIO PAÍS BRASIL | |
| TC | 00:01:09.190 - 00:01:15.560 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | não é a copa dos sonhos dos brasilêrus | a copa dos sonhos dos brasilêrus |
| TC | 00:01:09.751 - 00:01:12.319 | 00:01:12.819 - 00:01:15.523 |
| Libras.TILS | NÃO FS(c-o-p-a) SONHAR PRÓPRIO BRASIL PESSOA BRASIL APARECER FESTA ONDE | |
| TC | 00:01:15.570 - 00:01:23.170 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | precisava txstar acontecendo | no país dos sonhos |
| TC | 00:01:17.487 - 00:01:20.523 | 00:01:20.904 - 00:01:22.881 |
| Libras.TILS | | PAÍS SONHAR PESSOA POVO BRASIL |
| TC | | 00:01:23.180 - 00:01:26.980 |
| LP.Oral | dos brasilêrus | |
| TC | 00:01:23.052 - 00:01:24.130 | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | a copa dos sonhos dos brasilêrus | |
| TC | 00:01:25.107 - 00:01:27.516 | |
| Libras.TILS | FS(c-o-p-a) FUTEBOL FUTEBOL2 SONHAR PESSOA POVO BRASIL PRECISAR ACONTECER ONDE PRÓPRIO_MESMO PAÍS | |
| TC | 00:01:26.980 - 00:01:35.720 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | precisava txstar acontecendo | no país que os brasilêrus |
| TC | 00:01:27.981 - 00:01:30.390 | 00:01:30.605 - 00:01:33.310 |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | sonham | nu país onde us serviçus públicos |
| TC | 00:01:33.445 - 00:01:34.332 | 00:01:34.808 - 00:01:36.831 |
| Libras.TILS | POVO PESSOA BRASIL SONHAR ONDE PAÍS SERVIÇO BOM(YYY) COMO GANHAR++ AJUDAR MELHOR ENTÃO | |

| | | |
|-------------|---|--------------------------------------|
| TC | 00:01:35.730 - 00:01:45.550 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | di qualidadl | puδέssim lxstar sendu |
| TC | 00:01:38.996 - 00:01:40.382 | 00:01:40.814 - 00:01:42.814 |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | realizados | Num país ondi a carga tributária |
| TC | 00:01:42.984 - 00:01:43.961 | 00:01:44.756 - 00:01:46.165 |
| Libras.TILS | PAÍS ONDE IMPOSTO PESADO COISAS NÃO PRECISAR MAIS PEQUENO | |
| TC | 00:01:45.550 - 00:01:53.330 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | não fossi tão grandl, | mas qui também essa carga tributária |
| TC | 00:01:48.380 - 00:01:50.403 | 00:01:51.543 - 00:01:55.425 |
| Libras.TILS | NÓS TAMBÉM IX(palma) IMPOSTO PESADO | |
| TC | 00:01:53.330 - 00:01:58.000 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | puδέssi sa-lxstar sendu devolvida aos brasilérus | |
| TC | 00:01:55.520 - 00:01:59.924 | |
| Libras.TILS | CAPAZ VOLTAR POVO BRASIL | |
| TC | 00:01:58.000 - 00:02:01.650 | |
| LP.Oral | | em fôrma |
| TC | | 00:02:00.165 - 00:02:01.460 |
| Libras.TILS | COMO XXX SERVIÇO PÚBLICO BOM | |
| TC | 00:02:01.660 - 00:02:06.490 | |
| LP.Oral | | di serviços públicu di qualidadl |
| TC | | 00:02:02.167 - 00:02:04.323 |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | Como us brasilérus queriam nessi lxstantl | |
| TC | 00:02:04.493 - 00:02:07.812 | |
| Libras.TILS | QUANTAS PESSOA BRASIL QUERER AGORA MOMENTO HORAS SEGUIR:: | |
| TC | 00:02:06.500 - 00:02:12.990 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | qui nós lxstivéssimus a véspera | di realizarmus a copa dus sonhus |
| TC | 00:02:07.913 - 00:02:10.027 | 00:02:11.731 - 00:02:14.027 |
| Libras.TILS | FAZER FUTEBOL FUTEBOL2 TODOS PRÓPRIO SONHAR (.) | |
| TC | 00:02:12.990 - 00:02:16.910 | |

| | |
|-------------|---|
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | Eu tenho umá uma filha adolescentl |
| TC | 00:02:14.481 - 00:02:17.776 |
| Libras.TILS | IX(me) TER MULHER FILHO FS(a-c) VIBRAR PULAR FUTEBOL FUTEBOL2 MUNDO |
| TC | 00:02:16.910 - 00:02:23.610 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | ela bxtá vibrando com a copa do mundo |
| TC | 00:02:18.344 - 00:02:20.957 |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | ela me pediu pra comprar uma camisa |
| TC | 00:02:21.411 - 00:02:23.666 |
| Libras.TILS | PEDIR IX(me) COMPRAR IX(me) PRÓPRIO BRASIL DESENHO |
| TC | 00:02:23.620 - 00:02:28.080 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | do Brasil com o nome do zagueiro |
| TC | 00:02:24.217 - 00:02:25.308 00:02:25.773 - 00:02:27.614 |
| Libras.TILS | NOME FS(z-a-g-u-e-r-o_d-a-v-l_-u-s) DV(cabelo_cacheado) |
| TC | 00:02:28.080 - 00:02:34.610 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | David Luiz |
| TC | 00:02:28.522 - 00:02:29.659 |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | mas eu tenho certeza que ela é uma criança um adolescente muito inteligent |
| TC | 00:02:31.515 - 00:02:35.669 |
| Libras.TILS | MAS IX(me) ACREDITAR IX(ela) MULHER IMPORTANTE |
| TC | 00:02:34.810 - 00:02:37.850 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | ela sabe que essa não é copa dos sonhos dos brasilêrus |
| TC | 00:02:36.308 - 00:02:39.103 |
| Libras.TILS | INTELIGENTE SABER FUTEBOL PROBLEMA FUTEBOL2 MUNDO PRÓPRIO SONHAR NÃO |

| | | |
|-------------|--|--|
| TC | 00:02:37.860 - 00:02:43.820 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | ela sabe | qui tem muitas crianças no Brasil |
| TC | 00:02:39.413 - 00:02:40.549 | 00:02:41.285 - 00:02:43.398 |
| Libras.TILS | IX(ela) SABER SEU BRASIL MUITO CRIANÇA ESCOLA BOM NÃO (.) | |
| TC | 00:02:43.820 - 00:02:49.120 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | qui não tem escola di qualidade | ela sabe qui tem muita criança |
| TC | 00:02:43.875 - 00:02:45.853 | 00:02:46.067 - 00:02:48.761 |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | qui sonha em sé jogadô di futebol nu Brasil | |
| TC | 00:02:48.880 - 00:02:51.829 | |
| Libras.TILS | SABER MUITO CRIANÇA SONHAR ROFISSIONAL FUTEBOL FUTEBOL2 BRASIL | |
| TC | 00:02:49.158 - 00:02:54.522 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | porque não pode praticá otru isport | |
| TC | 00:02:52.311 - 00:02:54.561 | |
| Libras.TILS | PORQUE NÃO_PODER FAZER ESPORTE OUTRO (.) | |
| TC | 00:02:54.522 - 00:02:57.113 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | porque nals nuls locais mais pobres | |
| TC | 00:02:55.229 - 00:03:01.342 | |
| Libras.TILS | PORQUE LOCAL++ MAIS POBRE:: ENTÃO | |
| TC | 00:02:57.135 - 00:03:02.908 | |
| LP.Oral | | não tem quadra di ténis |
| TC | | 00:03:01.569 - 00:03:03.432 |
| Libras.TILS | DV(quadra) TÊNIS NADA2 NADA | |
| TC | 00:03:02.931 - 00:03:06.204 | |
| LP.Oral | | não tem parquiaquaticu |
| TC | | 00:03:04.079 - 00:03:06.852 |
| Libras.TILS | LUGAR PRAIA NADA NADA2 | |
| TC | 00:03:06.226 - 00:03:09.522 | |
| LP.Oral | | não tem otru isporte qui a criança possa praticá |
| TC | | 00:03:07.528 - 00:03:12.158 |
| Libras.TILS | XXX COISAS ESPORTE CRIANÇA PODER PRÁTICA NÃO | |
| TC | 00:03:09.522 - 00:03:13.999 | |

**ANEXO B: AMOSTRA DE TRILHAS INSERIDAS NO *SOFTWARE* DO ELAN –
*EUDICO LINGUISTIC ANNOTATOR (LP.ORAL/LIBRAS.TILS²)***

| | |
|-------------|--|
| Libras.TILS | ATÉ AGORA HELICOPTERO AINDA MAS IX(nós) DINHEIRO VERBA IX(eu_próprio) VERBA MEU ESTADO IX(você) |
| TC | 00:12:38.272 - 00:12:45.477 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | não teve força suficiente, a nossa presidenta não teve sensibilidade suficiente |
| TC | 00:12:44.633 - 00:12:50.869 |
| Libras.TILS | GANHAR NÃO XXX GANHAR DINHEIRO VERBA PEGAR PRÓPRIO IX(nós) PRESIDENTE GANHAR(YYY) RESUMO DETALHES(YYY) |
| TC | 00:12:45.477 - 00:12:52.386 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | [PAUSA] |
| TC | 00:12:52.483 - 00:12:53.783 |
| LP.Oral | u governu não teve sensibilidade suficiente |
| TC | 00:12:50.991 - 00:12:53.844 |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | pra liberá uma emenda individual pra compra de um helicóptero um único helicóptero, um único helicóptero |
| TC | 00:12:53.986 - 00:13:02.041 |
| Libras.TILS | TAMBÉM GANHAR LIVRE QUERER DINHEIRO IX(eu_próprio) DINHEIRO VERBA COMPAR HELICOPTERO PRÓPRIO FS(1) ESTADO |
| TC | 00:12:55.022 - 00:13:00.658 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | [PAUSA] REVEZAMENTO |
| TC | 00:13:00.725 - 00:13:02.783 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | qui a paraíba qui a pulida da paraíba la tē mas infelzmente nós não consequimos essi helicóptero |
| TC | 00:13:02.106 - 00:13:09.047 |
| Libras.TILS | HELICOPTERO PRÓPRIO POLÍCIA PARAÍBA IX(ia) TER MAS AINDA GANHAR NÃO HELICOPTERO ENTÃO |
| TC | 00:13:02.840 - 00:13:09.818 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | I a violência na paraíba pasmem senhores e senhóras |
| TC | 00:13:09.131 - 00:13:13.562 |
| Libras.TILS | PENSAR IX(ia) PARAÍBA [PAUSA] |
| TC | 00:13:09.863 - 00:13:11.476 00:13:11.526 - 00:13:12.536 |
| LP.Oral | |

| | | |
|-------------|---|--------------------------------------|
| TC | | |
| Libras.TILS | ACORDAR IX(vocês) (.) | |
| TC | 00:13:12.590 - 00:13:14.522 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | João Pessoa é a terceira capital mais violenta do Brasil | |
| TC | 00:13:13.779 - 00:13:19.269 | |
| Libras.TILS | [PAUSA] | APROVEITAR JOÃO_PESSOA |
| TC | 00:13:14.552 - 00:13:14.820 | 00:13:14.840 - 00:13:16.089 |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | [PAUSA] | TERCEIRA PRINCIPAL VIOLÊNCIA2 BRASIL |
| TC | 00:13:16.115 - 00:13:16.915 | 00:13:16.977 - 00:13:19.613 |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | João Pessoa é a nona cidade mais violenta do mundo | |
| TC | 00:13:19.394 - 00:13:24.712 | |
| Libras.TILS | [PAUSA] | CAPITAL |
| TC | 00:13:19.621 - 00:13:19.634 | 00:13:19.635 - 00:13:20.635 |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | [PAUSA] | |
| TC | 00:13:20.640 - 00:13:20.654 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | JOÃO_PESSOA É FS(9) CIDADE MAIS VIOLÊNCIA2 MUNDO | |
| TC | 00:13:20.658 - 00:13:25.317 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | [PAUSA] | |
| TC | 00:13:25.411 - 00:13:26.323 | |
| LP.Oral | | João Pessoa é linda! |
| TC | | 00:13:25.591 - 00:13:27.159 |
| Libras.TILS | JOÃO_PESSOA BONITA | |
| TC | 00:13:26.453 - 00:13:28.044 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | João Pessoa é maravilhosa quem vai em João Pessoa quer voltar novamente | |
| TC | 00:13:27.389 - 00:13:32.207 | |
| Libras.TILS | [PAUSA] | MARAVILHA |
| TC | 00:13:28.116 - 00:13:28.638 | 00:13:28.704 - 00:13:30.022 |
| LP.Oral | | |
| TC | | |

| | | |
|-------------|---|-----------------------------|
| Libras.TILS | [PAUSA] | |
| TC | 00:13:30.025 - 00:13:30.041 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | SINAL SOL(YYY) VISITAR QUERER NOVAMENTE XXX MAS TRISTE ENTÃO | |
| TC | 00:13:30.045 - 00:13:35.522 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | mas infelizmente, João Pessoa hoje é a terceira capital mais violenta do Brasil e a | |
| | nona cidade mais violenta do mundo | |
| TC | 00:13:32.644 - 00:13:41.897 | |
| Libras.TILS | [PAUSA] | |
| TC | 00:13:35.638 - 00:13:35.914 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | JOÃO_PESSOA(YYY) HOJE IX(ia) TERCEIRO CAPITAL MAIS VIOLÊNCIA | |
| | BRASIL FS(9) CIDADE VIOLÊNCIA2 MAIS MUNDO | |
| TC | 00:13:35.954 - 00:13:42.261 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | 00:13:42.261 - 00:13:43.375 |
| LP.Oral | Infelizmente | |
| TC | 00:13:42.216 - 00:13:43.284 | |
| Libras.TILS | MAS TRISTE ENTÃO | |
| TC | 00:13:43.375 - 00:13:44.522 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | Nós não queríamos que na copa num país que está acontecendo a copa, | |
| TC | 00:13:43.956 - 00:13:50.271 | |
| Libras.TILS | [PAUSA] | IX(nós) NÃO_QUER IX(você) |
| TC | 00:13:44.701 - 00:13:45.318 | 00:13:45.408 - 00:13:47.022 |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | [PAUSA] | |
| TC | 00:13:47.148 - 00:13:47.489 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | PERÍODO GRUPO FUTEBOL2 MUNDO IX(nós) NÃO_QUERER IX(ia) ERRAR | |
| | GRUPO FUTEBOL2 MUNDO É FS(o-o-p-a) ACONTECER PRÓPRIO POVO NÃO | |
| TC | 00:13:47.522 - 00:13:55.772 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |

| | |
|-------------|--|
| LP.Oral | que nós já colocamos qui não é a copa dus sonhus dus brasilêrus |
| TC | 00:13:50.371 - 00:13:54.030 |
| Libras.TILS | [PAUSA PARA COÇAR A MÃO] |
| TC | 00:13:55.893 - 00:13:56.148 |
| LP.Oral | a copa dus sonhus dus brasilêrus talvez |
| TC | 00:13:54.447 - 00:13:57.311 |
| Libras.TILS | FS(o-o-p-a) SONHAR POVO IX(aqui) BRASIL IX(nós) QUERER MUITO |
| TC | 00:13:56.158 - 00:13:59.840 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | nós gostaríamos muito di torcê pelu Brasil di vê-lu campeão |
| TC | 00:13:57.471 - 00:14:02.076 |
| Libras.TILS | TORCER VIBRAR BRASIL PEDIR GANHAR VIBRAR VER QUERER MAS |
| TC | FS(o-o-p-a) BRASIL ENTÃO |
| TC | 00:13:59.863 - 00:14:05.590 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | mas a copa dus sonhus dus brasilêrus não precisava talvez qui u Brasil viêssi a sê campeão |
| TC | 00:14:02.400 - 00:14:08.412 |
| Libras.TILS | PODER G(NÃO) TALVEZ::: PODER HOJE PODER -NÃO_TER-> BRASIL GANHAR G(não) |
| TC | 00:14:05.612 - 00:14:10.294 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | a copa dus sonhus dus brasilêrus, precisava qui quandu a copa terminássi |
| TC | 00:14:09.729 - 00:14:14.855 |
| Libras.TILS | FS(ok(YYY)) ACONTECER IX(aqui) BRASIL |
| TC | 00:14:10.477 - 00:14:12.795 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | PODER IX(aqui) PRONTO FS(o-o-p-a) IX(nós) SABER CRIANÇA TER IX(aqui) |
| TC | 00:14:12.840 - 00:14:18.658 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | a genti pudéssi sabê qui as crianças brasilêras frequenta is frequentam isólia |
| TC | 00:14:14.891 - 00:14:20.368 |
| Libras.TILS | IR(YYY) ESCOLA |
| TC | 00:14:18.681 - 00:14:20.840 |
| LP.Oral | |
| TC | qui as crianças brasilêras têm fardamento iscolar |
| TC | 00:14:20.625 - 00:14:23.648 |

| | |
|-------------|--|
| Libras.TILS | [PAUSA] |
| TC | 00:14:20.849 - 00:14:20.860 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | CRIANÇAS IX(aqui) BRASIL TER::: ROUPA ESCOLA |
| TC | 00:14:20.863 - 00:14:25.204 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | qui as crianças brasileiras têm tecnologia nas escolas, |
| TC | 00:14:23.756 - 00:14:27.619 |
| Libras.TILS | CRIANÇA BRASIL TER TECNOLOGIA DENTRO ESCOLA |
| TC | 00:14:25.227 - 00:14:28.340 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | qui as crianças brasileiras têm professores bem preparados e bem pagos l |
| | motivados |
| TC | 00:14:27.757 - 00:14:33.680 |
| Libras.TILS | CRIANÇA TER PROFESSOR PROFISSIONAL ORGANIZAR POSITIVO |
| | FORMAÇÃO POSITIVO SALÁRIO BOM VONTADE TRABALHAR IX(aqui) TALVEZ |
| | ENTÃO |
| TC | 00:14:28.340 - 00:14:36.886 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | esta talvez, eu cum certeza é a copa dos sonhos dos brasileiros |
| TC | 00:14:33.813 - 00:14:39.300 |
| Libras.TILS | PERFEITO IX(aqui) É FS(o-o-p-a) SONHAR PRÓPRIO POVO |
| TC | 00:14:36.886 - 00:14:40.499 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | |
| TC | |
| LP.Oral | é podê era podê moxtrá para us lstrangeros qui nessi país tem segurança |
| TC | 00:14:39.667 - 00:14:45.499 |
| Libras.TILS | [PAUSA] |
| TC | 00:14:40.549 - 00:14:41.119 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | PODER TAMBÉM MOSTRAR PESSOAS OUTRO PAÍS IX(aqui) BRASIL TER |
| | SEGURANÇA ENSINO TER |
| TC | 00:14:41.158 - 00:14:48.022 |
| LP.Oral | |
| TC | |
| Libras.TILS | [PAUSA] |

| | | |
|-------------|--|---------------------------------------|
| TC | | 00:14:48.059 - 00:14:48.589 |
| LP.Oral | tem educação l principlmentl | |
| TC | 00:14:45.686 - 00:14:48.732 | |
| Libras.TILS | PRINCIPALMENTE (,) IX(nós) ENTÃO | |
| TC | 00:14:48.636 - 00:14:51.158 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | a gentl pudéssl dizê prus lstrangeros qui nêssl país tem corrupçãõ mas é poca corrupçãõ | |
| TC | 00:14:48.844 - 00:14:56.308 | |
| Libras.TILS | PODE PADRÃO MOSTRAR OUTRO PESSOA (,) OUTRO PAIS | |
| TC | 00:14:51.181 - 00:14:55.181 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | IX(aqui) TER FS(o-u-r-o) SEU | |
| TC | 00:14:55.181 - 00:14:57.567 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | |
| TC | | |
| LP.Oral | eu acho que êssl é um sonho dl todo braslêro êssl é u sonho dl todas as criançãs, êssl é u sonhu dl todus us adolescents | |
| TC | 00:14:56.415 - 00:15:03.777 | |
| Libras.TILS | MAS POUCO [PAUSA] | |
| TC | 00:14:57.568 - 00:14:58.931 | 00:14:58.944 - 00:14:58.973 |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | SONHAR BRASIL [PAUSA] | |
| TC | 00:14:58.976 - 00:15:00.976 | 00:15:00.983 - 00:15:00.995 |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | SONHAR CRIANÇA SONHAR PESSOA JOVEM | |
| TC | 00:15:00.999 - 00:15:04.408 | |
| LP.Oral | | |
| TC | | |
| Libras.TILS | | [PAUSA] |
| TC | | 00:15:04.469 - 00:15:05.596 |
| LP.Oral | êlts pudéssl batê nu peito e dizê | |
| TC | 00:15:03.944 - 00:15:06.853 | |
| Libras.TILS | PODE MEU+ PAI | |
| TC | 00:15:05.659 - 00:15:09.250 | |
| LP.Oral | | # Meu pai não é ladrão! |
| TC | | 00:15:07.032 - 00:15:10.169 |
| Libras.TILS | [PAUSA] | ROUBAR NÃO (expressão facial intensa) |
| TC | 00:15:09.256 - 00:15:09.270 | 00:15:09.272 - 00:15:11.659 |
| LP.Oral | | |
| TC | | |